

Revista NERA

n. 29



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

NEOEXTRACTIVISMO EN SUDAMÉRICA. EL CASO DEL LÍTIO
Julián Zicari

GOVERNANÇA DA POSSE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS
Lorena Izá Pereira

**ALTERNATIVAS AOS IMPÉRIOS AGROALIMENTARES A PARTIR DO CAMPESINATO AGROECOLÓGICO:
AS EXPERIÊNCIAS DO ACAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER (MST-ANTONINA/PR)**
Vinicius Antonio Banzato Facco

COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
Edimar Eder Batista

AGRICULTURA FAMILIAR – ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO TEIJIN, MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA, MS
Carlos Alberto Dettner e Nardel Luiz Soares da Silva

**SUCCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA
NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO DO SUL**
Fabiano Greter Moreira e Madalena Maria Schlindwei

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS EM
UNIDADES DE PRODUÇÃO E VIDA FAMILIARES (UPVFS) DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ**
Luciano Zenetti Pessoa Candiottto, Felipe Fontoura Grisa e Luiz Antonio Schmitz

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – MG
Cláudio Barbosa Ventura

Jul./Dez.
2015



Revista NERA nº. 29

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lorena Izá Pereira
Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul/Dez de 2015**

Revista NERA (RNERA) nº. 29

EDITORES

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lorena Izá Pereira
Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
José Sobreiro Filho
Lara Cardoso Dalpério
Luis Felipe Rincón
Hellen Charlot Cristancho Garrido
Hellen Mesquita

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Fernando Mendonça Heck – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Manoel Calaça – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)

Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Renato Emerson Nascimento dos Santos – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Silvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Valmir José Valério (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15

2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
2012 – ano 15, Edição Especial
2012 – ano 15, nº. 21
2013 – ano 16, nº. 22
2013 – ano 16, nº. 23
2014 – ano 17, nº. 24
2014 – ano 17, nº. 25
2015 – ano 18, nº. 26, Edição Especial
2015 – ano 18, nº. 27
2015 – ano 18, nº. 28, Edição Especial

Semestral
ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19

Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

07

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Camila Ferracini Origuéla

NEOEXTRACTIVISMO EN SUDAMÉRICA. EL CASO DEL LITIO

10

NEO-EXTRATIVISMO NA AMÉRICA DO SUL. O CASO DE LÍTIO

NEO-EXTRACTIVISM IN SOUTH AMERICA. THE CASE OF LITHIUM

Julian Zicari

GOVERNANÇA DA POSSE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS

48

LAND TENURE AND LAND GRABBING: NOTES AND PROSPECTS

LA GOUVERNANCE ET L'ACCAPAREMENT DE LAS TERRES: NOTES ET
PERSPECTIVES

Lorena Izá Pereira

ALTERNATIVAS AOS IMPÉRIOS AGROALIMENTARES A PARTIR DO CAMPESinATO AGROECOLÓGICO: AS EXPERIÊNCIAS DO ACAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER (MST-ANTONINA/PR)

70

ALTERNATIVES TO AGRIFOOD EMPIRES FROM AGROECOLOGICAL
PEASANTRY: THE EXPERIENCES OF AGROFORESTRY SETTLEMENT JOSE
LUTZENBERGER (MST-ANTONINA/PR)

ALTERNATIVAS A LOS IMPERIOS AGROALIMENTARIOS DEL CAMPESinATO
AGROECOLÓGICO: LAS EXPERIENCIAS DE ASENTAMIENTO AGROFORESTAL
JOSÉ LUTZENBERGER (MST-ANTONINA/PR)

Vinícius Antonio Banzano Facco

COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

101

RELATIONSHIP COMPLEXITY BETWEEN COUNTRYSIDE AND CITY:
THEORETICAL PERSPECTIVES

COMPLEJIDAD DE LAS RELACIONES ENTRE CAMPO Y CIUDAD: PERSPECTIVAS
TEÓRICAS

Edimar Eder Batista

- 133** **AGRICULTURA FAMILIAR – ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO TEIJIN, MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA, MS**
- FAMILY FARMS - CASE STUDY IN TEIJIN SETTLEMENT, MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA, MS
- GRANJAS FAMILIARES - ESTUDIO DE CASO EN LA SOLUCIÓN DE TEIJIN, MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA, MS
- Carlos Alberto Dettmer e Nardel Luiz Soares da Silva**
-

- 151** **SUCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO DO SUL**
- SUCCESSION MANAGEMENT IN FAMILY AGRICULTURE: A CASE STUDY IN THE SETTLEMENT SANTA OLGA IN NOVA ANDRADINA IN MATO GROSSO DO SUL
- SUCESIÓN DE LA GESTIÓN EN AGRICULTURA FAMILIAR: UN ESTUDIO DE CASO EN EL ASENTAMIENTO DE SANTA OLGA EN NOVA ANDRADINA EN MATO GROSSO DO SUL
- Fabiano Greter Moreira e Madalena Maria Schlindwein**
-

- 174** **CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS EM UNIDADES DE PRODUÇÃO E VIDA FAMILIARES (UPVFs) DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**
- CONSIDERATIONS ABOUT CISTERNS CONSTRUCTION'S EXPERIENCE IN FAMILY LIFE AND PRODUCTION UNITS (FLPU) OF FRANCISCO BELTRÃO COUNTY – PARANÁ
- CONSIDERACIONES SOBRE LA EXPERIENCIA DE CONSTRUCCIÓN DE CISTERNAS EN UNIDADES DE PRODUCCIÓN Y VIDA FAMILIARES (UPVFs) DE LA MUNICIPALIDAD DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANA
- Luciano Zanetti Pessôa Candiottto, Felipe Fontoura Grisa e Luiz Antonio Schimitz**
-

- 194** **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES – MG**
- CONTINUING TEACHER TRAINING AND THE RURAL SCHOOLSIN THE CIT Y OF GOVERNADOR VALADARES – MG
- FORMACIÓN CONTÍNUA DEL PROFESORADO DE ESCUELAS RURALES EN LA CIUDAD DE GOVERNADOR VALADARES – MG
- Claúdio Barbosa Ventura**
-

- 206** **COMPÊNDIO AUTORES**
- COMPENDIO AUTORES

COMPÊNDIO EDIÇÕES

222

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

APRESENTAÇÃO

A vigésima nona edição da Revista NERA é formada por oito artigos que abordam diferentes temáticas, como neo-extrativismo na América do Sul, estrangeirização de terras, sistemas agroalimentares e campesinato agroecológico, relação campo e cidade, reforma agrária, recursos naturais, educação do campo, entre outras. Levando em consideração a diversidade desta edição, pode-se afirmar que a Revista NERA está se destacando na abordagem de distintos estudos acerca da questão agrária, seja na escala mundial ou na local. Além disso, a Revista NERA é composta por artigos com temas extremamente relevantes e atuais, como, por exemplo, a questão da sucessão na agricultura familiar, a expansão da aquisição de terras por estrangeiros e a importância da formação continuada de professores das escolas do campo.

No primeiro artigo desta edição, intitulado “Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio”, o autor Julián Zicari analisa como se estabelecem os vínculos entre os diferentes campos e atores no mercado do lítio a partir de uma perspectiva global, tendo como referência o caso da América do Sul, mais precisamente da Argentina. Para isto, o autor apresentou a dinâmica do mercado de lítio desde a década de 1990 até a atualidade, as aplicações, os preços, as principais empresas e países envolvidos, entre outros. Depois, explicou os padrões de desempenho do mercado de lítio levando em consideração os atores envolvidos e a morfologia do mercado. Por fim, apresentou algumas perspectivas para o mercado de lítio.

No artigo “Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas” a autora Lorena Izá Pereira discute como os processos de governança da posse e estrangeirização de terras se intensificaram a partir da crise agroalimentar entre os anos de 2007 e 2008. Esta, por sua vez, é produto da crise financeira que desencadeou o aumento dos preços de *commodities* alimentares em virtude do aumento da produção de agrocombustíveis e agroenergia. Para isto, a autora se baseia na compreensão histórica dos processos de governança da posse e estrangeirização de terras, no debate conceitual e na análise de dados quantitativos. Dentre alguns dos apontamentos da autora, destaca-se a existência de 82 empresas que operam na estrangeirização de terras no Brasil, sendo que 23 destas possuem capital estadunidense, 16 possuem capital japonês e 15 empresas foram declaradas como brasileiras.

O autor Vinicius Antonio Banzato Facco analisa em seu artigo “Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)” as diferenças entre os impérios agroalimentares e o campesinato agroecológico. No caso deste último, o autor considera o caso do acampamento José Lutzenberger, localizado no município de Antonina, Paraná. Este acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, de acordo com o autor, representa um exemplo paradigmático, pois compreende, além da resistência, a relativa autonomia camponesa diante dos impérios agroalimentares. Desta forma, o acampamento congrega a luta pela terra, a questão ambiental e o debate alimentar.

No quarto artigo, intitulado “Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas”, o autor Edimar Eder Batista apresenta uma revisão de literatura sobre a relação campo e cidade com o objetivo de desconstruir as concepções da urbanização como processo civilizatório pleno. Neste sentido, o autor ressalta que a

complementariedade entre o campo e a cidade extrapola concepções dicotômicas e idealizadoras, visto que entre estes espaços existem mais interpenetrações do que homogeneizações da cidade em relação ao campo. Ao construir a concepção de que o campo e a cidade são espaços culturais e de vivência distintos e complementares, o autor conclui que a relação campo e cidade excede os limites físico-territoriais e está presente em ambos os espaços.

No artigo “Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS” os autores Carlos Alberto Dettmer e Nardel Luiz Soares da Silva identificaram e analisaram os principais indicadores socioeconômicos na gestão de unidades de produção agropecuária familiares a partir do caso do assentamento rural Teijin, localizado no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. Dentre os principais resultados da pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, os autores destacaram que em 69,6% das UPA’s as famílias assentadas dedicam a produção de leite, em 6,8% a produção de bovinos de corte e no restante a produção de hortifrutigranjeiros, mandioca, entre outros. Além disso, um dos principais desafios das famílias que compõem este assentamento é a questão da sucessão familiar, um dos indicadores que mais compromete o desenvolvimento a médio e longo prazo das UPA’s e que reitera a necessidade de políticas públicas que contribuam com a permanências das famílias e, sobretudo dos jovens, no campo.

O sexto artigo desta edição, elaborado pelos autores Fabiano Greter Moreira e Madalena Maria Schlindwein e intitulado “Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul”, aborda a percepção dos agricultores sobre a sucessão da gestão na agricultura familiar a partir do caso do assentamento de reforma agrária Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. De acordo com os autores, em apenas 30 dos 90 lotes existentes no assentamento os agricultores estão, de alguma forma, preparando seu sucessor, ou seja, possuem a intenção de conduzir o lote às suas futuras gerações ou a pessoas que possam dar continuidade as atividades agropecuárias. Nestes casos, os agricultores preparam seus respectivos sucessores através da participação nas atividades do campo e nas decisões de negócios.

No artigo “Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná” os autores Luciano Zanetti Pessoa Candioto, Felipe Fontoura Grisa e Luiz Antonio Schimitz apresentam a experiência de construção de cisternas em estabelecimentos rurais que cultivam produtos orgânicos no município de Francisco Beltrão, Paraná. De acordo com os autores, um dos principais objetivos da construção de cisternas é expandir o suprimento de água para famílias com escassez para irrigação. Com as cisternas os agricultores podem armazenar e utilizar águas pluviais que normalmente infiltram no solo ou escoam na superfície, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento das UPVFs.

No último artigo desta edição, intitulado “Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG”, o autor Cláudio Barbosa Ventura aborda a educação do campo no Brasil a partir da questão da formação continuada de educadores do campo. Neste sentido, o autor traz alguns apontamentos conceituais sobre formação continuada no Brasil com o objetivo de apresentar o que se entendia e o que se entende nos dias atuais por formação continuada, procurando confrontar os conceitos com a prática formativa que analisou. A experiência analisada foi o programa de formação continuada desenvolvido no

município de Governador Valadares pela Secretaria Municipal de Educação (SMED/GV).

Desejo a todos uma boa leitura!

Camila Ferracini Origuéla

Editora da Revista NERA

Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio¹

Julián Zícari

Universidad de Buenos Aires
e-mail: sanlofas@hotmail.com

Resumen

En este trabajo se analizará cómo se establecen los vínculos entre los distintos campos y actores en el mercado del litio desde una perspectiva global y en referencia al caso sudamericano, especialmente el argentino, tratando de recorrer cada nudo problemático dentro de una larga cadena. Para hacer esto, dividiremos el trabajo en tres partes. Primero, se buscará señalar cómo fue la dinámica del mercado del litio desde la década de 1990 hasta la actualidad, repasando sus diversas transformaciones (usos, precios, principales empresas, países, etc.) y cómo operaron las mutaciones de cada caso y porqué. En un segundo apartado se tratará de explicar los patrones de funcionamiento del mercado del litio en vistas a sus actores y la morfología del mercado. El tercer apartado señalará algunos puntos de cara a sus perspectivas futuras. Finalmente, se cerrará el trabajo con algunas conclusiones al respecto.

Palabras clave: Litio; minería; neoextractivismo; industrialización; geopolítica

Neo-extrativismo em América do Sul. O caso de lítio

Resumo

Neste artigo é analisar como as ligações entre os diferentes campos e os intervenientes no mercado de lítio são estabelecidas a partir de uma perspectiva global e, em referência ao caso da América do Sul, especialmente Argentina, tentando explorar cada nodo problemático em uma longa cadeia. Para fazer isso, dividir o trabalho em três partes. Em primeiro lugar, procuramos mostrar como foi a dinâmica do mercado de lítio a partir da década de 1990 até o presente, repassando suas diversas transformações (aplicações, os preços, principais empresas, países, etc.) e como operavam mutações de cada caso e por quê. A segunda seção tentará explicar os padrões de desempenho de lítio mercado, tendo em conta os seus atores e morfologia do mercado. A terceira seção indica alguns pontos em relação as suas perspectivas futuras. Finalmente, vai fechar-se o trabalho com algumas conclusões ao respeito.

Palavras chave: Lítio; mineração; neoextrativismo; industrialização; geopolítica.

Neo-extractivism in South America. The case of lithium

Abstract

In this article we will analyze the links between the different fields and actors on lithium market from a global perspective, with a focus in South America, especially in Argentina. We will go through each case of this complex chain. We will work to appoint on how was the dynamic of lithium market from the 90's to these days, going through main changes (purpose, companies, countries) and how do they mutate in each case and the main reasons to did it. On the second section we will try to explain the different patterns of lithium's market

¹ Este trabajo es un avance de investigación aún en curso sobre "La explotación del litio en Argentina" financiada por FONCYT-AGENCIA de Argentina (PICT 2012 - N° 2628), dirigido por el Dr. Bruno Fornillo.

operation from actors review and market changes. On the third section we will go through future perspective. Finally, we will close this work with a conclusion.

Keywords: Lithium; mining; neoextractivism; industrialization; geopolitical.

Introducción

Los recientes cambios en la economía mundial, gracias especialmente al avance chino, le han permitido a Sudamérica recuperar cierto protagonismo en función de su vasta tenencia de recursos naturales. Esta situación ha sido evaluada por muchos especialistas como una “oportunidad” que la región no puede dejar de aprovechar. Porque en contraste con los años 80 y 90, al comenzar el siglo XXI las economías latinoamericanas se vieron enormemente favorecidas por los altos precios internacionales de los productos primarios (*commodities*), en lo que la totalidad de los gobiernos latinoamericanos –más allá de su signo ideológico- se lanzaron a aprovechar la coyuntura favorable, estableciéndose con este proceso lo que algunos autores han denominado el “consenso de los commodities” (SVAMPA, 2013). Así, en los últimos tiempos se tendió a subrayar las ventajas comparativas del boom comercial y los beneficios ligados a los niveles de captación de divisas, inversiones, préstamos y exportaciones que significó, pero al riesgo de descuidar las consecuencias que el proceso pudiera implicar. Por lo que, a contramano del optimismo reinante, muchos otros autores también han presentado miradas críticas al respecto hablando de “Neoextractivismo” en Sudamérica. En este caso, hablamos de neoextractivismo en la medida en que la explotación primaria tradicional en América Latina (minería, petróleo, agronegocio, etc.) continua siendo promovida con el fin de generar una mayor exportación, aunque ahora buscando también nuevos tipos de “derrames”, como pueden ser una mayor integración regional, algunos derivados productivos y –sobre todo- que los Estados puedan captar parte de la renta extractiva para aplicar medidas distributivas².

Sin embargo, y pesar de las expectativas favorables, este nuevo tipo de extractivismo ha generado muy pocos o ninguno de los “nuevos derrames” buscados, ya que estos al igual que antaño son muy limitados o casi nulos y a veces contraproducentes. Por ejemplo, con respecto a la integración regional, el voraz avance chino –que es el principal motor del nuevo ciclo económico mundial- ha generado la tendencia opuesta, haciendo que los países que había logrado cierta complementariedad económica pasaran a la rivalidad y la competencia con el fin de tener mayor presencia en el mercado chino, firmando convenios comerciales desventajosos con el gigante asiático, mientras que

² Un resumen de los debates en torno al concepto de neoextractivismo puede encontrar en (GUDYNAS, 2011).

también han tendido a reemplazarse mutuamente como proveedores de bienes manufacturados de alto, medio y bajo valor tecnológico por aquellos provistos por China³. A su vez, las implicancias distributivas, productivas y tecnológicas también han presentado resultados opuestos a los buscados⁴.

Con vistas a estos señalamientos, es necesario tener en cuenta que el litio se ha convertido en los últimos años en un recurso de creciente interés, el cual hasta no hace mucho era un elemento poco tenido en cuenta. El mismo se usaba principalmente para la producción de cerámicas y algunos psicofármacos. Sin embargo, los cambios recientes en el mercado tecnológico lo han ido ubicando lentamente como un recurso estratégico de cara al futuro, el cual ya es mencionado por algunos especialistas como “el petróleo del siglo XXI”.

En este caso, dadas las características del litio, su futuro lo vuelve presa de muchas especulaciones, ya que es un metal liviano que permite almacenar gran cantidad de energía y que ésta sea utilizada con suma potencia. Así, el uso para baterías de celulares, computadoras, tablets, cámaras y hasta automóviles eléctricos requieren –y eventualmente van a requerir en cantidades cada vez mayores- litio como un componente clave en su sistema energético. De allí que, con sus bajos costos de explotación y virtual desarrollo, hagan que su demanda con vistas al futuro sea sumamente alentadora. De este modo, se vislumbra la opción que permita eventualmente reemplazar a las energías fósiles (sobre todo el gas y el petróleo).

Bajo estos señalamientos, el objetivo de este trabajo será dar cuenta de las implicancias que despierta el litio con respecto al Neoextractivismo en la región y los riesgos que despiertan algunas de sus consecuencias. Por lo que, nuestro análisis se insertará dentro de la corriente de miradas críticas del proceso. Para ello se tratará de hacer foco en los tres países que poseen el recurso en Sudamérica (Chile, Bolivia y Argentina, desatancándose el análisis en algunos puntos de este último país) para recorrer cada nudo problemático dentro de una larga cadena, y así analizar tanto los peligros y oportunidades que se abren. Por lo que, en función de los objetivos propuestos y del enfoque crítico señalado, primeramente se buscará señalar cómo fue la dinámica del mercado del litio desde la década de 1990 hasta la actualidad, repasando sus diversas transformaciones (el uso que se le daba, precios, principales empresas, países, etc.) y cómo operaron las mutaciones de cada caso y porqué. De igual modo, se tratará de explicar los patrones de funcionamiento del mercado del litio en vistas de sus peligros y oportunidades para

³ Para un análisis de esto para el caso de Argentina y Brasil, véase (SLIPAK, 2014).

⁴ Con vistas a la captación y distribución de rentas por parte del neoextractivismo (como también de las consecuencias productivas que genera) puede encontrarse una buena crítica en (ACOSTA, 2011) y en (FELÍZ, 2011).

Sudamérica, en función de que los viejos esquemas de primarización e intercambio desigual con los países industrializados no se ha modificado. En la tercera sección de este trabajo se atisbará algunos puntos de este proceso de cara a sus perspectivas futuras. Finalmente, el trabajo se cerrará con algunas conclusiones al respecto.

El creciente interés por el litio en los últimos años

El litio es el metal más liviano de todos los conocidos. Es un alcalino blando color blanco plata, que su bajo nivel atómico lo vuelve el tercer elemento de la tabla periódica, convirtiéndolo también en el sólido más liviano existente. Estas características le permiten que, con tener tan sólo la mitad de la densidad del agua, sea un excelente conductor de calor y de energía. De este modo, con todas estas peculiaridades, el litio ha sido un componente clave en diversos tipos de industrias y productos, las cuales han ido principalmente desde las cerámicas y vidrios, hasta la energía nuclear, pasando por las grasas lubricantes, los aires acondicionados, gomas sintéticas y el aluminio. Por su parte, es el principal insumo en la producción de psicofármacos y componente básico de los medicamentos más vendidos del mundo, siendo un potente estabilizador del ánimo, indispensable en tratamientos psiquiátricos de todas las patologías que más han crecido en los últimos tiempos (depresiones, insomnio, bulimia, trastornos bipolares, hiperactividad, ansiedad, drogadicción, ataques de pánico, alcoholismo, etc.). Así, dentro de este panorama, desde la mitad del siglo XX hasta los inicios de la revolución electro-informática, en la década de 1970, el litio se explotó en cantidades modestas y estables, principalmente de las minas de petalita estadounidenses y australianas, pasando a partir de ése momento a ganar protagonismo su explotación por los salares chilenos.

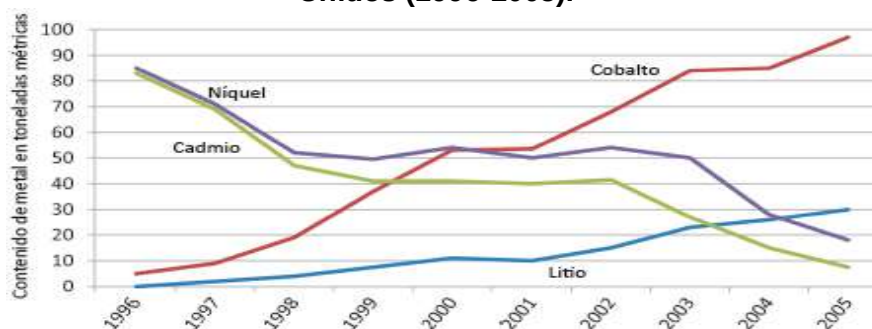
Ahora bien, el mercado del litio, durante los veinte años que van desde el inicio de la década de 1990 hasta 2010 sufrió transformaciones de todo tipo, afectando severamente la totalidad de las pautas con las que se había caracterizado. Tratemos de repasar estos cambios.

Por empezar, debemos decir que el litio es un elemento que se encuentra en diversas fuentes: aguas de mar, yacimientos geotérmicos, petrolíferos, salmueras, minerales rocosos, etc., distribuidos todas ellas alrededor del planeta de distintas maneras. Por lo cual, no existe un monopolio del recurso ni una sola forma de acceder a él. Sin embargo, las maneras de extraerlo de modo económicamente viable son prácticamente dos: como mineral espodumeno y a través de salmueras, donde, hasta mediados de la década de 1990, la primera forma proveía casi las dos terceras partes de la producción, sobre todo por parte de Australia, y el tercio restante, bajo la segunda forma desde Chile. Cabe destacar

que en 1997 se produjo una importante modificación en el mercado del litio cuando ingresó a él la empresa chilena SQM (Sociedad Química y Minera de Chile, ex Soquimich) con una producción anual de casi 9.000 toneladas de carbonato de litio. Este hecho generó dos importantes cambios. El primero fue desplomar los precios de comercialización del producto, que habían permanecido estables entre 1990 y 1996 en torno a los tres mil dólares por tonelada, haciéndolos caer un 40% (!), dejando su valor debajo de 1.800 U\$S/ton. El segundo efecto se refiere a modificar la principal fuente de explotación: si en 1995 la producción de litio era explicada en un 65% por los minerales y sólo un 35% por salmueras, apenas una década después, en 2007, esta última forma explicaba el 86% de lo extraído (COCHILCO, 2009, p.35) (retomaremos esto en el próximo apartado).

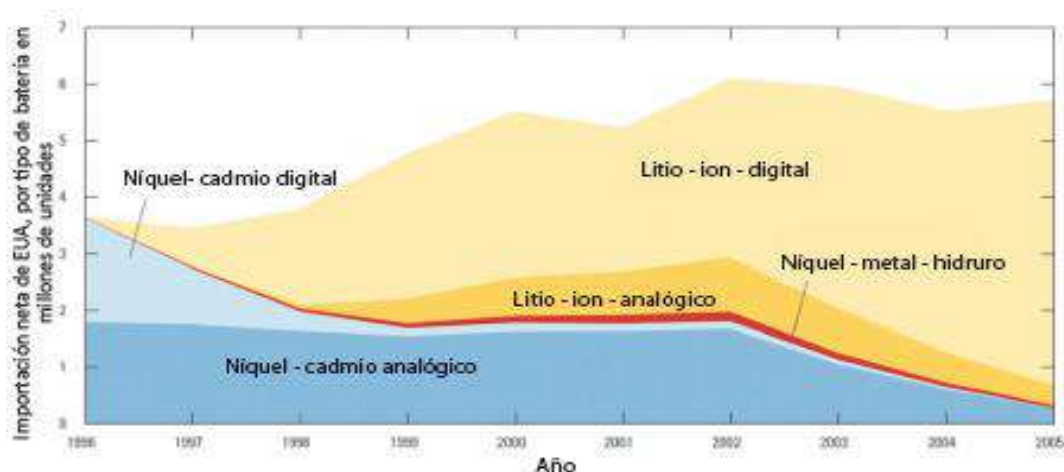
Sin embargo, el cambio más importante que se produjo fue otro. Nos referimos al creciente proceso de incorporación de litio para la fabricación de baterías, conocidas como Li-ion. En efecto, durante el tramo final de la década de 1990 y principio de la siguiente, las baterías recargables reemplazaron sus principales materiales e insumos por otros, reduciendo sensiblemente sus costos de producción y adoptando un patrón tecnológico superior al vigente hasta ése momento. Así, las baterías recargables más usuales eran aquellas que funcionaban en base al Níquel y Cadmio, aunque pronto los cambios tecnológicos hicieron que las baterías en base al litio ofreciera capacidades superiores a aquéllos: tienen un mejor trasmisor de la energía, sobre todo para almacenarla, contando con una alta densidad que facilita su recarga y distribución de manera optima, con un funcionamiento estable –sobre todo para soportar los cambios de temperatura-, resistencia a la descarga y casi sin generar residuos o perdidas, amén de elevar sensiblemente el número de ciclos de regeneración, lo que le otorga una vida útil mucho mayor. Con lo cual, las baterías de Li-ion son capaces de ofrecer mayor capacidad, menor peso, bajos costos, mayor potencia y sin riesgos de acción cancerígena para los usuarios como los que llegaron a ofrecer los productos en base al Níquel y al Cadmio. Por lo cual, los cambios operados en los insumos, producción y uso de las baterías sufrieron un importante vuelco. Así, pasó a aumentar fuertemente la demanda de litio en reemplazo del consumo de Níquel y Cadmio, los cuales tendieron a caer. De este modo, si las baterías en base litio eran menos del 5% del mercado mundial en 1995, para el año 2008 eran ya el 58% del total. Los gráficos del 1 y 2 son bastantes elocuentes con respecto a este cambio de paradigma.

Gráfico N° 1. Cantidades estimadas de Cadmio, Cobalto, Litio y Níquel contenidas en baterías recargables de cámaras fotográficas y filmadoras usadas en los Estados Unidos (1996-2005).



Fuente: (BRUCKMAN, 2012, p. 85).

Gráfico N° 2. Importación neta de cámaras de video por tipo de batería (en millones de unidades) (1996-2005).



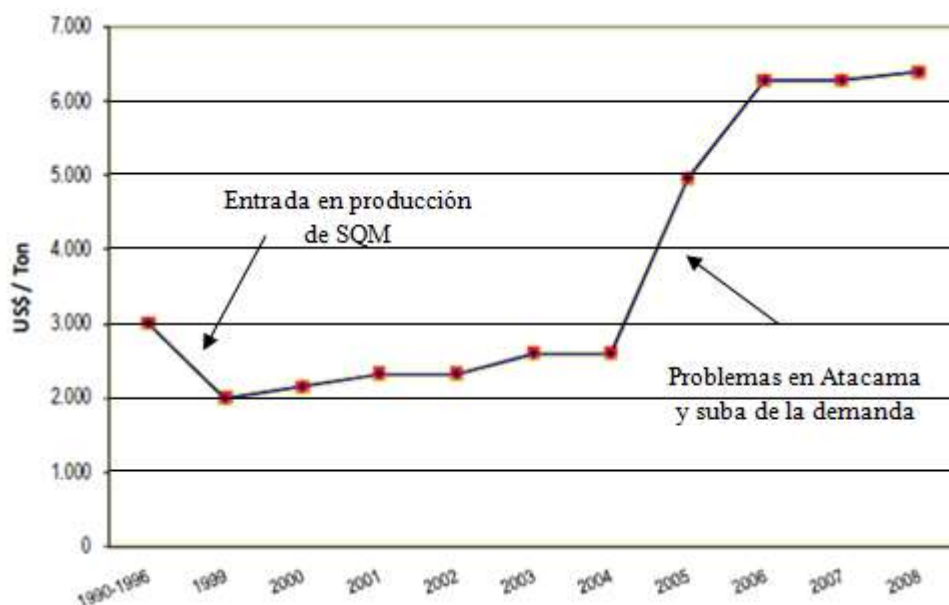
Fuente: (BRUCKMAN, 2012, p. 87).

Por su parte, los cambios tecnológicos que hicieron que las baterías tuvieran como insumo fundamental al litio, también sufrieron una doble revolución interna. Por un lado, porque al comenzar el siglo XXI la revolución nanotecnológica cobró un impulso inusitado, el cual permitió que nuevos productos irrumpieran en el mercado, reemplazando por su precio y calidad a modelos que, de golpe, resultaron obsoletos. Así, productos que habían funcionado como vanguardia en la era analógica, como los walk-man, disc-man, cámaras con rollo o video cintas y celulares, dieron lugar a los reproductores de MP3, celulares y cámaras digitales, computadoras portátiles, e-readers, etc. Por otro lado, porque la revolución nanotecnológica fue una *'revolución dentro de una revolución'*, ya que se modificaron radicalmente las formas de consumo y producción, consolidando la nueva era digital-informática con las telecomunicaciones, internet, nuevos servicios, precios accesibles –con tendencias a la baja- y formas dinámicas; donde el mercado de todos estos nuevos productos cobró un giro exponencial de crecimiento. De esta manera, por ejemplo, el litio usado para la fabricación de teléfonos celulares pasó de 1,8 toneladas en 1996 a 170 en

2005. Es decir, sólo en este ítem el consumo de litio se multiplicó por 94 veces en apenas 10 años. De igual modo, el consumo de litio para baterías de computadoras portátiles subió, en igual periodo, de 3,3 toneladas a 99, sufriendo un aumento de 3.000%. Si consideramos, además, que el uso de celulares pasó, sólo en los Estados Unidos, de 340 mil unidades en 1985 a 180 millones en 2004 y la importación de computadoras portátiles creció 1.200% de 1996 a 2005, mientras que la de cámaras digitales lo hizo un 5.600% en igual plazo, podemos tener una idea del gigantesco crecimiento operado (BRUCKMAN, 2012, p. 84).

Asimismo, con todos estos cambios, el mercado del litio volvió a sufrir transformaciones internas una vez más en muy corto tiempo. Un caso de ello fue que sus principales destinos como insumo pasaron a modificarse. Por ejemplo, en el año 1998 sus destinos se encontraban dominados para la producción de vidrios y cerámicas (destinándose el 47% del litio producido a esto), grasas lubricantes (17%), baterías (7%), aluminio (6%) y aires acondicionados (5%). Sin embargo, poco más de una década después, en 2009, la fisonomía interna de los destinos por los cuales era demandado el litio se modificó de manera notoria: las baterías prácticamente cuadruplicaron su demanda relativa total y pasaron, de tener el tercer lugar de consumo, a convertirse en el principal fin con el 27% (el resto de sus destinos, en orden de importancia, no se modificó mucho: vidrios y cerámicos -17%-, grasas lubricantes -12%-, aires acondicionados -5%-, aluminio -4%-, polímeros -4%- y usos farmacéuticos -3%-) (COCHILCO, 2009, p. 6). A su vez, todos estos cambios hicieron que, en muy poco tiempo, los precios del litio –sobre todo a partir del año 2005, cuando la producción del Salar de Atacama tuvo problemas-, casi se triplicaran, pasando a costar la tonelada, de un promedio cercano a los dos mil dólares, a superar los seis mil. De esta manera, aún la crisis financiera del año 2008, los valores del litio tendieron a consolidarse en niveles altos, aún cuando la producción subió mucho, ya que la demanda subió todavía más.

Gráfico N° 3. Evolución de los precios anuales promedios de carbonato de litio (US\$ corrientes / tonelada) (1990-2009).



Fuente: (COCHILCO, 2009, p. 13).

Sin embargo, si todos estos cambios parecen ya de por sí espectaculares, no debemos descuidar la aplicación que promete volverse la más importante de todas, convirtiendo al litio en un recurso estratégico central de cara al futuro: su uso para la fabricación de baterías de autos eléctricos. En efecto, las transformaciones tecnológicas han permitido que la fabricación de baterías Li-Ion pueda extenderse al mercado automotriz, pudiendo ofrecer una forma de almacenar energía eléctrica con niveles de potencia, autonomía y tiempo de recarga aceptables. Los automóviles eléctricos –Vehículos Eléctricos (VE), Vehículos Eléctricos Híbridos (VEH) y Vehículos Eléctricos Híbridos *Plug-in* o Enchufables (PHEV)- requieren de un tipo especial de batería para almacenar la energía generada, ya sea por el motor a combustión interna o por otros medios. Así, con los materiales livianos, poco volumen y gran capacidad de almacenamiento, las baterías Li-Ion son las que mejor se han adaptado a estos requerimientos, combinando el motor a combustión interna tradicional (para el caso de los híbridos) con una batería y motor eléctrico. Este tipo de automóviles ya permite alcanzar viajes que vayan de 60 a 350 kilómetros (dependiendo del modelo) solamente con el impulso de una batería en base al litio. A su vez, con la tecnología actual, las baterías son capaces de ser recargadas en seis minutos en cualquier enchufe doméstico de 220 voltios, alcanzando los autos velocidades máximas de 180 km/hora y una aceleración de 0 a 100 km/hora en menos de seis segundos. Muchas empresas automotrices líderes ya están disputando la vanguardia tecnológica para dominar el mercado de los autos eléctricos que, se augura, será el dominante de cara al futuro. Empresas como la estadounidense General Motors, las

japonesas Toyota y Nissan o las europeas Porsche, Mercedes Benz y Volvo ya tienen prototipos en producción e investigación (retomaremos esto más adelante). Si bien la mayoría de los autos eléctricos actuales no utilizan baterías Li-Ion, las nuevas generaciones de estos modelos se espera que lo hagan de forma masiva. Con lo cual, estos elementos permiten augurar un cambio de patrón energético global, realizando una transición del paso del petróleo a la energía eléctrica, convirtiéndose el litio en el insumo estratégico indispensable para llevarla a cabo.

La estructura del comercio de litio. Los protagonistas y sus lógicas

Como dijimos al comienzo del apartado anterior, la distribución del litio en el mundo guarda una forma heterogénea. Según se dijo, existen diferentes formas en las que está depositado el recurso, no sólo por tipo (salmueras, minerales, etc.) sino también por país. Además, en cada caso, deben tenerse en cuenta el grado de concentración, tasas de evaporación, cantidad y calidad, lo que hace variar sensiblemente los costos de explotación de una situación a otra. Así, debemos tener en cuenta que los recursos mundiales estimados, considerando todas las formas en las que se haya depositado el litio, acumulan cerca de 33 millones de toneladas. Sin embargo, las formas bajo las cuales el recurso es económicamente viable, dadas las tecnologías actuales, son sólo un 40% de ése total, reduciéndose a 13 millones⁵ (ver Cuadro N°1). Por lo cual, no todos los países y formas en las que se haya el recurso están en condiciones de utilizarlo, siendo un número reducido de países los únicos que pueden hacerlo.

En este sentido, hay tres datos que devienen fundamentales para analizar a los países que cuentan con el recurso. Por un lado, es que la principal promesa a futuro con respecto a la utilización del litio, gracias a convertirse en el insumo clave de los nuevos tipos de baterías, es principalmente viable a partir de la extracción del litio de las salmueras, ya que esta fuente es la más rentable para alcanzar el grado de pureza necesario. Lo cual, vuelve a acotar –una vez más– el número de países en condiciones de explotar el recurso para ése fin, reduciéndose los países prácticamente a cinco: Estados Unidos, China, Argentina, Bolivia y Chile (ver Cuadro N° 2). Por otro lado, no es un dato menor que sólo los precios actuales han permitido que varios de estos países puedan incorporarse al mercado mundial como productores de litio, dado que el valor de la tonelada al superar los tres mil dólares –para tomar un precio de referencia– logra cubrir los costos de explotación. Es por eso que, anteriormente al año 2005, sólo el salar chileno de Atacama era el único que

⁵ Un resumen del debate sobre cómo estimar las cantidades mundiales se encuentra en (RIVA PALACIO, 2012, p. 25-26).

estaba en condiciones de ofrecer el producto; donde, cualquier descenso abrupto del precio de referencia, convertiría a muchos países y fuentes en inviables para explotar el litio en función de la calidad requerida para las nuevas tecnologías (ver Cuadro N° 3).

Cuadro N°1: Recursos y reservas identificadas mundiales de litio estimadas en 2011 (en toneladas).

País	Recursos identificados		Reservas	
	en tns	en %	en tns	en %
Bolivia	9.000.000	27,30%	s/d	s/d
Chile	7.500.000	22,70%	7.500.000	57,70%
China	5.400.000	16,40%	3.500.000	26,90%
Argentina	2.600.000	7,90%	850.000	6,50%
Australia	630.000	1,90%	580.000	4,50%
Estados Unidos	4.000.000	12,10%	38.000	0,30%
Brasil	1.000.000	3,00%	64.000	0,50%
Canadá	360.000	1,10%	s/d	s/d
Zimbawe	s/d		23.000	0,20%
Total	33.000.000	100,00%	13.000.000	100,00%

Recurso identificado: es una concentración de mineral potencialmente extraíble, cuya localización, grado, cantidad y calidad son conocidas o estimadas a partir de evidencia geológica. Reservas: es la parte de los recursos identificados que reúne los requisitos físico-químicos mínimos para llevar a cabo prácticas de producción minera y cuya explotación económicamente viable en las condiciones actuales.

Fuente: (MINISTERIO DE ECONOMÍA, 2011, p. 11).

Cuadro N°2: Reservas mundiales de litio por tipo y país (en toneladas).

País / Fuente	Pegmatitas	Salmueras	Salmueras geotermales y pozos petrolíferos	Arcillas (Hectorita)	Jadarita	Total Reservas
EEUU	2.830.000	40.000	1.750.000	2.000.000		6.620.000
Canadá	255.600					255.600
Zimbawe	56.700					56.700
Zaire	2.300.000					2.300.000
Australia	262.800					262.800
Austria	100.000					100.000
Finlandia	14.000					14.000
Rusia	1.000.000					1.000.000
Serbia					850.000	850.000
Brasil	85.000					85.000
China	750.000	2.640.000				3.390.000
Bolivia		9.000.000 (1)				9.000.000
Chile		6.900.000				6.900.000
Argentina		2.550.000				2.550.000
Total x fuente	7.654.100	21.130.000	1.750.000	2.000.000	850.000	33.384.100

(1) En la fuente original figuran 5.500.000. Lo hemos actualizado.

Fuente: (COCHILCO, 2009, p. 11).

Cuadro N°3: Principales salmueras de producción de litio y su concentración, tasas de evaporación, costos unitarios y recursos identificados

País/Salar	Concentración promedio de Litio	Tasa de evaporación	Costos unitarios totales		Recursos identificados
	ppm	mm/año	U\$S/IB	(U\$S/tn)	tn de litio
Chile					
Salar de Atacama	1.500	3700	0,7 - 1,0	1.543 - 2.205 2.646 -	6.900.000
Salar de Maricunga	400-1.500	-	1,2 - 1,5	3.307	200.000
Argentina					
Salar del Hombre Muerto	692	2775	1,1 - 1,3	2.425 - 2.866 2.646 -	850.000
Salar del Rincón	397	2600	1,2 - 1,5	3.307 2.425 -	1.400.000
Salar de Olaroz	900	-	1,1 - 1,3	2.866	300.000
Bolivia					
Salar de Uyuni	350	1500	1,3 - 1,8	2.866 - 3.968	5.500.000
Salar de Copiаса	340	-	-	-	200.000
Estados Unidos					
Clayton Valle	360	900	1,1 - 1,3	2.425 - 2.866 2.866 -	40.000
Great Salt Lake	40	-	1,3 - 1,8	3.968	520.000
China					
Taijanair	360	3560	1,1 - 1,3	2.425 - 2.866 2.205 -	940.000
Zhabuye	1.200	-	1,0 - 1,2	2.646 2.205 -	1.530.000
Dangxiongscuo	400-500	2300	1,0 - 1,2	2.646	170.000

Fuente: (MINISTERIO DE ECONOMÍA, 2011, p. 14).

Por último, y en tercer lugar, teniendo en vista todo lo anterior, es fácil percibir el lugar que le otorga el mercado mundial del litio a la Argentina y –especialmente- a Latinoamérica. En efecto, Argentina, junto con Bolivia y Chile conforman lo que se ha denominado “el triángulo del litio”, concentrando entre los tres países el 55% de las reservas mundiales y cerca del 85% de los depósitos de salmueras. Es por ello que la revista Forbes comenzó a hablar de la unión de los tres países como “la Arabia Saudita del litio”, ya que guardan las reservas de materia prima para acumular la energía que se proyecta como indispensable hacia el futuro, al igual que lo fue el petróleo –según se dice- durante el siglo XX. No son pocos los analistas que se entusiasman en hablar del litio como “el petróleo del siglo XXI” o como “el oro blanco de la energía”. En este sentido, Rodolfo Tecchi, quien hasta hace poco era Director de la Agencia de Promoción Científica y Tecnología del Ministerio de Ciencia de la Nación de Argentina, trató de hacer proyecciones: “Se podrían establecer mecanismos de control de la oferta de carbonato de litio, evitando distorsiones por sobreproducción que impliquen bajas en el precio internacional”, las cuales afecten la rentabilidad de los tres países, atisbando que “En un futuro cercano y con una producción plena, Bolivia, Argentina y Chile van a manejar el mercado del litio. Podrían hacerlo en una suerte de OPEP” (*Clarín* 29/06/2011). Con lo cual, la búsqueda de mecanismos comunes de defensa de los intereses de la región devendrá un tema clave, por eso no es descabellado augurar por la creación de organismos supranacionales al respecto. Un suceso en esta dirección fue el llamado a conformar un “G-10 de la energía” en Bolivia en mayo de 2014, al cual Argentina acudió. Como dijo el presidente de YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales, de Argentina), Miguel Galuccio, “si tener el dominio de la energía es poder político, agruparse y encontrar sinergias es todavía tener más poder”, puntualizando que aquellos países que tienen poder político son aquellos que “dominan sus recursos naturales” (*Página 12* 16/05/2014).

Así, por su parte, se entiende que los cambios tecnológicos y económicos son una oportunidad que los países como Argentina no pueden desaprovechar, no sólo como fuente de divisas y rentabilidad excepcional, sino también, yendo todavía por un paso más, al industrializar el recurso e –incluso- llegar a fabricar las baterías localmente, incorporando un alto valor agregado y tecnológico. Como manifestó Sergio Echebarrena, presidente de la Cámara argentina de proveedores de la industria petroenergética (CAPIPE), con respecto a la gestión del recurso:

Tener el recurso y tratar de aumentar las regalías es una mirada. Creo que no se trata de pertenecer a una OPEP del litio sino de ser parte de los que tienen la tecnología y de cómo utilizar el recurso para generar la industria [...] La industria argentina está en condiciones de incorporarse a la cadena de valor, para que el litio no salga a granel y

sin escalas sino en forma de baterías" (SEVARES y KRZEMIEN, 2012, p.142).

Con respecto a esto último, tratemos de abordar cómo se da la relación entre países exportadores de litio, los consumidores del mismo y aquellos quienes lo elaboran bajo forma de pilas y baterías. Si observamos la información provista por Trademap (organismo dependiente de Naciones Unidas), en el cuadro N° 4, notaremos que los valores exportados de carbonato de litio entre los años 2001 y 2013 han crecido fuertemente, pasado de casi 85 mil dólares a 370 mil de un extremo a otro de la serie. Sin embargo, notaremos también que existen dos periodos de exportación bien marcados. Por un lado, una tendencia de aumento sostenido de las exportaciones entre los años 2001 y 2008, que ofreció una tasa de crecimiento anual de 22 %. Sin embargo, tras el estallido de la crisis en 2008, que hizo disminuir mucho el comercio mundial, produjo un abrupto descenso de los valores exportados de litio, con una caída de casi el 40% por esto. Así, a partir del año 2009 los números exportados volvieron a crecer hasta 2012, casi al mismo ritmo que antes, hasta recuperarse totalmente, retornando a los valores previos. A su vez, si tenemos en cuenta la performance ofrecida por la Argentina, vemos que es el país que más hizo crecer sus exportaciones en todo el periodo (a una tasa del 29% anual, cuando el mercado mundial aumentó al 14% en igual plazo). Por su parte, el destino más importante del carbonato exportado por el país fueron –por lejos- los Estados Unidos, aunque los últimos años se ha logrado desconcentrar las ventas, aunque sea levemente. Así, con el ascenso del consumo de Japón y la demanda sostenida de China, la diversificación de los países compradores del litio argentino mejoró un poco (ver Cuadro N° 5), aunque casi con valores estancados entre 2008 y 2013, lo cual señala que la crisis internacional afectó mucho al país.

En este sentido, el veloz crecimiento argentino le permitió ir consolidando su lugar como segundo exportador mundial de carbonato de litio durante los años 2001-2013, aunque muy atrás de Chile (que explica por sí solo dos tercios del total), pero concentrando entre ambos países casi el 80% del negocio de exportación. Con lo cual, se confirman las premisas que indican que el cono sur latinoamericano podría aprovechar su supremacía sobre el mercado, sobre todo cuando también se agregue Bolivia como país exportador, para aplicar políticas de defensa de los precios de sus productos y buscar aumentar su valor agregado.

Cuadro N°4: Exportaciones de carbonato de litio en valores totales (en millones de dólares) y por país (en %) (2001-2013).

Año	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Exportación mundial total (valor)													
Total (en U\$S)	85	89	108	133	165	227	321	358	219	298	343	370	355
Países	Exportación mundial por país (en %)												
Chile	60,9	62,38	59,9	56,3	57,1	54,3	58,7	61,1	51,5	58,4	59,4	66,72	63,5
Argentina	2,90	1,18	5,58	9,77	10,0	11,5	9,24	13,9	18,4	15,9	11,3	11,1	11,2
Bélgica	7,11	8,33	7,24	7,53	7,92	8,84	9,41	5,68	7,81	7,28	5,80	6,43	10,0
China	3,34	2,93	2,56	2,43	3,45	7,55	6,51	4,52	6,29	6,63	10,0	5,42	2,61
Alemania	6,49	5,96	7,34	6,50	6,51	6,34	5,89	5,08	6,59	5,00	6,26	4,26	6,27
EE. UU	12,9	14,4	11,8	11,4	10,5	6,57	5,56	6,40	4,92	4,05	3,72	3,47	3,37
Corea del Sur	0,00	0,03	0,26	0,04	0,01	0,00	0,00	0,10	0,52	0,89	0,46	0,56	0,31
Eslovenia	1,20	0,85	0,81	0,95	0,85	0,66	0,57	0,58	1,29	0,66	0,57	0,50	0,37
Holanda	0,74	0,40	0,34	0,35	0,46	0,48	0,76	0,60	0,76	0,34	0,57	0,47	0,48
Reino Unido	0,50	0,33	0,49	0,33	0,44	0,60	0,36	0,19	0,48	0,16	0,13	0,22	0,17
Otros	3,88	3,17	3,60	4,38	2,65	3,10	2,99	1,81	1,36	0,62	1,69	0,79	1,68
Total (en %)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base datos TRADEMAP.

Cuadro N°5: Exportación de carbonato de litio argentino por país de destino (en %) (2002-2013).

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
EE. UU.	54,57	89,18	93,09	63,74	88,78	95,33	88,17	87,98	76,30	79,15	57,85	51,06
China	0,00	0,00	0,63	25,16	6,50	0,69	2,68	9,94	10,04	6,02	19,09	32,79
Corea del Sur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03	1,76	4,49
Bélgica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,09	1,37	1,93	4,26
Japón	42,48	10,82	6,28	11,10	4,71	3,97	0,00	2,06	11,34	11,70	16,84	4,03
Otros países	2,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,15	0,02	0,85	0,66	2,51	3,37
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base datos TRADEMAP. Se agregó en la categoría "China" las exportaciones desagregadas a Taipei (China).

Con respecto a la importación del carbonato de litio, la situación se modifica. En principio, porque se registra una distribución más atomizada entre los países compradores de carbonato de litio que la ofrecida cuando se trata de vender. A su vez, porque el consumo de carbonato de litio se explica, prácticamente en su totalidad, por los países con mayor

grado de desarrollo. Es decir, puede percibirse que los países centrales, por más que puedan ofrecer ciertas cantidades de exportación de litio⁶, son realmente quienes lo consumen sin excepción, no existiendo países periféricos entre los demandantes. Por ejemplo, mientras Bélgica, China, Alemania, EE. UU. y Corea del Sur exportaron, en conjunto, el 20% del valor del carbonato del litio mundial en 2013, ése mismo año explicaron más del triple de lo importado, con casi el 68% del consumo total (ver Cuadro N°6). Con lo cual, vemos que con el caso del litio no se rompe la lógica global aplicada a la minería: la misma se consume en el centro, pero en su mayoría es explotada en los países pobres y subdesarrollados, manteniendo el clásico esquema dependentista, que no parece haberse roto.

⁶ Es preciso tener en cuenta que los países desarrollados que exportan litio muchas veces no lo producen dentro de sus territorios geográficos, sino que registran las exportaciones a través de las empresas mineras de su nacionalidad, pero que explotan el recurso en otra parte.

Cuadro N°6: Importaciones de carbonato de litio en valores totales (en millones de dólares) y por país (en %) (2001-2013)

Año	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Importación mundial total (valor)													
Total (en U\$S)	77	86	103	132	161	231	329	353	239	298	383	423	354
Importación mundial por país (en %)													
Japón	18,5	19,1	21,8	21,0	17,0	27,1	26,1	24,6	21,7	25,9	21,1	16,5	12,54
Corea del sur	3,65	2,96	3,57	3,87	4,21	4,29	6,82	9,05	13,3	13,7	13,8	16,1	19,56
China	11,2	9,78	11,0	12,3	13,7	10,3	6,72	6,57	5,27	9,51	8,77	14,8	19,41
EE. UU	20,9	19,2	18,5	21,3	18,4	17,3	17,3	20,6	18,2	14,4	15,2	13,7	13,58
Alemania	10,0	11,2	11,7	10,8	11,0	10,2	10,0	9,15	9,37	9,86	10,9	11,7	2,91
Bélgica	8,00	8,28	6,10	7,22	7,97	8,06	8,79	7,03	7,86	6,06	8,66	7,43	9,37
Francia	3,43	4,48	3,55	2,96	2,75	2,55	2,85	2,62	3,45	2,58	2,97	2,54	2,59
Canadá	3,05	2,98	2,54	2,17	2,32	2,39	2,85	3,12	2,53	2,18	1,80	1,95	2,51
Rusia	4,54	4,16	2,88	3,61	3,80	1,21	1,20	1,23	0,83	0,98	2,27	1,91	1,80
Holanda	2,13	2,06	1,96	1,69	1,22	1,91	2,59	1,21	0,83	0,87	1,21	1,81	1,43
España	1,62	1,47	1,32	1,16	1,83	1,52	1,28	2,33	2,09	1,99	2,02	1,80	2,36
Turquía	0,52	0,59	0,81	0,84	0,85	1,03	1,49	1,13	1,54	1,34	1,21	1,45	2,38
Italia	3,88	3,70	3,63	2,73	5,13	3,48	2,42	2,39	2,80	1,76	1,67	1,28	1,88
Otros	8,44	9,83	10,4	8,12	9,59	8,5	9,43	8,91	10,0	8,77	8,31	6,84	7,68
Total (en %)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base datos TRADEMAP.

En este sentido, la premisa de industrializar el litio y producir baterías debe contemporizar que, actualmente, la fabricación de baterías tiene como principal núcleo al sudeste asiático. Así, Japón y Corea han sido los países pioneros en la investigación y desarrollo de este tipo de producción, mientras que China ingresó al mercado sólo como productor de pilas y baterías de menor costo y calidad, pero logrando tener más de 100 fabricantes locales (MINISTERIO DE ECONOMÍA, 2011, p. 10). El carbonato de litio importado por estos tres países del sudeste asiático, según el Cuadro N° 6, sumó el 51,5%

del total mundial en 2013, exportando los mismos, en igual año, casi el 19% de las pilas y baterías de pilas eléctricas de litio, pero llegando al 45% si agregamos a los países que funcionan como re-exportadores de aquellos por cuestiones fiscales (Singapur, Hong Kong e Indonesia) (ver Cuadro N° 7). Es decir, esos tres países consumen casi la mitad del carbonato de litio mundial para exportar casi igual porcentaje de las baterías y pilas de baterías eléctricas del mundo, ocupando un lugar cada vez más destacado en el mercado: su participación en el mercado pasó del 40% a casi el 50% entre 2001 y 2013, cuando la producción mundial casi se triplicó en esos años (lo cual indica que lo hicieron a un crecimiento más aprisa que el ofrecido por el mercado mundial, liderando así su expansión). A su vez, si la oferta de la producción de pilas y baterías es relativamente acotada, esto se reduce aún más si se considera a la chance de fabricar la totalidad de los componentes técnicos. Como indicó la Ingeniera Juana Olivares, encargada de dirigir una fabrica prototipo en Bolivia que intenta la producción local de las baterías, explicando la dificultad, por el momento, de una producción 100% nacional, “de hecho ningún país tiene esa capacidad, incluso China debe importar la membrana separadora de Japón, que es el único país que cuenta con ese material y viene desarrollando su tecnología desde hace más de 20 años” (*El Deber* 17/02/2014). Es por eso que para los países latinoamericanos, la posibilidad de una fabricación plena de la batería, aparece como un sueño lejano. Para el caso argentino, por ejemplo, hacerlo hoy sería meramente cumplir un papel de ensamblaje, ya que el 80% de los componentes necesarios de la batería deberían producirse afuera. El presidente de la Cámara Minera de Salta, Facundo Huidobro, piensa que es mejor dejar de destinar tiempo y dinero a una meta casi imposible, y conformarse con producir litio de manera internacionalmente competitiva, sugiriendo seguir el modelo liberal chileno de explotación: “Chile tiene más de 30 años de explotación en litio y nunca pensó en baterías” (GACETILLA DEL ÁREA MINERA, 2011, p. 8). Así, en los países de la región, sobre todo en Argentina y Bolivia –que tienen perspectivas más ambiciosas sobre la industrialización, la tecnología y la agregación de valor-, las aguas están divididas entre aquellos que apuestan a un desarrollo local que persiga la chance de fabricar la batería y aquellos que creen que es un camino casi imposible, y que sólo traerá perjuicios y el derroche de recursos en el largo plazo (GACETILLA DEL ÁREA MINERA, 2011, p. 8)⁷.

Cuadro N°7: Exportaciones de pilas y baterías de pilas eléctricas de litio en valores totales (en miles de dólares) y por país (en %) (2001-2013)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	1	2		4	5		7		9	0	1	2	3

⁷ Para las diferentes estrategias y ambiciones con respecto al litio entre Argentina, Bolivia y Chile ver (CEDHA, 2012, p.40-51) y (SEVARES y KRZEMIEN, 2012, p.134-136).

	Exportación mundial total (valor)												
Total (en U\$S)	715	776	1.04 4	1.17 0	1.12 9	1.15 7	1.23 3	1.46 8	1.48 5	1.81 5	1.87 1	1.96 5	387
Países	Exportación mundial por país (en %)												
EE. UU.	15,3	14,8	13,8	15,3	20,6	24,1	22,7	21,9	23,6	20,1	19,0	18,9	19, 2
Singapur	4,29	5,02	8,20	8,32	6,08	6,03	6,78	9,50	13,4	12,4	12,8	14,8	16, 5
Hong Kong (China)	3,98	4,40	4,30	10,1	13,8	9,95	7,98	7,71	7,60	8,92	8,92	10,5	1,2 9
Japón	29,2	26,4	17,7	15,1	13,5	14,6	14,8	12,4	9,49	10,0	9,83	9,19	7,6 6
China	1,46	1,97	3,72	4,21	4,87	3,86	5,07	5,04	5,12	5,60	6,16	6,32	8,6 2
Indonesia	1,82	2,27	1,97	2,32	3,18	4,08	3,83	3,29	3,43	4,25	5,45	5,52	7,8 1
Canadá	0,52	0,87	0,55	1,00	1,57	2,02	2,67	2,25	1,65	1,47	2,97	4,96	4,8 1
Alemania	7,70	7,61	5,85	7,83	7,25	6,77	6,38	5,41	5,44	4,65	5,64	4,95	6,2 3
Francia	6,38	7,08	5,93	6,18	5,31	6,23	6,00	5,83	5,25	4,62	4,96	4,85	5,1 1
Reino Unido	3,10	2,47	3,35	4,41	4,21	4,38	4,34	4,74	4,20	3,90	4,45	3,87	3,6 3
Bélgica	4,79	6,82	5,94	5,29	4,67	3,66	3,08	3,07	2,82	2,66	2,90	3,17	3,2 5
Holanda	1,42	1,59	1,82	1,29	1,10	1,06	2,99	3,21	2,15	2,25	2,66	2,58	2,7 3
Corea del Sur	1,01	1,30	1,04	1,40	1,40	1,40	1,90	2,93	2,34	1,93	2,03	2,39	2,7 6
Suiza	1,83	1,72	1,69	2,07	2,11	3,35	3,77	3,66	2,79	2,93	2,25	0,99	1,0 1
México	4,59	1,57	0,91	0,47	0,46	0,24	0,34	0,23	0,76	0,94	0,70	0,93	0,7 1

Otros	12,5	13,9 8	23,0 7	14,6 5	9,77	8,09	7,34	8,73	9,84	13,3	9,15	6,04	8,5 4
Total mundial	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base datos TRADEMAP.

En otro orden, las que despuntas como actores claves del proceso hacia el futuro son las empresas automotrices. En este caso, con el virtual agotamiento del petróleo, el encarecimiento de sus costos y/o las presiones para pasar a un paradigma de 'energías verdes', las automotrices se han lanzado a la carrera de buscar liderar el nuevo proceso de fabricación de autos eléctricos, que lentamente viene creciendo. Así, en el año 2007 se produjeron 500 mil unidades de estos, cuando la producción mundial total de automóviles fue en ése año de 73 millones de unidades (COCHILCO, 2009, p. 7). Es decir, una porción mínima que apenas cubrió el 0,68% del mercado, aunque los números de a poco han ido creciendo (ver próximo apartado). En los países centrales, ninguno de sus gobiernos quiere quedar atrás de lo que se presenta como el futuro del mercado automotriz, ya que los beneficios tecnológicos, laborales, industriales y económicos de la producción de automóviles son inmensos, mucho más combinados con la fuerza que implica dominar las nuevas tecnologías. Por lo cual, varias naciones están promoviendo activamente a las diferentes empresas a investigar y desarrollar los autos eléctricos. Por ejemplo, el Departamento de Energía de los Estados Unidos asignó una partida de U\$S 2.400 millones en subsidios para el desarrollo de baterías y componentes de conducción eléctricas de vehículos a través de la *American Recovery and Reinvestment Act* de 2009; donde de esa partida deben destinarse U\$S 940 millones (casi el 40%) a la producción de baterías de Li-Ion. El proyecto LIVE (siglas de Logística para la Implementación de Vehículos Eléctricos) de Barcelona planea a través del Ayuntamiento de la ciudad, varias empresas y ONGs, buscar reconvertir el área metropolitana para el uso de vehículos eléctricos (MINISTERIO DE ECONOMÍA, 2011, p.43). El gobierno alemán también ha dado suministros y apoyos en una dirección similar, con el anhelo de producir en el año 2020 un millón de vehículos eléctricos (CEDHA, 2012, p.21).

Sin embargo, por más que se puedan desarrollar las nuevas tecnologías, el futuro del litio no puede ligarse exclusivamente a esto. Si bien el crecimiento de la industria de autos eléctricos puede convertirse en su motor más dinámico, no debe exagerarse el rol que cumple el litio, ya que éste es bastante paradójico. Por un lado, porque aunque el litio sea un componente central de la industria, volviéndose irremplazable (no es casualidad que el tipo de batería que se piensa usar se llame, justamente, Li-ion), también es verdad que el peso

de la materia prima en la cadena de valor automotriz es casi nulo. En efecto, para producir una batería eléctrica para autos, bajo la tecnología y valor actuales, se requiere entre 7 y 15 kilos de litio, siendo esto un costo que oscila, apenas, entre los 42 y 90 dólares por vehículo. No obstante, el valor final de una batería se encuentra entre los 8 y 18 mil dólares, volviéndose el litio, en tanto materia prima, una proporción cercana al 0,5% del total (ver Cuadro N°8). A su vez, si se tiene en cuenta que las baterías son tan sólo una parte del total del costo de un automóvil, el peso que ocupa el litio en el valor final es, entonces, muy bajo. Es por eso que a las automotrices no parece preocuparles el precio del recurso, sino simplemente asegurarse una pequeña provisión de él hacia futuro. En este caso, las empresas no aspiran a tener un monopolio de la materia prima o a estar intranquilas por la evolución de su precio, ya que –como vimos- es muy poco lo que requieren y menor aún la capacidad del insumo de influir en el precio final de los automóviles. Así, la mayoría de las empresas (ya sean europeas, japonesas o estadounidenses) han decidido utilizar como principal estrategia asociarse con diversas compañías mineras –en general trasnacionales-, financiando sus proyectos, exploraciones y explotaciones, con el único fin –posteriormente- de acceder de un modo seguro al recurso por largos periodos que van desde los 20 a los 50 años. Porque es obvio que ninguna empresa va a desarrollar un plan de reconversión tecnológica multimillonario, de largo plazo, sin tener la confianza de la provisión de los insumos que ésta implique (*Clarín* 21/03/2010). En el caso argentino, este tipo de estrategia, de simple resguardo del abastecimiento de litio, se muestra de manera plena. Así, la automotriz japonesa Toyota se asoció con la minera australiana Orocobre Ltd. para explotar el Salar de Olaroz (provincia de Jujuy), Magna y Mitsubishi (también de Japón) lo hicieron en el Salar de Cauchari (provincia de Salta) con la minera canadiense Lithium Americas, mientras que la automotriz coreana Kores lo hizo con Lithium One (minera canadiense-china) para explotar el yacimiento Sal de Vida en Catamarca (SEVARES y KRZEMIEN, 2012, p.141). Con lo cual, las automotrices, si bien son un agente fundamental de la cadena de comercialización, en ningún caso reclaman la exclusividad o control del litio, ya que sus contratos con las mineras sólo se refieren a una parte de la producción total lograda, estando éstas quedan en libertad de vender el producto cómo y a quienes quieran, sin tampoco mostrar –como dijimos- preocupación por los aumentos que pudiera sufrir el precio de cotización.

Cuadro N°8: Tipo de batería según tipo de auto y la incidencia del litio en el costo.

Tipo de batería según tipo de auto	EV	PHEV	HEV
Capacidad batería	25 kwh	12 kwh	2 kwh
Cantidad de carbonato de litio requerido	15 kg	7,5 kg	1,5 kg
Costo del litio total requerido (≈ 6 U\$/Kg)	U\$S 90	U\$S 45	U\$S 10
Precio final de la batería (≈ 700 U\$/kmh)	U\$S 17.500	U\$S 9.000	U\$S 1.400
Incidencia del litio en el costo unitario final	0,51%	0,50%	0,71%

Fuente: elaboración propia.

El negocio minero, por su parte, también es complejo y difícil de anticipar. Por un lado, porque la minería es una actividad en sí misma fuertemente especulativa. Por ejemplo, el proceso de exploración de los diversos yacimientos en busca de recursos rentables, ya sean por tipo, calidad, cantidad, facilidad de explotación, peligros jurídicos (sociales, ecológicos, impositivos, etc.) son muy altos y a mediano y largo plazo. A su vez, aunque una empresa haya logrado dejar atrás la etapa de exploración, los riesgos no se terminan allí. En el caso del litio, el proceso de explotación del recurso, desde su inicio, una vez identificado, hasta la obtención de su primera producción para la venta, demora cerca de 5 años. Así, durante esos 5 años las empresas deben destinar una gran cantidad de capital –miles de millones de dólares- y asumir todos los riesgos del caso, desde los conflictos territoriales y ecológicos hasta laborales y económicos, con la incertidumbre de saber a ciencia cierta cuánto valdrá su producto una vez que logre salir a la venta. En muchos casos, el vertiginoso proceso de cambios de precios internacionales ha llevado a muchas mineras a la quiebra, al descender bruscamente los precios de los minerales que buscaban extraer, llevándolos por debajo de su costo de explotación. Además, una vez que las empresas mineras logran sacar sus primeros productos a la venta, tardan entre 3 y 8 años más, luego, en recuperar el capital invertido. Esto hace que el tiempo demandado desde el comienzo del emprendimiento, hasta la amortización de las primeras inversiones, requiera entre 8 y 13 años de espera para recibir las primeras ganancias *netas*. De esta manera, por más que las tasas de rentabilidad puedan ser muy altas, los tiempos de espera y sus incertidumbres encarecen mucho los emprendimientos. Es por eso que el negocio minero, en general, muchas veces necesita asociarse con grupos financieros y bancarios, amén que para el caso puntual de Argentina, los capitales nacionales no se han embarcado en gran número en él, dejando al capital trasnacional (ya sea netamente minero o financiero) el segmento mayoritario del negocio.

En este sentido, las transformaciones recientes de la economía mundial le han ido otorgando un rol cada vez mayor al *capital financiero* dentro del desarrollo del capitalismo. Así, con la nueva fase de acumulación del capital abierta en la década de 1970, no es incorrecto denominarla como ‘financierización de la economía’, siendo que este sector ha avanzado mucho sobre otros, sobre todo el industrial⁸. De esta manera, grupos del sector financiero, en su afán de captar tasas superiores de ganancias y nichos de inversión, han diversificado sus estrategias de inversión, conformando alianzas con el capital minero, como a su vez en inversiones fuertemente especulativas de los recursos naturales, convirtiendo a la naturaleza en agente de mercantilización. En efecto, las inmensas riquezas creadas no se han invertido en proyectos productivos, sino en fondos de inversión, fideicomisos, brokers financieros, compañías de seguros, bancos y fondos de pensión, que, a partir del paradigma neoliberal de desregulación financiera, apertura económica, liberalización de las cuentas de capital de los países, han crecido astronómicamente, siendo los responsables de la crisis 2008, asociadas a las Calificadoras de Riesgo y los dictados de los organismos internacionales de crédito (como el FMI y el Banco Mundial). Así, estos fondos, ampliando los mercados especulativos a través de derivados, compras a futuro, entrando y saliendo de los mercados –“inflando sus precios”- y multiplicando las operaciones financieras varias veces en comparación con las transacciones realmente efectuadas, creando burbujas financieras que alientan la inestabilidad, han sido los responsables de las subas de los bienes primarios o *commodities* de los últimos 15 años (ya sean granos, metales, energía, etc.) (Página 12 20/02/2011). Todo lo cual ha reforzado el lugar del capital financiero y la especulación, en desmedro de las actividades verdaderamente productivas. Como dijo un funcionario del gobierno de México: “Si los altos precios pueden ser buenos para los agricultores, al tiempo que los precios bajos son buenos para los consumidores, los precios volátiles no son buenos para nadie, excepto quizás para algunos actores del mercado [como los especuladores]” (RODRÍGUEZ, 2011, p. 28).

Ahora bien, este ascenso del capital financiero si bien ha penetrado en el mercado minero y en el circuito del litio, todavía no lo ha hecho plenamente. Es decir, si bien los grupos financieros necesariamente se han aliado a muchas empresas mineras, ya sea como socias comerciales o como prestamistas, lo cierto es que el litio no se ha convertido –por lo menos hasta el momento- en un producto primario masivo, de inversión especulativa. En efecto, la *financierización de la economía* ha hecho que los considerados *commodities* – productos primarios básicos, mercantilizados casi sin valor agregado- se vuelvan un objetivo central. Así, los metales (oro, plata, cobre), energía (petróleo, gas natural), alimentos e insumos (azúcar, algodón, café), granos (maíz, trigo, soja, garbanzos, porotos) y ganado

⁸ Un buen y fundado análisis de esto puede encontrarse en (RAPOPORT y BRENTA, 2010. p. 40-50).

(cerdo, vacuno) han aumentado mucho sus precios motivados por los procesos arriba descriptos. Sin embargo, el caso del litio se ha mantenido al margen de esto, ya que no es un bien que se comercie en los mercados abiertos (bolsas, sistemas bursátiles, derivados, etc.) como el resto de los *commodities*, sino que el mismo sólo se transa directamente entre contratos de clientes, por compradores y vendedores sin intermediarios. Es esto lo que le ha otorgado mayor estabilidad a sus circuitos de comercialización. Con lo cual, de crecer su mercado, seguramente cambien sus formas de venta y negociación, llegando a los mercados abiertos y estableciendo nuevas lógicas a partir de allí.

En el caso argentino, la explotación legal de los recursos mineros corresponde a las provincias, siendo éstas –según el régimen minero actual- las que deben usufructuar y ocupar de la gestión, concesión y regalías del caso. En efecto, gracias a los cambios en el Código de Minería realizado a mediados de la década de 1990, las provincias pasaron a ocuparse de la administración de los recursos mineros y del subsuelo de sus espacios geográficos. De esta manera, a partir de estos cambios, muchas provincias vieron en la minería una oportunidad propicia para hacer crecer sus recursos fiscales, obtener inversiones y crear fuentes de trabajo, despreocupándose muchas veces por las consecuencias negativas que igualmente se pudieran generar. Porque la minería, según nos dijo un funcionario estatal del área (Javier Palacios, entrevista de investigación), es casi la única oportunidad que tienen muchas provincias para generar recursos propios, sin depender de las rentas que pudiera transferirles el gobierno central a través de las coparticipaciones, obras y aportes del Tesoro; donde las transferencias a las provincias muchas veces se realizan de forma arbitraria, dependiendo de la subordinación política que tengan con el Estado Central. Así, muchos gobernadores, ven en la minería la posibilidad de ganar independencia política y ampliar sus horizontes de acción. En esta misma dirección, varias de las provincias más pobres, con menores niveles de desarrollo, casi sin población, ni recursos, no atisban modos de escapar a su situación de atraso, al no contar con un motor económico que dinamice su situación, el cual les permita quebrar su lógica de estancamiento, pauperización y dependencia del gobierno nacional. De modo que, más allá de apostar por el turismo o alguna otra actividad que no implique un cambio radical a partir de inversiones multimillonarias, la explotación de sus recursos naturales a manos del capital transnacional minero parece ser una alternativa de la cual no pueden escapar, vislumbrado en ella su única tabla de salvataje económico y forma de hacer crecer sus ingresos fiscales. Por ejemplo, la provincia de Catamarca hizo pasar su Producto Bruto Geográfico (PBG) de \$ 1.937 millones en 2003 a 4.166 millones en 2006, principalmente por la entrada en actividad minera de Bajo de la Alumbrera (más que duplicando su producto geográfico en apenas 3 años). Por su parte, la minería representó el 94,8% de las exportaciones de la provincia en

2011 (!). De igual modo, la provincia de San Juan hizo crecer su PBG de \$ 2.407 millones a \$ 4.439 millones entre los años 2003 y 2009, gracias, sobre todo, a los yacimientos de Veladero, siendo la minería la responsable del 76% de sus exportaciones en 2011 (CASALIS y TRINELLI, 2013, p.103). Sin embargo, más allá de los espectaculares números que pueda arrojar la minería en algunas regiones y provincias, no puede descuidarse que el crecimiento económico provocado estuvo lejos de ofrecer avances productivos y/o sociales para rescatar, ya que –en todos los casos- se trató sólo de pequeños enclaves extractivos que dejan peligrosos pasivos ambientales en provincias en las cuales los índices de desarrollo humano son muy bajos y que sólo sobreviven presupuestariamente gracias las transferencias otorgadas por el gobierno central, sin lograr siquiera aumentar su tejido industrial o la cadena local de proveedores.

En este sentido, las diferentes provincias han buscado intervenir en el sector minero más decididamente a partir de crear empresas estatales provinciales. De este modo, las firmas estatales buscaron diversos fines. El primero de ellos es lograr captar mayores niveles de renta a partir de una actividad, como la minería, que guarda ganancias excepcionales. Sin embargo, como hemos visto, el alto costo de los proyectos mineros y los largos tiempos que implica comenzar a tener ganancias netas hace casi imposible que un estado provincial pueda embarcarse por sí solo en un proyecto de este tipo. Así, muchas de las empresas provinciales se han asociado como socios menores de las empresas mineras. Con lo cual, las provincias no sólo se aseguran una parte de las ganancias que logren aquellas, sino también tener cierta capacidad de decisión en los proyectos de inversión y gestión. A su vez, las empresas estatales tienen como objetivos alentar una mayor grado de desarrollo y tecnificación, a partir de intentar la industrialización de los recursos extraídos y potenciar las cadenas de valor agregado, sobre todo con proveedores locales. Por ejemplo, con vistas al litio, la empresa estatal jujeña JEMSA (Jujuy Energía y Minería SA), está asociada en el proyecto de explotación de Salar de Olaroz con el 8,5% de las acciones, la minera Orocobre tiene el 66,5% y la automotriz Toyota el 25% restante. En la provincia de Salta ocurre algo parecido con la empresa estatal REMSA (Recursos Energéticos y Mineros de Salta). A su vez, seis provincias más han adoptado estrategias de este tipo. Las mismas son: Catamarca Minera y Energética (CAMYEN), Empresa Minera Rionegrina (EMIR), Energía y Minerales (EMSE) de La Rioja, Petrominera de Chubut, Fomento Minero Santa Cruz y Corporación Minera Neuquén (Cormine) (CASALIS y TRINELLI, 2013, p.107). De este modo, las empresas estatales han avanzado en sus negociaciones con las compañías transnacionales (tanto mineras, automotrices como financieras), en captar mayores recursos, tener un control superior y aumentar su capacidad de incidencia; donde las capacidades estatales se han extendido en regulación, planificación, elaboración de

diagnostico, información tributaria y coordinación. Por su parte, las provincias mineras han creado, a su vez, un órgano supraprovincial que les permite coordinar mejor sus actividades y diseñar estrategias de defensa colegiada. Nos referimos a la Organización Federal de Estados Mineros (OFEMI) creada en febrero de 2012, organismo que no sólo cuenta con las 8 provincias con empresas estatales de minería, sino que también sumó a Mendoza y San Juan, permitiendo establecer de manera optima la comunicación horizontal (entre provincias) como vertical (con la nación) (*Opina Santa Cruz* 16/02/2012). Sin embargo, más allá de OFEMI, las tres provincias argentinas que cuentan con litio para explotarlo (Jujuy, Salta y Catamarca), no han desarrollado acciones comunes y/o de coordinación, sino al contrario. Cada una de las tres provincias desarrolló estrategias muy diferentes con vistas al litio⁹. Por su parte, OFEMI, por fuera del discurso ofrecido, hasta ahora se ha mostrado más como un ente corporativo de los gobiernos provinciales para defender la minería de todos los enemigos que genera el sector que como un organismo que busque ofrecer un nuevo rol pro-activo para los gobiernos y que sea capaz de redefinir las pautas en la política estatal de desarrollo.

Todas estas vinculaciones entre empresas, estados provinciales, financistas, leyes y estado central hacen muy difícil realizar una estimación promedio sobre cómo se distribuyen los excedentes del litio en el país. Por un lado, como dijimos, si bien el régimen minero les otorga a las provincias los derechos de canon y regalías sobre los productos de su suelo y subsuelo, están lejos de ser el actor que mayor tajada obtiene. Por empezar, debemos decir que el canon por pertenencia minera que cobran las provincias en forma exclusiva es fijado desde el gobierno central, siendo el mismo casi irrisorio en la actualidad (tiene un costo mensual de apenas \$800). A su vez, lo recaudado bajo el rubro “regalías mineras provinciales” (correspondiente a la extracción y venta de los recursos extraídos, con una tasa del 3%) lo deben compartir en un 50% con los municipios en los cuales se hallan los proyectos mineros. Así, sus principales formas de obtener beneficios, con respecto a la minería, son a través de las empresas estatales creadas (recibiendo dividendos como accionistas) y con el cobro de Ingresos Brutos. Estas 4 formas de obtener rentas con respecto al litio (canon, regalías, ingresos brutos, dividendos de las empresas estatales) le otorgan a las provincias entre el 10 y el 15% de la renta total. En cambio, el gobierno central obtiene tres veces más que las provincias –llegando incluso a quedarse con el 45% de lo facturado-, a partir de otros impuestos que conlleva la actividad (débitos y créditos, IVA, Ganancias, Aportes Patronales, retenciones a las exportaciones, bienes personales y

⁹ Para ver los diferentes tratamientos provinciales legales y económicos con respecto al litio (SEVARES y KRZEMIEN, 2012, p.136-138) y (CEDHA, 2012, p.40-45).

derechos de importación)¹⁰. Por último, los municipios, a través de las tasas, rentas y demás impuestos (sumados al 50% de las regalías), captan entre el 3 y el 6% del excedente. Así, el Estado –sumando todos sus niveles- logra en total una recaudación, con respecto a la minería, que oscila entre el 50 y el 65% del valor creado, lo que no es poco. Por lo cual, con los precios actuales estimados del carbonato de litio en torno a los U\$S 6.000 la tonelada de venta y un costo unitario de su extracción (que van, según el caso argentino, entre los 2.400 y 3.300 dólares por tonelada), descontando los impuestos, tiempos de espera e incertidumbre, la ganancia final pierde bastante de su carácter de extraordinaria, aunque resulta ser igualmente muy rentable, aun para atravesar un proceso como el señalado¹¹.

Desojando el futuro. El mercado del litio y sus perspectivas

Es muy difícil predecir el futuro. Todavía más en un mundo tan complejo y cambiante como el actual. Sin embargo, sabemos una cosa: los satélites, naves espaciales, las baterías recargables de los celulares, filmadoras, tablets y cámaras digitales, los marcapasos, los reactores atómicos, los vehículos eléctricos, los medicamentos antidepresivos, grasas, vidrios y cerámicos utilizan litio como un elemento indispensable. Lo cual, permite augurar, de una manera no muy descabellada, que el recurso seguirá demandándose en el mundo y que es muy probable que esto aumente todavía más hacia adelante. No obstante, no deben exagerarse los pronósticos con respecto al litio, por más alentadores que puedan ser, ya que existen muchos elementos a considerar.

Por empezar, debemos decir que las dinámicas previas, que son las le han ido otorgando al litio un lugar cada vez más importante, corresponden sólo al proceso actual de acumulación histórica, el cual es tan contingente y precario como cualquier otro. El proceso de desarrollo tecnológico está condicionado centralmente por la forma en que se politiza la naturaleza. Los ciclos tecnológicos que nos gobiernan han demostrado tener una inusitada capacidad de revolucionar y transformar el mundo, siendo ciclos cada vez más acotados y dinámicos en el tiempo, durando cada vez menos. Sólo el nivel de desarrollo y tecnología actuales han permitido sentar las condiciones para que el litio tenga un rol crecientemente central, pero estas condiciones pueden cambiar y desaparecer a una velocidad mayor, incluso, a aquella con la cual llegaron. Muchos factores podrían transformarse frágilmente: las condiciones de acceso al litio podrían verse facilitadas, haciendo caer el precio, posibilitando el recurso a casi todos los países de manera propia (ya que la tenencia del

¹⁰ Es preciso recordar que muchos de los impuestos recaudados por la Nación luego son derivados otra vez a las provincias a través de la coparticipación federal.

¹¹ Debemos señalar que es muy difícil hacer un desagregado exacto de las formas en que se distribuye la rentabilidad, ya que, por ejemplo, algunos impuestos forman parte del costo de extracción.

recurso no es monopólica)¹². Además, los bienes para los cuales se demanda como insumo rápidamente pueden volverse obsoletos, como también, la tecnología que promete demandarlo hacia el futuro, podría no consolidarse nunca o, de hacerlo, encontrar un fácil sustituto. Esto último es especialmente cierto si se considera que los reemplazos de los combustibles fósiles enfrentan una larga serie de candidatos que disputan su relevo: las baterías de hidrógeno, los biocombustibles, baterías zinc-aire e, incluso, nuevos insumos casi desconocidos, llamados “tierras raras” (el cual, China tiene casi el monopolio absoluto, donde, de desarrollar tecnológicas con ése insumo, lograría su autoabastecimiento para las nuevas tecnologías). En este sentido, hay un exceso de confianza en el litio, por ejemplo, al mencionarlo como una riqueza de igual grado que el petróleo, cuando la verdadera fuente de su valoración está en una tecnología joven y no del todo consolidada. Por eso, lo que debería vislumbrarse como central del litio para un país como Argentina, no es el proceso de valorización en sí mismo del recurso, sino los esfuerzos para industrializarlo, agregar valor y lograr la fabricación de las baterías de forma local, aprovechando las ventajas comparativas que ofrece contar ya con la materia prima. Así, el país no debe quedarse de brazos cruzados esperando que los derrames lleguen por sí solos, de manera espontánea, sino que es preciso actuar para no quedar rezagados. Como dijo Rodolfo Tecchi: “Argentina tiene la oportunidad de participar de la próxima revolución industrial y salir del rol del mero proveedor de materias primas” (*Clarín* 29/06/2011).

En esta dirección, debemos tener en cuenta que el lugar del litio en el sector minero en el mundo es casi inexistente. En la Argentina, país que se ha convertido en el segundo productor mundial, ocupó tan sólo el 1,14% de la producción minera nacional en el año 2011 según el Ministerio de Minería Nacional. Por lo cual, es fácil darse cuenta de lo acotado que es el mercado y, por más que crezca, que también lo seguirá siendo. Por su parte, el litio está muy lejos de volverse “el petróleo del siglo XXI” como se ha afirmado. Por comenzar, debemos decir que las baterías en base al litio no *producen* energía –como sí lo hacen los motores a combustión-, sino tan sólo la *almacenan*¹³. Además, la producción de la energía eléctrica con la cual se deberían abastecer a los nuevos autos eléctricos, todavía en gran parte, se seguirá generando –todavía en una buena medida- en base a los combustibles fósiles y minerales como el petróleo, el gas y el carbón. Así, sólo el consumo de energía *individual* se vería reemplazado, manteniéndose la dependencia global con respecto a los

¹² Un caso reciente para reducir los costos y tiempos del proceso es el de ‘técnicas de los conos’, que hace pasar de un tiempo de entre 8 y 12 meses a apenas una semana. Ver “Desarrollan una nueva técnica para obtener litio” *bolpress* (09/06/2012) [consulta en línea 18/07/2014].

¹³ La *producción* de energía con respecto al litio sólo puede vincularse a la energía nuclear. Ver al respecto (COCHILCO, 2009, p.9).

insumos tradicionales en términos agregados. Como indicó el presidente y dueño de la minera Orocobre, James Calaway:

Esto no es oro o cobre. Es un negocio chico a nivel mundial y que además es complejo; el litio no tiene todo la misma calidad y forma además parte de una cadena de distribución muy difícil. Si el negocio automotriz no despega, no necesitamos más producción (GACETILLA DEL ÁREA MINERA, 2011, p.8).

De igual modo, las limitaciones para la masificación de la nueva tecnología son muchos: un precio alto de los vehículos eléctricos, principalmente comparados con las ventajas todavía superiores de los autos tradicionales, ya que no llegan a la misma potencia, rendimientos y velocidad. Aunque todas estas desventajas están en tránsito de solucionarse, de modo que, de consolidarse el mercado de autos eléctricos, es esperable que las distancias entre unos y otros se acoten, incluso que los nuevos vehículos eléctricos puedan superar en capacidades a los automóviles tradicionales¹⁴. Por su parte, el mercado de acumulación de energía que permite el litio tampoco debe descartarse, ya que de imponerse en el futuro las llamadas “energías limpias” (solar, hídrica, eólica, etc.) también será indispensable contar con fuentes de acumulación y almacenamiento para las mismas, donde la tecnología ligada al litio proyecta convertirse en la más eficiente al respecto.

El rol que jueguen los diferentes Estados tampoco será menor, sobre todo para el caso argentino (ya sean provinciales, nacionales o municipales). Porque todos ellos, en su afán de alentar una actividad que les deja jugosos fondos, descuidan los peligros que conlleva la actividad (ya sean desprotección laboral, afectar ecosistemas, demandar un uso excesivo del agua¹⁵, pasivos ambientales, generar contaminación, desplazar e invadir poblaciones, etc.)¹⁶. En contraposición a esto, muchos funcionarios señalan que, un Estado con mayores recursos, es un Estado con mejores capacidades para cumplir sus funciones de dar servicios de calidad a sus ciudadanos, con lo cual, es indispensable aumentar la actividad minera para sumar recursos. Así, en la búsqueda que hacer crecer el volumen de los negocios, los gobiernos han promovido una legislación y marco regulatorio casi a medida de muchas mineras. Por lo cual, bajo estas pautas, los Estados ceden terreno frente a las demandas de las empresas bajo la excusa de una mayor eficiencia en la extracción y

¹⁴ Una excelente actualización sobre el estado actual del mercado de autos eléctricos (precios, capacidad, distancia, velocidad, modelos, etc.) se encuentra en “Litio: los ‘grandes avances’ de la GNRE” en *bolpress* (31/03/2014) [consultado en línea 20-07-2014].

¹⁵ La minería del litio no funciona como la minería metalífera tradicional, con voladuras de montañas, ni con el uso masivo de explosivos y cianuro. Sin embargo, sí se acerca en un aspecto sumamente cuestionado: el uso masivo del agua en provincias semidesérticas y con problemas de sequía.

¹⁶ Un buen análisis sobre los conflictos territoriales, las invasiones a poblaciones indígenas y los desplazamientos causados por la explotación del litio en argentina se puede encontrar en (PUENTE y WAHREN, 2014).

volverse competitivos frente a otras regiones del mundo. A su vez, otro peligro es que un Estado empresario, tal cual lo vimos, que comparte una posición accionaria en los proyectos mineros, vuelve presa a los gobiernos de asociarse con el capital privado al cual debe controlar¹⁷. Es por eso que, bajo las contradicciones señaladas, el negocio minero tiende a enfrentar a los gobiernos, provincias y diversos grupos sociales, con el dilema de conseguir mayores fondos, pero al costo de descuidar varios aspectos para los cuales esos mismos fondos son requeridos. Como señaló Tecchi con vistas a esto:

Si se repiten las conductas que se siguieron con la explotación de otros recursos naturales, no llegará el desarrollo a nivel local. Si lo único que queda de la explotación del litio son las regalías mineras y unos pocos puestos de trabajo, va a ser preferible preservar los salares para alguna otra actividad futura (SEVARES y KRZEMIEN, 2012, p.144).

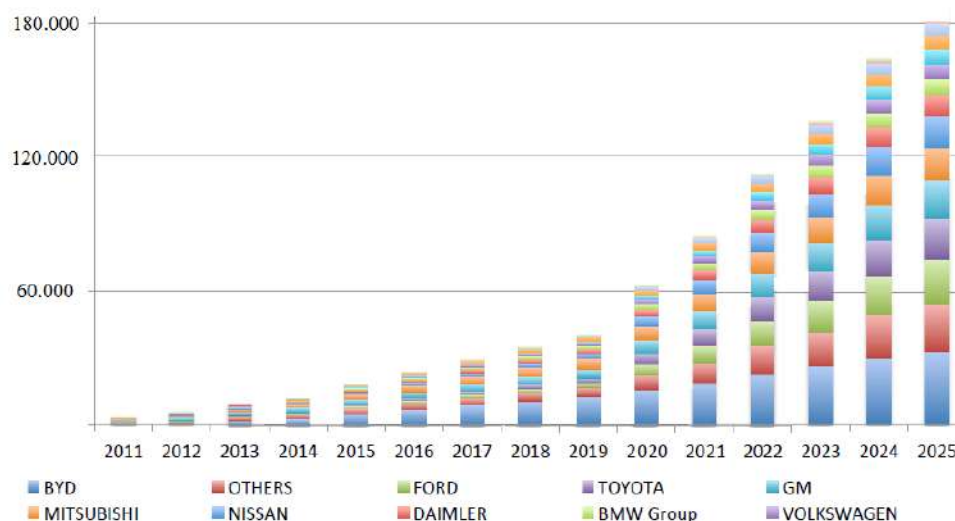
El mercado actual de automóviles eléctricos lentamente fue cobrando una fisionomía que proyecta ciertas cristalizaciones, sobre todo con respecto al litio. La automotriz Toyota Motor Corp. (de Japón) ha sido hasta ahora la empresa líder en la producción de automóviles eléctricos, controlando cerca del 80% de este mercado, el cual viene dominando desde 1997 cuando sacó su primer modelo eléctrico a la venta. A su vez, sus asociaciones con otras empresas japonesas de electrónica, como Panasonic y Sanyo, le han permitido también liderar la venta de baterías eléctricas para autos. Estas condiciones le han otorgado ventajas tecnológicas de vanguardia en el mercado, forzando a otras automotrices a ingresar a la era eléctrica bajo su licencia *Hybrid Synergy Drive*® para poder producir en serie (tal fue el caso de Ford, Subaru, Mazda y Nissan). Por su parte, General Motors lanzó el *Chevrolet Volt* en 2012, ocupando el segundo puesto en ventas de autos eléctricos, mientras que Nissan –en alianza con Renault- piensan lanzar su vehículo eléctrico *Nissan Leaf* en 2015. Del mismo modo, Volvo, Hyundai, Kia, Mercedes Benz, Seat y Tesla Motors también tienen proyectos de lanzar sus modelos eléctricos pronto (Ministerio de Economía, 2011, p.41). En el año 2012 la venta total de automóviles eléctricos fue de 2 millones de unidades, proyectando para el año 2020 cuadruplicar ése número, arribando a los 8 millones y así representar el 10% del mercado mundial automotriz. Para el año 2025 se espera duplicar los números previos y ocupar el 20% de la industria automotriz¹⁸. Estos guarismos implicarán, según una estimación realizada por *Signum Box*, que la demanda de litio sólo para la producción de autos sea –sólo en este ítem- de 60 y 180 mil toneladas para

¹⁷ Un ejemplo que hace referencia a esto puede encontrarse en “Chubut: un legislador fue fotografiado cuando recibía instrucciones del gerente de una minera por celular” *Infobae* (26/11/2014) [consultado en línea 26-11-2014].

¹⁸ Existen diversas formas de hacer las estimaciones. Puede verse tres formas de ello en (CEDHA, 2012, 22), (FMC, 2011, 9-12) y en (MINISTERIO DE ECONOMÍA, 2011, p.42).

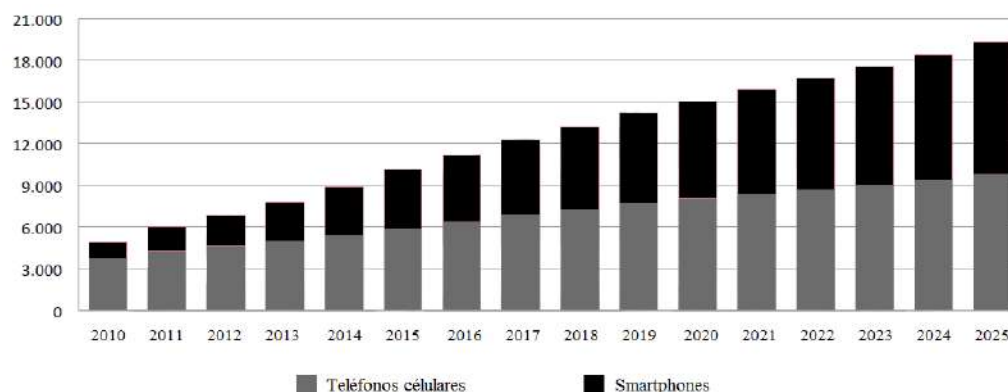
los años 2020 y 2025 respectivamente, teniendo en cuenta lo que demandarán los diferentes modelos de automóviles y la cantidad de ellos que saldrán a la venta¹⁹ (ver Gráfico N°4).

Gráfico N° 4. Demanda estimada de las toneladas de carbonato de litio requeridas para la producción de baterías eléctricas del sector automotriz (2011-2025).



Fuente: (SIGNUM BOX, 2012, p.15).

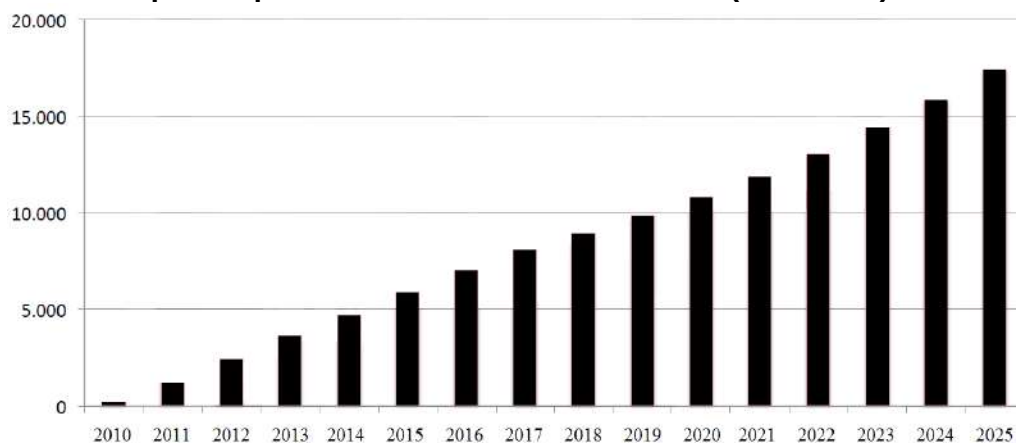
Gráfico N° 5. Demanda estimada de las toneladas de carbonato de litio requeridas para la producción de baterías de teléfonos celulares y smartphones (2011-2025).



Fuente: (SIGNUM BOX, 2012, p.11).

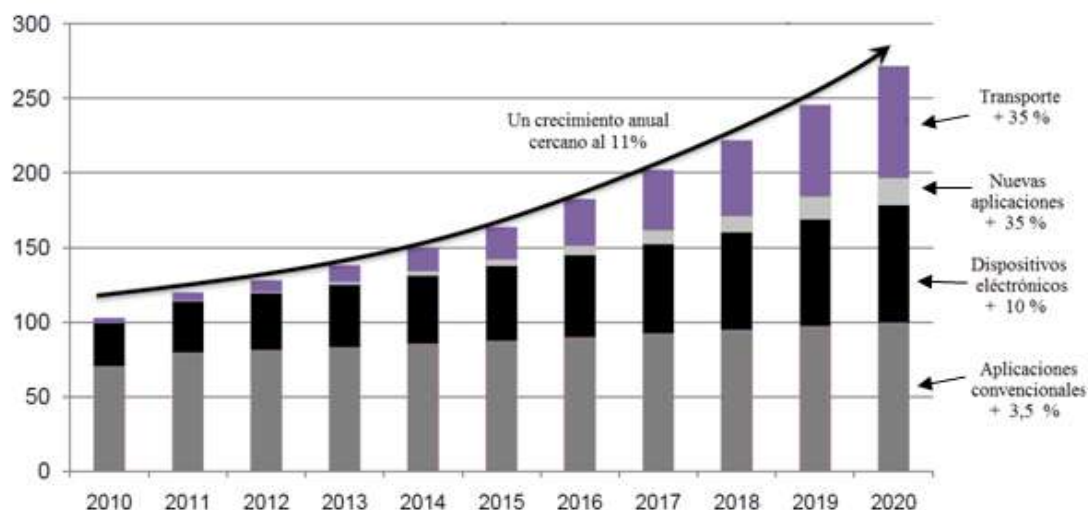
¹⁹ Por ejemplo, la batería del Toyota Prius Plug-in requiere 3,6 kg de carbonato de litio, el Mitsubishi-iMiEV entre 10 y 15 kg, mientras que el Tesla Roadster demandará entre 40 y 50 kg por unidad.

Gráfico Nº 6. Demanda estimada de las toneladas de carbonato de litio requeridas para la producción de baterías de tablets (2011-2025).



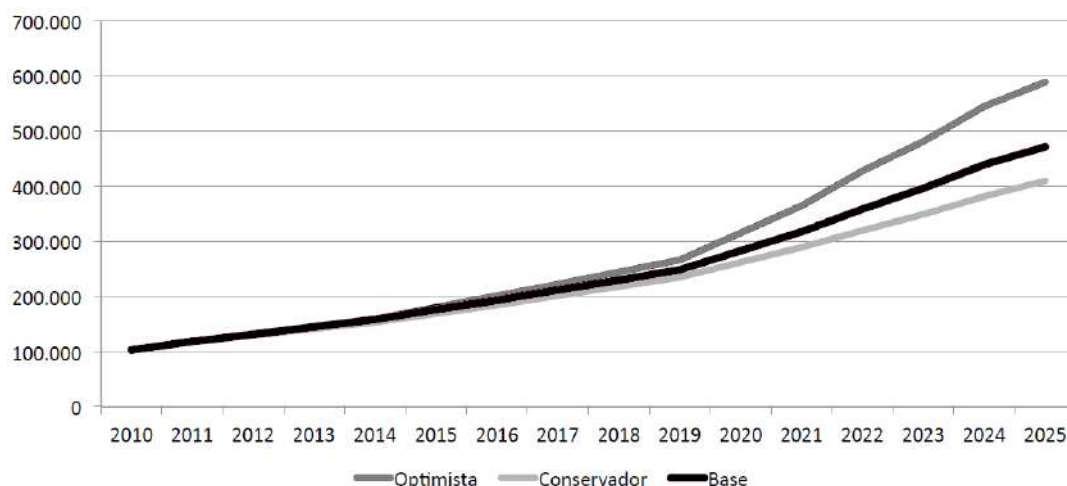
Fuente: (SIGNUM BOX, 2012, p.13).

Gráfico Nº 7. Demanda estimada de las toneladas de carbonato de litio requeridas para diversos usos (en miles) (2011-2025).



Fuente: (FMC, 2011, p.9).

Gráfico Nº 8. Demanda estimada de las toneladas de carbonato de litio requeridas para la producción de baterías de tablets (2011-2025).



Fuente: (SIGNUM BOX, 2012, p. 18).

Con respecto al mercado de otros productos eléctricos de suma relevancia, como teléfonos celulares, smartphones y tablets, según la misma fuente, también se espera que continúen demandando carbonato de litio en aumento. Los celulares y smartphones suelen demandar entre 2 y 3 gramos de litio por cada unidad, dependiendo del modelo. Las tablets, en cambio, consumen 10 veces más que aquellos. Así, para el año 2025 se proyectan ventas de 4 millones de celulares, a una tasa de crecimiento anual del 16,9% (lo que implica una demanda de carbonato de litio de 9.800 toneladas para ése año), los smartphones crecerán más rápido, a una tasa anual del 24,7%, vendiendo 3,3 millones de unidades (9.500 toneladas), mientras que las tablets aumentarán a un ritmo anual del 21%, fabricándose 780 millones también en 2025 (con un consumo de 18.000 toneladas de litio) (ver Gráficos N° 5 y 6). Por lo cual, sólo considerando los cuatro mercados más dinámicos con respecto al consumo futuro de carbonato de litio (autos, celulares, smartphones y tablets) la demanda de ellos requerirá unas 220 mil toneladas extra. De esta manera, el litio pasaría a consolidarse y tener como principal destino su uso para las baterías, representando esto el 40% de su consumo en 2020 y el 50% en 2025. Un lugar muy superior, según vimos, al que ocupó en 1998 cuando las baterías sólo demandaban el 7% del total. Por su parte, los otros mercados consumidores de litio se esperan que continúen con su tendencia habitual de aumento (ver Gráfico N° 7). Así, se proyectan tres escenarios posibles con respecto a la demanda total de litio hacia el futuro: uno que sostenga la dinámica de aumento previa, creciendo entre un 10 y un 11% por año (tendencia *base*), un escenario *optimista*, con un crecimiento del 15% anual, y uno *conservador*, de entre 5 y 6% (Gráfico N° 8). De este modo, bajo los tres escenarios presentados, el consumo de litio oscilará entre las 400 y las 600 mil toneladas para el año 2025. Es decir, el doble o el triple de lo que se demanda hoy. Por su puesto, todas las proyecciones esbozadas son sólo estimaciones que no pueden predecir imprevistos financieros –como lo fue la crisis de 2008

que derrumbó el consumo- ni de ningún otro tipo. Sólo son ejercicios de acercamiento a escenarios posibles. Igualmente, según las diferentes miradas, indefectiblemente el consumo de litio aumentará, pudiendo generarse tanto nuevos conflictos como oportunidades con respecto a esto²⁰. Sin embargo, hacer mayores especulaciones con vistas a otras variables, es más difícil todavía. Así, lo que hará la Argentina y la región hacia adelante, sólo nos lo dirá el futuro.

Conclusiones. El neoextractivismo en Sudamérica: entre los peligros del despojo y las promesas del desarrollo

A lo largo de este trabajo hemos intentado recorrer diferentes aspectos que tienen que ver con la explotación, comercialización y consumo del litio en el mundo, enfocándonos especialmente en las consecuencias para los países de Sudamérica. En él tratamos de repasar pasado, presente y futuro de un recurso que ha cobrado vuelo propio en los últimos años, concentrando una atención cada vez mayor. Como vimos, los cambios en el mercado del litio han sido muy grandes, prometiendo volverse mayores todavía hacia adelante. Sin embargo, como señalamos, a pesar de las veloces transformaciones operadas el litio no está destinado a ser el sustituto del petróleo ni tampoco a volverse un recurso invaluable. Igualmente, y tomando estas salvedades, tampoco son menores las oportunidades que ofrece con vistas a aprovecharlo, por ejemplo, como el primer paso de un proceso industrial y tecnológico cada vez mayor, pero tampoco a descuidar los peligros que puede implicar su explotación a gran escala.

No existe en la actualidad perspectiva de una explotación del litio en forma sustentable. La minería, por definición, es una actividad contaminante que destruye la naturaleza y el medioambiente. Por lo cual, depender de ella únicamente como fuente de divisas es adoptar un patrón de acumulación por extracción que condena a los países al despojo (HARVEY, 2004). Así, de no existir una intervención de forma activa y dinámica por parte de los gobiernos las perspectivas abiertas por la posesión de un recurso de valorización creciente como es el litio se presentarán como un riesgo, no sólo ecológico o territorial, sino también productivo al re-primarizar las economías. Los modelos extractivistas meramente proveedores de divisas no generan “derrames” sobre el territorio sobre el cual se realizan. Por lo cual, por el mero anhelo de obtener divisas de manera rápida y lucrativa se puede condenar a un país a la postración. Porque la minería, como se dice popularmente, “es pan para hoy pero hambre para el mañana”. La nueva división internacional del trabajo

²⁰ Por ejemplo, varios medios ya hablan de una futura guerra por el litio. Ver *El Deber* (28/10/2007), el sitio de prensa argentino *Argenpress* (06/08/2010), la internacional *Revista Minera* (13/06/2011), el diario español *El Mundo* (07/03/2012) y la revista mexicana *Sin Embargo* (30/10/2012).

entre zonas y países industriales, con capacidad tecnológica de vanguardia, y aquellos países rezagados, destinados simplemente a producir la materia prima de los insumos fabricados en el centro, parece no haber roto los viejos patrones de antaño, sino simplemente a mutar el rol ocupado, por ejemplo, de Gran Bretaña en el siglo XIX o Estados Unidos en el XX, por el de China en el siglo XXI, cayendo en un modelo neoextractivista que igualmente no evade sus límites. En este sentido, la explotación del litio a diferencia de otro tipo de minería no implica sólo la extracción de una materia prima sino que también ofrece la posibilidad a los países que lo poseen de montarse sobre el proceso de cambio tecnológico y de la transformación de la matriz energética actual. Aunque, de igual modo, los problemas y dificultades para aprovechar esto no son menores, lo cual nos señala que los países sudamericanos están amenazados con mantener sólo un rol menor en este nuevo proceso, probablemente casi de saqueo como antaño, en el que obtengan meramente unas pocas divisas por sus recursos y asuman los peligrosos costos de quedarse con los pasivos ambientales que la minería conlleva. Así, los países de la región terminarían en los hechos, irónicamente, financiando ellos el nuevo desarrollo de los países del centro y la consolidación de Asia Oriental como eje económico mundial, puesto que a largo plazo pueden quedarse sólo con tierras contaminadas, poblaciones invadidas y desplazadas, ambientes intoxicados, desperdicio de aguas y territorios arrasados mientras el centro, nuevamente, continua con su dominio planetario a costas de los países subdesarrollados. Por lo que se puede estar montando una peligrosa trampa que luego resulte muy difícil romper, ya que las exportaciones latinoamericanas hacia Asia oriental (sobre todo a China) no son suficientes para compensar todo lo que se está importando de allí, de modo que de no revertirse pronto esta tendencia sólo dos caminos quedarán para compensar dichos déficits: o bien aumentar el endeudamiento con aquella región o bien exacerbar el extractivismo y aumentar así la producción de bienes primarios (lo que podría derrumbar sus precios por la suba de la oferta y generar aún mayor ahogo productivo), con lo cual, en cualquiera de los dos casos es posible que los déficits comerciales no se compensen, sino que agraven el patrón económico que los generó al acentuar la primarización económica, multiplicar los proyectos extractivos, acentuar de los conflictos socioambientales, etc. Es decir, existe el peligro real de edificar mayor destrucción y saqueo en los lugares donde se prometió la llegada del progreso. Por lo cual, el modelo económico de América Latina del “siglo XXI” puede encontrarse presa de un “esquema siglo XIX”, en el cual el crecimiento no sea autocentrado y en base a un proceso de valor agregado cada vez mayor, sino de complementariedad y de adaptación subordinada frente a las viejas y nuevas potencias mundiales, sin romper las inmensas asimetrías que caracterizan el vínculo entre regiones.

El proceso que tiene al litio como protagonista no puede comprenderse por fuera de las estructuras de poder económico y político a nivel mundial, regional o local. En el escenario de la geopolítica internacional, la disputa global por los minerales estratégicos será central para direccionar los movimientos de los productores, consumidores, proveedores e inversores. Así, la dinámica no afecta sólo al ámbito de la esfera comercial, sino al tejido productivo, extractivo, las poblaciones, los patrones tecnológicos y al medioambiente, siendo en todos los casos centrales el dominio y gestión de los recursos naturales²¹. Sin una mirada estratégica que sea capaz de repensar el rol de la soberanía en una visión de largo plazo, que les permita a los países latinoamericanos considerarse de manera integrada para dejar atrás los problemas de la dependencia, los problemas se agravarán. Por lo que no dejará de ser vital para los países que poseen el recurso trazar algún tipo de estrategia, ya sea individual o conjunta, en el proceso de la transición económica y energética que ya ha comenzado. Por ejemplo, establecer economías de escala entre los países para fabricar, en forma conjunta, la batería de litio y asegurarse la producción local de esto, por lo menos en el subcontinente, protegiendo así a esta incipiente industria. También puede alentarse la cooperación internacional en investigación, ciencia y desarrollo, a través de las universidades y centros científicos. Aunque, por ahora, ninguna de estas chances ha avanzado y son sólo posibilidades a desarrollar hacia el futuro.

Para los países del denominado “triángulo del litio” los desafíos no son menores. Por un lado, por la gran cantidad de problemas virtuales que señalamos arriba. Pero por otro, porque les cabe también llevar a cabo, en el mejor de los casos, un proceso de intervención y coordinación que logre superar obstáculos en los que fácilmente se caerá si no se actúa de forma correcta. Uno de estos obstáculos es la sobreproducción, a la que no es muy difícil llegar en un mercado tan chico como el del litio y que tanta expectativa ha despertado. Así, en la actualidad todavía hay muchos salares que no han entrado en proceso de producción pero que sí han comenzado sus etapas previas. Por lo cual, la cantidad ofrecida subirá y si lo hace más rápido que la demanda los precios caerán perdiendo la atractiva rentabilidad que la provocó. En la Argentina, por ejemplo, a fines de 2014 entró en proceso de producción plena el Salar de Olaroz con 16.000 toneladas anuales de carbonato de litio. Próximamente también lo hará Bolivia con el Salar de Uyuni, el más importante del mundo. De no mediar formas de actuar que regulen la oferta sucederá lo mismo que en 1997, cuando ingresó la empresa chilena SQM y deprimió los precios un 40%. El difícil dilema parece ser, entonces, el de actuar por delante de los acontecimientos, previendo problemas sin resignar el futuro sudamericano a ser un mero proveedor de

²¹ Un buen análisis de los conflictos territoriales, especialmente con respecto a las comunidades indígenas de la región y su invisibilización en la agenda de discusión de políticas públicas, puede encontrarse en (GÖEBEL, 2013).

materias primas, pero –a su vez- que las intervenciones se den con la suficiente flexibilidad para no aplastar los procesos que todavía no se han consolidado, implicando la necesidad de hacer adaptaciones frente a los imprevistos. De no actuar de esta forma, se repetirán los errores del pasado. Errores que, tristemente, sabemos las consecuencias que tuvieron para nuestros pueblos.

Referencias

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y Neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. En AA.VV. **Más allá del desarrollo** (pp.83-118). Quito: Editorial Abya Yala, 2011.

BRUCKMAN, Mónica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración Sudamericana**. Lima: Fondo Editorial Mariatégui, 2012.

CASALIS, Alejandro y TRINELLI, Arturo. El desarrollo territorial en la Argentina. Oportunidades y desafíos de la explotación de los recursos mineros (2002-2012). Buenos Aires: **Revista Estado y Políticas Públicas**, Nº 1, 2013.

CEDHA. **El nuevo horizonte minero. Dimensiones sociales, económicas y ambientales**. Córdoba: CEDHA, 2012.

COCHILCO. **Antecedentes para un política pública en minerales estratégicos: Litio**. Santiago de Chile: Dirección de Estudios y políticas públicas, 2009.

FELÍZ, Mariano. Neoliberalismos, neodesarrollismos y proyectos contrahegemónicos en Suramérica. **Astrolabio**, Nº 7, 2011.

FMC. **Lithium Market Review**. Santiago de Chile: FMC, 2011.

GACETILLA DEL ÁREA MINERA. Universidad Nacional de Jujuy, Facultad de Ingeniería, Nº 163, 2011.

GÖEBEL, Bárbara. Minería transnacional y desigualdades sociales en la Puna de Atacama. **Iberoamericana**, XIII, 49, Ibero-Amerikanisches Institut Berlin, Alemania, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. En AA.VV. **Más allá del desarrollo** (pp.21-53). Quito, Ecuador: Editorial Abya Yala, 2011.

HARVEY, David. El nuevo imperialismo: Acumulación por desposesión, en PANITCH, L. y COLIN, L. (Comps), **El nuevo desafío Imperial**, MerlinPress-CLACSO, Buenos Aires, 2004.

MINISTERIO DE ECONOMÍA DE ARGENTINA (2011). **Complejo minero: litio**. Buenos Aires.

PUENTE, Florencia y WAHREN, Juan. Dinámicas territoriales frente a la explotación del litio en Argentina. Ponencia presentada en las **II Jornadas de Estudios de América Latina y el Caribe**. Realizado por el IEALC, Buenos Aires, 2014.

RAPOPORT, Mario y BRENTA, Noemí. **Las grandes crisis del capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

RIVA PALACIO, Luis Emilio. Del triángulo del litio y el desarrollo sustentable. Una crítica del debate sobre la explotación en Sudamérica en el marco del desarrollo capitalista. México DF: **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica**, UNAM, 2012.

RODRÍGUEZ, Graciela. “La participación de América Latina en el G20” en AA.VV. **El G20, América Latina y el futuro de la integración regional**. Washington: Fundación Heinrich Böll Stiftung, 2011.

SEVARES, Julio y KRZEMIEN, Juan. **El litio en la Argentina**: oportunidades y desafíos de un recurso estratégico. Buenos Aires: *Realidad Económica*, Nº 272, 2012.

SIGNUM BOX. **Perspectivas globales del litio**. Santiago de Chile: Providencia, 2012.

SLIPAK, Ariel. La expansión de China en América Latina: incidencia en los vínculos comerciales argentino-brasileños., **Congreso de Economía Política Internacional**, Universidad Nacional de Moreno (UNM), Moreno, Buenos Aires Argentina, 2014.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Nº 244, marzo-abril 2013.

Recebido para publicação em 13 de janeiro de 2015

Devolvido para revisão em 07 de novembro de 2015

Aceito para publicação em 11 de dezembro de 2015

Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas

Lorena Izá Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

A crise agroalimentar vivenciada em 2007/2008, em decorrência de uma crise financeira que provocou o aumento dos preços de *commodities* alimentares, devido a elevação da produção de agrocombustíveis e agroenergia, inaugurou um novo período na estrangeirização da terra e governança da posse da terra. Ambos os processos, governança da posse e estrangeirização, já ocorreriam anteriormente, no entanto intensificaram e atingiram números exorbitantes, atraindo a atenção de países, governos, empresas transnacionais, instituições multilaterais e movimentos socioterritoriais. Além da crise agroalimentar, o Estado, a mundialização e neoliberalização do capital influenciam nos referidos processos. Logo, há a necessidade de repensarmos a estrangeirização e governança da posse da terra e, o ponto de partida, é a discussão destes processos, desde seus precedentes históricos até o período atual.

Palavras-chave: Governança da posse da terra; estrangeirização de terras; crise agroalimentar; agrocombustíveis.

Land tenure and land grabbing: notes and prospects

Abstract

The agri-food crisis experienced in 2007/2008, as a result of rising food commodity prices due to increase in production of agrofuels and bioenergy, inaugurated a new period in the land grabbing and governance of land tenure. Both processes, governance and land grabbing already occurred prior to 2007, however intensified and reached exorbitant numbers, attracting the attention of countries, governments, transnational corporations, multilateral institutions and socio-territorial movements. In the agri-food crisis, the state, globalization and capital neoliberalisation influence in those cases. So there is the need to rethink the land grabbing and governance of land tenure and the starting point is the discussion of these processes, from its historical precedents to the current period.

Keywords: Land tenure; land grabbing; agri-food crisis; agrofuels.

La gouvernance et l'accaparement de las terres: notes et perspectives

Résumé

La crise agro-alimentaire a connu en 2007/2008, en raison de la hausse des prix des denrées alimentaires due à l'augmentation de la production d'agrocarburants et la bioénergie, a inauguré une nouvelle période de l'accaparement des terres et la gouvernance de la tenure foncière. Les deux processus, la gouvernance et l'accaparement des terres déjà eu lieu avant 2007 et l'intensification. Cependant atteint un nombre exorbitants, attirer l'attention des pays,

les gouvernements, les sociétés transnationales, les institutions multilatérales et les mouvements socio-territoriales. Dans la crise agro-alimentaire, l'état, la mondialisation et néolibéralisation du capital influence dans ces cas. Donc, il ya la nécessité de repenser l'accaparement des terres et la gouvernance de la tenure des terres et le point commence la discussion de ces processus, de ses précédents historiques à la période actuelle.

Mots-clés: Gouvernance des terres; l'accaparement de las terres; crise agro-alimentaires; bioénergie.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma leitura referente ao processo de estrangeirização da terra, que está em intenso debate a nível global. Para isso abordaremos este processo relacionando-o com a governança da posse da terra. A governança da terra adquiriu nova face e novos interesses no final dos anos de 1990 e início do século XXI devido a intensificação da corrida mundial por terras, ou seja, devido a *estrangeirização da terra*. Compreendemos a estrangeirização da terra como um processo de apropriação de terras e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros). Tal apropriação pode ser realizada através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint-venture* entre empresas nacionais e transnacionais, das empresas de capital aberto e com ações *Free Float*¹, da concessão pública para a exploração, do uso de superfície, como caso do Brasil que, inclusive, está presente no Código Civil, no Artigo 1.369². Destacamos que a estrangeirização da terra ocorre no segundo território, ou seja, no território das propriedades (FERNANDES, 2009).

Diante deste panorama, os dois processos – estrangeirização e governança da posse da terra - estão estritamente relacionados, logo, não podemos abordá-los separadamente. Apesar de analisar o fenômeno em escala global, que, segundo Margulis, McKeon e Borrás Junior (2013), é a escala onde tal fenômeno ocorre, não poupando nenhuma nação, damos um enfoque especial para países africanos e da América Latina, pois, segundo Welch et al. (2012), são estes os *principais* alvos da atual disputa mundial por terras devido a baixos preços da terra, recursos naturais disponíveis, mão-de-obra barata e legislação ambiental pouco eficiente.

Ao realizar a leitura referente a posse de terra, incluindo os atuais processos que esta envolve, implicações e caminhos que vem tomando, temos que, simultaneamente,

¹ Ações destinadas a livre circulação.

² BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Criação do Código Civil Brasileiro. O Art. 1.369 dispõe que proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

considerar os processos políticos, interesses geopolíticos, geoestratégicos, empresas transnacionais, governos, internacionalização do capital, problemas sociais, disputas territoriais, disputas de modelos de desenvolvimento e soberania territorial. Todos estes processos ocorrem em escala global, o que faz da governança e da posse da terra algo complexo. Todos os países atuam no processo de estrangeirização da terra, uns são atores ativos e outros são os alvos, porém com o mesmo objetivo: garantir a soberania de seu território e segurança seja ela alimentar, energética, política ou territorial.

Atualmente há esforços de autores, pesquisadores, governos e instituições em abordar a questão da posse da terra, estrangeirização e governança, seja no debate conceitual, em que destacamos os trabalhos de Saturnino Borrás Junior, Jennifer Franco, Klaus Deininger, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Sérgio Sauer, seja no levantamento de dados, como é o exemplo da GRAIN³, *LandMatrix*⁴ e DATALUTA Estrangeirização. A partir de tais autores e banco de dados, buscaremos trabalhar os três processos que ocorrem de forma simultânea, buscando evidenciar a complexidade e desafios do espaço rural no século XXI. Para tal o artigo está estruturado em três seções: na primeira iniciaremos com a discussão dos processos de governança da posse e estrangeirização da terra, abordando a relação entre estes processos, realizando uma contextualização histórica e elencando elementos que os compõem; em um segundo momento expressaremos breves apontamentos sobre a estrangeirização da terra, evidenciando as principais definições e tendências; por fim, trabalharemos o papel do Estado, da neoliberalização e do atual meio técnico-científico-informacional na estrangeirização, posse e governança da terra.

Governança da posse e estrangeirização da terra

No século XXI aparecem muitas novas questões referentes a posse, a governança e a estrangeirização da terra. São questões que surgiram com o movimento da realidade. Estes três processos são concomitantes, assim, analisaremos os juntamente, uma vez que a estrangeirização surge como um elemento importante para a governança da posse de terra, pois a estrangeirização é uma evidencia da disputa global pela governança da terra (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR., 2013). Começaremos pela posse da terra.

Primeiramente destacamos que o espaço rural é constantemente reformulado em diversas conjunturas e ainda presenciamos um debate em torno da importância da posse de terra e da sua governança, ou seja, o campo, a nível mundial, é reformulado de acordo com

³ GRAIN é uma organização que apoia movimentos camponeses e suas lutas pela soberania alimentar. Disponível em: <<https://www.grain.org/es>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

⁴ O LandMatrix é uma iniciativa para o monitoramento em escala global da estrangeirização da terra. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/en/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

o movimento da realidade (LUND; PELUSO, 2011). Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a posse da terra, do termo inglês “*land tenure*”, é definida como o relacionamento, seja legal ou habitualmente definida, entre as pessoas (indivíduos ou grupos), no que diz respeito a terra. Quando tratamos da posse da terra, há regras impostas por sociedades para regular o comportamento em relação a esta. Regras de posse tem como objetivo definir como os direitos de propriedade sobre a terra devem ser alocados dentro das sociedades. Eles definem como o acesso é concedido, os direitos de utilização, controle e transferência de terra, bem como as responsabilidades e limitações associadas. Os sistemas de posse da terra determina quem pode usar quais recursos, por quanto tempo e em que condições. É um conceito e processo construído socialmente.

A posse da terra é uma parte importante das estruturas sociais, políticas e econômicas, apresentando aspectos sociais, técnicos, econômicos, institucionais, jurídicos e políticos que devem ser considerados, embora não ocorra na maioria das vezes. De acordo com documentos publicados pela *Economic Commission for Africa* (2009), a posse da terra é crucial para a segurança alimentar e desenvolvimento econômico e social sustentável, logo, para um país mais justo e seguro para a população, a posse da terra é essencial. A posse da terra inadequada, que ocorre através de políticas fundiárias errôneas, afeta também o investimento internacional privado. Sem a posse da terra pode ocorrer a vulnerabilidade social, o estresse ambiental, bem como a insegurança alimentar e ambiental.

The governance of tenure is a crucial element in determining if and how people, communities and others are able to acquire rights to use and control land and other natural resources. Many tenure problems arise because of weak governance, and attempts to address tenure problems are affected by the quality of governance. Weak governance adversely affects social stability, sustainable use of the environment, investment and economic growth. People can be condemned to a life of hunger and poverty if they lose their tenure rights to their homes, land, fisheries and forests because of corrupt tenure practices or if administrative agencies fail to protect their tenure rights. People may even lose their lives when weak tenure governance leads to violent conflict. Responsible governance of tenure conversely promotes sustainable social and economic development that can help eradicate poverty and food insecurity, and encourages responsible investment. Improving the governance of tenure is the objective of the Guidelines, which serve as a reference and set out principles and internationally accepted standards for responsible practices (MUNRO-FAURE; PALMER, 2012, p. 09-10).

Segundo a mesma comissão, a posse da terra é derivada do conceito de posse de *recursos naturais*, pois, quando se tem a posse da terra consequentemente obtém-se o direito sob os recursos naturais presentes naquela porção de terra. Cabe destacar que, muitas vezes, adquirem-se terras para ter posse e direito sob os recursos naturais e a sua exploração, sobretudo quando se trata de recursos minerais e água, o que justamente é um dos elementos que influenciam na estrangeirização da terra. Deste modo, muitas referências bibliográficas ressaltam a necessidade de políticas públicas deixarem explícitas as diferenças entre posse

da terra e de recursos. Isto é um exemplo do que ocorre nos países da África Subsaariana e da América Latina, onde a apropriação da terra para a garantia de acesso a recursos naturais ocorre, logo, não é por acaso que o Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala (ProSAVANA)⁵, que atinge as províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Cabo Delgado e Tete, no norte de Moçambique, selecionou tal área para a implantação, uma vez que está é a região cujo solo é mais fértil e a disponibilidade de água é maior. Este é um evidente exemplo de apropriação para exploração de recursos. Esta modalidade de posse da terra também ocorre nos demais países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Com o intenso debate em torno da questão da posse da terra e o interesse sobre esta, ascende o debate e interesse na governança da terra. Observamos atualmente um maior interesse na posse da terra e na sua governança. Segundo Peluso e Lund (2011), as questões sobre governança da posse da terra existem na nossa sociedade desde os escritos de Karl Marx (1818-1883), ou seja, o debate sobre tal tema é antigo, mas ainda tem uma relevante importância no século XXI. Estas questões são reformuladas de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade, no entanto, a sua essência ainda é preservada. A governança da posse da terra é recriada constantemente, na medida em que novas fronteiras são criadas através de diversas lutas, atores e contextos, novas maneiras de controle legal sobre a propriedade da terra e controle violento são recriadas. São diversos os atores envolvidos em tal processo, estes ganham novos papéis de acordo com o movimento da realidade e com os interesses envolvidos. Segundo Arial; Palmer; Vidar; Cebolla; Ronamo e Shamsafair (2012), são oito os atores da posse da terra, de sua governança e estrangeirização, que abrangem desde o controle da terra até a conscientização sobre esta, como evidencia o Quadro 1.

Quadro 1: Atores envolvidos nos processos de posse, governança e estrangeirização da terra.	
Atores	Descrição
Tribunais e órgãos governamentais	São responsáveis pela administração da exploração e deve se esforçar para servir a população de maneira igualitária, atendendo todas as demandas.
Instituições de direitos humanos	As violações do direito de posse da terra são consideradas uma violação de direito

⁵ O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) é uma cooperação entre o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) de Moçambique, a Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA) e Associação Brasileira de Cooperação (ABC) que tem como objetivo melhorar as condições de vida da população do Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola. Contudo, movimentos socioterritoriais de Moçambique se manifestam publicamente contra o projeto. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

	humano, logo, estas instituições possuem papel essencial.
Pessoas e comunidades	As pessoas e até mesmo empresas com direitos de posse da terra são importantes, pois devem entender os seus direitos de posse e garantir este cobrando o Estado.
Sociedade Civil	Tem relevante papel na defesa, sensibilização, assistência jurídica e capacidade de desenvolvimento para garantir a proteção da posse da terra.
Investidores	Devem assegurar os seus direitos mas sem prejudicar os direitos de posse dos demais envolvidos. Em caso de aquisição em larga escala do direito da posse da terra, os investidores tem que reconhecer os direitos das demais pessoas antes de adquirir a terra. Deve garantir a segurança ambiental e alimentar.
Profissionais	Estes devem garantir a ética e o segmento dos padrões de condutas e leis.
Academia	Age sobretudo na pesquisa, formação de profissionais comprometidos e produção de informação para a população.
Estado	Tem um importante papel a desempenhar na melhoria da governança da terra, pois tem uma posição privilegiada na sociedade em relação ao desenvolvimento, implementação e execução de políticas públicas e leis. É através de sua responsabilidade para a administração de mandatos, através de sistemas judiciais, de registros e ordenamento de territórios. O Estado deve incentivar a sociedade civil, setor

	privado e academia a participar da melhoria da governança da terra.
Fonte: Arial; Palmer; Vidar; Cebolla; Ronamo; Shamsafair (2012); Org.: AUTORA (2014).	

As diversas transformações que ocorrem na sociedade inspiram novos debates sobre a posse da terra e sua governança. A questão agrária é modificada a partir de como a governança da posse da terra é reformulada. Segundo Peluso e Lund (2011), governança da terra é,

By 'land control' we mean practices that fix or consolidate forms of access, claiming, and exclusion for some time. Enclosure, territorialization, and legalization processes, as well as force and violence (or the threat of them), all serve to control land. The mechanisms of land control need not always align, nor proceed in asingular, linear direction. They may be wielded in concert or competition with one another (PELUSO; LUND, 2011, p. 668).

Como a governança da posse da terra está em intenso debate, esta assume características diversas, alterando a sua face de acordo com as características daquele momento. Borrás Jr. e Franco (2010, p. 02) afirmam que o debate atual em relação a agroenergia⁶, agrocombustíveis, produção agrícola alimentar, segurança e soberania alimentar correspondem a nova fase deste processo. Deste modo, suscitam debates em torno da governança da posse da terra. Segundo os mesmos autores, o conceito de governança da terra ganhou um papel relevante dentro das agências nacionais e internacionais e, geralmente significa, a forma mais eficiente de administração das questões relacionadas a terra. Logo, é mais uma questão técnico-administrativa, ao invés de uma questão sobre a democratização, controle e acesso aos recursos da terra. A governança da terra como controle territorial e poder. Segundo Borrás Jr. e Franco (2010), a produção de tal relação é um equívoco, pois:

On the other hand, governance cannot be reduced to technical administration or 'management' of land markets or land policy reforms, and it cannot be confined to the sole issue of land taken in isolation of other state and societal issues related to wealth and political power distribution (Putzel 1992). Governance is about political relations between (groups of) people and the institutions (rules and regulations, both formal and informal) that 'govern' them. It is linked to how, and how well, decision-making power is aggregated and (re)distributed in a polity over time, and how decisions become authoritative, or not, in society (BORRAS JR.; FRANCO, 2010, p. 09).

Antigos e novos processos referente a questão abordada coexistem. Os antigos processos de controle da posse da terra, ou seja, de governança, ainda possuem influências,

⁶ Optamos pela utilização do termo agroenergia e agrocombustíveis ao invés do termo bioenergia e biocombustíveis. É uma posição política, pois o emprego do termo "bio", traz o significado de preservação da vida e de sustentabilidade, quando na verdade a poluição gerada por estes é menor, mas a degradação ambiental e os impactos sociais são enormes, não gerando a preservação da vida.

ao mesmo tempo em que surgem novos elementos em todas as escalas. Estes novos elementos surgem de acordo com o movimento da realidade. Um destes novos elementos que altera a governança da posse da terra é o aumento populacional, logo, aumento da demanda por alimentos e agrocombustíveis, proporcionando o aumento da demanda por terra.

New mechanisms of land control and new actors notwithstanding, practices and technologies of governance and control, subtle or violent, are still employed to acquire, secure, and exclude others from land in intense competitions over control. In many cases, the competition for land control has become no less important to its contenders with the passage of time. This may be so despite the changing contexts, terms of contestation, mechanisms, and stakes of control (PELUSO; LUND, 2011, p. 668).

Com a coexistência de novos e antigos elementos, o interesse pelo espaço rural aumentou nos últimos anos. Deste modo, o espaço rural e a agricultura apresentam múltiplos desafios no século XXI. Segundo a FAO, a projeção para população mundial para 2050 é de nove bilhões de habitantes, aumentando em dois bilhões de pessoas, logo, a demanda por alimentos será maior. Ao mesmo tempo a força de trabalho no campo diminui constantemente pela desterritorialização de camponeses que são excluídos de políticas públicas e pela territorialização do modelo de produção do agronegócio, fundamentado na monocultura, uso de maquinários, agroquímicos e sementes transgênicas.

Ao mesmo tempo, há um elemento crucial para compreensão do novo período na corrida mundial e na governança da posse da terra: a crise agroalimentar de 2008. Com esta crise ocorreu o aumento dos preços de *commodities* alimentares, uma vez que a produção agrícola, na sua maioria, passou a ser destinada a produção de agrocombustíveis e agroenergia. Estes pontos ajudam na justificativa do aumento do interesse pelo espaço rural, uma vez que essa população precisa de alimentos e de energia, já que demais fontes energéticas estão esgotando-se, que a força de trabalho rural decresce a cada ano, as empresas precisam expandir seus capitais investindo em outros países.

Diante de tal contexto, como aborda a FAO (2009), diversas nações procuram desenvolvimento da agricultura, modernização, meios sustentáveis de produção, métodos que para adaptação a mudanças climáticas, novas formas de produção de agroenergia e eficiência energética. Junto a isso há o interesse na expansão de capital, do controle territorial em demais países, levando países desenvolvidos a comprarem terras em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, configurando um imperialismo no século XXI. Tal processo é denominado de estrangeirização da terra, ou seja, a corrida mundial por terras. “A terra tornou-se uma das principais necessidades do capitalismo avançado” (SASSEN, 2013, p. 27).

Land grabbing is facilitated by ever greater flows of capital, goods, and ideas across borders, and these flows occur through axes of power that are far more polycentric than the North-South imperialist tradition. In this introduction we argue that land grabbing speaks to many of the core questions of globalization studies. However, we note scholars of globalization have yet to deeply engage with this new field. We situate land grabbing in an era of advanced capitalism, multiple global crises, and the role of new configurations of power and resistance in global governance institutions (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR.; 2013 p. 01).

É relevante destacar que a questão referente aos agrocombustíveis e agroenergia é política e estratégica, uma vez que os países que possuem maior interesse nos agrocombustíveis e demais fontes de produção de energia são aquelas nações desenvolvidas, com baixa disponibilidade de petróleo e pouca terra disponível para a manutenção demais fontes. Também são países que possuem instabilidade política com países produtores de petróleo, logo, buscam pela “segurança energética”. No entanto, Woertz (2013), afirma que nem todas as nações tem interesse na produção de agrocombustíveis, como é o caso dos países do Golfo, que possuem extensas reservas de petróleo e tais países tem históricos de acesso a alimentos. Outro exemplo de estrangeirização de terras para fins de produção de alimentos é o do Programa Nacional de Segurança Alimentar do Qatar (Ásia), que consiste em um fundo⁷ soberano para a produção de cereais e desde a crise agroalimentar de 2008 adquire terras na Argentina (Murmis e Murmis, 2012). De acordo com a FAO, a maior preocupação atual é com a volatilidade dos preços de *commodities* que compõem a base da alimentação mundial, sendo o milho, trigo e arroz.

O mais atual, o relatório do Banco Mundial, de setembro de 2011, informa que os preços em julho estavam, em média, 33% acima dos registrados no mesmo mês do ano passado. No caso do milho, o aumento foi de 84%; do açúcar, de 62%; do trigo, de 55%; e do óleo de soja, de 47% (FAO, 2011, p. 33).

Diante do exposto até o momento, a estrangeirização da terra, como já citado, está amplamente relacionada com a posse da terra, uma vez que com o aumento da estrangeirização alterou-se o interesse na governança da posse da terra. Visando o aumento populacional e a demanda por alimentos e agrocombustíveis, os países com poucas terras agricultáveis buscam a posse da terra em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas com terras disponíveis. São áreas agricultáveis e baratas. Os países desenvolvidos buscam a governança da posse da terra por questões estratégicas. Deste modo, a estrangeirização de terras nada mais é do que a apropriação de terras em escala mundial,

⁷ O fundo soberano é um instrumento financeiro adotado por países que utilizam parte de suas reservas internacionais ou parte sua arrecadação fiscal para financiar projetos empresariais estratégicos de interesse comum do Estado e também adquirir participação em bancos e empresas nacionais estrangeiros.

que tomou dimensões assustadoras, com o discurso de necessidade devido a demanda de alimentos que a nossa sociedade exige.

O processo de estrangeirização da terra: breves apontamentos

Diante deste cenário de convergência de crises (McMichael, 2013) que intensifica o debate e interesse em torno da estrangeirização da terra, emergem diversos estudos sobre a estrangeirização da terra, abarcando as mais diferentes áreas do conhecimento. Aqui faremos um esforço para expor, pelo menos, uma definição de cada uma das áreas do conhecimento que se preocupam com a estrangeirização da terra. Iniciaremos pela economia, no qual Deininger (2011) defende “*land rush*” como o interesse estrangeiro na posse da terra. Deininger (2011) parte de uma perspectiva que o investimento estrangeiro em terras agrícolas, se realizado de modo consciente, é benéfico, inclusive elenca os benefícios da estrangeirização, sendo: infraestrutura social, geração de empregos e postos de trabalho, permite o acesso ao mercado e tecnologias pelos agricultores locais.

Nas ciências sociais há Sérgio Sauer (2010; 2011), utiliza a palavra estrangeirização como um *novo ciclo da expansão do capital*, que tem como resultado o aumento dos números de conflitos territoriais e fundiários, além de uma elevação no preço da terra, que impacta diretamente as políticas de caráter agrário. Em outro trabalho de Sérgio Sauer e Sérgio Pereira Leite (2012), a estrangeirização é abordada como uma corrida mundial por terras intensificada a partir de 2008, sobretudo pelo interesse na produção de agrocombustíveis. Sauer e Leite (2012) destacam que a estrangeirização ocorre, principalmente, através da produção de oito *commodities* principais: arroz, cana-de-açúcar, canola, dendê (óleo), floresta plantada (eucalipto e pinus), girassol, milho e soja.

Outra área que tem mostrado o interesse na estrangeirização da terra é o Desenvolvimento Territorial e Estudos Agrários. Borras Jr. e Franco (2010) definem o Land Grabbing como um novo ciclo de desapropriação promovido pelo capital, onde se expõe cada vez mais a necessidade de uma governança de terra eficaz. O Land Grabbing, segundo os autores, aumenta com as diferentes crises que assolam o mundo atualmente. Em outro artigo, publicado no ano de 2012, Borras Jr., Franco e Wang utilizam o Land Grabbing não apenas como uma apropriação da terra, mas como apropriação de recursos naturais. Afirmam que o contexto atual do cultivo de matérias-primas flexíveis, a transição de um regime alimentar global e a emergência dos BRICS⁸ e Estados do Golfo conformam um contexto crítico para o Land Grabbing ou *Acapamiento de la tierra* (termo em espanhol), pois são países emergentes

⁸ Mecanismo internacional na forma de agrupamento informacional de países considerados emergentes, assim, não é um bloco registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios. Atualmente é formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

que buscam diminuir sua dependência do sistema alimentar hegemônico e por isso acabam comprando terras em demais países.

Por fim, na geografia, Fernandes (2011), entende a estrangeirização como processo de compra, arrendamento ou qualquer outro tipo de apropriação do território agrícola pelo capital transnacional, é uma nova característica da procura de novos territórios para a expansão da agricultura capitalista. O autor compreende que a estrangeirização está relacionada com crise de falta de alimentos e com o aumento do preço dos combustíveis. Um fator atual é que estamos vivendo um momento de mudança estrutural na produção de energia, em que se eleva o interesse na aquisição de grandes extensões de terra para o cultivo de *commodities* que são matéria-prima para a produção de agrocombustíveis. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia.

Outro importante autor na Geografia e que caminha contra aquilo que defende Fernandes (2011), é Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010; 2011), que aborda a respeito da estrangeirização referindo-se a esta como “*mundialização monopolista da agropecuária no mundo*”. Segundo Oliveira (2010; 2011) as empresas multinacionais não estão se tornando proprietárias das terras agricultáveis, mas sim controladoras monopolistas da produção agrícola. Defende que “em termos mundiais há movimentos de capitais na direção de aquisição de terras no universo capitalista neste período histórico, mas ele não é tão diferente do que ocorreu no século XX”. Logo, segundo o autor, não há peculiaridades neste processo, inclusive Oliveira (2010; 2011) expõe que a estrangeirização da terra é uma farsa do atual governo brasileiro para e retirar o foco da reforma agrária.

Quanto a origem da estrangeirização de terras encontramos diferenças entre os autores. Para Peluso e Lund (2011) a estrangeirização de terras é algo específico de nosso tempo. Já para Sassen (2013), tal processo é antigo e há séculos ocorre em todos os países do mundo. O mesmo é defendido por Fernandes, Gonçalves e Welch (2011), McMichael (2013), Deininger (2011) e Margulis, McKean e Borrás Jr. (2013). Neste trabalho defendo a segunda perspectiva. Segundo Sassen (2013) o processo de estrangeirização de terras é antigo atravessando séculos, mas este possui diferentes fases e, em cada fase, os investimentos e os atores se modificam de acordo com o movimento da realidade.

No caso do Brasil, na década de 1910, a estrangeirização se dava pela concessão da terra pelo governo federal. A maioria destas concessões eram para fins de construção de ferrovias e para loteamentos. Um exemplo é o período que compreende a Guerra do Contestado (1912-1916), entre os estados do Paraná e Santa Catarina, na região conhecida como contestado. Neste momento o governo Brasileiro havia cedido uma área para a construção de um trecho da ferrovia São Paulo-Rio Grande para a empresa estadunidense chamada *Brazil Railway Co.*, subsidiária da *Lumber Company*, desapropriando centenas de

camponeses. A região era habitada por agregados das fazendas, posseiros dedicados ao trabalho do mate e fazendeiros, cujas terras estavam sujeitas a disputas.

O estrangeiro com a concessão da terra dedicou-se a construção da ferrovia e organizou uma empresa destinada à extração de madeira, o pinho, abundante na região, e à colonização das terras. A colonização foi realizada, as terras eram vendidas, principalmente, a migrantes poloneses e italianos. Para que essa colonização fosse realizada de fato, foi preciso expulsar da terra os antigos posseiros, o que ocorreu em 1911. Por sua vez, a tensão na área era agravada com o término da construção da ferrovia, pois muitos trabalhadores estavam agora desempregados. O que ocorreu foi a existência de um movimento messiânico contra a desapropriação da terra que, devido a violenta repressão, se transformou em uma verdadeira guerra civil. Assim, a expulsão de camponeses e posseiros levou à guerra em 1912, que se perdurou por quatro anos.

Ainda no Brasil, no que se refere a década de 1960, ocorreu o escândalo envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia. As denúncias foram apuradas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e em 1968 resultaram no Relatório Velloso, em que foi constatado que cerca de 20 milhões de hectares de terras do território brasileiro se encontravam sob o controle de grupos estrangeiros, e a Amazônia, mas uma vez, foi a “campeã”, com mais de 15 milhões de hectare (OLIVEIRA, 1988). De acordo com Oliveira (2010, p.10), “uma superfície superior a ocupada por muitos estados brasileiros, estava em poder de estrangeiros.” O resultado das investigações referentes as irregularidades apontadas pelo relatório Velloso não foram adiante.

Segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), atualmente 82 empresas operam na estrangeirização da terra no Brasil. Deste total, 23 empresas possuem capital estadunidense, 16 de origem japonesa e 15 empresas são declaradas como brasileiras, porém seus investidores são oriundos de outros países. No que tange as *commodities* produzidas destacamos que há 23 empresas cultivam cana-de-açúcar para a produção de agrocombustíveis, 22 empresas que atuam na produção de soja e 20 empresas destinadas ao cultivo de milho. Estes dados expressam que a estrangeirização da terra no Brasil é um processo secular, contudo apresenta um considerável aumento no início do século XXI.

Como já citado, a fase atual, segundo Sassen (2013), é marcada pelo agrocombustível, uma vez que há maior demanda de terra para produção de *commodities* geradoras de agrocombustíveis - os dados expostos acima sobre as empresas estrangeiras destinadas a produção de cana-de-açúcar no Brasil expressam esta nova fase. No entanto, a *International Federation of Agricultural Producers* (IFAP), afirma que a terra destinada a produção de agrocombustíveis é muito pequena. Assim, vemos o debate de opiniões referente a tais processos.

A few of the cases refer explicitly to what has been generally dubbed ‘the global land grab’, but most of them do not. The contemporary conditions for large-scale land acquisitions are certainly specific to our time, and their scope is daunting (Borras et al. 2011). Yet, we argue that there is no one grand land grab, but a series of changing contexts, emergent processes and forces, and contestations that are producing new conditions and facilitating shifts in both de jure and de facto land control. Moreover, while the ‘grab’ itself is important, it only marks the beginning of a process of gaining (or grabbing) access (Ribot and Peluso, p. 669, 2003).

Cada fase tem suas particularidades e fatos marcantes. É uma continuação de práticas antigas, mas de modo mais veloz. Ainda, segundo a mesma autora, há uma diferença substancial na estrangeirização de terras dos tempos imperialistas para os dias atuais é que, atualmente os países estão organizados em Estados-Nação, ou seja, apresentam soberania no seu território, esta mudança é essencial, não importa o quão fraco é a soberania.

A mesma autora afirma que as redes transnacionais sejam governos ou empresas transnacionais, controlam parcelas de terras em outros Estados-Nação, levando a desmontagem do território nacional, a fragmentação deste, “uma remontagem espacial”. Desta maneira, a estrangeirização é uma montagem territorial e, ao mesmo tempo, é uma desmontagem da soberania nacional.

In considering formal sovereignty on its terms, I can trace the transformations that need to take place in order for these acquisitions and associated investments to be negotiated by foreign parties and a national government. It helps me recover the work of acquiring large amounts of land in a foreign country. In my reading, this can easily lead to a shift from sovereign national territory to land. One way of conceiving of this shift is as a partial and specialized reassembling of bits and pieces of territory, authority, and rights once ensconced in the formation that is the nation-state, which now begin to shift towards a novel formation. The massive increase in land acquisitions by foreign buyers/leasers after 2006 is one such reassembling of bits once fully part of national sovereign territory. It is, then, also an accelerated disassembling of national sovereign territory (SASSEN, 2013, p. 27).

Anteriormente, as relações ocorriam em escala nacional, ou seja, entre empresas nacionais com o governo nacional. Com a onda da neoliberalização na década de 1990 este cenário alterou-se profundamente, gerando um processo de desnacionalização em escala global. Isso ocorreu de forma marcante no Brasil. Assim afirmamos que a estrangeirização do século XXI tem como marca a demanda por agrocombustíveis, como evidencia o Quadro 2.

Quadro 2: aquisições de terras por demanda.	
Utilização	Quantidade (%)
Agrocombustíveis	40 %
Alimentos	25%
Pecuária	3%
Demais culturas não-alimentares	5%
Fonte: SASSEN, 2013, p. 30; Org.: AUTORA (2014).	

Segundo o *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (HLPE) (2009), os documentos que evidenciam a estrangeirização da terra afirmam que entre 50 a 80 milhões de hectares são alvos de investimentos estrangeiros, seja por compra ou arrendamento. Ao mesmo tempo em que 1 bilhão de pessoas carecem de alimentos e o que é mais contraditório, é que produção agrícola é alta. Aqui cabe a questão: a estrangeirização, juntamente com a governança da posse da terra, traz consigo o discurso de garantia da segurança alimentar, ou seja, do acesso ao alimento, tal processo cresceu consideravelmente nos últimos anos e a produção agrícola também, porque tantas pessoas ainda necessitam de alimentos? Ainda mais peculiar é o fato das pessoas que carecem de alimentos são aquelas que justamente habitam no campo, aquelas que produzem alimentos, ou seja, os camponeses e agricultores familiares. Assim deixamos o questionamento: o problema é a falta de alimentos ou a distribuição de alimentos? Ou será a distribuição da terra para a produção?

Ao contrário da posição defendida por Sassen (2013), Oya (2013), ao criticar a metodologia posta para o estudo da aquisição de terras por estrangeiros, alegando a falta de precisão dos dados, afirma que tal processo está preocupado com explorar sentimentos nacionalistas e novas formas de imperialismo, assim, caminha contra a posição de Sassen (2013), afirmando que os dados são utilizados sem critério ou preocupação por “nacionalistas ativistas ousados”, para explorar os sentimentos nacionalistas. Oya (2013) faz muitas críticas aos bancos de dados da GRAIN e *LandMatrix*, afirmando que estes bancos de dados “induzem ao erro e fornecem dados assassinos”, o que pode ser afetado pela ideologia do autor/pesquisador uma vez que a ciência não é neutra. Concordamos com Oya (2013) no ponto em que os bancos de dados apresentam erros, mas devemos considerar a dificuldade, mesmo destes bancos de dados, de obterem as informações, uma vez que envolvem governos, empresas transnacionais de capitais privados e diversos fundos. Para Scoones, Hall, Borras Jr., White e Wolford (2013), estes banco de dados tem contribuições muito importantes para o debate da estrangeirização e governança da posse da terra, mas apresentam limitações. Este é um ponto essencial, muitas novas pesquisas e interesse surgiram com a emergência da estrangeirização da terra, muitos bancos de dados foram criados, mas devemos destacar a dificuldade de obtenção de dados concretos, uma vez que muitas empresas transnacionais não disponibilizam e não declaram todos os seus investimentos e, como é o caso do Brasil, o que dificulta a mensuração da posse da terra em domínio de estrangeiros. Mas, devemos considerar a importância destes bancos de dados e a evolução que este trouxe para o estudo de estrangeirização da terra. Segundo Margulis, McKeon e Borras Jr. (2013), os relatórios iniciais e estes bancos de dados tinham o objetivo de alertar sobre o problema e intensificação da estrangeirização da terra. “Uma vez que a demanda mundial por terras foi reconhecida, surgiu uma demanda maior: a qualificação dos

dados, ou seja, números melhores, mais precisos” (MARGULIS, MCKEON; BORRAS JR., 2013 p. 17).

As novas relações na governança da posse da terra e, conseqüentemente, da estrangeirização da terra, estão amplamente relacionadas com a globalização, está, inclusive, é uma crítica realizada por Margulis, McKeon e Borras Jr. (2013), afirmando que a maioria dos autores não considera a globalização ao abordar as novas relações da governança da terra e isso, segundo os autores, é lamentável. Devemos considerar que a estrangeirização de terras e as novas relações de governança da terra são facilitadas pelos rápidos fluxos de capitais e informações. Com a globalização e simultânea expansão do capital, antigas formas e padrões organizacionais dão lugar a novas lógicas e formas, emergem novos usos do território, novas territorialidades, paisagens produtivas tornaram-se terremos industriais, camponeses são deslocados para dar lugar a produção agrícola em larga escala, ou seja, ao agronegócio.

O papel do Estado na governança da posse e na estrangeirização da terra

Destacamos a importância do papel do Estado nos processos analisados neste artigo. Com o advento da globalização e da neoliberalização pregada do início dos anos de 1990, alguns autores previram o fim do Estado, como é o caso de Ohmae (1999), que argumenta que os Estados-Nações já perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras, porém, Santos (2004) e Sassen (2008), afirmam que vivenciamos o fortalecimento deste para atender os reclamos e interesses internacionais, uma vez que as empresas transnacionais necessitam de um Estado flexível. O Estado está envolvido no processo de controle da terra e na sua venda para as grandes corporações transnacionais, promovendo a estrangeirização da terra. Cabe ao Estado garantir o equilíbrio entre os investimentos e a sua própria soberania territorial.

O papel do Estado pode ser mais bem visto na elaboração de legislação para o acesso de estrangeiros a terra e na elaboração de políticas públicas que promovem o desenvolvimento do agronegócio em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Estas políticas públicas vêm, quase sempre, com o discurso de promoção de desenvolvimento, ou seja, o agronegócio como promotor do desenvolvimento. Neste ponto destacamos a questão paradigmática, pois diversos paradigmas produzem modelos de desenvolvimento distintos.

In many countries hosting large scale acquisitions, the government claims ownership of land, water and other natural resources. Hence, government is central in encouraging inbound investment, making land available, and negotiating with investors as well as enforcing contractual agreements. Given the scale of international interest in land investment, a number of governments in Latin America are now imposing new controls on foreign land investment to

protect citizen interests (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION, 2011, p. 09).

O investimento em terras em larga escala envolve um complexo sistema global de interesse, onde os investimentos estrangeiros são realizados de diversas maneiras, com os arranjos mais diversificados possíveis. Os governos são importantes, pois exigem dos investidores planos de negócios para a terra concebida para a compra e/ou exploração, assim possui um conhecimento prévio do que será executado na terra e pode barrar ou moldar os investimentos. Diversas agências do governo são envolvidas neste controle. No entanto, há o esforço de governos nacionais de promoverem e atraírem tais investimentos transnacionais. Algumas nações identificam terras para a exploração de recursos, como é o caso de Moçambique, que, através de políticas públicas voltadas para a produção de *commodities* e de investimentos em infraestrutura, atraem investidores estrangeiros, uma vez que estes possuem benefícios.

Ressaltamos que há muitas empresas consideradas nacionais, mas que possuem capitais transnacionais, o que é considerado como um problema, uma vez que dificulta o controle sobre a posse da terra. Exemplos deste caso são as empresas argentinas El Tejar, Cresud S.A., Los Grobo e MSU, que promovem a estrangeirização da terra nos demais países da América Latina, mas que ao mesmo tempo tem ações vendidas a outras empresas e fundos transnacionais (DATAUTA Estrangeirização, 2015). Diante deste cenário, a Advocacia Geral da União (AGU) publicou em agosto de 2010 o Parecer LA - 01, que equiparou empresas brasileiras cuja maioria do capital social esteja nas mãos de estrangeiros não-residentes ou de pessoas jurídicas estrangeiras como empresas estrangeiras, criando uma distinção e discriminação entre empresas brasileiras de capital nacional e a de capital majoritário pertencente a estrangeiros não residentes no país, aumentando as limitações da aquisição de propriedades rurais por empresas estrangeiras. Essa prática gerou grande repercussão na mídia e a revolta de latifundiários, empreendedores brasileiros e estrangeiros. No entanto, mesmo com maior fiscalização do governo federal e estadual, essas práticas ainda ocorrem, uma vez que a Lei nº 5.709/71 deixa lacunas que permitem a compra de terras por estrangeiros no Brasil.

Diante deste quadro e preocupação com a posse, governança e estrangeirização da terra, a FAO elaborou as “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas”, para uma governança mais eficaz da terra. Estas foram discutidas e estabelecidas em outubro de 2011. Tais diretrizes tem o objetivo geral de promover o apoio a segurança alimentar, redução da pobreza rural, uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Também tem como preocupação a garantia de direitos humanos das populações afetadas e garantia da segurança territorial.

A ONU, através da FAO, partiu de princípios e práticas aceitas em escala internacional para orientar o desenvolvimento de políticas e legislação que objetivem a governança da posse da terra, alegando ser fundamental no respeito das relações entre investidores estrangeiros e população local. Juntamente com a preocupação da posse da terra, tem-se a inquietação com o fraco direito dos pequenos agricultores locais, que são os principais afetados, pois, na maioria das vezes, são expulsos de seu próprio território pelos estrangeiros. Deste modo, muitas nações estão buscando reformular suas leis de terra.

A fundamental concern surrounding international land investment relates to the weak or inexistente rights held by local farmers over the land being acquired by outsiders. This means they (or their representatives) have few grounds from which to negotiate. Key elements for strengthening local land rights include measures such as: recognition by government of local (customary) rights, irrespective of registration (such as covered by the 1997 Land Law in Mozambique and Tanzania's Land Act of 1999), low-cost systems for recording rights, hence speeding up coverage of land registration (eg Ethiopia), devolution of land management responsibilities to local government, with accountability mechanisms (such as in Tanzania's Village Land Act of 1999, and in Senegal), local consultation requirements (as happen in Mozambique or as specified in Tanzania's Land Acts) or free prior and informed consent, joint management or attribution of rights over common resources (such as conventions locales in the Sahel, covering grazing and woodland areas). Many governments are keen to update their land tenure legislation and policy to clarify and secure rights over land and natural resources, offer incentives for people to invest in land, and specify terms for international investors' access to national resources. Over the past 10-15 years in sub-Saharan Africa, most governments have reformed legislation and initiated titling and registration programmes, starting with urban land and moving to include high value rural land. Such land rights once registered also offer the basis for more comprehensive land-based taxes. The experience of countries such as Vietnam demonstrates the advantages gained from comprehensive land reform and confirmation of land rights in the hands of small-scale farmers. The reform process known as Doi Moi ensured the assignment of land from collectives to farmers alongside the liberalization of agricultural markets. As a consequence, agricultural growth took off, with farmers intensifying and diversifying into a broad range of crops and activities. Women's rights, which have formerly been ignored, are now included on land use certificates. There remain issues to be resolved, to improve environmental management but this experience shows the power of stronger rights for farmers over their land in stimulating food production (Kirk and Tuan 2009). The International Conference on Agrarian Reform and Rural Development, held in Brazil in 2006 offers importante evidence and principles for guiding changes to land tenure and rights management. The Land Policy Initiative of the African Union, the United Nations Economic Commission for Africa, and African Development Bank has designed guidance for national governments addressing their land related challenges, and to encourage member states to share best practices. But many countries still have a very weak administrative base and limited documentation of land rights. National governments often simply assert underlying ownership of all resources, managed by and held in trust for the benefit of the citizenry. This leaves millions of smallholders vulnerable to dispossession (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION, 2011, p. 39-40).

Outro ponto que merece destaque é que a posse, governança e estrangeirização da terra promovem pontos de vista distintos, um exemplo evidente é a posição tomada pela Via

Campesina em relação aos processos acima referidos e a posição tomada pela *International Federation of Agricultural Producers* (IFAP), afirmando que é uma ótima oportunidade para impulsionar o rural. Enquanto a Via Campesina toma tais processos como promotor de desastrosos impactos ambientais e sociais. “Tais processos criam ameaças graves para a produção de alimentos pelos pequenos agricultores, gerando a insegurança alimentar destes” (BORRAS JR.; FRANCO, 2010, p. 06).

Considerações finais

Diante das leituras realizadas e do exposto acima torna-se evidente a complexidade das questões acerca da terra em escala global. Primeiramente, consideramos que a terra é algo além do que meio de produção de alimentos e cada indivíduo possui uma relação distinta com a terra. As principais questões atuais dizem respeito a posse, governança e estrangeirização da terra, tais processo, segundo a GRAIN, tomou proporções mundiais e atinge todas as nações, uma com mais intensidade que as outras. Apesar de ser um debate antigo, tais questões são recriadas com o movimento da realidade e necessidade da sociedade, mesclando antigos elementos com as práticas atuais. Um exemplo explícito é o neoimperialismo, que consiste em práticas imperialistas modificadas segundo as realidades atuais.

A posse da terra, governança da posse da terra e estrangeirização da terra são processos muito importantes, cada qual com a sua singularidade. A questão da posse da terra é essencial para a garantia do desenvolvimento territorial sustentável. A governança é fundamental para a garantia da segurança e soberania territorial, pois tem como função primordial evitar a desmontagem do território nacional, “garantindo o controle de território dentro do seu próprio território.” A estrangeirização da terra é o que torna evidente a disputa sobre a governança da posse da terra. Todos os processos aqui tratados adquirem mesmas proporções e mesmos discursos. Os discursos são pautados na preocupação com a segurança alimentar, produção de alimentos e segurança energética. Mas deixamos a questão em aberto: são apenas estes os interesses na posse, governança da posse da terra e estrangeirização? Para alguns pesquisadores e até mesmo instituições, são apenas estes os interesses, mas a tomada de posição para este ensaio acredita que há muitos interesses embutidos em tais processos, interesses dos quais não temos conhecimento. Como abordou Carlos Oya (2013), assumimos o papel de “nacionalistas ousados” ao acreditar no neoimperialismo e na segurança territorial nacional.

Logo, estes três processos que ocorrem simultaneamente adquiriam enfoque a partir do século XXI com a crise agroalimentar. Tais processos são antigos, mas a sua proporção e faces são novas, pois anteriormente não havia tamanho interesse em produção de agrocombustíveis. O que intensificou ainda mais é o esperado crescimento populacional, logo,

aumento da demanda por alimentos. Outra faceta recente é a preocupação com questões ambientais e de aquecimento global. Diante disso, movimentos sociais em escala internacional, lutam contra estes processos, como é o caso da Via Campesina e União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC)⁹.

A posse, governança e estrangeirização assumem novos papéis, assinalando as mudanças na ordem mundial. A globalização é um fator que devemos considerar, embora muitos pesquisadores não levem esta em conta, ela é essencial para a compreensão das proporções que a posse, governança da terra e estrangeirização tomaram no contexto atual. A ocupação fundiária global levanta questões mais profundas sobre a territorialidade na era da economia avançada, expressada pela globalização. A transformação complexa nas relações sociais de poder altera o controle da posse da terra. Deste modo, damos destaque para os diversos atores atuantes nestes processos, a importância singular de cada um e a articulação de todos para a promoção de uma governança da terra segura, onde todos tenham acesso a terra e o direito sobre esta, ou seja, a governança democrática da terra.

Referências

AGOSIN, Manuel; MACHADO, Roberto. Foreign investment in developing countries: does it crowd in domestic investment? **Oxford Development Studies**, v. 33, n. 2, p. 149-162, jun. 2005.

ARIAL, Anni; PALMER, David; VIDAR, Margret; CEBOLLA, Juan Carlos Garcia; ROMANO, Francesca; SHAMSAFAIR, Leila. Governance of tenure: making it happen. **Land Tenure Journal**, v. 3, n. 1, p. 63-76, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Contemporary discourses and constataions around pro-poor land policies and land governance. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 01-32, jan. 2010.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a broader view of the politics of global land grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, n. 1, 39 p., mai. 2010.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminar analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos.

⁹ A União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC), redigiu no dia 28 de maio de 2013, uma carta aberta ao Armando Guebuza (presidente de Moçambique), ao Shinzo Abe (primeiro-ministro do Japão) e a Dilma Rousseff (presidente do Brasil). Esta carta teve grande repercussão na mídia e teve o objetivo de deter o ProSAVANA, programa de cooperação trilateral lançado em 2011. Este programa promove a estrangeirização da terra em Moçambique, passando o governança da posse da terra para empresas e governos de outros países, porém tem o discurso de promover o desenvolvimento agrícola no país.

BRASIL. Parecer nº LA 01, de 19 de agosto de 2010. Revisão do Parecer GQ-181 de 1998 e GQ-22 de 1994. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos.

CALLENS, Stéphane; BROT, Jean; GÉRARDIN, Hubert. De l'opposition entre l'Urgence et le Développement à la prise de conscience des spécificités des problèmes de gouvernance em période d'urgence. **Revue Mondes em Développement**, n. 137, v. 1, p. 07-10, jan. 2007.

COTULA, Lorenzo. Food versus fuel: an informed introduction to biofuels, big profits, ruined lives and ecological destruction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 297-230, jan. 2013.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela terra**. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 nov. 2015.

DEININGER, Klaus. Challenges posed by the new wave of farmland investment. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 217-247, mar. 2011.

DUFUMIER, Marc. Biotechnologies et développement agricole dans le tiers monde. **Revue Tiers Monde**, v. 188, n. 4, p. 693-703, dez. 2006.

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. Land tenure systems and their impacts on the food security and sustainable development in Africa. **Economic Commission for Africa**. 140 p. 2009.

ELLNER, Steve. Latin America's radical left in power: complexities and challenges in the twenty-first century. **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 3, p. 05-25, mai. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Caderno de Conflitos no Campo de 2010**, Comissão Pastoral da Terra: Goiânia, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil**: a geo-historical review of land governance in Brazil. Roma : International Land Coalition, 2012, 61 p.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. Land tenure and international investments in agriculture. **High Level of Experts on Food Security and Nutrition**. 60 p, jul. 2011.

LA VIA CAMPESINA. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MARGULIS, Matias; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino. Land Grabbing and global governance: critical perspectives. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 01-23, jan. 2013.

MAZOYER, Marcel. Une situation agricole mondiale insoutenable, ses causes et les moyens d'y remédier. **Mondes em Développement**, v. 117, n. 1, p. 25-37, jan. 2002.

MESCLIER, Évelyne. Que sont devenus les bénéficiaires des réformes agraires Latino-Américaines? **Revue Problèmes d'Amérique Latine**, v. 79, n. 1, p. 05-11, jan. 2011.

MCKEON, Nora. "One does not sell the land upon which the people walk": land grabbing, transnational rural social movements and global governance. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 105-122, jan. 2013.

MCMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 47-64, jan. 2013.

MUNRO-FAURE, Paul; PALMER, David. An overview of the voluntary guidelines on the governance of tenure. **Land Tenure Journal**. v. 3, n. 1, p. 05-18, 2012.

MURMIS, Miguel; MURMIS, Maria Rosa. El caso de Argentina. FAO (Org.). **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**: concentración y extranjerización. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), 2012, p. 15-58).

OHMAE, Kinichi. **O Fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988. 107 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Global agricultulre towards 2050**. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Climate change and bioenergy challenges for food and agriculture. **High-Level Expert Forum**. Roma, out. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.fao.org/>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, set. 2013.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, dez. 2011.

RAZAVI, Shakra. Agrarian change, gender and land rights. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1-2, p. 2-32, abr. 2003.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE BY THE MUNDEM PROJECT. The financial risks of insecure land tenure: na investment view. **Rights and Resources Initiative by the Mundem Project**. 2012.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 25-46, jan. 2013.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, 2010.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural da ESALQ**, v. 50, n. 3, 2012.

SCOONES, Ian; HALL, Ruth; BORRAS JR. Sautnino; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. The politics of evidence: methodologies for understanding the global land rush. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 469-483, set. 2013.

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES DE MOÇAMBIQUE (UNAC). **Carta Aberta para deter e reflectir de forma urgente o Programa ProSavana**. União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC). Maputo, 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://macua.blogs.com/files/carta-aberta-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-e-movimentos-sociais-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavanapdf.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

VIA CAMPESINA. **Alianza Global Contra el Acaparamiento de Tierras**. Jacarta: Via Campesina, 2011.

VIA CAMPESINA. **Stop Land Grabbing!**. Mali: Via Campesina, 2012.

VIDAL, Dominique. Le Brésil du sortir des années Lula. **Revue Problèmes d'Amérique Latine**, v. 78, n. 4, p. 05-12, set. 2010.

WOERTZ, Eckart. The governance of Gulf agro-investments. **Magazine Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 87-104, fev. 2013.

Recebido para publicação em 24 de março de 2015

Devolvido para revisão em 23 de novembro de 2015

Aceito para publicação em 30 de novembro de 2015

Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)

Vinicius Antonio Banzato Facco

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGGEO/UFPR)
e-mail: v.facco@hotmail.com

Resumo

Ao se tomar como objeto de análise o espaço agrário, considerando a atual crise sistêmica e civilizatória, é possível delimitar três esferas de debates: a questão agrária, a crise alimentar e os conflitos ambientais. Com base nisso, o trabalho versa sobre dois sistemas agroalimentares: o campesinato agroecológico e os impérios agroalimentares. Neste sentido, objetiva-se compreender as diferenças destas categorias. Para isso, se escolheu o acampamento José Lutzenberger – localizado no município de Antonina, no litoral paranaense – como foco de análise do campesinato agroecológico. Este acampamento, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representa um exemplo paradigmático da temática, pois reúne a luta pela terra, a questão ambiental e o debate alimentar. Assim, torna-se possível compreender como se dá a resistência e a relativa autonomia camponesa perante os impérios agroalimentares. O estudo traz à tona os mecanismos dos impérios em um contexto de globalização neoliberal que contribui na reprodução da atual crise sistêmica, bem como as alternativas do campesinato agroecológico.

Palavras-chave: Sistemas agroalimentares; campesinato; agroecologia; movimento dos trabalhadores rurais sem terra; impérios agroalimentares.

Alternatives to agrifood empires from agroecological peasantry: the experiences of agroforestry settlement José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)

Abstract

Taking the agrarian space as object of analysis, and considering the current systemic and civilization crisis, we can define three levels of discussion: the agrarian question, the food crisis and environmental conflicts. Based on this, this paper discusses two agrifood systems: the agroecological peasantry and the agrifood empires. In this sense, the main objective is to understand the differences between these categories. For this, we chose the settlement José Lutzenberger - located in the city of Antonina, on the coast of Paraná – as analytical focus of agroecological peasantry. This settlement, organized by the Landless Rural Workers Movement, is a paradigmatic example of the theme, as it meets the struggle for land, the environmental issue and the food debate. Thus, it becomes possible to understand the resistance and peasant relative autonomy from the agrifood empires. The study brings out the mechanisms of empires into neoliberal globalization context that contributes to the current systemic crisis reproduction, and the alternatives of agroecological peasantry.

Keywords: Agrifood systems; peasantry; agroecology; landless rural workers movement; agrifood empire.

Alternativas a los imperios agroalimentarios del campesinado agroecológico: las experiencias de asentamiento agroforestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)

Resumen

La situación actual está permeada por una crisis sistémica y civilizatoria. Para ser tomado como objeto de análisis el espacio agrario, se pueden definir tres niveles de discusión: el problema agrario, la crisis alimentaria y los conflictos ambientales. En base a esto, el documento analiza dos sistemas agroalimentarios: el campesinado agroecológico y los imperios agroalimentarios. En este sentido, el objetivo es entender las diferencias de estas categorías. Para ello, se optó por el asentamiento José Lutzenberger - ubicado en la ciudad de Antonina, en la costa del Paraná - enfoque analítico del campesinado agroecológico. Este asentamiento, organizado por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra, es un ejemplo paradigmático del tema, ya que cumple con la lucha por la tierra, el tema del medio ambiente y el debate sobre los alimentos. Por lo tanto, se hace posible entender cómo la resistencia y la autonomía relativa campesina de los imperios agroalimentarios. El estudio pone de manifiesto los mecanismos de imperios en contexto de globalización neoliberal que contribuye a la reproducción de la actual crisis sistémica, y las alternativas de campesinado agroecológico.

Palabras clave: Sistemas agroalimentarios; campesinado; agroecología; movimiento de los trabajadores rurales sin tierra; imperios agroalimentarios.

Introdução

O cenário mundial contemporâneo está constituído por uma crise que possui várias facetas. Colapso dos bancos e do setor de finanças, mudanças climáticas e o debate ambiental, crise da produção de alimentos, a latente e persistente luta pela terra (e sua nova roupagem, através da luta por reconhecimento de territórios) são alguns dos elementos que marcam esta conjuntura. Fala-se, então, em uma crise sistêmica (ROSSET, 2011) e civilizatória. Algumas consequências deste estado caótico de coisas são a erosão cultural de diversos povos, a reprodução de desigualdades socioespaciais, a crescente e megalomaniaca acumulação de capital das corporações transnacionais – que conta com respaldo e apoio do Estado – e, também, a degradação ambiental, que inclusive resulta em uma banalização e vulgarização do discurso sobre a natureza.

Assume-se a posição que a questão alimentar aborda as conflitualidades e embates da produção alimentar e suas consequências – como a fome e a obesidade, por exemplo¹. Neste eixo, os debates de soberania e segurança alimentar se fazem presentes, defendendo propostas produtivas específicas no campo. Os estudos deste tema visam identificar as diferentes formas de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos. Fala-se, a partir disso, em sistemas agroalimentares (ALTIERI, 2012). Os

¹ Patel (2012) afirma que o sistema alimentar mundial é marcado pela contradição, comprovando esta afirmação com os dados de que em 2011 o número de subnutridos no mundo era de cerca de 925 milhões de pessoas, e o de obesos em torno de 1,5 bilhão.

conflitos das diferentes formas de produção necessitam ser evidenciados e elucidados, trazendo à tona quais são os atores sociais envolvidos e seus interesses distintos.

Assim, se verifica uma diferenciação destes sistemas agroalimentares. Constata-se a presença de uma forma heterogênea e diversa de agricultura camponesa, que busca sua reprodução social e que em alguns momentos assume a prática agroecológica como bandeira de luta por autonomia. O campesinato se torna uma categoria elementar para este modelo agroalimentar e permite “definir as dimensões da exploração do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las” (SHANIN, 2005, p. 19). Em contraste com os camponeses e suas práticas (que usualmente são agroecológicas), existe um conjunto de atores e processos que se faz dominante na estruturação da produção, processamento e comercialização de alimentos em escala mundial, baseada na acumulação e reprodução de capital e na hegemonia corporativa sobre o setor agroalimentar. Ou seja, há um controle da industrialização da alimentação a partir de algumas poucas empresas transnacionais, na qual os alimentos se tornam cada vez mais um mecanismo de obtenção de lucros no cenário de financeirização da agricultura.

A partir deste modelo, um pequeno grupo de corporações toma o controle do setor agroalimentar, de forma a submeter agricultores e consumidores aos seus ditames. Ploeg (2008) denomina esta forma de atuação de Império, enquanto que Patel (2012) opta pelo termo sistema alimentar mundial. Já a análise de Bello (2012) insere a noção de agricultura industrial capitalista e, também, há a nomeação do ETC Group (2009) de cadeia alimentar industrial. Apesar das diferentes maneiras de denominar esta lógica, as características descritas por cada um desses autores são praticamente as mesmas, com algumas nuances e enfoques peculiares. Para o presente trabalho, foi escolhido o termo impérios agroalimentares, visando elucidar esta prática produtiva alimentar de forma crítica, termo adotado também por Almeida, Collado e Hernández (2014).

As dimensões estruturantes de cada um destes sistemas agroalimentares são díspares, com divergências em inúmeros aspectos. Estas abordagens são incompatíveis, pois enquanto a agricultura camponesa agroecológica se apresenta de forma mais diversa e complexa, os impérios agroalimentares são constituídos por um reducionismo lógico, que enfoca apenas o aspecto econômico. A premissa de acumulação e reprodução de capital a partir do setor agrícola-alimentar caracteriza-os, assumindo uma postura economicista, utilizando os alimentos exclusivamente como uma mercadoria. Em um contexto de globalização neoliberal, se faz necessário debater criticamente esta lógica economicista no âmbito agroalimentar.

Por sua vez, a agroecologia é compreendida como uma abordagem crítica ao sistema produtivo agrícola baseado nos preceitos da agricultura moderna e industrial dos impérios agroalimentares. Na base destes ideais de produção conforme os preceitos dos

ecossistemas, é possível destacar uma agricultura “com”, e não “contra” a natureza (GUTERRES, 2006). A partir da agroecologia há uma forma de se apreender o espaço agrário de forma crítica, visando enfatizar práticas específicas dos camponeses, que são os sujeitos principais nesta forma de abordagem. A compreensão do meio rural a partir de um enfoque agroecológico visa contestar uma leitura ambiental supérflua e economicista, encontrada em noções como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – discursos esverdeados que são adotados por inúmeras corporações e organizações não governamentais (ONG's) nos dias de hoje. A agroecologia emerge em um contexto de aprofundamento do debate ambiental, incorporando a defesa dos camponeses, expondo os conflitos agrários, ambientais e pela produção de alimentos.

Diante destas considerações, o presente artigo busca trazer à tona as alternativas ao capital a partir do campesinato agroecológico, que está envolvido na luta pela terra e que resiste ao avanço sobrepujante dos impérios agroalimentares. Para isso, foi escolhido o acampamento José Lutzenberger (organizado pelo MST e localizado no município paranaense de Antonina) como forma de análise desta categoria. Portanto, o trabalho tem o objetivo de identificar as estratégias de organização e reprodução social presentes no acampamento, bem como compreender como se dá a prática social de resistência e autonomia camponesa (baseada na agroecologia) perante os impérios agroalimentares.

Desta forma, são analisadas as formas de produção e comercialização de alimentos do acampamento José Lutzenberger e do sistema agroalimentar hegemônico, de forma a elencar as diferenças que os constituem, apresentando os conflitos e disparidades de ambos. Além disso, observa-se que inserir o diálogo sobre as formas de produção, comercialização, processamento e consumo dos alimentos, juntamente com leituras sobre conflitos e dinâmicas do capital no espaço agrário pode renovar as análises sobre o meio rural contemporâneo. Assim, torna-se possível apreender as novas formas de atuação e as lógicas do capital no setor agrícola, haja vista que elas se metamorfoseiam nas suas dinâmicas espaciais, atualizando as dimensões da Questão Agrária.

As informações acerca do acampamento foram obtidas através de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. A observação participante se refere a dois momentos de vivência que se deram no acampamento José Lutzenberger, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, visando compreender as dinâmicas dos sujeitos e participar das mesmas, contribuindo nos trabalhos com a comunidade acampada. Também foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas, sendo uma com uma liderança do acampamento e as outras três com acampados. A identificação dos entrevistados, no presente trabalho, é feita a partir da letra inicial do primeiro nome dos mesmos. Ademais, uma das lideranças forneceu documentos relativos às entregas de alimentos nas escolas estaduais pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Enfim, o artigo tem foco debater as diferenças do campesinato agroecológico, com base no acampamento José Lutzenberger, e dos impérios agroalimentares. O trabalho, então, inicia uma exposição do histórico e das práticas do acampamento agroflorestal, para em seguida analisar as dinâmicas dos impérios.

Histórico e organização do acampamento agroflorestal José Lutzenberger

O acampamento José Lutzenberger² está situado no litoral do estado do Paraná, no município de Antonina. Trata-se de um local de resistência, a partir da ocupação, que simboliza a luta pela terra nesta região costeira. O território ocupado está inserido dentro de uma Unidade de Conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Além disso, ele está localizado na comunidade Rio Pequeno, na zona rural do município. O agrupamento recebe esta denominação devido ao maior rio que circula na localidade, que inclusive corta a área do acampamento. A ocupação está distante 35 quilômetros da área urbana de Antonina, e cerca de 110 quilômetros da cidade de Curitiba. Atualmente, ele é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

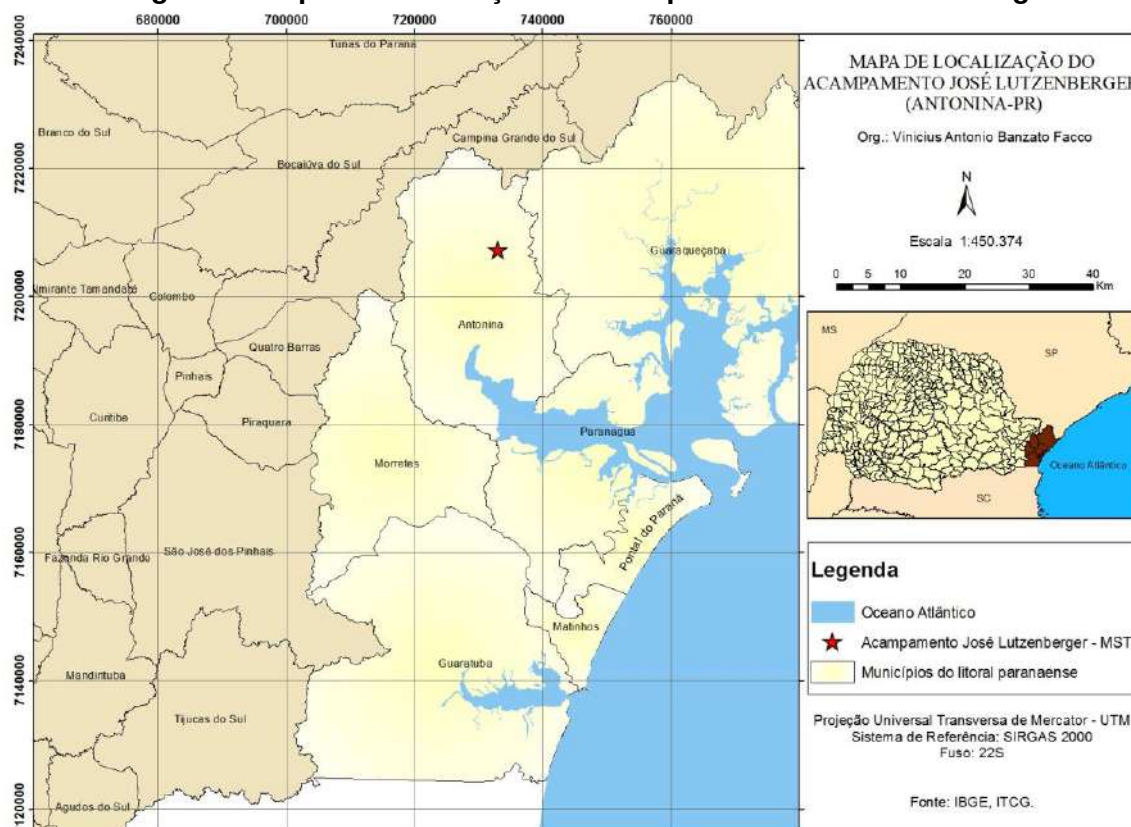
O município de Antonina, por sua vez, possui 18.891 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 2.828 residem no meio rural, ou seja, aproximadamente 15% da população do município. Em termos agrícolas, conforme IPARDES (2013), Antonina possui maior volume de produção de banana, mandioca e cana-de-açúcar, respectivamente. Esta unidade administrativa está no bioma Mata Atlântica, que tem como característica principal a exuberância da Floresta Ombrófila Densa, a maior área contínua de floresta no estado do Paraná. Por isso, há no município grande presença de unidades de conservação, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral, tais como a APA de Guaraqueçaba, RPPN da Cachoeira, RPPN do Morro da Mina, Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus, Parque Estadual Pico do Paraná e Parque Estadual Roberto Ribas Lange.

A origem do acampamento remete a conflitos fundiários e ambientais. São dois os eixos de embates que fazem urgir a ocupação na comunidade Rio Pequeno: disputas com uma ONG ambientalista, que visava se apropriar das propriedades da região, e a luta contra a criação de búfalos, que degradava a vida dos moradores de Rio Pequeno. A partir de uma mundialização do debate sobre a questão ambiental, a preservação da natureza se torna cada vez mais latente e ONG's ambientalistas desempenham papel central a partir deste contexto. Na APA de Guaraqueçaba, a organização que mais se destaca é a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

² José Lutzenberger foi um renomado engenheiro agrônomo e ecologista que, já em 1980, denunciava os impactos ambientais causados pela agricultura moderna sustentada pelas grandes empresas. Além disso, foi um grande defensor de complexos sistemas agrícolas tradicionais.

Pelo fato de o acampamento estar inserido em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a questão ambiental (sobre a relação entre sociedade-natureza, da mesma forma que a possibilidade de se estabelecer um assentamento neste tipo de área) se torna um elemento relevante para compreender a dinâmica neste local. O conflito inicial que gera um estado de insatisfação e insubordinação na comunidade Rio Pequeno, de acordo com os moradores que estão há mais tempo no acampamento, se dá com a referida ONG. Analisar os fundamentos desta organização é essencial para compreender o processo de estabelecimento desta ocupação.

Figura 1: Mapa de localização do acampamento José Lutzenberger.



Fonte: O autor (2014).

Em seu endereço eletrônico, a SPVS afirma que desenvolve:

(...) projetos inovadores e de qualidade na área da conservação da natureza, com características voltadas à expansão e replicabilidade de ações direcionadas à manutenção do patrimônio natural e da biodiversidade. Perto de 30 anos de atuação em diferentes biomas brasileiros, os trabalhos da SPVS são realizados sempre em ações conjuntas com empresas, instituições públicas e do terceiro setor, visam influenciar políticas públicas e buscam demonstrar o quanto a qualidade de vida, as atividades econômicas e o desenvolvimento são dependentes da existência de áreas naturais bem conservadas e da garantia da conservação da biodiversidade.

Disponível em: <http://www.spvs.org.br/quem-somos/> Acesso em: 20/07/2014.

A ONG preservacionista tem uma perspectiva de oprimir comunidades rurais que habitam no entorno de suas áreas. Neste sentido, Martínez Alíer (2012) segmenta o movimento ambientalista em três correntes: o culto à vida silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. O culto à vida silvestre defende “manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana” (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 24). Por sua vez, o ecologismo dos pobres representa um “[...] interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje” (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 34). Uma incompatibilidade de abordagens se explicita, quando a ONG em questão pressiona as comunidades residentes na APA de Guaraqueçaba, visando adquirir suas terras para implementar unidades de conservação. A SPVS tem uma postura de culto à vida silvestre, subestimando o ecologismo do acampamento José Lutzenberger.

Nesta Unidade de Conservação, a ONG tem um projeto de Gestão Integrada da APA, com três áreas caracterizadas como Reserva Natural (Cachoeira, Morro da Mina e Itaqui), somando 18.600 hectares (SPVS, 2012). De toda esta área, 11.441 hectares são de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Além disso, a organização detém 34 mil hectares a partir da Reserva Biológica Bom Jesus, situada entre os municípios de Antonina e Guaraqueçaba. A área da SPVS que está mais próxima ao acampamento José Lutzenberger é a fazenda Águas Belas, uma RPPN de 508 hectares, que faz parte da Reserva Natural do Cachoeira.

Um dos eixos de atuação da SPVS envolve mitigação e compensação ambiental de mudanças climáticas. São estratégias de sequestro de carbono a partir de um conjunto de florestas em suas áreas. A ONG detém propriedades com esta finalidade, e empresas a contratam para realizar ações de compensação de emissão de gases geradores do efeito estufa. Há uma mercantilização da natureza com o envolvimento destes sujeitos. De acordo com informações de seu endereço eletrônico, empresas como O Boticário e HSBC já contrataram serviços para compensar emissões. Os projetos de amenizar o aquecimento global se dão com o apoio da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC) e as companhias American Electric Power, Chevron e General Motors. Além disso, a SPVS opera ações de conservação de uma espécie da Mata Atlântica: o papagaio-da-cara-roxa; educação ambiental e pesquisas em suas áreas de preservação.

As abordagens ecologistas são vastas, havendo sujeitos com posturas preservacionistas (que apenas desejam resguardar determinados lugares e seus recursos, desprezando povos que os habitam), e outros que inserem o elemento social. A SPVS é

uma ONG preservacionista, que defende o culto à vida silvestre, a partir de um posicionamento que centraliza o aspecto econômico das relações socioculturais. Assim, o embate inicial se dá quando esta organização busca adquirir propriedades para implementar suas estratégias de preservação ambiental. As comunidades que residem em diversas porções da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba passam a sofrer constantes pressões por parte da SPVS. É o que ocorria na comunidade Rio Pequeno.

A ideia deles era fazer um grande território, assim... da SPVS. Eles queria unir toda a comunidade do Rio Pequeno, né. Porque aqui é a última comunidade. Não existe outra comunidade pra lá, né. Eles queriam unir toda essa região como uma área deles, um território deles (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

A finalidade não era brigar com o Pamplona [proprietário da fazenda São Rafael]. A finalidade era brigar com a SPVS, né. Porque aconteceu isso também... tipo, meio dizimou o pessoal de vila né. A SPVS comprou todas as áreas, e foi cercando em volta os pequenininho e foi tirando, tirando... E como é uma grande reserva né, e o pessoal foi sufocando também. Hoje tem pouca população também (ENTREVISTADO ACAMPADO V.).

Inserida em uma lógica capitalista que mercantiliza a natureza, a SPVS acaba por comprimir as comunidades em seus territórios, chegando a expulsá-las. Pode-se falar na criação de um latifúndio com novas características, que visa agora uma suposta preservação ambiental inserida numa lógica capitalista. Pires (2008) denomina as propriedades desta organização de latifúndio. A expropriação de comunidades nativas e tradicionais de seus territórios pioneiros é consequência deste tipo de propriedade, que também pode ser chamada de latifúndio genético (PORTO-GONÇALVES, 2002).

No entanto, nesse momento vemos, novamente, aquela vertente tradicional do ambientalismo, que tem sua origem na Europa e nos Estados Unidos, e que continua operando com a velha lógica dicotômica e ignorando toda a dimensão político-cultural implicada no debate ambiental. Tentam retomar a já superada visão de unidade de conservação que ignora a importância dos saberes das populações que tradicionalmente se desenvolveram com a natureza. Na verdade, reinventam a velha prática moderno-colonial de se apropriar dos recursos naturais das populações originárias sempre com argumentos novos para justificar velhas práticas, agora reinventando um novo tipo de latifúndio. [...] Se trata de constituir grandes áreas demarcadas a pretexto de pesquisa científica ignorando todo o saber construído por essas populações que habitam esses ecossistemas (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 11).

Este é o conflito que torna efervescente a insatisfação dos camponeses e posseiros da comunidade Rio Pequeno a partir do final da década de 1990, tomando concretude no início dos anos 2000, e com a ocupação se efetivando em março de 2004. O acampamento está situado na fazenda São Rafael, e tem a dimensão de 228,84 hectares (PIRES, 2008). Antes de ocupar esta propriedade, os moradores acamparam – por um curto período de tempo – em uma propriedade vizinha, conhecida por Fazenda Marcos Santos. A meta inicial

era estabelecer uma ação direta contra a SPVS, para fazer frente ao avanço desta organização que estava dizimando as comunidades da APA de Guaraqueçaba.

Primariamente, a comunidade Rio Pequeno se estabeleceu como um lócus de resistência a um discurso ambiental supérfluo e vulgarizado. Estes sujeitos pretendiam defender seus territórios, seus anseios e saberes a partir da insubordinação que a prática de ocupar uma terra possui. Estas populações “[...] têm vivenciado um período em que seus saberes e modo de vida são duramente combatidos. A impossibilidade de acesso a que são submetidas, retira-lhes a possibilidade de manejar seus ambientes para sua sobrevivência” (PIRES, 2008, p. 36).

Diante deste cenário local-regional marcado pela opressão disfarçada em retóricas exacerbadamente ambientalistas, os sujeitos da comunidade Rio Pequeno se tornam os primeiros a negar esta ofensiva por terras que a ONG estava realizando. Esta é uma revolta camponesa pioneira que se explicita no litoral paranaense. Cabe ressaltar que o MST não foi o precursor da ocupação neste caso. Foram os próprios habitantes da comunidade Rio Pequeno – camponeses e posseiros – que organizaram a articulação inicial para a ocupação.

Apesar de o embate entre a comunidade nativa e a SPVS ter se apresentado, em um primeiro momento, como o mais emblemático, confrontações com o fazendeiro foram se consolidando cotidianamente. As inquietudes e tensionamentos começaram a se dar a partir do foco que o fazendeiro atribuía à sua produção: a criação de búfalos. Ademais, a população também sofria ameaças dele e de seus funcionários. O conjunto de ações por parte do proprietário da Fazenda São Rafael culminou, então, na ocupação do imóvel. Até então, a disputa era com a ONG ambientalista. Porém, o fazendeiro resolveu intervir no entrave da comunidade com a SPVS. Começou a envolver a polícia, advertindo os ocupantes da propriedade vizinha à dele e ameaçando-os.

A partir disso, os camponeses e posseiros decidiram por ocupar a fazenda São Rafael. Para acentuar ainda mais o entrave, a fazenda São Rafael se dedicava à bubalinocultura, que é uma espécie exótica à região litorânea do Paraná, e que impacta sobremaneira o ambiente. Os búfalos da propriedade invadiam as roças dos posseiros, destruindo o sustento deles: a terra. Animal de grande porte, o búfalo degrada o solo por onde passa, compactando-o.

A criação de búfalos traz dois efeitos impactantes ao local: um de cunho social, que é a destruição das roças e lavouras dos posseiros vizinhos à fazenda São Rafael; e outro de caráter ambiental, que é a degradação dos solos e destruição da vegetação primária e do ecossistema local. A bubalinocultura trouxe, juntamente, uma espécie vegetal exótica ao litoral paranaense: a braquiária, conhecida também por capim-tangola (*Brachiaria arrecta* x *Brachiaria mutica*).

Figura 2: Presença da braquiária (capim-tangola) no acampamento.

Fotografia: O autor (2014).

Este tipo de pastagem, a princípio, só se desenvolve em ambientes altamente úmidos e quentes, tais como margens de rios e brejos. Entretanto, de acordo com o depoimento de um dos acampados, o fazendeiro se juntou a um instituto de pesquisas em São Paulo para estabelecer geneticamente uma espécie de braquiária que pudesse se desenvolver para além de locais com elevada umidade. O resultado disso é que, atualmente, ainda há um grande predomínio da braquiária (capim-tangola) em quase toda a área do José Lutzenberger. Os acampados travam uma luta diária contra esta pastagem invasora. A luta pela terra se torna também luta contra o braquiaral, que tem extrema facilidade para se reproduzir. Apenas o ingá e ambientes com sombra são capazes de impedir o desenvolvimento desta espécie, e as agroflorestas cumprem papel fundamental no impedimento da progressão da braquiária – sem contar que contribuem na recuperação da vegetação e geram alimentos ao grupo de acampados. A explicação do cruzamento de espécies é feita por um dos acampados.

Na verdade ela veio primeiro a braquiária, que o nome dela é tanegraís [tannergrass], né. Então ela é um capim africano, que adapta bem na água, terreno quente, né. Tipo né, clima quente. E a gente pegou e daí, tiramo muda daqui, o Pamplona [proprietário da Fazenda São Rafael] levou pra São Paulo, e desenvolveram, cruzaram ela com a angola. Que a angola vai no seco, né. Daí então ficou o nome Tangola, daí. Já mudou o nome dela pra Tangola. E então, agora ela se adapta... Ela só se adaptava em brejo, né. Agora ela vai em toda e qualquer área. [...] Você não podia plantar. Quando começou a vim a criação de búfalo, o búfalo escapa. O búfalo não tem controle, você segurar ele, né. Principalmente nessa época de inverno. O capim baixou um pouquinho, ele sai. E acaba indo na roça lá, e destrói tudo o que o agricultor tem. E é onde o pessoal foi ficando indignado com isso (ENTREVISTADO ACAMPADO V.).

Em um documento agronômico da Embrapa, Andrade et al. (2009) estudam a mesma espécie que se faz dominante no acampamento. A mesma descrição realizada pelo acampado é feita pela instituição.

O capim-tangola é um híbrido natural entre o capim tannergrass (*Brachiaria arrecta* (Dur & Schinz) Stent) e o capim-angola (*Brachiaria mutica* (Forssk.) Stapf). De acordo com Silva e Agostini (1978), o capim-tangola foi descoberto em 1968, pelo pecuarista Cristóvão Lemos, em uma pastagem constituída pelos capins angola e tannergrass, em sua propriedade localizada no norte do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se por apresentar características morfológicas intermediárias entre as duas forrageiras (ANDRADE et al., 2009, p. 16).

Os posseiros, então, sofriam com a pecuária de búfalos, por causa da expansão da braquiária e da invasão destes animais em suas áreas, caracterizando um conflito pela produção de alimentos e, conseqüentemente, pelo autoconsumo e reprodução social. As querelas estavam se tornando cada vez mais latentes. Foi a partir disso que cerca de 50 famílias ocuparam inicialmente a fazenda Marcos Santos. A partir de quatro meses de ocupação, em 2004, os posseiros decidiram envolver o MST. Durante oito meses, não havia uma decisão acerca de qual fazenda seria ocupada. Mas, pelo fato de que os conflitos com o proprietário da Fazenda São Rafael se tornaram cada vez mais agudos, estes sujeitos decidiram por efetivamente ocupar sua propriedade.

Então, o Pamplona, até assim... se o Pamplona não tivesse provocado tanto assim o acampamento, é... A gente tinha ocupado a fazenda do lado. Mas aí ele fermentou, trazia polícia... Trazia muita pressão, assim. Daí foi onde tomamos a decisão de ocupar a área mesmo (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

Portanto, é a fazenda São Rafael que é ocupada em março de 2004. Anteriormente à ocupação, uma série de crimes ambientais ocorreu na propriedade. A supressão da vegetação para inserir a pastagem para os búfalos foi uma das atividades ilícitas realizadas na área, inclusive a mata ciliar do rio, considerada Área de Preservação Permanente (APP). Além disso, houve alteração do curso do rio que corta a propriedade, o rio Pequeno. Fatos que motivaram ainda mais a consolidação do acampamento José Lutzenberger neste imóvel. Ainda hoje, duas propriedades vizinhas ao território ocupado possuem criação de búfalos. Uma delas é a fazenda Recanto das Águas. Os búfalos deste imóvel continuam a escapar da propriedade. Eles frequentemente se deslocam para a horta coletiva do acampamento, degradando as condições de vida dos acampados, gerando insatisfação entre os mesmos.

No que diz respeito à organização interna do acampamento, tomando como base a pergunta “quem nós somos?” para o grupo de acampados, destaca-se que eles se reconhecem como um acampamento, um grupo, uma coletividade. No acampamento José

Lutzenberger, há atualmente a presença de 20 famílias, das quais 15 participam de todas as atividades internas, que envolve produção, beneficiamento dos alimentos, transporte dos produtos e entregas.

Ao redor da estrada principal se localizam os lotes para construção das moradias. Ao todo, são 30 lotes (dos quais 10 não são habitados), que apresentam dimensão de 40x100 m. Nestes 4.000 m², os acampados constroem suas habitações e podem desenvolver as roças individuais. Além disso, há um espaço comunitário, que tem duas edificações. O barracão, onde são guardados os equipamentos coletivos, tais como trator e caminhão. E a “casa rosa”, que era o estabelecimento no qual o proprietário ficava no período anterior à ocupação. Na casa rosa, há uma biblioteca, formada por diversos livros doados pela Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral. As principais reuniões e assembleias, assim como os encontros da coordenação do acampamento, se dão ali.

Este acampamento possui forma de produção coletiva. Os camponeses deste local necessitam, por acordo interno, produzir e trabalhar nas hortas comunitárias. São duas áreas desta produção em comum: uma agrofloresta, com aproximadamente 4 hectares, e a principal horta, que tem cerca de 6 hectares. A produção em grupo desta ocupação remete à organização coletiva da produção, nos quais há a verificação de que “[...] cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho” (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 31). Para a estruturação interna das atividades do acampamento, o trabalho de cada camponês nas hortas coletivas desempenha papel primordial.

Figura 3: O barracão do acampamento na área comum.



Fotografia: O autor (2014).

Há ainda, no território ocupado, uma cozinha. As atividades realizadas neste local são de beneficiamento dos alimentos cultivados, tais como descascar os víveres, produção de polpa e doces de frutas, empacotamento e refrigeração dos produtos. A divisão social do trabalho no acampamento é realizada a partir do trabalho na roça e na cozinha. E, mais ainda, existem pessoas encarregadas em “coordenações” de funções, que além de contribuir nos trabalhos na horta ou no beneficiamento, são responsabilizadas por discutir e fiscalizar o trabalho no acampamento, sempre visando garantir o bem-estar da comunidade acampada. A compartimentação para racionalizar as funções é feita em quatro grupos: produção, agroindústria, comercialização e operacionalização das tarefas de distribuição.

Os acampados recebem por hora trabalhada nos espaços coletivos. O quantum da hora trabalhada varia conforme o valor monetário recebido por meio das vendas, que se dão nas feiras e nos mercados institucionais, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Cada um deve anotar, em um caderno individual, o dia em que trabalhou, o horário que desempenhou as tarefas e o número de horas trabalhadas. Com base nisso, posteriormente são somadas todas as horas, para poder efetivamente averiguar qual é o valor da hora de trabalho para o mês. Dessa forma, os camponeses recebem pela quantidade de horas trabalhadas, ou seja, cada um conforme seu trabalho.

Há presença de energia elétrica, todas as casas possuem este serviço. Já a água utilizada no acampamento é provida por meio de mina, em um morro que está nos limites da área do imóvel ocupado. Um sistema de encanamento foi feito de forma autônoma pelos camponeses, para que a água da mina possa chegar a todas as casas. Ademais, as habitações possuem sistemas individuais de fossa, para tratar a questão de saneamento. As casas, em sua grande maioria, são feitas de madeira ou de tijolo. Construídas de forma independente, incorporando toda a sapiência e inventividade camponesa. O acampamento José Lutzenberger representa uma exploração econômica baseada no trabalho familiar, que traz também o sentido de comunitarismo camponês e a produção coletiva. É uma lógica camponesa, que tem centralidade a posse de um meio de produção – a terra –, e tem como foco garantir sua reprodução social a partir do autoconsumo e satisfação das necessidades da família (CHAYANOV, 1924).

Figura 4: Casa de família de acampados.

Fotografia: O autor (2013).

A agroecologia como modo de vida no acampamento: a centralidade dos sistemas agroflorestais de produção

A agroecologia é um dos pilares que dá sustentação à ética dos camponeses que resistem e (re)existem (em detrimento das vagas acepções e teses de desaparecimento do campesinato) em José Lutzenberger. Desde o início da ocupação, esta foi incorporada como um modo de vida. A agudez da questão ambiental (o território está em uma Unidade de Conservação) fez com que isso se tornasse mais emblemático para a comunidade. A produção no acampamento José Lutzenberger segue os preceitos da agroecologia. Neste local, o modelo de cultivo sempre foi e, de acordo com depoimentos dos acampados, sempre será nesta base – onde pode ser constatado que a agroecologia está permeada como um modo de vida para a comunidade. Para eles, a “Agroecologia é uma forma de vida. Cada dia a gente vem construindo a agroecologia. É uma forma de viver, não é um novo conceito. Mas é um resgate de uma agricultura” (ENTREVISTADO ACAMPADO G.).

O foco da produção agroecológica neste território visa o cultivo de alimentos, tanto para autoconsumo (ou para serem trocados com vizinhos) quanto para comercialização. Isso porque “a comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica [...]” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 39).

Esta “nova” leitura do meio rural, que ao se afirmar como “nova” resgata ancestralidades e práticas agrícolas tradicionais, faz uma linha de frente no combate de uma agricultura propagada por uma visão de mundo moderno-ocidental, amparada em uma

exacerbação da técnica e da ciência. A ética agroecológica se volta aos sujeitos que trabalham na terra e retiram dela seu sustento. Lidar com a incerteza e a complexidade da natureza é um aspecto fundamental neste sentido.

A ideia de autonomia para os camponeses a partir da agroecologia se pauta na possibilidade de estes sujeitos produzirem o que necessitam, da forma que desejam, e com os recursos que optam. Ou seja, o campesinato, analisado sob a ótica agroecológica, produz a partir dos insumos locais, visando ser o mais independente possível. Insumos químicos e externos, provenientes de longas distâncias, não são utilizados nesta forma de produção. Tal como afirma Ploeg (2009), ao discutir sobre a proteção da biodiversidade por parte do campesinato, que se difere dos impérios agroalimentares:

As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção. Esse é um contraste marcante em relação aos processos produtivos estruturados nos moldes do Império (PLOEG, 2009, p. 29).

Com base nisso, o capital, materializado contemporaneamente pelos impérios agroalimentares, encontra barreiras na agroecologia, uma forma mais ampla de se conceber o espaço agrário, sobretudo por seu caráter multidimensional. A agroecologia enfatiza aspectos sociais (priorizando os sujeitos do campo, os camponeses), políticos (em defesa da reforma agrária), ambientais (pensando na coevolução sociedade-natureza) e econômicos (garantindo a reprodução destes camponeses), enquanto que o sistema agroalimentar hegemônico se pauta exclusivamente na lógica econômico-financeira.

No acampamento José Lutzenberger, verificam-se elementos sobre autonomia e práticas agroecológicas. Há uma negação de todo o pacote químico que é imposto por institutos agrônômicos, órgãos de extensão rural e corporações transnacionais. Os acampados dizem “basta” a esta lógica, que os submeteria aos impérios agroalimentares, e decidem eles mesmos serem responsáveis por sua forma de manejo e cultivo. Uma negação da ciência agrônômica tal qual ela se encontra hoje se estabelece, pois a “Agroecología debe incorporar la perspectiva histórica y el conocimiento local [...]” (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 211).

A produção agroecológica do acampamento tem as técnicas do policultivo/plantio em consórcio, rotação de culturas e sistemas agroflorestais (SAF). No policultivo há “diversos arranjos espaciais, desde uma simples combinação de duas espécies em fileiras alternadas, até consórcios complexos de mais de uma dúzia de espécies misturadas” (LIEBMAN, 2012, p. 221). Este procedimento é usado para oferecer uma maior variedade de produtos. Além disso, ao se cultivar diferentes espécies em uma determinada área, pode haver um controle de pragas, ou compensação de nutrientes no solo. Na horta coletiva

principal, há, por exemplo, sazonalmente, o cultivo de milho consorciado com abóbora. Além disso, as hortaliças também são plantadas em proximidade e com variedade.

A rotação de culturas remete a uma variação dos alimentos cultivados na dimensão temporal. O objetivo é diversificar o sistema agrícola, assim como oferecer nutrientes aos cultivos e manejar as pragas (ALTIERI, 2012). Há a presença desta técnica agroecológica no território ocupado. Um destaque a ser feito é a época em que as hortaliças são cultivadas, sempre a partir de março até novembro. Isso se dá em razão de o verão neste local apresentar temperaturas elevadas, o que não torna o cultivo destas espécies tão favorável.

Os SAF, de acordo com Altieri (2012), envolvem formas tradicionais de uso agrícola, nos quais há a associação espacial entre árvores e espécies agrícolas ou animais. No território em estudo, há a presença de várias agroflorestas. Todavia, há uma área coletiva, com aproximadamente 4 hectares, em que há o desenvolvimento específico deste tipo de técnica. Esta agrofloresta é resultado de uma parceria da comunidade com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR (Cooperafloresta). Alguns projetos coordenados pela Cooperafloresta tiveram envolvimento do MST de Antonina, dentre eles o “Agroflorestar” e o “Frutos da Agrofloresta”. Os SAF são a principal proposta produtiva na ocupação, pois com esta técnica há a possibilidade de aproveitar a riqueza vegetal da Mata Atlântica, escalonando o plantio de espécies alimentícias com árvores, que também podem produzir alimentos. O acampamento José Lutzenberger, com isso, tem a luta pela terra agrofloresteira, que traz a interligação da questão agrária com as dimensões ambiental e alimentar.

Constata-se uma grande variedade de alimentos que são cultivados no acampamento. Alguns víveres são: abóbora, acelga, agrião, alface, almeirão, banana, batata-doce, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cará, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, condessa, couve, fruta do conde, goiaba, jabuticaba, jiló, laranja, limão, mandioca, mel, melão, milho, maná-cubiu, maracujá, palmito pupunha, pimenta biquinho, pimenta malagueta, rabanete, repolho, rúcula e vagem.

Figura 5: Plantio de mudas arbóreas na implantação de um sistema agroflorestal.

Fotografia: O autor (2014).

Os mais relevantes, em termos de volume de produção, são a mandioca (considerada o carro-chefe do acampamento), banana, milho, batata-doce e quiabo. Os acampados ainda afirmam que a alface e a abóbora são produzidas em boa quantidade. A cozinha deste local produz doce de banana, doce de abóbora, polpa de frutas (açaí, goiaba e maracujá), mandioca picada e congelada e balas de banana. Há ainda a produção de um “kit sopa”, que contém em um mesmo pacote: mandioca, cenoura, chuchu, vagem, abóbora e 50 gramas de cheiro verde. A finalidade deste produto é distribuí-lo nas escolas, por meio do PNAE. Os equipamentos que auxiliam na tarefa de beneficiamento, todos presentes na cozinha, são a embaladora a vácuo, seladeira de datas e três refrigeradores.

Nos lotes individuais das famílias, verifica-se a presença de criação de galinhas e também tanques para criação de peixes, mas não são todas as famílias acampadas que possuem estes dois cultivos. Além disso, há uma área para a bovinocultura, que conta com 10 animais. Desta maneira, com a prática agroecológica assumida como um modo de vida (que remete a práticas sociais e formas de ordenamento das tarefas cotidianas), reitera-se que “[...] o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo [...]” (MOLINA e SEVILLA GÚZMAN, 2013, p. 79).

A agricultura feita pelos camponeses do acampamento José Lutzenberger se difere de outras formas de produção, pelo seu vínculo específico com a natureza, ou seja, eles

“formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas” (PLOEG, 2008, p. 37). A leitura de mundo do campesinato deste local descreve a agroecologia como uma concepção mais ampla.

Agroecologia pra mim é... assim, tudo, né. Aonde você possa tá vivendo bem, você tem a subsistência. Aonde você possa cuidar da natureza. Aonde você pode cuidar da população da sua comunidade. Agroecologia não é, tipo, eu querer plantar uma árvore pra tentar fazer uma agrofloresta. E falar assim: eu tô fazendo agroecologia. Porque a agroecologia ela é, assim, um globo com muita riqueza [...] é uma comunidade estar dentro de uma área de preservação, aonde ela vive conscientemente. Que ela não faça impacto aquilo que ela tá vivendo [...] Agroecologia é uma opção de vida, é ser vivo, é uma coisa muito grande” (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

Uma análise das formas produtivas do acampamento necessita incorporar as alternativas e resistências contra a lógica capitalista que visa submeter e subordinar os camponeses aos seus fundamentos. O campesinato em estudo, ao adotar a agroecologia como bandeira de luta e modo de vida, diz um basta a essa ofensiva.

Figura 6: Agrofloresta na área coletiva.



Fotografia: O autor (2013).

Os camponeses do acampamento José Lutzenberger assumem a peculiaridade de seu lugar ao rejeitar a lógica homogeneizadora e desagregadora de especificidades que os impérios agroalimentares apresentam. É um embate entre concepções de mundo, sendo que a visão inerente aos impérios agroalimentares possui um caráter reducionista.

De um lado, as forças da globalização econômica neoliberal trabalham para obliterar a diversidade, para homogeneizar e para criar uma economia e uma cultura global baseadas no consumismo e na adoção da ciência e da tecnologia ocidentais [...] As forças de resistência social, por outro lado, afirmam a diferença e abraçam a diversidade [...] É uma luta na qual os movimentos sociais radicais são agentes fundamentais de mudança, conforme visam alternativas que questionam cada aspecto do neoliberalismo (DESMARAI, 2013, p. 26–27).

Não há dúvidas de que as práticas agroecológicas do acampamento José Lutzenberger são específicas, produto da particularidade do etnoecossistema local. Além disso, este lugar tem suas identidades múltiplas, com sua complexa trama de relações sociais, mas que não nega um sentido e identidade global do lugar de uma mobilização camponesa internacional. As especificidades deste acampamento dialogam com a essência global que a luta camponesa tem contemporaneamente. Ao se considerar essa caracterização das formas de produção, sob a roupagem da agroecologia (e, também, das agroflorestas; os acampados fazem uma grande defesa desta prática), é imprescindível destacar que estas são estratégias de resistência ao capital/impérios agroalimentares. A insubordinação se faz presente quando os acampados rejeitam o pacote de insumos químicos provenientes de empresas do ramo da biotecnologia. Estes sujeitos não dependem financeiramente desta lógica dos impérios agroalimentares; eles mostram-se, neste aspecto, autônomos e autossuficientes.

Mais do que isso, eles produzem alimentos, para autoconsumo e para alimentar a população local, sobretudo os alunos das escolas municipais e estaduais, através do PNAE, conforme será exposto a seguir. Esta conduta defende a soberania alimentar em sua escala local de atuação. As práticas do acampamento José Lutzenberger atestam uma produção agrícola que demanda força de trabalho familiar e comunitária, da mesma forma que visa garantir a perdurabilidade dos meios de produção necessários para este tipo de agricultura.

Autoconsumo e circuitos curtos de comercialização dos alimentos

Os alimentos produzidos no acampamento são utilizados, inicialmente, para autoconsumo. Ou seja, o trabalho desempenhado pelos camponeses visa, em um primeiro momento, satisfazer suas necessidades. Os afazeres são realizados de forma a garantir o mínimo de condições que permitam a reprodução social destes sujeitos. Dito de outra forma,

“[...] a família camponesa visa unicamente a maneira mais fácil de satisfazer suas necessidades em consonância com o gasto da força de trabalho” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 43).

Os alimentos cultivados pelo grupo de ocupantes estão inseridos em três meios de circulação. Dois destes são mercados institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, os produtos também são vendidos em uma feira no centro de Antonina. Desta forma, a circulação dos alimentos produzidos no acampamento José Lutzenberger atende à população local, principalmente aos estudantes das escolas, pessoas em situação de insegurança alimentar contempladas pelo PAA e moradores da área urbana de Antonina.

O Programa de Aquisição de Alimentos é acessado pelos moradores do acampamento desde 2009, por meio da prefeitura municipal. Neste ano, as entregas ao PAA estavam sendo realizadas através de 3 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Enquanto isso, o projeto de entregas ao PNAE (apenas com entregas no município) iniciou em 2011, através de 4 DAP. No ano de 2012 começaram as atividades de comercialização da feira do agricultor de Antonina, que atualmente ocorre às quartas-feiras e aos sábados, na praça Brasília Machado.

Finalmente, a partir de fevereiro de 2014, foi obtido acesso ao PNAE estadual, por intermédio da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), com 10 DAP. O PNAE estadual consiste em realizar entregas para 17 escolas de três municípios do litoral do Paraná. São contempladas 7 escolas em Antonina, 4 em Morretes e 6 em Matinhos. O volume de comercialização semanal através deste PNAE, para os anos de 2014 e 2015, é de 1.775kg de alimentos. Os víveres devem ser entregues de acordo com as classes propostas pelo programa (frutas; hortaliças, temperos e sementes; legumes e tubérculos). Em todas as unidades administrativas, há uma maior demanda por frutas.

Percebe-se, a partir da análise do PNAE estadual, que a escala de atuação do acampamento José Lutzenberger está delimitada a partir dimensão local-regional. A maior distância percorrida para a distribuição dos alimentos se dá entre o acampamento e o município de Matinhos, cerca de 100 quilômetros. Mensalmente, a demanda deste programa institucional precisa entregar 3.668kg de frutas, 976kg de hortaliças, temperos e sementes e, finalmente, 2.456kg de legumes e tubérculos. Ou seja, os acampados precisam cumprir com os 7.100kg totais no mês, a partir da produção em uma área com cerca de 10 hectares. Tal fato vem a corroborar o argumento da elevada produtividade da agricultura camponesa que não utiliza agrotóxicos e insumos químicos.

De acordo com os acampados, cada uma das formas de comercialização tem sua relevância. A troca de produtos com os vizinhos e as vendas por meio da feira, para eles, cumprem uma importante tarefa social, pois assim aproximam os produtores de alimentos

dos consumidores – o que caracteriza uma relação social e diálogo fundamentais para ambos, que garante evidência e relevância de seu papel na sociedade atual. Segundo os acampados que fazem as entregas nas escolas, os professores das instituições atendidas pelo PNAE, por exemplo, começam a pedir determinados alimentos ao pessoal do acampamento. Os educadores despertam o olhar para estes víveres, para consumo pessoal, pois apreenderam que são alimentos baratos e saudáveis, cultivados localmente. Ou seja, a aproximação entre produtor e consumidor (e também de grupos rurais com grupos urbanos) é de suma importância para dar ênfase ao papel dos camponeses acampados.

Já os mercados institucionais assumem centralidade, sobretudo no aspecto da geração de renda, garantindo um auxílio e base para manutenção de suas condições de vida. Em suma, as formas de distribuição dos produtos do acampamento José Lutzenberger caracterizam formas socialmente justas e ambientalmente adequadas. O modo de atuação do MST em Antonina se insere em mecanismos de “reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional” (PLOEG, 2008, p. 20). Há um contraste entre a prática deste lugar e a dos impérios agroalimentares, que têm os supermercados, com seus circuitos longos de comercialização, como o foco de venda dos alimentos.

Outra característica a destacar em circuitos curtos é a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos. O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir. [...] Os agricultores que trabalham integrados com empresas têm menor autonomia na gestão, sendo o planejamento de produção e a comercialização realizados por elas. Ademais, o sistema de produção é simplificado e especializado em um ou dois produtos (DAROLT, 2013, p. 149).

Ao descrever a operação dos impérios agroalimentares, Ploeg (2008) menciona que esta desliga a conexão entre produção e consumo dos víveres, tanto no âmbito espacial quanto no temporal. Ademais há também descontextualização (desterritorialização) da produção agrícola, das particularidades e identidades múltiplas dos lugares e da sociedade local-regional. Então, como esforço de apreensão dos modos de vida e produção do acampamento José Lutzenberger, são utilizados os mesmos parâmetros relatados por Ploeg (2008): Este território ocupado, organizado pelo MST, tende a conectar a produção e consumo de alimentos, em sua localidade e escala regional. Além disso, a partir da agroecologia, há uma estreita interligação da produção agrícola com a peculiaridade de seu etnoecossistema.

Uma das alternativas à crise sistêmica foi apresentada, que engloba a luta pela terra (e, conseqüentemente, pela reforma agrária) e a defesa da natureza e produção de alimentos. Todavia, se faz necessário apresentar os fundamentos e processos que

fomentam esta crise, sobretudo no ramo da agricultura e alimentação, a partir dos impérios agroalimentares.

A hegemonia global dos impérios agroalimentares: novas expressões do capitalismo internacional oligopolizado

Para Ploeg (2008), os impérios agroalimentares exercem um “[...] controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo *modo de ordenamento* dominante para a estruturação da produção agrícola [...]” (p. 22). Para empreender um entendimento do atual sistema agroalimentar internacionalizado e hegemônico, cuja materialidade se dá a partir dos impérios, assume-se aqui o caráter imprescindível de traçar um resgate histórico destes modelos, com base em periodizações. McMichael (2009) e Friedmann (1993; 2000) realizam esta tarefa. Em McMichael (2009) há a análise de três momentos históricos dos sistemas agroalimentares, os quais o mesmo chama de regimes alimentares.

A noção de regime alimentar, estabelecida inicialmente por Friedmann (1993), envolve uma estrutura, à escala mundial, de produção e consumo de alimentos que seguem determinadas regras. O regime alimentar analisa a estrutura de produção e consumo de alimentos em nível global que é controlada por atores específicos, bem como suas regras. Segundo McMichael (2009), o primeiro regime alimentar emerge no último quarto do século XIX, marcado pela hegemonia do Império Britânico, envolvendo importações de produtos tropicais e de ex-colônias de povoamento. Enquanto isso, o segundo regime alimentar surge no contexto pós-guerra, em meados do século XX, durando de 1950 até os anos 1980. Neste caso, predominava uma bipolaridade na geopolítica mundial, entre os estadunidenses e o bloco soviético do socialismo real. Os Estados Unidos passaram a controlar e orientar a dinâmica do comércio mundial, visando não perder para a União Soviética o domínio de certos países. A lógica norte-americana neste período é defender modelos nacionais de industrialização e modernização da agricultura, com as tecnologias da Revolução Verde. Ainda neste contexto do segundo regime alimentar, o *agribusiness* formula ligações em um âmbito transnacional, entre setores agrícolas de diversos países, especializando a produção no campo entre estes Estados-nações (MCMICHAEL, 2009). Forma-se uma cadeia de fornecimento de alimentos a nível global. O autor apresenta o caso do complexo de proteína animal, que engloba a produção da soja, por exemplo, com a produção pecuária em larga escala.

Contemporaneamente, há uma forma específica que emerge a partir do final da década de 1980. O regime alimentar dos dias atuais tem a divisão internacional do trabalho

que se inicia após o fim da II Guerra Mundial, juntamente com o surgimento dos complexos transnacionais de *commodities* a partir da década de 1970. Entretanto, no final do século XX se dá um aprofundamento dos processos que se iniciam no segundo regime alimentar. A inserção das cadeias de supermercados também é peculiar neste terceiro regime alimentar, que passa a ser conhecido como um regime alimentar corporativo. Conforme Yamila Goldfarb (2013) destaca, “o Regime Alimentar Corporativo é marcado pela concentração da produção e comercialização de alimentos e insumos nas mãos de poucos grandes grupos econômicos em todo o mundo” (p. 257).

Em outro trabalho, Philip McMichael destaca que este regime alimentar corporativo materializa um projeto neoliberal para a agricultura, com base nos mecanismos de ajuste estrutural, e que a partir de 1995 tem a Organização Mundial do Comércio (OMC) como a instituição-chave deste processo (MCMICHAEL, 2009; 2012). As regras da OMC visam encorajar “exportações agrícolas universais e demandando que os Estados do Sul global abrissem suas economias para o comércio alimentar internacional dominado pelo Norte” (MCMICHAEL, 2012, p. 682, tradução nossa)³. Ainda segundo este autor, todas estas regras apenas regimentaram o setor do agronegócio (e, conseqüentemente, os impérios agroalimentares) visando à eficácia produtiva, o livre comércio e a segurança alimentar.

Há ainda que ponderar o papel fundamental que os direitos de propriedade intelectual exercem na conjuntura propícia para a emergência da forma imperial de atuação no sistema agroalimentar. Afinal, este é um controle sobre as sementes, a base da produção no campo. O grande capital, neste caso representado pelas transnacionais que oligopolizam o comércio de sementes, tais como DuPont, Monsanto, Syngenta, Seminis, Advanta, entre outras, acaba por controlar os produtores no meio rural, sobretudo pela cobrança de *royalties* e pelo direito de propriedade intelectual.

A questão das patentes e direitos acerca da propriedade intelectual remete à OMC, por meio do TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) – acordo relacionado aos direitos de propriedade intelectual. Este tratado visa regulamentar os direitos de marcas e patentes, submetendo todos os países que integram a OMC aos ditames das corporações que detêm as patentes sobre as sementes.

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais (HARVEY, 2013b, p. 123).

³ “[...] universal agroexporting and requiring states in the global South to open their economies to the Northern-dominated international food trade”.

Os direitos de propriedade intelectual, neste caso das sementes transgênicas, podem ser considerados como o estágio superior da privatização do conhecimento e da submissão de diversos sujeitos a suas normas e produtos (FUCHS, 2012). Esta é a forma de domínio que os impérios apresentam atualmente no início de sua cadeia de ordenamento, a partir das sementes. Todavia, é necessário debater o fim deste modo de ordenamento, a partir dos mecanismos de circulação-distribuição-comercialização dos produtos, com os supermercados e as cadeias varejistas representando a forma de atuação nesta esfera.

Os supermercados, forma predominante de comercialização dos alimentos atualmente, se consolidam por todo o globo no decorrer do século XX. Esta maneira de distribuição de mercadorias modificou contundentemente os produtos que os consumidores comprem. O cotidiano da sociedade urbano-industrial é modificado e marcado, pois “[...] o acesso aos alimentos está inexoravelmente ligado aos supermercados. A visita semanal ou mesmo diária aos supermercados representa um dos principais hábitos da sociedade contemporânea” (BEZERRA, 2012, p. 174). Neste sentido, é relevante notar que o sistema alimentar industrial do segundo regime alimentar favorece o florescimento dos supermercados. Pois assim foram desenvolvidos alimentos industrializados não perecíveis.

As grandes cadeias varejistas apresentam um processo de controle de determinados procedimentos do sistema agroalimentar. Esta forma oligopólica de distribuição de alimentos consegue impor regras e controlar seus fornecedores, tais como camponeses e agricultores empresariais, por exemplo. Garcia e Rivera (2007) denominam os supermercados como a forma de distribuição moderna de víveres, em detrimento das feiras e estabelecimentos de menor porte. Neste sentido, os supermercados e os hipermercados apresentam as seguintes características: utilização do contexto de liberalização do comércio, elevado grau de concentração de empresas no setor (formação de oligopólios) e adoção de elementos de logística e tecnologia da informação para reestruturar a forma organizativa da distribuição moderna (GARCIA e RIVERA, 2007). Conforme assinala Montanyès (2007), esta distribuição moderna é uma prática comercial que surge após a Segunda Guerra Mundial, primeiramente nos Estados Unidos e em alguns países europeus. A partir da década de 80, se dissemina amplamente em todos os continentes, tornando-se um referente empresarial – o autor se ampara nos dados de que entre as dez maiores multinacionais no mundo de hoje, duas são do ramo varejista: Wal-Mart e Carrefour.

Uma intrincada trama de relações socioprodutivas se dá no panorama dos impérios agroalimentares. Para atender a toda essa complexa cadeia agroalimentar, se faz necessária a padronização dos produtos. Os supermercados demandam esta uniformidade

das mercadorias. Desta forma, assumem controle e normatizam a esfera de circulação dos alimentos e demais artigos.

As empresas processadoras buscam, por sua vez, por todos os meios possíveis, cumprir com as exigências das grandes empresas do comércio varejista, como Wal-Mart, Tesco, Carrefour e Metro, as quais demandam produtos baratos, uniformes e perecíveis em suas estantes e não duvidam um instante em intervir em outros setores da cadeia alimentar para ditar o modo como os agricultores (assim como escolher quais agricultores) devem produzir os alimentos (ETC GROUP, 2009, p. 5, tradução nossa)⁴.

Desta forma, a figura dos supermercados, a partir desta distribuição moderna, materializa um domínio da acumulação irrestrita de capital, utilizando os alimentos como um meio para atingir este fim. A peculiaridade dos impérios agroalimentares é evidenciada quando estes atores entram em cena, no cenário de liberalização econômica de fins do século XX.

Para compreender os impérios agroalimentares, foi necessário debater a noção de regime alimentar, estabelecida por Friedmann (1993). A sua organização envolve uma variedade de atores, com base em uma interligação entre corporações de engenharia genética e biotecnologia (o agronegócio), universidades comprometidas com estas (desenvolvendo pesquisas), companhias processadoras de alimentos e grandes cadeias de supermercados. Além disso, há o apoio do Estado com políticas públicas e leis. Trata-se de uma metamorfose das lógicas capitalistas para o meio rural. Uma forte tendência para a centralização das atividades neste setor se faz notória, sempre enfatizando sua escala de atuação: o âmbito global.

Esta intrincada trama de relações envolve, segundo Bello (2012), grandes associações agroindustriais, grandes empresas, formas de transporte de alimentos de grandes distâncias e supermercados. São cadeias agroalimentares integradas na escala planetária. Todo este sistema de agricultura industrial global atua no sentido de abastecer a classe dominante e a classe média. “Este sistema de produção globalizado produziu sérias pressões sobre o meio ambiente, excluiu do mercado um grande número de pessoas e contribuiu para uma maior pobreza e desigualdades econômicas” (BELLO, 2012, p. 27, tradução nossa)⁵.

A globalização neoliberal, que reduz o papel dos Estados e prioriza as corporações e as relações de livre mercado, se acentua no final do século XX. Este é o panorama no

⁴ “Las empresas procesadoras buscan a su vez, por todos los medios posibles, cumplir con las exigencias de las grandes empresas de comercio al menudeo, como Wal-Mart, Tesco, Carrefour y Metro, las cuales demandan productos baratos, uniformes y predecibles en sus estantes y no dudan un instante en intervir en otros eslabones de la cadena alimentaria para dictar el modo como los agricultores (así como elegir cuales agricultores) deben producir los alimentos”.

⁵ “Este sistema de producción globalizado ha producido serias presiones sobre el medio ambiente, ha excluido del mercado a gran número de personas y ha contribuido a una mayor pobreza y a mayores desigualdades económicas”.

qual emergem os impérios agroalimentares. Fundamental é, neste sentido, voltar às análises que o sociólogo holandês Ploeg (2008) faz desta monopolização imperial no âmbito da agricultura e alimentação.

Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é “um aparelho descentralizado e desterritorializado de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (2000, p. xii). Consequentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer frequentemente um reordenamento generalizado do social e do natural. A constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica em que os processos de globalização estão atualmente se manifestando. [...] A essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda a parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. [...] O Império se materializa numa conquista continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados. [...] O Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas (PLOEG, 2008, p. 255).

Uma das consequências da lógica dos impérios, que se encontrou amparada nas políticas de órgãos multilaterais (que tinham o objetivo de impedir qualquer tipo de barreira ao livre comércio, favorecendo a agricultura de *commodities*), tal como os planos de ajuste estrutural, é a degradação da natureza. Isso se dá a partir da supressão da vegetação, esgotamento dos solos ou pela contaminação dos ecossistemas a partir de insumos químico-sintéticos utilizados pela agricultura moderno-industrial. Desde o século XIX, no livro I de O Capital, Marx já alertava para os perigos de impactos aos recursos naturais por meio de uma agricultura moderna e mecanizada.

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011, p. 570-571).

Basicamente, a produção dos impérios agroalimentares se encontra amparada na exacerbação do aspecto econômico a partir da acumulação de capital. É evidente que buscam subordinar camponeses e consumidores aos seus mecanismos. Todavia, a agricultura camponesa resiste e se coloca como alternativa para este sistema que

mercantiliza todas as relações sociais e, assim, produz as diversas crises que são vivenciadas atualmente. Ploeg (2008) fala em crise agrária e Bello (2012) menciona uma crise do sistema alimentar contemporâneo. As tensões ambientais e as mudanças climáticas tornam-se agravadas por este tipo de agricultura praticada pelos impérios.

Estes foram alguns elementos que permitem entender a lógica dos impérios agroalimentares, um sistema que produz e amplia a crise sistêmica e civilizatória. Conforme verificado, as dinâmicas de reprodução do capital possuem todo um aparato político, jurídico e institucional que permitem seu desenvolvimento, sobretudo ao nível global, com o amparo dos organismos multilaterais. A adoção de ferramentas e produtos da biotecnologia, como é o caso das sementes transgênicas, e o escoamento dos produtos através dos supermercados é característica desta lógica imperial. São premissas contraditórias à lógica camponesa, que busca se reproduzir enquanto classe social, por meio do trabalho familiar e o autoconsumo. A produção agroecológica do campesinato não visa a reprodução de capital por meio da exploração de bens naturais.

Considerações finais

O trabalho apresentou a luta pela terra em um acampamento agroflorestal, que encara várias dimensões de embates. Com a exposição das práticas e da organização deste acampamento, se pretendeu mostrar como este sistema agroalimentar, centrado em sujeitos voltados ao plantio de alimentos para a população do entorno, bem como ligados a uma preocupação com a terra em que cultivam, é uma alternativa categoricamente viável ao cenário agrário e alimentar caótico que se vivencia atualmente. Ademais, conflitos com a organização do culto à vida silvestre SPVS foram emblemáticos para a comunidade Rio Pequeno como um todo, que se viu pressionada em alguns momentos. Retoma-se que o acampamento surge também para questionar o avanço do latifúndio preservacionista da ONG, que almeja preservar a natureza visando, por meio de inserção no mercado global, aferir lucros e se promover com isso. Ou seja, a expansão das áreas desta organização reatualiza a clássica questão agrária, que outrora esteve vinculada à concentração fundiária e à atividade agrícola. Agora, elementos de uma questão ambiental e economia verde renovam este campo de estudos, bem como na esfera da Ecologia Política.

Ora, o MST neste local materializa uma relação específica com a natureza, a partir de práticas complexas, diferenciada dos preceitos simplistas e reducionistas dos impérios agroalimentares, bem como de outros sujeitos como a SPVS. Com a prática agroecológica no acampamento, o solo, a água e a vegetação nativa são elementos fundamentais para manter a reprodução da família camponesa. Essa base natural é conservada, fortalecida e

reproduzida por meio do policultivo, da rotação de culturas e, principalmente, dos sistemas agroflorestais.

Foram expostos os fundamentos do sistema agroalimentar dominante que tem escala de atuação global. Os impérios agroalimentares aprofundam a lógica de acumulação irrestrita de capital no setor de alimentos. A exposição destes visou mostrar o cenário propenso a sua emergência. O contexto de desregulação do comércio, a partir de recomendações de livre concorrência no que tange à política agrícola da OMC, foi uma condicionante relevante para a consolidação dos impérios agroalimentares. O que reitera-se é a trama bem conectada destas corporações do ramo de produção, transformação, processamento e comercialização de alimentos. Este encadeamento oligopólico e globalizado, que é extremamente coadunado, se justifica pela manutenção de quotas cada vez maiores de mercado do ramo agroalimentar. Não há preocupação com as especificidades dos alimentos e dos lugares com os impérios, diferentemente da agricultura agroecológica camponesa.

Em suma, o trabalho trouxe elementos da questão agrária, como a luta pela terra, a agroecologia (renovando estes estudos) e a expansão capitalista no campo; da questão alimentar, com os modelos e os conflitos de produção de alimentos; e a questão ambiental, com disputas em torno de bens naturais e por formas de produção que coevoluem com a natureza. A crise sistêmica a qual vivencia-se contemporaneamente tem como sistema agroalimentar dominante o dos impérios. Disso, destaca-se que o acampamento José Lutzenberger é um exemplo de alternativa para o panorama conjuntural caótico atual.

A comunidade do acampamento protagoniza uma ação de resistência aos impérios, se colocando contra a financeirização da agricultura e negando o reducionismo da mesma. A defesa da soberania alimentar, do mesmo modo que a luta pela terra e pela reforma agrária, são os pilares fundamentais para uma oposição ao modo de produção capitalista. Com as premissas da pesquisa-ação e da ecologia de saberes, o trabalho objetivou protagonizar as estratégias deste acampamento. A academia esteve por muito tempo e ainda continua arraigada com o desenvolvimento da lógica capitalista hegemônica. Neste sentido, esta pesquisa se colocou contra este modelo de ciência objetiva e reacionária, comprometido com as elites e o grande capital. Assim, o intuito foi fornecer uma base para a luta de um movimento social que busca outra forma de sociedade.

A agricultura camponesa agroecológica materializa a reestruturação de práticas sociais que buscam fugir aos mecanismos da lógica de acumulação capitalista que predomina no meio rural. Novamente, são possibilidades para contornar a crise sistêmica que persiste no cenário mundial contemporâneo. O trabalho pretendeu iniciar o debate sobre a compreensão desta forma atual de ordenamento dos impérios agroalimentares. O

caminho para desvendá-los é longo e tortuoso, e é necessário se colocar ao lado dos movimentos sociais para impedir sua progressão.

Referências

ALMEIDA, R. A; COLLADO, A. C; HERNÁNDEZ, D. G. A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista NERA**, ano 17, n  24, 2014. p. 09 – 35.

ALMEIDA, R. A; PAULINO, E. T. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3  ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, C. M. S. *et al.* **Capim-tangola**: gramínea forrageira recomendada para solos de baixa permeabilidade do Acre. Rio Branco-AC: Embrapa Acre, 2009.

BELLO, W. **The food wars**. Barcelona: Virus editorial, 2012.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. Tese (doutorado em Geografia – Produção do Espaço Geográfico), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas econ micos não-capitalistas**. 1924. p. 477 – 502.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: ALMEIDA, L; NIERDELE, P. A; VEZZANI, F. M (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139 – 170.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acad mica; Expressão Popular. 2013.

ETC GROUP. ** Qu en nos alimentar ?** Preguntas sobre las crisis alimentaria y climática. N  102, novembro de 2009.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: UNESP. 2010.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**. N  197, 1993. p. 29 – 57.

_____. What on earth is the modern world-system? Food getting and territory in the modern era and beyond. **Journal of World-Systems Research**, 2000. p. 480–515.

FUCHS, R. Cultivos transg nicos no mundo: do Canadá   Argentina, da Rom nia   China quase 90 milhões de hectares de plantas transgênicas. In: ANDRIOLI, A. I; FUCHS, R. **Transgênicos**: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos. 2  ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 31 – 56.

GARCIA, F; RIVERA, M. G. “Supermercadolandia”: El planeta de los supermercados. In: MONTAGUT, X; VIVAS, E. **Supermercados, no gracias** – Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial, 2007.

GOLDFARB, Y. O estabelecimento do Regime Alimentar Corporativo no Brasil e na Argentina. Neoliberalismo, financeirização e empoderamento das corporações. O caso da Cargill. **Crítica y Emancipación**, (10), segundo semestre de 2013. p. 249 – 290.

GUTERRES, I. **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2010. 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico – município de Antonina**. Dezembro de 2013.

LIEBMAN, M. Sistemas de policultivos. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 36, nº 1, January 2009. p. 139 – 169.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, nº3-4, Julho-outubro 2012. p. 681 – 701.

MOLINA, M. G; SEVILLA GÚZMAN, E. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MONTANYÈS, X. Una aproximación al “supermercado”. In: MONTAGUT, X; VIVAS, E. **Supermercados, no gracias – Grandes cadenas de distribución**: impactos y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial, 2007. p. 25 – 32.

PATEL, R. **Stuffed and starved**: the hidden battle for the world food system. First Melville House Printing, 2012.

PIRES, I. C. **Comunidades tradicionais em unidades de conservação**: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR. 91 f. Monografia (Especialização em análise ambiental) – Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17 - 32.

_____. O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. **GEOgraphia**, vol. 4, nº 8, 2002.

ROSSET, P. Food Sovereignty and alternative paradigms to confront land grabbing and the food and climate crisis. **Development**. 54 (1). 2011. p. 21 – 30.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

SHANIN, T. A. definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, nº 7, Presidente Prudente, julho-dezembro de 2005. p. 1 – 21.

SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Relatório anual**. 2012.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 02 de julho de 2015

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2015

Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas

Edimar Eder Batista

Mestre em Geografia (UEL-PR)

Professor da Educação Básica vinculado a Secretaria de Estado da Educação do Paraná

e-mail: edieba@bol.com.br

Resumo

O presente texto constitui-se de revisão de literatura acerca das relações entre campo e cidade cujo intuito é desconstruir concepções da urbanização enquanto processo civilizatório pleno, no qual prevalecem oposições e idealizações em relação aos espaços rurais e urbanos, na maioria das vezes em detrimento do primeiro, destacando que a complementaridade entre estes espaços pode suplantar tais concepções dicotômicas e idealizadas e que entre o rural e o urbano existe mais interpenetração do que uma abrangência homogeneizante do segundo em relação ao primeiro. Para tanto, os principais referenciais teóricos são Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) e Bagli (2006). Vislumbra-se a possibilidade de se pensar o campo e a cidade enquanto espaços culturais e de vivência, espaços distintos que se complementam justamente pelas diferenças que possuem. Constatase que o rural e o urbano, as ruralidades e as urbanidades extrapolam possíveis limites físico-territoriais da abrangência material do campo e da cidade podendo estar presentes em ambos os espaços.

Palavras-chave: Campo; cidade; relações campo-cidade; espaços distintos; complementaridade.

Relationship complexity between countryside and city: theoretical perspectives

Abstract

This text consists of a literature review on the relationship between countryside and city aiming at deconstructing concepts of urbanization as a full civilizing process, in which oppositions and idealizations prevail in relation to rural and urban spaces, most often to the detriment of first, emphasizing that the complementarity between these spaces can overcome such dichotomous and idealized conceptions and that between rural and urban there is more interpenetration than a homogenizing scope of the latter in relation to the first. Therefore, the main theoretical frameworks are Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) and Bagli (2006). We envisage the possibility of thinking about the field and the city as cultural and living spaces, distinct spaces which complete each other especially for their differences. It appears that the rural and the urban, the ruralities and urbanities exceed possible physical and territorial limits of the material scope of the countryside and the city which may be present in both spaces.

Keywords: Countryside; city; rural-urban relationships; distinct spaces; complementarity.

Complejidad de las relaciones entre campo y ciudad: perspectivas teóricas

Resumen

El presente texto consta de revisión de literatura referida a las relaciones entre campo y ciudad, cuyo objetivo es deconstruir concepciones de la urbanización como proceso civilizador pleno, en el cual prevalecen oposiciones e idealizaciones en relación a los espacios rurales y urbanos, la mayoría de las veces a expensas del primero, destacando que la complementariedad entre estos espacios puede suplantar tales concepciones dicotómicas e idealizadas y que entre lo rural y lo urbano existe más interpenetración de lo que un ámbito de homogeneización del segundo en relación al primero. Para tal fin, los principales referenciales teóricos son Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) y Bagli (2006). Se visualiza la posibilidad de pensar en el campo y la ciudad como espacios culturales y de vivencia, espacios distintos que se complementan justamente por las diferencias que poseen. Se constata que lo rural y lo urbano, las ruralidades y las urbanidades ultrapasan posibles límites físicos territoriales del ámbito material del campo y de la ciudad, pudiendo estar presentes en ambos espacios.

Palabras chave: Campo; ciudad; relaciones campo y ciudad; espacios distintos; complementariedad.

Introdução

O presente texto¹ delinea considerações teóricas acerca das relações entre campo e cidade no sentido de desconstruir concepções da urbanização enquanto processo civilizatório pleno, no qual prevalecem oposições e idealizações em relação aos espaços rurais e urbanos, na maioria das vezes em detrimento do primeiro.

Salienta-se a complementaridade entre campo e cidade e vislumbra-se a possibilidade de pensá-los enquanto espaços culturais e de vivência, espaços distintos que se complementam justamente pelas diferenças que possuem; cuja concepção envolve o rural e o urbano, as ruralidades e as urbanidades que, simbolicamente, extrapolam suas existências espaciais enquanto materialidades.

A pertinência de estudos teóricos acerca do tema em questão justifica-se em razão da **dinamicidade** da interpenetração dos espaços rurais e urbanos tanto no plano material, concreto, da expansão das áreas urbanas sobre as áreas rurais e da diversidade de arranjos territoriais rurais-urbanos daí advindos; quanto no plano imaterial, simbólico, no qual as concepções de rural e urbano, de ruralidade e urbanidade são permeadas pela vivência dos indivíduos nos espaços rurais e urbanos; que prescinde de reflexões teóricas que procurem compreender tal dinamicidade.

Não se pretende, no entanto, conceituar ou apresentar definições e delimitações acerca do campo e da cidade, mas expor algumas considerações teóricas que contribuam para o entendimento das transformações nas relações entre estes espaços no decorrer dos últimos séculos.

¹ Este texto constitui parte de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado do autor: BATISTA, Edimar Eder. **Análise de concepções de campo e cidade de alunos de áreas rurais e urbanas e a aprendizagem geográfica.** 2014. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

O texto apresentado neste artigo constitui adaptação de parte do referencial teórico do primeiro capítulo da Dissertação de mestrado do autor, na qual se pesquisou concepções de campo e cidade de alunos moradores de áreas rurais e urbanas com foco na aprendizagem geográfica escolar. Trata-se, portanto, de considerações teóricas cujo delineamento visa contribuir para a compreensão das formas de pensar, de conceber o campo e a cidade daqueles que neles vivem.

A análise das relações entre os espaços rurais e urbanos objetiva demonstrar que a complementaridade entre campo e cidade deve suplantar concepções dicotômicas e idealizadas acerca dos mesmos e que entre o rural e o urbano existe mais **interpenetração** do que uma abrangência homogeneizante do segundo em relação ao primeiro.

Para tanto, o texto está organizado em seis itens. O primeiro procura desconstruir oposições e idealizações acerca do campo e da cidade referenciando-as aos contextos socioeconômicos e culturais de seu surgimento; o segundo apresenta o campo e a cidade como espaços produtivos, mas também de vida, destacando a permanência de pessoas vivendo nas áreas rurais, contrariando os prognósticos de esvaziamento do campo e de urbanização total da sociedade. No terceiro item afirma-se a complementaridade entre os espaços rurais e urbanos por meio da exposição da evolução das relações entre ambos; ao passo que, no quarto, o rural e o urbano, as ruralidades e urbanidades são explicitados no intuito de aprofundar a análise das singularidades e complementaridades de/entre campo e cidade; aprofundamento que se completa com a abordagem destes enquanto espaços culturais e de vivência, realizado no quinto item, em que vislumbra-se a construção da percepção dos indivíduos em relação aos espaços cotidianos. No último item, apresenta-se uma síntese das concepções teóricas analisadas e a proposição de uma nova interpretação para a temática em questão, ao que se seguem as considerações finais.

Campo e cidade: desconstruindo oposições e idealizações

Campo e cidade constituem espaços distintos. Distinção não significa oposição. Estas premissas fazem-se necessárias de imediato para se evitar que se aceitem as oposições e idealizações entre ambos como corretas.

O que as palavras campo e cidade expressam? Considerando-se a palavra como um conceito e, portanto, uma abstração dotada de generalização, sentido e significado, todo conceito carrega consigo o caráter subjetivo da interpretação, que, no entanto, é bastante influenciado pelo meio social. “Palavras têm seu verdadeiro sentido alterado, influenciado por idealizações e depreciações, sejam elas construídas na atualidade ou buscadas no passado” (BAGLI, 2006, p. 14).

Considerando-se a questão etimológica, há relações entre as palavras cidadão, civilidade e cidade. Civilidade, civilização e civilizar são conceitos que denotam qualidades de polidez, cortesia, boa educação, e estabelecem hierarquias legitimando a superioridade dos cidadãos – moradores das cidades – sobre os demais – os rústicos, rudes, a plebe e o campesinato – no sentido de representar o alto grau de evolução social de um grupo ou sociedade e a ação transformadora do barbarismo à civilização. O campo seria caracterizado por uma realidade antagônica à da cidade (BAGLI, 2006).

Construiu-se uma ideologia na qual, o campo e o modo de vida rural passaram a ser relacionados ao atraso enquanto a cidade e o modo de vida urbano passaram a ser relacionados ao novo, ao moderno. A ruralidade seria substituída pela urbanidade num processo de civilização no qual o objetivo era “civilizar o campo”.

O processo de industrialização, iniciado no século XVIII, contribuiu para ampliar as associações do campo ao atraso e da cidade ao progresso e para a atração populacional exercida por esta. O rápido crescimento das cidades industrializadas com a contribuição dos grandes fluxos populacionais do campo gerou e gera problemas urbanos ligados à falta de infraestrutura e planejamento adequados ao ritmo deste crescimento.

Atrelado às problemáticas de falta de planejamento urbano para receber os grandes contingentes populacionais vindos do campo surge, paulatinamente, um processo de idealização da vida rural e do campo como um lugar de vida natural, tranquilo e repleto de belezas. O romantismo baseava-se na ideia obsessiva de recuperar a unidade perdida entre homem e natureza. Em contraposição, à vida nas cidades passou a ser associada ao caos, à ambição, aos problemas sociais, fortalecendo a visão dicotômica, contrapondo a viciosidade da cidade à virtuosidade do campo (BAGLI, 2006).

O campo que antes se vinculava apenas aos aspectos negativos passou a ser relacionado aos aspectos positivos. Houve, portanto, uma valorização do campo. Contudo, o mundo rural é idealizado de forma homogênea, mais em razão dos problemas da cidade do que das potencialidades do campo.

O contra-ataque ao processo de idealização romântica do campo concebia que a realidade caótica tinha sua origem, mas não estava fundamentada na expansão da urbanização e sim na sua ausência. “[...] a crise das cidades passou a ser entendida em razão da ausência de urbanização e pela falta de hábitos urbanos. Como se a culpa de todos os problemas das cidades estivesse na ausência de urbanidade dos indivíduos que vinham do campo” (BAGLI, 2006, p. 53). Assim, a vida urbana deveria contrapor e eliminar o embrutecimento da vida rural.

Temos, portanto, a idealização da cidade e do modo de vida urbano, seguida da idealização do campo e do modo de vida rural e uma reafirmação do modo de vida urbano, civilizado, sempre com a predominância do caráter dicotômico.

Compreende-se, conforme Williams (2011) que as ideias e representações surgidas em relação ao campo e à cidade em diferentes épocas, e sob tantas formas, não representam meras ilusões, pelo contrário, possuem conteúdos e desenvolvimento histórico específicos, que culminaram na predominância da visão dicotômica.

Como panorama geral dos mitos e representações acerca do campo e da cidade prevalece às oposições, mas, pode-se também vislumbrar a complementaridade presente nas relações de afirmação e negação entre estes espaços.

Os mitos construídos sobre o campo e o modo de vida rural fundamentaram-se no passado. Seja em um passado representante do atraso, quando relacionado à lógica feudal, seja um passado redentor, quando relacionado à busca da harmonia entre homem e natureza. Contrariamente ocorreu com os mitos construídos sobre a cidade e o modo de vida urbano, que se basearam no futuro. Um futuro promissor, quando pensado sob a lógica do desenvolvimento tecnológico. A cidade vista como expressão e símbolo do novo criado por tal desenvolvimento. Lugar onde o homem consolidaria sua emancipação criadora. Ou um futuro decadente, pois os problemas das cidades se acentuavam mesmo com todo avanço tecnológico, degradando valores e virtudes humanas.

Mitos criados: oposições e complementaridades. Opunham-se no sentido de que as virtudes exaltadas de um se fortaleciam sobre as deficiências de outrem. Afirmação e negação. [...] Complementavam-se, pois funcionavam como fuga para ambas realidades. A monotonia e o atraso do campo poderia ser vencido pelo contato com a cidade, da mesma forma que caos das cidades seria solucionado pela fuga ao campo (BAGLI, 2006, p. 56).

Percebe-se pelo exposto que a idealização ocorre tanto em relação ao campo quanto à cidade. De maneira geral, Williams (2011) constata uma associação da cidade a uma sensação de ilimitadas possibilidades de encontro e movimento, mas também de isolamento e de intranquilidade e, do campo, a uma idealização, no sentido de volta ao passado, na qual, além da ideia de um passado mais feliz havia a ideia de inocência rural, destacando que, em relação ao campo, “[...] talvez o que se celebre seja uma concepção de sociedade rural em contraposição às pressões de uma nova era” (WILLIAMS, 2011, p. 55). Ou seja, a idealização do campo seria uma espécie de fuga ao processo de industrialização.

Consolida-se, com o tempo, o caráter centralizador e civilizador da cidade e a compreensão de que com o processo de industrialização e urbanização todas as pessoas capazes foram para as fábricas e para as cidades, ou resolveram emigrar, restando apenas os lerdos, os incapazes e os ignorantes. Onde? No campo.

Analisando a produção literária inglesa, na passagem do século XVIII para o XIX, como reflexo das concepções predominantes na sociedade, Williams (2011, p. 385) constata que chega um momento no qual:

A experiência urbana se generalizava tanto, e um número descomunal de escritores estava tão profundamente envolvido nela, que qualquer outra forma de vida parecia quase irreal; todas as fontes de percepção pareciam começar e terminar na cidade, e, se havia alguma coisa além dela, estaria também além da própria vida.

Sob análises evolutivas lineares do tempo histórico ocorre a aceitação da cidade como lócus da mudança, da heterogeneidade e do campo como algo imutável e homogêneo, residual. Contudo, em análises dialéticas, há que se considerar a utilização de duas escalas temporais, do tempo rápido e do tempo lento, para compreender que, frente à constatação da velocidade superior das mudanças que ocorrem na cidade, não se deve conceber que a mudança e a heterogeneidade sejam características apenas da cidade, mas que no campo as mudanças se processam de forma mais lenta.

Neste sentido, corrobora-se com Marques (2002) ao conceber cidade e campo como segmentos de uma totalidade dialética, ou seja, totalidade cuja unidade se forma na diversidade, com base no conceito de divisão social do trabalho, considerando-se a influência da lei do desenvolvimento desigual e combinado que nos remete às diferenças de ritmo e intensidade com as quais as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

Sob a abordagem linear, as concepções de campo como sinônimo de atraso, de ineficiência, e da cidade como o contrário, cristalizam ideias errôneas, estereotipadas que obstaculizam o vislumbre do campo e de seus moradores a partir de um prisma positivo. Deveria ser o contrário, dada a extrema importância da agricultura para a vida humana, por meio da produção de alimentos. Desta forma,

As realidades da crise de alimentos e de população vêm sendo ampla e corretamente divulgadas. **Para que possamos sobreviver, teremos de desenvolver e ampliar a agricultura. Assim, a ideia comum de um mundo rural perdido [...] está em contradição direta com qualquer visão efetiva de futuro, no qual o trabalho agrícola deverá se tornar mais importante e central, e não menos.** É uma das mais impressionantes deformações do capitalismo industrial o fato de uma de nossas atividades mais centrais, urgentes e necessárias ter sido tão deslocada, no espaço, no tempo ou em ambos, que só é associada ao passado ou a terras distantes (WILLIAMS, 2011, p. 488-489, grifo nosso).

É relevante compreender a permanência das pessoas no campo ou em áreas rurais, sua importância para a produção agrícola e a existência de um modo de vida singular no campo.

Campo: espaço de produção e de vida

Nas concepções da urbanização, enquanto processo emancipador, construídas tanto pelos teóricos liberais, quanto pelos revolucionários socialistas, pode-se considerar que o conceito de campo e de rural são tomados como realidades estanques no tempo e no espaço, como aquele que existia na Idade Média.

Segundo Bagli (2006), para os liberais, a racionalidade representava a convicção do progresso histórico da sociedade humana, o fio condutor do progresso histórico da civilização. Assim, o pleno aperfeiçoamento da sociedade seria algo inevitável. A ideia de progresso estava atrelada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que traria consigo a civilização a todos os povos. Tomando-se como ideal a sociedade burguesa, para civilizar e progredir era necessário urbanizar.

Os revolucionários marxistas acreditavam que para alcançar o comunismo a passagem pelo desenvolvimento da sociedade capitalista – com suas contradições necessárias ao acirramento dos conflitos entre as classes sociais – seria inevitável. Para que o proletariado urbano – classe verdadeiramente revolucionária, por não possuir nenhum tipo de propriedade – crescesse, seria necessário que a burguesia arrastasse para a civilização todas as nações, arrancando a população rural de seu embrutecimento, submetendo o campo à cidade, urbanizando-o. Por esta lógica evolutiva, o processo de urbanização seria uma das etapas necessárias ao desenvolvimento da sociedade (BAGLI, 2006).

O campesinato se mantinha conservador. Seu modo de vida estava fundamentado nas estruturas feudais. Prendiam-se ao sentimento com a terra, com extremo apreço pela sua propriedade. Dessa forma, não poderiam ser revolucionários, pois lutavam para manter sua condição de proprietário de terras (BAGLI, 2006, p. 86-87).

Da cidade viria a salvação. Com o processo de urbanização ocorreria a emancipação dos camponeses que se tornariam proletários sem nenhuma propriedade. Com a expansão do modo capitalista de produção no campo, este, então faminto e miserável, estaria liberto e destituído de posses, apto a derrubar a base do sistema: a propriedade privada dos meios de produção. A partir destas concepções o campo e seus habitantes representariam a sobra, o não incorporado pelas cidades.

As reflexões a seguir, pretendem demonstrar que a permanência de pessoas vivendo e produzindo no campo constitui uma característica e uma necessidade da sociedade capitalista e não um resquício da mesma, ainda em vias de extinção, e também que o cultivo dos produtos alimentícios realiza-se geralmente em pequenas propriedades e com mão-de-obra familiar.

Como compreender a permanência de pequenos produtores agrícolas numa lógica de produção capitalista? Acerca das contradições características do modo de produção vigente, há que se considerar que o capitalismo não é um modo de produção de mercadorias, mas um modo de produção de mais-valia (MARTINS, 1983), (OLIVEIRA, 2010). A partir desta constatação pode-se compreender que a produção familiar camponesa, mesmo sendo uma relação não-capitalista de produção insere-se no modo de produção capitalista em razão das contradições do capital, não para produzir mercadorias apenas, mas para gerar cada vez mais mais-valia, que se realiza no momento da circulação destas. Assim, “[...] o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 7).

A produção camponesa não apenas encontra abrigo nas contradições do capital, como desempenha considerável papel na expansão do capitalismo no campo. “A pequena unidade camponesa de tradicional agricultura familiar não é marginal à expansão do capital agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo” (BRANDÃO, 2009, p. 39).

A produção realizada em pequenas propriedades, geralmente com mão-de-obra familiar, é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo em razão de nela ser cultivado aquilo que não é tão atrativo ao capital, por gerar menos renda, como produtos utilizados na alimentação humana como: arroz, feijão, mandioca. Conforme Martins (1983) o capital atua apropriando-se diretamente de grandes propriedades em setores do campo nos quais a renda da terra é alta, como na cana, na soja e na pecuária de corte. Nos setores de alimentos de consumo interno generalizado em que a renda é baixa, o capital não se torna proprietário de terra, criando condições para extrair a renda dos camponeses.

Conforme Moura (1986, p. 64), no capitalismo, há um contraditório movimento de manter o camponês no campo, ainda que o empobrecendo. “A agricultura, ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custos mais baixos, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa”.

Além de sua importância no tocante à produção de gêneros alimentícios, alguns autores destacam a existência de estreitos vínculos com a terra e de traços culturais comuns como atributos dos camponeses. Para Moura (1986), por exemplo, o conceito de camponês, mais do que a materialidade econômica, sugere características de uma organização social, no sentido da cultura e do modo de vida.

O que se pretende demonstrar nesta parte do texto é que a permanência de pessoas vivendo e produzindo em áreas rurais, no campo não constitui um resquício a ser

extirpado com o tempo, mas uma característica da própria manutenção do sistema capitalista. Mesmo com a diminuição da população rural e o consequente aumento da população urbana no mundo e, também no Brasil, sua existência não constitui um resíduo da sociedade urbano-industrial condenado à extinção. Pelo contrário, a presença de pessoas “vivendo” e produzindo no campo, nas áreas rurais é vital para o pleno funcionamento desta sociedade urbano-industrial. Não apenas produzindo, mas também vivendo. Se a tecnificação do campo possibilitasse a produção mecanizada e com restrita necessidade de mão-de-obra nos espaços rurais em todos os tipos de cultivos, a migração campo-cidade seria ainda mais intensa, gerando novos e, intensificando os já graves problemas urbanos relacionados aos elevados contingentes populacionais presentes em muitas cidades, **inclusive** brasileiras.

Mesmo considerando-se, que tanto em casos individuais quanto em termos de comunidades inteiras, com o aumento significativo do número de cidades e de sua população e, portanto, do contato entre campo e cidade, rural e urbano, praticamente não existem mais “tipos puros” de sujeitos rurais (BRANDÃO, 2009), pode-se ponderar que as pessoas que vivem ou viveram por muito tempo em espaços rurais possuem um modo de vida distinto daquelas que vivem ou viveram por muito tempo em espaços urbanos. Mas também, há que se ponderar o que seriam os “tipos puros” de sujeitos mencionados pelo autor.

Segundo Brandão (2009, p. 51) as especificidades rurais existem, mas nem sempre são notadas,

Um olhar algo mais complexo e interativo sobre os horizontes dos mundos rurais deveriam convidar-nos a uma leitura não tanto do que, real ou ilusoriamente, domina espaços e campos de relações rurais, mas do que em seus intervalos e de maneira bem mais ativa e diferenciada do que podemos imaginar, existe, resiste e se renova, para reocupar espaços e reinventar formas de ser e viver no campo.

Assim como o campo, a cidade também é um espaço no qual se produz, mas também se vive. Nos próximos itens abordam-se as complementaridades destes dois espaços, distintos e dependentes um do outro, primeiramente sob um viés econômico e paulatinamente sob um viés cultural.

Complementaridade entre campo e cidade

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões sociais e territoriais do trabalho, grosso modo, trabalho manual no campo e trabalho intelectual na cidade, Lefebvre (2001), Spósito (2010). A constituição destes dois espaços distintos entre si é condição, e consequência do estabelecimento da

divisão social do trabalho e das relações de poder que o sustentam, nas quais a cidade é marcada pela concentração, espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções, enquanto o campo caracteriza-se pela extensão e dispersão atendendo, técnica e economicamente, ao desempenho de outras atividades (SPÓSITO, 2010).

As leituras de Lefebvre (2001) e Marques (2002) possibilitam a constatação de que nas sociedades agrárias a cidade existia enquanto centro político-administrativo que organizava o meio rural, sendo, porém, dominada e delimitada por este, uma vez que dele dependia para o seu abastecimento. A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência.

Na Idade Média europeia, as cidades eram, além de políticas, lugar do culto e de encontro, tornando-se centros de vida social e política, na medida em que prevalecia seu caráter comercial. Neste período, a separação entre cidade e campo pode ser entendida como separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, como o início da existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra.

O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a **separação entre a produção e o comércio** com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima da cidade. **As cidades passam a se relacionar umas com as outras**, dando origem a um processo de especialização e a uma divisão do trabalho entre as cidades.

A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. **A cidade torna-se o locus principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo** bem como sua forma de organização do trabalho. **Completa-se a vitória da cidade sobre o campo** (MARQUES, 2002, p. 105-106, grifo nosso).

Esta vitória da cidade sobre o campo sugerida pela autora pode ser compreendida no contexto em que a cidade passa a ser centro de decisões. Além da centralidade econômica, passa a exercer uma nova centralidade, a do poder político, tornando-se centro privilegiado do consumo e o lugar onde se concebe a gestão do espaço.

Para Lefebvre (1999) a centralidade sempre possível constitui um caráter essencial e fascinante do espaço e do fenômeno urbano. Esta característica de que tudo que o compõe pode se aproximar ainda e sempre mais permeia a percepção e as idealizações em relação ao urbano, bem como, representa seu diferencial em relação à dispersão característica do rural.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto,

ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Este autor constata que com o passar do tempo, nas relações entre campo e cidade, o peso da cidade no conjunto social aumenta, suplantando o peso do campo; e que as contradições passam a não se situar mais entre cidade e campo, deslocando-se para interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade.

As relações entre campo e cidade, rural e urbano passam a caracterizar-se mais pela complementaridade e menos pela oposição. Esta última encontrará lugar nos conflitos e contradições próprios dos espaços urbanos em expansão. Contudo, identificar a intensidade e o sentido de tais mudanças e das possíveis permanências torna-se complexo.

Quisiera señalar el hecho de que la oposición ciudad-campo está en desaparición en cuanto oposición dominante en el lenguaje, en las ideas y las representaciones sociales. No ha desaparecido, ni mucho menos; se mantiene como supervivencia de una época revolucionada: una de nuestras mayores dificultades, puestos a afinar conceptos, consiste en distinguir qué es supervivencia y qué no es. Esta oposición ciudad-campo se difumina a favor de una oposición en auge: la de la gran ciudad y su periferia. Para precisar la terminología, la oposición en auge en la conciencia y en el lenguaje es la oposición entre tejido urbano compacto y tejido urbano de mallas esponjadas. O bien, la oposición entre centro y no centro, medio y entorno (LEFEBVRE, 1978, p. 192).

A complementaridade passa a suplantir as oposições e dicotomias. A cidade e o urbano passam a ter o controle das relações de complementaridade com o campo e o rural. Gomes (2006, p. 64) destaca que a cidade passa a representar o papel de centro da organização do espaço e cita Pierre George para concluir que “[...] na geografia clássica, a região fazia a cidade e agora, na geografia moderna, a cidade faz a região.” Para Santos (1994), a expansão do consumo (de saúde, educação, lazer, viagens, ideias, informações, esperanças) leva a ampliação e diversificação do fenômeno da urbanização.

No território brasileiro, como a existência de cidades no período colonial era quantitativamente e qualitativamente, muito menos expressiva que atualmente, e como estas estavam muito ligadas às práticas agrícolas, pode-se considerar que as “cidades não tinham vida própria. As atividades do campo é que determinavam a vida ou a morte de cada uma delas” (RODRIGUES, 1992, p. 38). Não havia uma distinção profunda entre os habitantes das vilas ou cidades e das áreas rurais. Para Candido (1998, p. 223), a mudança

da agricultura de subsistência à agricultura de exportação é que acentua a diferenciação do homem do campo em relação ao homem da cidade².

Antes, o atraso técnico e a economia de subsistência condicionava, em São Paulo, uma sociedade global muito mais homogênea, não havendo discrepâncias essenciais de cultura entre o campo e a cidade. O desenvolvimento da economia baseada na exportação dos gêneros tropicais acentuou a diferenciação dos níveis econômicos, que foram aos poucos gerando fortes distinções de classe e de cultura. Quando esse processo avultou, o caipira ficou humanamente separado do homem da cidade, vivendo cada um o seu tipo de vida.

A partir de então, os processos descritos anteriormente a nível mundial se materializam no território nacional. Santos (1994), tendo por base o consumo, constata que as cidades locais, que antes eram as cidades dos notáveis (padre, tabelião, promotor, entre outros) se transformam em cidades econômicas (do agrônomo, do veterinário, do bancário) entre outros.

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas ao contrário, as adapta. “A cidade se torna o lócus da regulação do que se faz no campo. [...] o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo” (SANTOS, 1994, p. 52). Nota-se que a postura analítica do autor compreende a dinâmica contraditória do espaço, na qual, embora a cidade possua função organizadora das atividades do campo, este, por meio do consumo produtivo, interfere também na dinâmica urbana.

As concepções de Santos (1994) da cidade enquanto organizadora das atividades do campo e da interferência do campo na dinâmica urbana, aliadas a divisão social e territorial do trabalho existentes entre estes espaços, permite a compreensão de que as relações entre o campo e a cidade devem ser concebidas a partir da complementaridade existente entre estes espaços. É preciso pensar o campo e a cidade não como espaços dicotômicos, mas sim como espaços diferenciados que se complementam justamente pelas diferenças que possuem.

Se a complementaridade é tão flagrante por que campo e cidade continuam sendo associados a visões dicotômicas? A força das aparências e das análises evolutivas lineares pode explicar tal fato. Para Williams (2011, p. 94) a superficialidade da abordagem do campo em relação à cidade e sua idealização serviam para escamotear e não enfrentar os problemas da nova sociedade urbana ou urbano-industrial, a “ficção de “cidade e campo” era útil para promover comparações superficiais e impedir comparações reais”.

² A agricultura de exportação esteve sempre presente ao longo do litoral brasileiro. Candido (1998) trata da região do atual estado de São Paulo, caracterizada pela produção de subsistência e atividades de preação de indígenas e busca por ouro, no período colonial.

Constitui-se, assim, um mito do pensamento social moderno, a visão segundo a qual a transição da sociedade rural para a industrial é encarada como uma espécie de decadência, verdadeira causa e origem dos nossos problemas e convulsões sociais. Constrói-se a ideia de que “não é o capitalismo que nos está prejudicando, e sim o sistema mais visível e mais facilmente isolável do industrialismo moderno” (WILLIAMS, 2011, p. 165). A ênfase na superficialidade representada pela oposição na abordagem da relação campo-cidade não é, portanto, aleatória. É pensada, concebida com a finalidade de escamotear o real.

Temos outro exemplo de análise dialética em Bagli (2006), para quem o entendimento das diferenças entre rural e urbano passa pelo movimento da negação e da afirmação no qual um espaço é negado por aquilo que não possui e que torna o outro valorizado por tê-lo, portanto, afirmado. A valorização de um ocorre, assim, pela deficiência do outro.

O rural, por exemplo, é valorizado por suas ruralidades e negado por não possuir certos aspectos do urbano como a centralidade de recursos. O caráter de complementaridade ocorre justamente pela possibilidade de contatar o outro buscando pelo que não se tem em seu espaço de origem. “Não há estabelecido, entre campo e cidade, uma oposição sem complementaridade, como se houvesse uma independência total entre eles. Há, sobretudo, uma contradição, fortalecida e complementada pela diferença” (BAGLI, 2006, p. 75).

Embora alicerçada no movimento de negação e afirmação de ambos os espaços, rurais e urbanos, a complementaridade se consolida sob o predomínio de uma supervalorização da afirmação da cidade e do urbano e da negação do campo e do rural. As análises lefebvrianas constituem um exemplo desta forma de pensar. Embora conceba que a relação cidade-campo se altera com o passar do tempo histórico, o autor é enfático ao apontar a urbanização como processo geral e inevitável no qual:

[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 74).

Para o autor francês, além da expansão material da urbanização, o urbano possui uma dimensão simbólica, virtual que potencializa este processo. Neste ataque ou dissolução do campo pela cidade, via tecido urbano³, tem papel de destaque os signos e as

³ A conceituação de Lefebvre sobre tecido urbano será abordada com mais profundidade ao longo do texto. Neste momento o termo é utilizado com o significado de instrumento da expansão urbana.

significações ligadas ao consumo, “[...] a Cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e “significá-las”) inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

A urbanização total da sociedade é prevista pelo autor, contudo, suas concepções de sociedade urbana são caracterizadas pelo usufruto da cidade enquanto valor de uso por seus moradores, constituindo-se numa sociedade a se buscar, construir. Lefebvre (1999) parte da hipótese da urbanização completa da sociedade, considerando a sociedade urbana – resultante da urbanização completa da sociedade – mais que um fato consumado, uma tendência, uma orientação, uma virtualidade, que se concretizará no futuro. “O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto, não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Na referida obra o autor concebe a existência de três campos, camadas ou épocas – considerados como fenômenos sociais, modos de pensamento, de ação e de vida – a saber: o rural (camponês), o industrial e o urbano, que podem ser interpretados como formas de organização socioespacial. Considerando o urbano um objeto virtual, desenvolve uma lógica na qual se conhece “o passado a partir do presente, mais do que o presente a partir do passado” (LEFEBVRE, 1999, p. 70). Assim como a ascensão da industrialização revelou as características da sociedade camponesa, atualmente, o urbano revela o industrial que aparece como hierarquia reforçada por uma refinada exploração.

A sociedade urbana suplantaria, portanto, a sociedade industrial, contudo, dadas as características singulares de cada país, pode haver predomínio do rural, do industrial, ou do urbano. “Os países ditos desenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial e a era urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 38). Conforme as concepções do autor, os países ditos “subdesenvolvidos ou emergentes” somente vivenciarão a era urbana após passarem pela era industrial.

Na análise lefebvriana a passagem do industrial ao urbano atravessa um ponto crítico, marcado pela confusão, conflito e indefinição, mesmo nos países europeus de industrialização clássica e consolidada. No caso do Brasil, país de industrialização recente e incompleta, em comparação à realidade da Europa Ocidental, tais conflitos e confusões são ainda mais intensos, podendo-se considerar que, embora possa haver a simultaneidade do rural, do industrial e, em menor grau, do urbano, a presença do rural é mais relevante que no contexto europeu, no qual a centralidade urbana é mais significativa.

Pode-se conceber a presença e onipresença do urbano como diretamente proporcionais à intensidade da centralidade exercida pelo urbano e pela cidade em relação

ao rural e ao campo. Para Endlich (2010) a noção de centralidade exercida sobre áreas exteriores à cidade indica a tendência do urbano de estender-se para além dela. Influenciada pelas ideias lefebvrianas a autora concebe o urbano como não restrito a um território, abrangendo a sociedade como um todo, extrapolando a cidade, irradiando-se a partir dela, atingindo os limites territoriais de sua influência. Assim, “[...] o modo de vida urbano estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdos presentes nas cidades” (ENDLICH, 2010, p. 20).

Como na perspectiva da sociedade urbana de Lefebvre (2001) o rural designa uma concepção de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente, na concepção do urbano como modo de vida, o rural é bastante atingido e praticamente superado. Integrando este modo de vida urbano estão os investimentos, o predomínio da mentalidade econômica e monetária como imposições dos valores urbanos disseminadas pela mídia (ENDLICH, 2010).

O estabelecimento da cidade nos planos objetivo e subjetivo também é destacado por Spósito (2010) para quem o importante não é distinguir ou diferenciar os espaços rurais e urbanos, mas compreender seus sentidos e papéis, compreender que em cada espaço-tempo distintas relações políticas, econômicas e valores culturais orientam as articulações entre cidade e campo.

Contudo, mesmo no pensamento de Lefebvre (2001) é possível encontrar indícios da permanência do rural. A urbanização, vista como um processo ideológico e abstrato pelo autor permite que se encontre em suas concepções elementos de permanência do campo, do rural ou da ruralidade em meio ao processo global de urbanização e de industrialização. Por exemplo, considera que a cidade se situa entre uma ordem próxima e uma ordem distante. Entre as relações dos indivíduos organizados em grupos mais ou menos estruturados e a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições como a Igreja e o Estado e por um código jurídico que pode ser formalizado por uma cultura.

Uma interpretação possível a partir destas concepções é a de que a ordem distante abstrata, formal e dotada de poderes se projeta na/sobre a ordem próxima que a encarna, projeta-a sobre um terreno, o lugar, e sobre um plano, o plano da vida imediata. Esta ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência, ela subordina assim o imediato através das mediações, ela não se entrega.

Seria insensato negar a supremacia da cidade e do urbano em determinados aspectos, como também seria insensato amputar a capacidade do campo e do rural em originar mudanças consolidando permanências frente ao urbano. No contexto de um país-continente com relevante diversidade étnica, econômica, social, cultural e regional como o Brasil, **afirmações generalizantes a respeito da supremacia rural ou urbana somente**

são possíveis a partir de análises de contextos territoriais específicos, da abordagem territorial.

Rural e urbano, ruralidades e urbanidades

Rural e urbano não podem ser entendidos como estágios de desenvolvimento nem como setores econômicos. A complexidade inerente a ambos pode ser compreendida através da abordagem territorial. Abramovay (2000, p. 26) entende que a “ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”, sendo um conceito de natureza territorial e não setorial.

As diferenças e similitudes, as oposições e as complementaridades, as particularidades e as generalidades do campo e da cidade expressas em seus conteúdos rurais e urbanos materializam-se espacialmente, mas também se manifestam simbolicamente nos habitantes destes espaços. Uma abordagem territorial do rural e do urbano deve procurar abranger a materialidade e a imaterialidade presentes no espaço e no cotidiano das pessoas.

Ampliando a escala de análise, as concepções de urbano enquanto virtualidade de Lefebvre (2001) e da onipresença da metrópole de Santos (1994) são exemplos interessantes da abordagem das relações entre campo e cidade.

Para Lefebvre, a cidade pode representar dois tipos de valores: valor de uso e valor de troca. O primeiro referindo-se à vida urbana, ao tempo urbano, ao desfrutar da cidade e o segundo, aos espaços comprados e vendidos, ao consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. Considera que a cidade vem perdendo constantemente seu valor de uso, predominando o valor de troca, sendo o direito à cidade a vivência desta enquanto valor de uso por seus habitantes⁴.

A cidade como valor de uso é como o autor concebe a sociedade urbana, como lugar portador da possibilidade de superar a lei do valor de troca, na qual o urbano se faz pouco presente. Apesar da cidade enquanto valor de uso estar morta, “[...] “o urbano” persiste, no estado da atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

O urbano pode ser entendido atualmente como uma virtualidade, Lefebvre (2001) afirma que o urbano enquanto projeto não estará nunca inteiramente presente e atual, hoje, diante de nossa reflexão. Em razão de sua alta complexidade se descobrirá pouco a pouco,

⁴ Para Lefebvre (2001) há um conflito no sistema urbano entre o valor de uso e o valor de troca, as cidades são centros de vida social e política nas quais o uso principal de suas ruas, praças, construções deve ser o convívio, a festa e não a produção com orientação irreversível na direção do dinheiro.

lentamente ou mesmo nunca. Para compreendê-lo melhor é preciso esclarecer o que é tecido urbano.

Estas palavras “o tecido urbano”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza” (LEFEBVRE, 1999, p. 15).

O tecido urbano pode ser entendido como um instrumento ou meio de expansão do urbano, o suporte de um modo de viver.

Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. [...] Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos (LEFEBVRE, 2001, p. 18-19).

Embora adepto da ideia de urbanização total da sociedade, nota-se que a definição de tecido urbano do autor sugere a permanência de espaços rurais. O mesmo constata que entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, e que a relação “urbanidade-ruralidade” não desaparece, pelo contrário, intensifica-se (LEFEBVRE, 2001).

Procurando distinguir a cidade do urbano, Lefebvre (2001) conceitua a primeira como realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o segundo como realidade social, composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Contudo explicita que, embora disperso pelo território, além das amarras da cidade, o urbano precisa de uma base material. “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. [...] O “urbano” não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica” (LEFEBVRE, 2001, p. 55).

Para Santos (1994) as relações de intercâmbio entre campo e cidade, rural e urbano extrapolam a materialidade, o econômico, abrangendo a esfera das relações sociais, das ideias, da cultura. No contexto do meio técnico-científico, por meio da informação, constroem-se as bases de uma verdadeira “fluidez do território”.

Considera a existência de uma tecnoesfera e de uma psicoesfera, como dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade no próprio conteúdo do território, sendo o funcionamento da primeira menos eficaz sem a segunda. Na formação da psicoesfera está uma combinação de elementos das instâncias econômica e cultural,

criando um meio geográfico indutor e condicionante de novos comportamentos humanos, em razão de seu conteúdo em técnica e ciência.

Pode-se considerar a psicoesfera como parte integrante e até mesmo viabilizadora de um urbano que extrapola a cidade, em alguns casos, onipresente.

A psicoesfera também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas de racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua. Ela é local pelas pessoas sobre as quais se exerce, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas (SANTOS, 1994, p. 46).

A força e a influência da metrópole já não dependem mais da indústria, uma metrópole informacional, onipresente se assenta sobre a metrópole industrial. “O perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõe aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos” (SANTOS, 1994, p. 9). A instantaneidade da metrópole, no sentido de sua descentralização pelo território é tão intensa que o autor afirma a dissolução da mesma.

De formas distintas as ideias dos dois autores sugerem uma total abrangência do urbano sobre o território, por meio do tecido urbano, para Lefebvre (1999, 2001) e dos fluxos de informações e da onipresença da metrópole, para Santos (1994). Contudo, ambos concebem também a heterogeneidade dos processos urbanizantes através das malhas desiguais do tecido urbano e do caráter local da psicoesfera. Nestes interstícios a ruralidade se entranha e procura permanecer.

As concepções de Santos (1994) acerca da existência de regiões urbanas e regiões agrícolas reforça a ideia de permanência do rural. Constatando que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural encontra-se superada, o autor propõe uma subdivisão do país, que possui validade somente enquanto generalização, em Brasil Urbano e Brasil Agrícola⁵, considerando uma repartição grosseira do território brasileiro em regiões agrícolas (e não rurais) e regiões urbanas; na qual as regiões agrícolas contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais. Áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.

A região urbana tem sua unidade devido sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devido à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano. Representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que

⁵ Santos (1994) adverte que esta subdivisão somente tem validade como generalização.

dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. [...] nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala) enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel (SANTOS, 1994, p. 67-68).

Pode-se considerar, pois, que existe uma lógica territorial rural diferente de uma lógica territorial urbana. A compreensão das urbanidades e das ruralidades requer que se tenham algumas considerações acerca das territorialidades rurais e urbanas. Concebendo que a territorialidade reflete o modo de vida no qual o indivíduo que o constrói ou do qual faz parte está inserido, Bagli (2006) constata que no rural, a relação com a terra é o elemento mediador e unificador da lógica territorial, pois, as relações econômicas, sociais, culturais, políticas e simbólicas dependem da terra. A perda desta e a migração para a cidade acarretam abalos na estrutura social do indivíduo oriundo do campo. No urbano, as relações com o território são mais globais e fragmentadas. A existência de territórios distintos de moradia, lazer e trabalho, dentre outros, torna as relações mais descoladas, pois, as funções não estão centralizadas em um único território. A lógica territorial urbana comporta territórios especializados. “Essa territorialidade menos intensa e fragmentada é uma urbanidade, ou seja, uma característica do urbano” (BAGLI, 2006, p. 67).

Como a edificação dos territórios e das territorialidades não respeita os limites tradicionais da configuração espacial de campo e cidade, atualmente, pode-se perceber a existência de territorialidades urbanas em espaços rurais e territorialidades rurais em espaços urbanos. Rural e urbano extrapolam, pois, os limites espaciais tradicionais (BAGLI 2006). A abordagem territorial dos espaços rurais e urbanos permite que se compreenda que o “fato de ambos espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas não significa que a tendência seja a completa homogeneização” (BAGLI, 2006, p. 68). No caso do campo pela cidade.

Compreende-se que há intensa troca e complementaridade entre campo e cidade, rural e urbano.

Rural e urbano são, pois, os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Entretanto, não podem ser compreendidos simplesmente como realidades diferenciadas, mas, sobretudo, complementares. Partes de um mesmo todo que, embaladas pela cadência da contradição, se completam justamente pelas diferenças que possuem. E assim, se relacionam.

Campo e cidade por comportarem modos de vida específicos se configuram como espaço rural e urbano, respectivamente. Porém, em razão do aprofundamento das relações entre ambos, os limites de cada espaço não podem ser perfeitamente traçados. [...] Os espaços rurais e urbanos comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades. Estas, entretanto, podem ser encontradas para além de suas realidades de origem. A cidade deixa de ser espaço exclusivamente urbano, por conter ruralidades; o campo deixa de ser espaço estritamente rural, por comportar

urbanidades. Na base dessa rede de relacionamentos e interligações está a territorialidade (BAGLI 2006, p. 68-69).

A abordagem territorial possibilita a análise do campo e da cidade para além do âmbito produtivo, como espaços culturais e de vivência.

Campo e cidade enquanto espaços culturais e de vivência

Uma possibilidade interessante é conceber campo e cidade enquanto espaços culturais e de vivência. Para tanto, a partir de três autores, busca-se analisar como a questão é entendida por ciências distintas em períodos históricos também distintos. Candido (1998), um sociólogo, analisa as transformações culturais do caipira paulista em contato com a urbanização, nas décadas de 1940 e 1950. Carneiro (1998), também socióloga, analisa a ruralidade como uma identidade em construção, na década de 1990, e Bagli (2006), geógrafa, interpreta o campo e a cidade como construções sociais, na primeira década de século XXI.

Para Candido (1998) o relativo isolamento do homem do campo irá se alterar com os processos de urbanização e industrialização, que, em nosso país, têm no estado de São Paulo um de seus focos principais. Procura analisar como o parceiro caipira irá integrar-se a esta sociedade urbana e os desdobramentos deste processo para seu modo de vida tradicional.

Segundo o ator é no plano da subsistência que se inscrevem quase todos os atos e pensamentos da vida do caipira. O surgimento de novas necessidades advindas dos processos de industrialização e de urbanização foi importante na configuração da mudança de cultura dos mesmos, na medida em que contribuiu para:

[...] criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia **geral**, isto é, da região, do Estado e do País, em contraste com a economia **particular**, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência (CANDIDO, 1998, p. 165, grifo do autor).

Para comprar mais o caipira precisa vender mais e, portanto, produzir mais. Isso acarretará alterações profundas no seu modo de vida. A passagem de uma economia autossuficiente para o âmbito da economia capitalista é interpretada pelo autor com um sintoma de crise social e cultural. Crise nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções de mundo. Em situações de crise existem fatores de persistência e de alteração, sendo que a situação de crise define-se por tensões ainda não resolvidas ou resolvidas parcialmente, entre estes fatores, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura. A permanência ou persistência é analisada não somente como fenômeno de demora, mas também um recurso de ajuste à

nova situação, que pode rejeitar as práticas e normas anteriores, ou incorporá-las, depois de redefini-las.

Na verdade **os fatores tradicionais exercem ação reguladora**, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema. [...] podemos dizer que a situação estudada não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social (CANDIDO, 1998, p. 200, grifo nosso).

Em outras palavras, a acomodação do caipira aos padrões urbanos se faz conforme possa, ou não, encontrar condições satisfatórias de substituição dos seus próprios padrões. A dimensão ideológica da urbanização exerce relevante influência nestes padrões, sendo que, quanto maior for a identificação dos sujeitos sociais com os mesmos, mais estes tentarão mantê-los, tornando sua transformação o mais lenta possível.

Abordando a dimensão psíquica das transformações desencadeadas pelo processo de urbanização-industrialização, Candido (1998) destaca que a importância do prestígio associado às práticas e usos de caráter urbano, assume tal proporção que a pessoa se sente diminuída quando é obrigada a manter as práticas e usos tradicionais, tornadas, comparativamente, desprezadas.

Estas considerações parecem válidas sobretudo para a cultura material, pois no terreno das crenças e dos sentimentos o processo é mais complexo e não se deixa assim esquematizar. [...] há interpenetração de planos, em que o passado e o presente, o mágico e o racional se combinam normalmente, [...] Ao contrário do que ocorre na cultura material, a substituição não se dá tão claramente (CANDIDO, 1998, p. 181-182).

Cita como exemplo de amálgama dos mundos da crença e da ciência a utilização simultânea dos remédios caseiros tradicionais e de farmácia.

A idealização do passado pelos caipiras, no contexto das transformações advindas do processo de urbanização é analisada pelo autor como a sua maneira para criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais da sua cultura. O não funcionamento, ou o mau funcionamento desta, é percebido como fim da era onde tinham razão de ser como tipos humanos. Segundo Candido (1998) o homem do campo, mesmo confusamente, possui um senso de “estarem passando, de não caberem no universo do homem da cidade”.

Pode-se considerar que o autor constatou um processo de urbanização irreversível na sociedade brasileira, no qual o caipira em particular, e o homem do campo em geral – extrapolando-se as constatações de seu estudo – tiveram que adaptar-se, à duras penas a todas as transformações em seu modo de viver. Ou seja, que a cultura das cidades vai “absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de

cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores” (CANDIDO, 1998, p. 223). Os elementos de que dispõe a cultura tradicional são insuficientes para garantir-lhe a integração satisfatória a nova ordem de coisas.

Contudo, Candido (1998) assume uma posição dialética frente ao processo de urbanização, compreendendo que é possível urbanizar o homem do campo mantendo-o neste espaço.

Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido. [...] Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio de sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a oportunidade de ajustar-se a outras. **O caipira é condenado à urbanização**, e todo esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de **urbanizá-lo**, o que, note-se bem, **é diferente de trazê-lo para a cidade**. No estado atual, a migração para esta é uma fuga do pior para o menos mau e não poderá ser racionalmente orientada se não se partir do pressuposto de que as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes dos que analisamos neste trabalho (CANDIDO, 1998, p. 224-225, grifo nosso).

A urbanização, para o autor, não se circunscreve no aumento de população urbana e crescimento das cidades, representando a extensão das conquistas urbanas aos espaços desprovidos das mesmas. A nosso ver, considerar que o acesso a uma melhor qualidade de vida passa irremediavelmente pela urbanização pode contribuir para a ligação do campo ao atraso. Seria preferível a concepção deste como um espaço carente de políticas públicas que potencializem suas singularidades por meio da melhoria da qualidade de vida de suas populações, sem a menção de que com isto estaria ocorrendo um processo de urbanização.

A concepção de que a urbanização do campo, nos moldes em que ocorre gera um traumatismo cultural é oportuna por explicitar as diferenças culturais e a complexidade das transformações culturais envolvidas.

Antes de apresentar as ideias de Carneiro (1998), expõe-se uma crítica de Bagli (2006) às concepções de Cândido e também de Lefebvre. Destaca-se, no entanto, que no caso brasileiro, Candido (1998) talvez tenha assim pensado dadas as péssimas condições em que viviam os povos do campo, retratadas pelo autor a partir da análise dos mínimos vitais e dos mínimos sociais. A autora questiona alguns pontos do pensamento destes autores destacando que para eles a urbanização é vista como progresso e caminho a ser seguido pela sociedade. A seu ver a urbanização não deve ser compreendida como uma

etapa a ser cumprida para se chegar a outra coisa, outro tipo de sociedade. Critica assim, o pensamento evolutivo linear e não dialético da sociedade.

Não dá para continuar acreditando que o modelo de desenvolvimento deve passar necessariamente por alguns estágios para atingir a sociedade ideal: industrialização, urbanização, transformação do campesinato em proletariado. Não dá pra continuar acreditando que a única forma de desenvolvimento para a sociedade como um todo deve ter como modelo o modo de vida urbano. Esse pensamento impede que visualizemos as contradições do processo. E o pior: consolida um tipo de ideologia que transforma a urbanização em caminho redentor para todos os males da sociedade (BAGLI, 2006, p. 92).

Considera que no pensamento lefebvriano a própria visão que impõe a urbanização como tendência, orientação, virtualidade, promove reducionismos da realidade em formação. A virtualidade do urbano tende a ocultar parte do movimento contraditório, impedindo que a resistência ou a permanência do rural seja percebida, quiçá analisada.

O urbano se expande, mas considerar tudo urbano impede a visualização daquilo que por ele não é preenchido. [...] O rural, que parece estar preenchido pelo urbano, resiste nos hábitos cotidianos e nas estratégias de vida, sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade. O rural se transforma, mas a transformação não é apreendida em seu movimento. É visualizado apenas como sujeito paciente da história: aquele que sofre a ação, nunca a realiza. [...] O rural permanece, porque muda, assimila para si a capacidade de transformar-se para não ser simplesmente transformado (BAGLI, 2006, p. 94).

Questão interessante ressaltada pela autora é a percepção do caráter passivo do rural, sempre sofrendo ações, nunca as realizando. Não se questiona a forte presença urbana nos espaços rurais, contudo, esta presença é supervalorizada em detrimento do campo e da ruralidade. Questiona-se a visão simplista do campo enquanto mero receptáculo, incapaz de produzir cultura, informações e um modo de vida singular e disseminá-las, mesmo que localmente.

Contudo, Candido (1998) aponta alguns elementos da resistência cultural do caipira, que por seu caráter subjetivo não constituem grande obstáculo à expansão do urbano e de seu modo de vida no campo.

A manutenção de uma “cultura camponesa” é afirmada por Carneiro (1998) não como uma cultura cristalizada, uniforme e a-histórica, num sentido específico e universal, mas como uma visão de mundo pautada em relações sociais específicas e que se expressa ativamente, de forma a transformar e a recriar o seu mundo social e natural. A autora possui uma compreensão particular a respeito da homogeneização dos valores urbanos em relação ao campo, sugerindo que a heterogeneidade também faz parte deste processo, ao constatar que é

Difícil de ser atribuir à ruralidade uma definição uniforme, a noção hoje nos remete ao antigo debate sobre a transformação, e a decorrente extinção, da tradição cultural fundada na prática agrícola de um tipo de produtor específico - o agricultor familiar ou o camponês. Tradição esta que, segundo alguns autores, estaria sendo destruída pelo desenvolvimento capitalista, dando lugar a padrões culturais urbanos que tenderiam a predominar em espaços até então definidos como “rurais”, acarretando uma homogeneização do estilo de vida e dos valores urbanos em toda a extensão territorial sob a interferência da sociedade urbano-industrial. Por homogeneização não se entende a uniformização dos padrões de vida, mas a reprodução das heterogeneidades das cidades no campo (CARNEIRO, 1998, p. 72).

Propõe pensar o rural e o urbano a partir do ponto de vista dos agentes sociais que participam das trocas entre campo e cidade, enquanto espaços socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e com os “outros”. Assim, para Carneiro (1998), as noções de rural, de urbano, de ruralidade e urbanidade são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas. Reelaborações e apropriações diversas são, portanto, possíveis, tornando impossível definir-se a ruralidade em oposição à urbanidade, sendo cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre cidades e pequenos vilarejos ou arraiais, seja com base em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Isso ocorre porque

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (CARNEIRO, 1998, p. 53).

Contudo, a autora não concorda com a ideia de que tal processo resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, conforme a realidade europeia.

Bagli (2006) também concebe campo e cidade como construções sociais, espaços produzidos por relações sociais diferenciadas, caracterizadas pelo conteúdo que possuem, urbano ou rural, nos quais um conjunto de valores, práticas, comportamentos, hábitos e costumes caracteriza o modo de vida específico de cada espaço. Urbanidade e ruralidade são atributos que qualificam e identificam cada espaço, campo e cidade, e seu modo de vida. De uma forma bastante linear e parcial, portanto, simplória, mas que permite uma esquematização didática da realidade, pode-se considerar que:

Rural e urbano são os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Estes,

por sua vez, na condição de espaço rural e espaço urbano, comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades (BAGLI, 2006, p. 61).

A característica de complementaridade da cidade e do campo e, portanto, do rural e do urbano, enquanto modos de vida, manifesta-se em ruralidades e urbanidades que, embora tenham origem num espaço específico, estão presentes nos dois espaços. Há ruralidades no campo e na cidade, assim como há urbanidades na cidade e no campo.

Carneiro (1998) considera que no Brasil o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola e que estamos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo. Neste contexto, a procura crescente de formas de lazer e de meios alternativos de vida no campo por pessoas da cidade tem gerado uma maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos, urbanos e rurais, transformando o campo em um lugar de vida, além de, também, um espaço de produção agrícola.

Nessa perspectiva, as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1998, p. 58).

A autora constata que não se pode entender a ruralidade atualmente somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como rural, visto que, ocorre também o consumo, pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (natureza e produtos naturais) e de práticas culturais que são reconhecidos como próprios do chamado mundo rural, como a cultura country, por exemplo. “Nessa complexidade de universos culturais que se interpenetram, parece-nos impossível delimitar as fronteiras culturais entre o “rural” e o “urbano”” (CARNEIRO, 1998, p. 61).

A ruralidade deve ser pensada como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas no qual ocorra reapropriação de elementos da cultura local e também a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, de forma que a cultura local não seja destruída, mas alimentada pelo reforço da sociabilidade e dos vínculos com a localidade gerando uma cultura singular que não é nem rural nem urbana (CARNEIRO, 1998).

Para a pesquisadora, a noção de localidade constitui-se uma importante escala de análise para as relações entre campo e cidade. Embora seja cada vez mais difícil pensar na

noção de ruralidade para definir a natureza das relações sociais num espaço determinado, a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específico pode ser compreendida pela “noção de localidade”, nos seguintes termos:

[...] a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve. [...] o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada fora a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade (CARNEIRO, 1998, p. 62).

Assim, as transformações engendradas pela expansão da sociedade urbano-industrial no campo, não implicam obrigatoriamente na descaracterização das culturas locais ou tradicionais. Para a autora ocorre a redefinição, ou reelaboração de práticas e códigos culturais, sendo a “noção de localidade” a expressão das múltiplas possibilidades de interação dos agentes sociais à sociedade e à economia global. O campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Assim, não se pode falar de ruralidade em geral, mas em ruralidades, em virtude desta se expressar de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. “Não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

As escalas temporais também podem contribuir para o entendimento das dinâmicas próprias aos espaços rurais e urbanos. No rural prevalece o tempo lento, natural, já no urbano o tempo rápido, mecânico. Assim, conforme Bagli (2006) se o tempo é percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam estes espaços constroem modos de vida dessemelhantes. No urbano, o tempo é movimento, prevalece a rapidez, o tempo do relógio que encanta e desencanta que atrai e expulsa as pessoas. No campo, o movimento do tempo não é tão perceptível, ligando-se à dinâmica dos processos naturais de plantio, colheita, que segue outras rotinas e normas.

A relação com a terra é construída de formas também distintas nos espaços urbanos e rurais. No campo a terra é sobrevivência, na cidade a terra é chão. Na cidade, as relações se realizam por meio daquilo que sobre a terra está construído. No campo os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. Assim, as “formas de relacionamento com a terra influem na construção de hábitos diferenciados para os espaços rurais e urbanos” (BAGLI, 2006, p. 170).

A aquisição de determinados produtos e serviços aproxima realidades que outrora eram bem contrastantes, como as dos espaços rurais e urbanos, segundo Bagli (2006). A

inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns e o próprio consumo torna-se um hábito comum.

[...] a difusão de tais hábitos tem motivado reflexões que difundem a idéia de expansão das urbanidades ao campo e a extinção do modo de vida rural e suas ruralidades. Como se o uso de tecnologias fosse um apanágio dos espaços urbanos. Como se os espaços rurais estivessem predestinados ao permanente atraso para se manterem como tais (BAGLI, 2006, p. 171).

Pelo exposto, constata-se que mesmo com a expansão das urbanidades no campo, a ruralidade, ou melhor as ruralidades permanecem. O próximo item pretende sintetizar as complexas considerações teóricas realizadas até então.

Três maneiras de pensar as relações entre campo e cidade

Nesta parte do texto procura-se condensar algumas das concepções analisadas anteriormente a partir das ideias de Rua (2005, 2006), que propõe uma síntese das concepções acerca das relações entre campo e cidade, rural e urbano, e também uma leitura geográfica da questão. O autor define duas vertentes de análise do rural, de abordagem clássica, que, grosso modo, podem ser denominadas da urbanização do rural e urbanização no rural, visualizadas no Quadro 1.

Como, para um grupo de autores a análise centra-se na cidade e no urbano, enquanto para o outro, o foco desloca-se para o campo e para as especificidades do rural Rua (2005), embora corrobore parcialmente com ambas, reconhece que as duas abordagens teóricas apresentam análises parciais, pois, cada uma, isoladamente, não contempla a complexidade que marca o rural de hoje, participante das múltiplas escalas da ação social. Sugere que se desenham múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza, propondo um terceira vertente de análise denominada de **urbanidades no rural**, integrando algumas das formulações das outras duas vertentes (RUA, 2005, 2006). A proposição de uma nova forma de pensar a relação campo-cidade, rural-urbano proposta por Rua (2005, 2006) é pertinente por representar uma tentativa, ainda que nascente, de compreensão geográfica das dinâmicas atuais entre os espaços rurais e urbanos.

Temos de um lado, uma urbanização ideológica, difusa, cultural que se expande além da urbanização física, de caráter homogeneizante e simplificador respaldando concepções de urbanização rural e, de outro, a ideia de novas ruralidades que procuram enfatizar a força do rural diante do urbano, que, para Rua (2005) é supervalorizada, em

razão de o urbano comandar o processo de reestruturação espacial do mundo contemporâneo.

Ao propor a noção de urbanidades no rural, Rua (2006) está em busca de uma perspectiva multiescalar das relações cidade-campo, na qual território e escala são ferramentas para rerepresentar a complexidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais. Urbanidades no rural é a denominação do autor para estas transformações.

Quadro 1 - Síntese das vertentes clássicas de análise das relações entre campo e cidade segundo Rua (2005, 2006).

CARACTERÍSTICAS	VERTENTES DE ANÁLISE	
	Urbanização do rural	Urbanização no rural
Principais autores	José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefebvre	Maria José Carneiro, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay
Concepções principais	Formulações centradas na cidade e no urbano como bases organizativas do espaço contemporâneo. Em geral, para essa vertente analítica, com a expansão do capitalismo, o rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização.	Questiona-se o preceito da integração urbano-rural, homogeneizadora, mesmo que virtual e da urbanização iminente e irreversível do rural. Pleiteia-se a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano e uma necessária ênfase no rural, concentrada na ideia de “novas ruralidades”, admitindo a possibilidade de convivência, num mesmo espaço, da cultura rural com a cultura urbana. Salienta-se a diversidade desse processo de urbanização da sociedade e a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano.

Org.: autor.

Rua distingue sua proposição das outras duas vertentes, destacando a emergência de uma territorialidade nova, difícil de enquadrar-se como rural ou urbana ao considerar que:

[...] há uma escala ampla de urbanização ideológica, comportamental, difusa que alcança todo o território, bem à maneira de Lefebvre e uma outra escala local onde tais criações ocorrem. A interação dessas duas escalas é que vai definir a qualidade de tal criação – um rural transformado como querem os autores dessa segunda vertente analítica, mas dando lugar a uma territorialidade nova (nem rural nem urbana) que ainda deve ser definida (RUA, 2006, p. 100).

São propostas por Rua (2006) duas escalas de ação, uma mais ampla e uma mais restrita. Na primeira, uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço. A segunda permite leituras particulares dos movimentos mais gerais, que são processados localmente, porém, sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local. As múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles) juntamente com as diferentes escalaridades de ação marcam o surgimento de espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores (RUA, 2006, p. 95).

Como esta ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também de leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, têm-se como resultado o território com caráter híbrido e identidades criadas com componentes rurais e urbanos. O rural e o urbano são percebidos como resultados de interações múltiplas, transescalares, não hierarquizadas nas quais a homogeneização e a diversidade não podem obscurecer a dialética do movimento histórico.

Resumindo, conforme Rua (2006) tem-se urbanidades no rural (imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje) e múltiplas territorialidades (criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire). O movimento de expansão das “urbanidades nas áreas rurais” não é percebido como destruição do rural, mas integrando-se a “novas ruralidades”. As urbanidades no rural aparecem, contudo, menos homogeneizantes que as ideias de urbanização rural e de novas ruralidades.

O autor deixa claro suas proposições ao explicitar que:

O que se pretendeu demonstrar foi que há uma espacialidade integrada a um “urbano” difundido por todo o território; que **há um rural, com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo**, que interage com aquele “urbano”; que essas interações transformam os **espaços rurais em territórios híbridos** (resultado dessas interações) nos quais se dão variadas formas de apropriação e dominação; que **as marcas dessa hibridez são as “urbanidades no rural”**, integradoras das múltiplas escalas que a ação política exige. Assim, deve-se perceber a nossa proposta como capturadora de elementos das duas “vertentes” analíticas, mas dando destaque à **escala da ação**, esta sim, necessariamente integradora (RUA, 2005, p. 61, grifo nosso).

Embora o autor não tenha aprofundado suas análises, as proposições do caráter híbrido, das identidades, das múltiplas territorialidades que redundam nas urbanidades no rural parecem possibilitar interpretações menos homogeneizantes que as da urbanização do

campo. Além disso, representam um esforço de análise geográfica acerca da questão em foco.

Considerações Finais

As relações entre campo e cidade alteraram-se ao longo do tempo enquanto expressões de amplos contextos produtivos e de organização societária. A compreensão das oposições e idealizações acerca destes espaços deve considerar os contextos socioeconômicos e culturais que os originaram.

Campo e cidade são espaços diferentes cujas relações se dão de forma complementar justamente em função da existência destas diferenças. Rural e urbano extrapolam possíveis limites físico-territoriais de sua abrangência e as ruralidades e urbanidades podem estar presentes tanto no campo quanto na cidade. A aceitação da existência de um processo geral, homogêneo e unitário de urbanização do campo no qual o urbano e a urbanidade moldam o campo, o rural e as ruralidades de maneira uniforme e unidirecional com abrangência irrestrita requer que se desconsidere o caráter local dos inúmeros lugares, localidades e regiões do planeta, ou mais especificamente do Brasil, em suas possibilidades de reagir ou de se comportar frente a este processo de maneiras singulares dadas suas características naturais, socioeconômicas, culturais e populacionais distintas.

O rural e o urbano, as ruralidades e urbanidades extrapolam a concretude da existência espacial de campo e cidade, podendo representar, no plano individual, modos de viver característicos mesmo na ausência de contato com o espaço que o originou.

Embora a urbanização seja concebida por vários autores como um processo inevitável, a articulação do rural ao urbano, apresenta peculiaridades, dada a diversidade de conexões possíveis entre ruralidades e urbanidades.

Campo e cidade são espaços distintos que se relacionam de maneira complexa em razão da dependência de um em relação ao outro. Ao concebê-los, para além do âmbito econômico, como espaços culturais e de vivência, sua compreensão torna-se ainda mais plural, dadas os distintos vínculos que cada pessoa possui em relação aos espaços rurais e urbanos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão** n. 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-31. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf> Acesso em 10 de março de 2013.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRANDÃO, Carlos R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Das Cidades, 1998.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 11, p. 53-75, out. 1998.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria E. B. et al. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E. de. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 49-76.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução: Javier González-Pueyo. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, Maria I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Arioaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-território**. v. 5. n. 10. p. 5-64, ago. 2010.

RODRIGUES, Rosicler M. **Cidades brasileiras**: o passado e o presente. São Paulo: Moderna, 1992.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. n. 2. p. 45-65, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**. Uberlândia, v. 1. n. 1. p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPÓSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, Maria E. B. et al. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.111-130.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: P. H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 22 de junho de 2015

Aceito para publicação em 07 de outubro de 2015

Agricultura Familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS

Carlos Alberto Dettmer

Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Professor Instituto Federal Educação Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul (IFMS)
dettmer21@gmail.com.

Nardel Luiz Soares da Silva

Professor doutor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

nardel.silva@unioeste.br.

Resumo

A busca por subsídios para construção de indicadores que sejam relevantes na gestão das unidades de produção agropecuárias é constante. Objetiva-se neste trabalho, identificar e analisar os principais indicadores socioeconômicos, na gestão de unidades de produção agropecuária do tipo familiar em assentamento de reforma agrária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa com caráter exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos ou de coleta dados, a estratégia de pesquisa, utilizada, foi o levantamento a campo por meio de entrevista. Adotou-se também, estudos exploratórios, descritivos e documentais. Na amostra foram entrevistadas 59 famílias rurais do assentamento Teijin, Nova Andradina – Mato Grosso do Sul. Como principais atividades exploradas pelas famílias assentadas destacam-se: a produção do leite, praticada em 69,6% das UPA's, bovinos de corte em 6,8%, e a produção de hortifrutigranjeiros, mandioca. Também a atividade do *part time* é destaque. Cada Unidade de Produção Agropecuária possui uma área para exploração de 14,52 hectares. A sucessão familiar aparece como um dos principais indicadores que compromete a sustentabilidade das UPA's.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; reforma agrária; sistemas de produção.

Family farms - case study in Teijin settlement, municipality of Nova Andradina, MS

Abstract

The search for subsidy in the construction of indicators that are relevant to the management of agricultural production units is constant. The objective of this thesis was to identify and analyze the main socio-economic indicators in the management of agricultural production units of family type in land reform settlement. This is a qualitative and quantitative study with exploratory and descriptive character. As for the technical procedures or form of data collection, the research strategy used, was the collection of information through on-site interviews. There was also the use of exploratory, descriptive and documentary studies. In the sample, 59 rural families were interviewed in Teijin settlement, Nova Andradina city - MatoGrossodoSul, State. Among the main activities exploited by settler families, are: milk production, practiced in 69.6% of the Agricultural Productions Units (APUs), beef cattle, 6.8%, and the production of fresh produce, cassava. It also is highlighted the part time activity. Each APU has an area for exploration of 14.52 hectares. The family emerged as a leading indicator that affects, the sustainability of the APUs.

Keywords: Rural development; agrarian reform; production systems.

Granjas familiares - estudio de caso en la solución de Teijin, municipio de Nova Andradina, MS

Resumen

La búsqueda de subvenciones para la construcción de indicadores que son relevantes para la gestión de las unidades de producción agrícola es constante. Objetivo de este trabajo es identificar y analizar los indicadores socioeconómicos clave en la gestión de las unidades de producción agrícola de tipo familiar en asentamientos de reforma agraria. Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa con exploratorio y descriptivo. Como una forma de recolección de datos, la estrategia de investigación utilizada fue la inspección en el campo a través de entrevistas. Fue adoptado estudio también, exploratorio, descriptivo y documental. MS - 59 en la muestra de los hogares rurales de liquidación Teijin, Nueva Andradina fueron entrevistados. Las principales fuentes de ingresos y actividades gestionadas por familias asentadas son: la producción de leche, ganado de carne y la producción de la horticultura, la yuca. También se pone de relieve una actividad a tiempo parcial. Cada fuente de alimentación tiene una superficie de 14,52 hectáreas para la exploración. La familia aparece como una sucesión de indicadores clave que pone en peligro la sostenibilidad de las fuentes de alimentación.

Palabras clave: Desarrollo rural; la reforma agraria; los sistemas de producción.

Introdução

A questão fundiária no Brasil sempre foi motivo para muita discussão, em sua obra Quatro Séculos de Latifúndio, Alberto Passos Guimarães, traz um trecho importante, extraído do jornal Correio da Manhã, com data de 14 de março de 1968, que aborda a forma de ocupação das terras no Brasil. “[...] Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil [...]” (GUIMARÃES, 1989, p. 19).

Tendo a sua disposição, o poder político, administrativo e militar, beneficiados pela doação das primeiras *sesmarias*, e através da desapropriação das comunidades indígenas, usando ainda como mão de obra, os escravos e aqueles que ficaram sem terra, os grandes proprietários ou latifundiários avançam no Brasil das capitâncias hereditárias. Isso mostra desde o início, o perfil da agricultura brasileira que a partir da sua estrutura agrária formada por latifúndios, sempre esteve voltada para a exportação (ROMERO, 1998).

Desenvolve-se assim no Brasil o sistema conhecido como *plantation*, de monocultivos, ligado ao latifúndio, com emprego maciço de capitais, utilização da mão de obra escrava em seu início e posteriormente a assalariada tendo, baixo nível de remuneração. Permaneciam as melhores áreas, em termos de estrutura de solo, umidade e localização geográfica, destinadas para cultura comercial e as demais, para produção de subsistência (ANDRADE, 1979).

Assim tem sido até os tempos atuais, com agricultura familiar ocupando uma pequena parcela das áreas do território brasileiro porém, sendo responsável pela maior parte da produção dos alimentos.

Ploeg (2013) considera que a defesa pela relevância do princípio camponês representa a saída para a crise agrária pois, independentemente da forma, a agricultura sempre se articula com a natureza, a sociedade, seus interesses e perspectivas dos envolvidos. O campesinato representa a resistência ao grande império produtor e possui suas dinâmicas próprias de produção, centradas na coprodução, construção e manutenção mutua de uma base de recursos, luta pela autonomia sobre as relações mercantis, redução a dependência, pluriatividade e padrões de cooperação (PLOEG 2013).

Neste trabalho, pretende-se apresentar um breve estudo sobre como algumas famílias do assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS organizam as atividades em sua unidade de produção. Quais suas principais fontes de renda, atividades desenvolvidas, dificuldades enfrentadas, anseios e perspectivas. Buscou-se ainda, Identificar e elencar os indicadores mais relevantes segundo a ótica das famílias rurais entrevistadas.

Desenvolvimento

Caracterização da Área de Estudo

Nova Andradina pela sua extensa área e tipologia das suas propriedades rurais, destaca-se pelos projetos de reforma agrária. Atualmente, o município conta com quatro assentamentos rurais, sendo eles: Nova Casa Verde com 29.859,99 hectares e 471 famílias assentadas; Teijin com 28.497,82 hectares e 1.126 famílias assentadas; São João com 4.011,90 hectares, 180 famílias assentadas e o assentamento Santa Olga com 1.492,50 hectares de área e 169 famílias assentadas (INCRA, 2014).

Com uma população estimada, para o ano de 2015, de aproximadamente, 50.893 habitantes, sendo desses, 13,85% residentes no meio rural, Nova Andradina, possui o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, dos 79 municípios do Mato Grosso do Sul (IBGE, 2013).

O local escolhido para o desenvolvimento do trabalho foi o assentamento Teijin (Figura 1), localizado na antiga Fazenda Tejin, distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, MS, a 347 km de Campo Grande (GOOGLE MAPS, 2014).

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento Teijin, Nova Andradina, MS –2014.



Fonte: Google Maps, 2014.

Embasamento científico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa quando abordado o problema. De acordo com os objetivos, a pesquisa é tipificada como exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, ou, técnicas de coleta de dados, a estratégia de pesquisa, utilizada, foi o levantamento (GIL, 2010). O trabalho pode ser considerado também um estudo de caso, pois se utilizou também a metodologia da investigação, onde buscamos compreender e descrever os acontecimentos através de um contexto onde estão envolvidos os atores e os diversos fatores (YIN, 2001).

Como delimitação da pesquisa, optou-se por estudar algumas propriedades rurais, pertencentes ao assentamento Tejin, no município de Nova Andradina - MS. A população do trabalho é finita, ou seja, está contida na área delimitada para o estudo, escolhida pela sua disponibilidade em fornecer informações e facilidade de acesso. Quanto à amostra, foram entrevistadas 59 famílias do assentamento e as variáveis são do tipo: qualitativa ordinal, nominal e quantitativa contínua. Para atender os princípios da análise sistêmica, observou-se sempre que possível as variáveis dependentes e independentes.

Nesse trabalho, foram adotados estudos exploratórios, descritivos, documentais e, principalmente, o levantamento.

Para a coleta dos dados, foi estruturado um questionário, pré-elaborado, com questões fechadas, aplicado nas 59 unidades de produção familiar dos assentados pela

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI)¹. Estas famílias utilizam única e exclusivamente a mão de obra familiar para a execução das atividades.

O questionário foi estruturado com perguntas que visavam buscar informações para verificar alguns indicadores da UPA relacionados a:

- Situação socioeconômica e ambiental;
- Tipos de sistema de produção desenvolvidos;
- Produção animal;
- Produção de grãos;
- Agroindustrialização;
- Estrutura e economia;
- Demais atividades desenvolvidas pela família.

Além disso, buscou-se identificar como ocorre a dinâmica da pluriatividade, com que frequência, número de indivíduos envolvidos e de que forma estes se comportam na busca de uma atividade fora da unidade de produção.

Após o questionário organizado, realizou-se a aplicação do mesmo, com visitas pessoais, realizadas a cada uma das 59 famílias, entrevistadas, para que as mesmas, respondessem as questões de forma espontânea sem a interferência do entrevistador.

A partir dos dados coletados e arquivados, realizou-se a organização, análise e interpretação. As informações geradas são passíveis de serem utilizadas como ferramenta de apoio em futuras ações no assentamento, realizadas por órgão governamental e não governamental.

Referencial teórico

De acordo com Almeida e Navarro (2009), na década de 1960, a agricultura latino-americana, foi marcada pela chamada “*revolução verde*”, uma agricultura onde o foco era o aumento da produtividade, com uso intensivo de insumos químicos, variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, irrigação e intensa mecanização. Tudo isso, fornecido aos agricultores a partir dos chamados “*pacotes tecnológicos*” que perduram até os tempos atuais (ALMEIDA; NAVARRO 2009). A partir deste período, vários problemas ocorreram a nível de desigualdade social e sustentabilidade – econômica/ecológica, da produção agrícola no longo prazo (ALMEIDA; NAVARRO 2009).

¹ Entidade sindical, fundada em maio do ano de 1979, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios de Anaurilândia, Batayporã, Coxim, Ivinhema, Iguatemi, Nova Andradina e Naviraí. Atualmente está filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (FETAGRI, 2014).

Wanderley (2011), fazendo uma referência a David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson, (1990), afirma que a agricultura atual, encontra-se subordinada à indústria, ou seja, há notoriamente uma industrialização da agricultura, vive-se um período de “apropriacionismo” e de “substitucionismo”, sendo que, o primeiro correspondente ao processo no qual a indústria se apropria do produto da agricultura, utilizando o mesmo, como matéria prima para a sua transformação, resultando em um produto industrial, que é após, ofertado ao consumidor final. No segundo processo, a indústria realiza a substituição do produto agrícola, por outro de origem industrial, eliminando, assim, aquele de seu próprio processo produtivo (WANDERLEY, 2011).

A partir deste cenário, os agricultores na sua grande maioria, são forçados a tomar decisões baseados na realidade econômica presente e nunca em seus princípios reais e ecológicos de produção (GLIESSMAN, 2008). Uma economia de mercado altamente exigente em metas e respostas num curto prazo, onde a prioridade são os lucros deste ano e as quotas do próximo. Não há muitas vezes, tempo e espaço para que agricultores que pretendem desenvolver uma exploração agrícola de longo prazo, pensem de forma diferente, de forma sustentável, e não sejam conduzidos a uma agricultura que tem seu processo de produção alicerçada no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes. (GLIESSMAN, 2008).

Para muitos, viver no campo é planejar um modo de vida ou seja, trabalhar não somente buscando formas modernas de produção, voltadas ao consumo e ao acúmulo de bens mas sim, trabalhar buscando uma condição digna que priorize a liberdade, a autonomia e o reconhecimento camponês (BRANDEMBURG et al., 1999).

A capacidade em desenvolver diversas atividades agrícolas - policultivos, junto a sua habilidade em produzir alimentos, respeitando o espaço, sempre buscando a integração com a natureza, é característica intrínseca do estilo camponês de produzir (FERNANDES, 2013). Este tipo de agricultura não pertence a um mercado o qual, tem como prioridade a especialização e a exploração de uma única atividade agrícola - monocultivo, que na maioria das vezes aumenta os riscos e as incertezas das famílias rurais, causando dependência (FERNANDES, 2013). A importância da agricultura camponesa para a sustentabilidade dos espaços e do meio fica evidente quando observadas as regiões onde se possui uma maior concentração deste tipo de agricultura, sendo as desigualdades a nível social, econômico e ambiental menores quando comparado aos espaços onde ocorre o domínio dos grandes conglomerados de produção (FERNANDES, 2013).

Esta forma de praticar agricultura traz uma perspectiva diferente para o setor rural. O local que até então era considerado somente como exclusivo na produção de alimentos e renda, passa a se tornar também um espaço onde famílias contribuem no processo de minimização do êxodo rural, através da prática da pluriatividade, dando outra dinâmica ao espaço rural (MATTEI, 2007).

D'Agostini (1998), ressalta que a busca é pela sustentabilidade homem-meio e não somente pela sustentabilidade de uma determinada condição do meio. Segundo o autor, a sustentabilidade do sistema se viabiliza a partir das relações ecologicamente equilibradas e socioeconomicamente justas e atrativas, entre homem-meio.

Resultados e discussão

As famílias do assentamento Teijin, fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)² e da FETAGRI. Todas possuem um pequeno lote de 14,52 até 20 hectares onde estão situadas também as habitações. São oriundas dos municípios de Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados, Batayporã, Ivinhema, Nova Andradina, Jateí, Deodápolis, estado do Mato Grosso do Sul e também dos estados de São Paulo e do Paraná (CEEPATEC, 2012).

As principais fontes de renda das famílias assentadas tem origem de atividades (Tabela 1) como: a produção de leite, criação de gado de corte, hortifrutigranjeiros, o cultivo da mandioca e a produção de carvão. Além disso, grande parte das famílias atuam em atividades fora da unidade de produção, como pedreiro, carpinteiro, funcionário público, peão de fazenda, lavador de veículos, frentista e garçom (CEEPATEC, 2012).

Tabela 1 - Tipos de atividades desenvolvidas - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS – 2014.

Tipo de atividade	Frequência	Percentual %
Outras atividades	11	18,6
Pecuária leiteira	41	69,5
Pecuária de corte	4	6,8
Horticultura	1	1,7
Produção de mandioca	1	1,7
Produção carvão	1	1,7
Total	59	100,0

Fonte: O autor.

O sistema de produção predominante é de base leiteira, 69,5% das unidades trabalham com esta atividade (Tabela 1). A informação confirma uma predisposição que a atividade leiteira tem na agricultura familiar, em função, do tipo de mão de obra e, por ser uma das poucas, senão a única, que permite remuneração diária, quinzenal ou mensal com a venda do leite ou dos seus subprodutos.

² Movimento autônomo na luta pela terra reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o país. Nasceu no município de Cascavel, PR no ano de 1985. Atualmente está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. (MST, 2009).

A decisão sobre o tipo de atividade a desenvolver é na maioria das vezes complexa para o agricultor, pois, nela estão envolvidos diversos elementos que levam em conta a tradição, o aprendizado, as condições de infraestrutura da unidade de produção, motivos psicológicos, sociais junto com a necessidade da geração de renda (CONTINI, et al., 1984).

Apesar da importância que a atividade leiteira tem na agricultura familiar brasileira em termos de complementação de renda, a sazonalidade da produção e nos preços pagos na hora da comercialização são dois dos principais problemas enfrentados na atividade (BERGAMASCO, 2003).

Vilela et al., (2002), considera que a produção de leite é uma importante estratégia de renda para o pequeno agricultor familiar e uma alternativa para o desenvolvimento de muitas regiões brasileiras, considerando o baixo risco da exploração, a liquidez elevada do capital imobilizado em animais, bem como, a frequência no fluxo das receitas da atividade que pode vir a ser diária, quinzenal ou mensal, dependendo das relações com o mercado. (VILELA, et al., 2002).

Das famílias entrevistadas, 18,6% tem como principal fonte de renda outras atividades, que não sejam agropecuárias (Tabela 1), considerando o espaço rural também como um local para convivência e moradia.

Wanderley (2011), em seu livro “Um saber necessário os estudos rurais no Brasil”, quando aborda o tema da pluriatividade, escreve que a combinação da atividade doméstica com a externa, pode significar uma estratégia, adotada pelas famílias rurais, ante o fato de que a agricultura se tornou incapaz de gerar uma renda satisfatória para todos os integrantes da família. A pluriatividade seria, então, considerada uma força externa, fruto da “industrialização da agricultura” e “urbanização do campo”, perdendo o indivíduo a condição de agricultor, sendo o “sítio” adotado, apenas como um local para moradia (WANDERLEY, 2011).

Outro entendimento que se pode ter sobre a prática da pluriatividade diz respeito ao abordado por Mattei (2007) em que o autor trata da questão, observando que a pluriatividade nada mais é do que uma simples manifestação da transição funcional da agricultura que surge, atualmente, como um setor plurifuncional, local com dinâmica própria, onde não se pode analisar somente a produção, a eficiência produtiva e o acúmulo de capital. A agricultura em tempo parcial, que até então não era aceita por sua transição funcional, hoje, dá um novo sentido ao processo de produção do espaço rural, contribuindo para frear a saída brusca das populações do meio rural (MATTEI, 2007).

Das 59 UPA's entrevistadas, 37 confirmaram que existe a prática do *part time*³ e que ao menos uma pessoa da família exerce função externa à UPA (Tabela 2). Isto demonstra que dentro da agricultura familiar tal prática é comumente utilizada também como forma do acréscimo na renda da família rural.

Tabela 2 - Número de integrantes por família que trabalham no sistema de *part time* - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Pessoas Envolvidas	UPA com envolvidos no <i>part time</i>	Percentual (%)
Nenhuma	14	23,7
Uma	37	62,7
Duas	7	11,9
Três	1	1,7
Total	59	100,0

Fonte: O autor.

Na dinâmica da unidade de produção familiar, a mão de obra feminina é parte importante e imprescindível em sua rotina diária. As esposas e filhas dos agricultores, geralmente executam os serviços relacionados à ordenha, fabricação dos derivados, trato e lida com os animais, limpeza dos utensílios e demais atividades, relacionadas à rotina rural, além das atividades domésticas (ZOCCAL et al., 2005).

O maior envolvimento da mão de obra masculina nas atividades de *part time*, pode estar relacionado ao fato, de existir uma maior oferta e necessidade deste tipo de mão de obra por parte das fazendas existentes na região. Na sua maioria, atividades agropecuárias (Tabela 3), demandam maior rusticidade e uso da força braçal, sendo comum, serem realizadas pelos homens.

Tabela 3 - Tipo de atividades desenvolvidas no *part time* pelos entrevistados - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Atividades	Frequência	Percentual (%)
Agropecuária	28	47,5
Agropecuária e não agropecuária	1	1,7
Não agropecuária	16	27,1
Sem atividade extra	14	23,7
Total	59	100,0

Fonte: O autor.

³ *Part-time farming*, "*pluriativité*" ou "*multiple job holding*" (grifos do autor). Formas de trabalho tem como característica principal a dissociação de alguns membros da família da produção agropecuária. Prática comum entre as famílias rurais com pequenas propriedades nos países desenvolvidos. (SCHNEIDER, 1994, p. 6).

Ter o acesso à terra, para realização de cultivos, proporciona aos agricultores muito mais do que simplesmente um direito econômico e social fundamental. Garante a homens e mulheres parâmetros e referenciais sociais que contribuem para estruturar, paralelamente aos seus costumes e tradições, o espaço de vivência do assentamento (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Mello e Schmidt (2003), em trabalho de pesquisa, realizado no Oeste Catarinense, observam que, ao utilizar melhor a pequena área disponível possibilita-se o desenvolvimento de um sistema de produção mais rentável do ponto de vista econômico e mais sustentável quanto à utilização dos recursos naturais. Ao analisar a produção de leite, os autores relatam que em regiões mais pobres e com deficiências estruturais – sobretudo em disponibilidade de terra – poucas propriedades têm capacidade em adotar um sistema especializado na produção de leite e aquelas que adotam esse sistema, acabam perdendo o diferencial de competitividade que é proporcionado pela sinergia (econômica e ecológica) dos sistemas diversificados (MELLO; SCHMIDT, 2003).

Para Wilkinson (1997), o agricultor que até um determinado período contava somente com uma receita semestral ou anual, conforme o tipo de atividade desenvolvida na UPA, a produção de leite se consolida como atividade prioritária para geração de renda e manutenção de muitas famílias no campo. Este fortalecimento competitivo da produção de leite torna-se decisivo para a sobrevivência da agricultura familiar, representando também um mercado estratégico, com crescimento dinâmico no contexto brasileiro e, ao mesmo tempo, tornando-se importante fonte de renda regular das famílias rurais (WILKINSON, 1997).

Levando em consideração a importância e representatividade que possui a atividade leiteira em termos de renda para as famílias rurais, buscou-se definir um perfil desta atividade dentro das 59 UPA's visitadas. Pôde-se observar que, em 41 ou 70% das UPA's, a atividade predominante é a leiteira, sendo também a principal fonte de renda.

Quanto ao manejo e exploração das pastagens nas 41 UPA's que trabalham com a atividade leiteira, observou-se o predomínio do sistema extensivo em 73% delas. Apenas 17% do total disseram adotar sistema rotativo para pastoreio dos animais (Tabela 4).

Tabela 4 - Sistemas de produção de leite e manejo das pastagens nas UPA - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS – 2014.

Tipo de manejo das pastagens	Forma de exploração do sistema de produção leite			Total
	Intensivo	Semi-intensivo	Extensivo	
Pastoreio rotativo	1	5	1	7
Não possui pastoreio rotativo	1	4	29	34
Total	2	9	30	41

Fonte: O autor.

Antes de o leite transformar-se em um produto potencial para comercialização, a venda ocasional dos seus derivados como queijo, manteiga, nata entre outros, representavam recursos para adquirir bens não produzidos na propriedade como; sal, café, roupas, tecidos, medicamentos, além de servir para pagar despesas com educação entre outros. Em várias regiões do país, principalmente onde há um menor índice de desenvolvimento, talvez a atividade leiteira ainda continue sendo a principal fonte de renda de algumas unidades familiares, subsidiando, muitas vezes, outras atividades de menor expressão dentro da unidade de produção.

Nas 59 UPA's, 23 são as famílias formadas por apenas dois integrantes. Quanto ao número de filhos nas famílias, observou-se que, a maioria tem entre um e dois filhos e apenas uma tem 4 filhos (Tabela 5).

Tabela 5 - Quantificação do número de filhos de acordo com o gênero das famílias - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Integrantes das famílias e sexo	Número de filhos das famílias					Total de UPA's
	0	1	2	3	4	
1 masculino	4	0	0	0	0	4
1 masculino - 1 feminino	23	0	0	0	0	23
1 masculino - 2 feminino*	1	5	0	0	0	6
1 masculino - 3 feminino	0	0	2	0	0	2
2 masculino - 1 feminino	0	8	0	0	0	8
2 masculino - 2 feminino	0	0	4	0	0	4
2 masculino - 3 feminino*	0	1	0	1	0	2
2 masculino - 4 feminino	0	0	0	0	1	1
3 masculino - 1 feminino	0	0	7	0	0	7
3 masculino - 2 feminino	0	0	0	1	0	1
4 masculino - 1 feminino	0	0	0	1	0	1
Total de UPA's	28	14	13	3	1	59

Fonte: O autor.

A informação sobre como ocorre a distribuição e qual a idade dos chefes de família das UPA's, pode ser importante no que diz respeito ao cenário futuro do assentamento. No momento da entrevista, a idade média, apresentada pelos chefes de família nas, UPA's, foi de 48 anos para os homens e 43 anos para as mulheres (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição das idades dos chefes de família nas UPA visitadas - Assentamento Teijin - 2014.

Responsáveis pela família	Número de UPA's	Idade Mínima	Idade Máxima	Idade Média
---------------------------	-----------------	--------------	--------------	-------------

Homem	59	25	72	48
Mulher	55	18	69	43

Fonte: O autor.

Sobre o grau de escolaridade dos filhos das 59 famílias entrevistadas, em que, 31 responderam ter filhos (Tabela 7), observou-se uma frequência maior de filhos no Ensino Fundamental, classificados conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁴.

Tabela 7 - Nível de escolaridade que estão matriculados os filhos dos assentados - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Nível de Escolaridade	Número de Indivíduos	Percentual (%)
Não informado	5	11
Educação infantil (0 a 5 anos)	4	9
Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	28	62
Ensino médio (15 a 17 anos)	8	18
Total	45*	100

Fonte: O autor.

Nota: *Contabilizado somente os filhos na Escola. Considerando o total de filhos 53, de 31 famílias, temos ainda: 3 filhos que não completaram o Ensino fundamental; 1 filho que possui Ensino médio incompleto e 4 filhos que já concluíram o Ensino médio.

Esta informação demonstra a preocupação que os pais possuem quanto à escolarização dos filhos, e a influência que isto pode ter no processo de sucessão familiar. Muitas vezes, os filhos, incentivados pelos pais, têm a necessidade de se deslocar para outras cidades, na busca de um curso técnico ou universitário, objetivando uma formação profissional em área com destaque no mercado. A grande maioria das estruturas educacionais com cursos que alimentam os sonhos destes jovens está localizada em centros urbanos maiores, fato que, também dificulta sua saída e, por algumas vezes, não incentiva o retorno do jovem ao meio rural em função das diversas dificuldades encontradas quando ali vivia.

As famílias rurais expressaram a importância do acesso as orientações dos técnicos das Agências de desenvolvimento (Tabela 8). Na época em que foi realizada a pesquisa, a responsabilidade pelas atividades de extensão rural e assistência técnica cabiam, principalmente, a duas empresas: a Associação Criança, Esporte, Cultura Educação e Recreação (CRESCER)⁵ e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), contratados oficialmente pelo INCRA para atuarem como condutores do processo de estruturação e desenvolvimento das atividades no assentamento. Existem ainda, outras

⁴ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

⁵ Instituição, que realiza atividades de apoio à agricultura, principalmente, em assentamentos rurais da reforma agrária conforme Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (Brasil, 2014).

empresas do setor agropecuário que, juntamente com a comercialização dos insumos acabam, indiretamente, prestando algum tipo de serviço de assistência técnica aos agricultores, porém, com uma menor intensidade.

Tabela 8 - Orientação técnica e planejamento nas UPA's - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Respostas	A UPA	
	Possui orientação técnica para implantação e condução das atividades?	Possui um planejamento das atividades?
Sim	41	42
Não	14	15
Não responderam	4	2
Total	59	59

Fonte: O autor.

O agricultor juntamente com sua família, possui seus próprios potenciais, porém quando da falta e conhecimento ou dificuldade, cabe ao agente de extensão prestar ajuda e assistência, auxiliando no crescimento e desenvolvimento da família, objetivando a estes, obter o máximo de eficiência técnico-econômica com o mínimo impacto possível ao meio ambiente.

[...] Ao longo de três anos trabalhando no Assentamento Teijin, diretamente com os assentados prestando serviço de Ater (Assistência Técnica e extensão Rural) tivemos a oportunidade de conhecer um pouco de suas vidas, suas famílias, de onde vieram, o que desejam para o futuro. A percepção que tivemos a respeito da permanência do assentado no lote, se deve não só da correta aplicação de políticas públicas, a começar pela escolha das áreas que serão destinadas á reforma agrária, sua localização, capacidade de uso dos solos, tamanho dos lotes condizentes com a qualidade do solo e atividade para qual se destina, estrutura básica como distribuição de água e energia elétrica, recursos de habitação e crédito rural disponíveis no momento certo, mas também, se deve a origem dos assentados, filhos de pais que também foram assentados pela reforma agrária, ou que de alguma forma possuíam ligação com o campo, e que suas esposas também vieram do campo, possuem afinidade com a terra, conhecem a lida com os animais e plantas, sabem o que da terra podem colher e qual suas limitações. Estas pessoas em sua maioria permanecem no lote e prosperam [...] (informação verbal)⁶.

Para Bragacioli Neto et al., (2010), a importância dos agentes ligados ao universo rural nestas transformações da dinâmica produtiva e social - difusão das novas técnicas e práticas de produção, comercialização e gestão, vem por vezes, contribuir com o desenvolvimento do espaço rural, independente, se estas tenham sido mais ou menos

⁶ Depoimento dado por Rodrigo Zanoni, Eng.º Agrônomo, agência da AGRAER, Nova Andradina, Janeiro 2014.

planejadas, podendo, em alguns momentos, as transformações serem maiores e por outras vezes menores.

A maior parte das famílias disponibiliza de recursos próprios e necessita recorrer a terceiros para adquirir seus insumos para realizar os cultivos anuais e também os investimentos da UPA, não existindo nenhum tipo de fomento ou subsídio público. Apenas uma pequena parcela de agricultores trabalha com o sistema cooperativo (Tabela 9).

Tabela 9 - Origem dos recursos de custeio/investimento, insumos utilizados nas UPA's entrevistadas Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Origem dos recursos de custeio e investimento	Origem dos insumos e sementes utilizados na UPA				Total
	Não responderam	Terceiros	Cooperativa	Cooperativa e terceiros	
Não responderam	3	3	1	0	7
Próprios	0	26	13	2	41
Banco	1	5	4	0	10
Próprios e banco	0	0	1	0	1
Total	4	34	19	2	59

Fonte: O autor.

Nas visitas realizadas às famílias, pode se observar que para muitas, o meio rural não é apenas mais um espaço de produção. Os entrevistados, relataram diversos fatos interessantes, fazendo os mais diversos apontamentos. Desde os motivos que os incentivam a permanecer na propriedade bem como, as principais dificuldades encontradas diante desta escolha (Tabela 10). Questões como tranquilidade, qualidade de vida e o gosto pela vida no sítio são apontadas pelos mesmos, como os principais fatores que contribuem para que a família permaneça residindo no meio rural. Por outro lado, a falta de recursos financeiros e acesso à saúde surgem como uma ameaça para algumas famílias indo em busca de outras oportunidades, abandonando com isso, o campo.

Tabela 10 - Indicadores relevantes relacionados pelos entrevistados - Assentamento Teijin, Nova Andradina, MS - 2014.

Aponte os aspectos que o incentivam a permanecer na UPA	Nº vezes citado	%	Entre as dificuldades encontradas aponte as principais	Nº vezes citado	%
Gosta de sítio	17	14	Falta de recursos financeiros	9	10
Tranquilidade	13	10	Faltam recursos na saúde	8	9
Qualidade de vida	12	10	Falta de apoio do poder público	7	8
Diversidade de cultivos e criações	10	8	Clima ruim	6	7
Não ser empregado	8	6	Preço baixo do leite	6	7
Gosta de trabalhar no meio rural	8	6	Pouca terra	5	5

Gosta atividade pecuária	7	6	Doença	4	5
Produção de leite	7	6	Falta de financiamento	4	5
Natureza	6	4	Burocracia e falta de apoio do INCRA	4	5
Criado no sítio	4	3	Distância	3	3
Renda mensal	4	3	Sem sinal celular	3	3
Melhor do que morar na cidade	3	2	Terra fraca	3	3
Necessidade	3	2	Falta de emprego	2	2
Menor custo de vida	3	2	Falta de opções de trabalho	2	2
Falta opção	3	2	Falta de renda	2	2
Baixo nível estudo	2	2	Faltam máquinas	2	2
Você faz seu horário	2	2	Filha quer ir para cidade	2	2
Liberdade	2	2	Idade avançada	2	2
Gosta do lugar	2	2	Não tem casa	2	2
Orgulho de ser proprietário	2	2	Oportunidade de emprego	2	2
Tiro o sustento e produção para viver	2	2	Perda de safra	2	2
Fonte de renda mais adequada	1	1	Perda dos animais	2	2
Tudo que planta e cria colhe	1	1	Baixa produção	1	1
Amizade, sociabilidade	1	1	Custo de vida alto	1	1
Futuro para os filhos	1	1	Dificuldade em fazer cursos profissionalizantes	1	1
			Falta de água	1	1
			Falta de mão de obra	1	1
			Falta de renda mensal	1	1
			Falta transporte	1	1
			Não gosta de morar no sítio	1	1
			Necessidade de muito planejamento sobre o que plantar	1	1
			Problemas com vizinhos	1	1

Fonte: O autor.

Considerações Finais

A partir da revisão de literatura, análise dos dados coletados, pode se observar em partes como ocorre o desenvolvimento das atividades e qual a verdadeira realidade das famílias rurais do assentamento Teijin.

Além das atividades rotineiras desenvolvidas no seu "sítio", muitas famílias demonstraram enfrentar dificuldades e relataram como principais dificuldades ou aspectos que desestimulam a sua permanência no meio rural, os seguintes fatores: a falta de recursos financeiros, de saúde, dificuldade de acesso, distância das escolas e das estruturas para atender as necessidades básicas, ausência ou limitação das tecnologias de informação, comunicação, precariedade dos recursos mínimos necessários para a produção (irrigação,

orientação técnica, insumos, sementes, benfeitoria, máquinas, equipamentos), finalizando com ausência dos serviços do poder público.

Os discursos inflamados e positivistas, apresentados a sociedade, pelas estruturas públicas responsáveis sobre os serviços a agricultura familiar, alegando que principalmente as pequenas unidades de produção possuem assistência técnica e extensão rural, acesso facilitado ao crédito rural entre outras ações não corrobora com o observado e relatado pelas famílias visitadas.

Enquanto estratégia de sustentabilidade econômica e social o *part time* ou a *pluriatividade* se fazem necessários e atendem as expectativas das famílias nas UPA's, destacando-se como uma das principais fontes de renda. A sucessão familiar aparece como indicador que compromete a sustentabilidade das UPA's a médio e longo prazo, sendo de extrema importância a execução e criação de políticas públicas novas e que venham contribuir de fato para a permanência das famílias no campo.

No estudo realizado pode se observar também uma necessidade latente de orientação sobre questões ligadas ao meio ambiente. Todas as famílias entrevistadas não apresentaram preocupação quando abordadas sobre o tema.

Por fim, considerando a origem das famílias deste assentamento, a nova forma de organização e distribuição das terras, pode se afirmar que existe uma proposta de desenvolvimento, no âmbito do espaço rural. No entanto, deve-se frisar que são necessárias ações pontuais como: assessoria técnica, educação, crédito agrícola acessível e políticas públicas para assegurar o desenvolvimento rural sustentável neste espaço.

Referências

AGRAER. **Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul**. 2014. Disponível em: <<http://www.agraer.ms.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à Idéia de Desenvolvimento (rural) Sustentável: **In Reconstruindo a Agricultura**: Idéias e Ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável. Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.) Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ANDRADE, M. C. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. (v. 9 Coleção Brasil Ontem e Hoje).

BERGAMASCO, S. M. P. P. **Sistemas agroalimentares**: análises e perspectivas para a América Latina. Campinas: UNICAMP/FEAGRI, 2003.

BRACAGIOLI NETO, A. et al. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Série Educação a Distância).

BRANDEMBURG, A. et. al. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Prefácio Maria Nazareth Baudel Wanderley. Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 jun.. 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Portal dos Convênios do Governo Federal, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/financiamento/siconv>>. Acesso em 10. Mai. 2014.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção:** Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CEEPATEC. Centro de Formação, Capacitação Cultura, Estudo e Pesquisa d@s Trabalhador@s Eldorado dos Carajás. **Histórico Assentamento 17 de Abril MST-MS.** 2012. Disponível em: <<http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/2009/06/este-blogger-esta-em-formacao-em-breve.html>>. Acesso em 06 abr. 2014.

CONTINI, E. et al. **Planejamento da propriedade agrícola;** modelos de decisão. Brasília-DF: EMBRAPA, 1984. (Documentos 7).

D'AGOSTINI, L. R.; SCHLINDWEI, S. L. **Dialética da avaliação do uso e manejo das terras:** da classificação interpretativa a um indicador de sustentabilidade. Florianópolis: UFSC, 1998.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente, v.1-2 Tese (livre docência) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

FETAGRI. Federação dos Trabalhadores na Agricultura-MS. **Institucional.** Campo Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.fetagrims.org.br/index.php?pag=institucional.php>>. Acessado em: 09 mai. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

GOOGLE MAPS - Assentamento 17 de Abril. Imagens ©2014 DigitalGlobe. Dados do mapa

©2014 Google. **Imagem,** 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-21.806221,-53.2444231,12z>>. Acesso em 15.07.2014.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GOODMAN, D. et al. Da Lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução de Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. **On-line.** Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 1990. Disponível em: <www.bvce.org>. Acesso em 20 jan. 2014.

IBGE **Cidades@.** Área unidade territorial (km²) 2013 <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500620&search=mato-grosso-dosul|nova-andradina|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 19 09. 2014.

INCRA **Projetos reforma agrária fase de implantação.** 2014. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=2>. Acesso em 10 jun. 2014.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Rio de Janeiro, v.45, n.4, p. 1055- 1073, out-dez

2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000400011>. Acesso em: 16 fev. 2013.

MELLO, M. A.; SCHMIDT, W. **A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense; possibilidades para a construção de modelos heterogêneos**. 2003. Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_1781.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **História, quem somos nossas bandeiras**. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/inicial>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

NAVARRO Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados. **On-line**. 2001, v.15, n. 43, p. 83-100. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19455?locale=pt_BR>. Acesso em 05 abr. 2013.

PLOEG, J. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomias e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ROMERO, J. I. **Questão agrária**: latifúndio ou agricultura familiar. 1 ed. São Paulo: MODERNA, 1998. (Coleção Paradoxos).

SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da estrutura Agrária nos Países do Capitalismo Avançado: A Pluriatividade. **Revista Reforma Agrária-ABRA**. Campinas, v 4, n.3, p.106-132, 1994. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/369.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VILELA, D. et al. **Agronegócio leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: Embrapa – Gado de Leite, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2011.

WILKINSON J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, abr.1997, 25-50. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/104/100>>. Acesso em 16 fev. 2014.

ZOCCAL, R.; SOUZA, A. D.; GOMES, A. T. **Produção de leite na agricultura familiar**. Juiz de Fora: Embrapa, 2005. (Boletim de Pesquisas n. 17).

Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul

Fabiano Greter Moreira

Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UGFD)
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Nova Andradina

e-mail: fabiano.gm12@hotmail.com

Madalena Maria Schlindwein

Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP

Professora e Pesquisadora da Universidade Federal da Grande Dourados na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE)

e-mail: MadalenaSchlindwein@ufgd.edu.br

Resumo

A permanência e a continuidade das pequenas propriedades no Brasil, sobretudo na Agricultura Familiar, dentro dos assentamentos rurais, não são apenas um desafio, mas a sobrevivência do campo como história de desenvolvimento rural e social e, ainda, a produção local de alimentos de uma sociedade. A migração do campo para a cidade é uma realidade, pois a busca de melhores condições de rendimentos, de estudos para os mais jovens e a ausência de aptidão pelo campo por parte de alguns produtores geram a não permanência nas propriedades. A pesquisa objetivou analisar a percepção dos agricultores sobre a Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada neste estudo está baseada em um estudo de caso, com coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos assentados visitados, totalizando 90 lotes. Os principais resultados mostram que a percepção de sucessão dos assentados do PA Santa Olga sobre a preparação de sucessores nos lotes é pequena e a grande maioria dos produtores ouvidos durante esta pesquisa não realiza nenhuma estratégia de continuidade.

Palavras-Chave: Continuidade e permanência; desenvolvimento local; políticas públicas no campo.

Succession management in family agriculture: a case study in the settlement Santa Olga in Nova Andradina in Mato Grosso do Sul

Abstract

The permanence and continuity of small farms in Brazil, especially in Family Agriculture within the rural settlements are not only a challenge, but the survival of the field as history of rural and social development and also the local food production of a society. Migration from the countryside to the city is a reality, as the search for better income conditions, studies for the young and the lack of fitness the field by some producers generate not stay in the properties. The research aimed to analyze the perception of farmers on the Succession Management in Family Farming in the Settlement Project (PA) Santa Olga, located in Nova Andradina in Mato Grosso do Sul. The methodology used in this study is based on a study case, with data collection through the use of questionnaires to visited settlers, totaling 90

lots. The main results show that the perception of succession of the PA Santa Olga sitting on preparing successors in lots is small and the vast majority of producers heard during this research takes no continuity strategy.

Keywords: Continuity and permanence; local development; public policies in the field.

Sucesión de la Gestión en agricultura familiar: un estudio de caso en el asentamiento de Santa Olga en Nova Andradina en Mato Grosso do Sul

Resumen

La permanencia y la continuidad de las pequeñas explotaciones en Brasil, especialmente en la Agricultura Familiar dentro de los asentamientos rurales son no sólo un reto, sino la supervivencia del campo de la historia del desarrollo rural y social y también la producción local de alimentos de la sociedad. La migración del campo a la ciudad es una realidad, mejor es la búsqueda de las condiciones de ingreso, los estudios para los jóvenes y la falta de aptitud del campo por parte de algunos productores no genera permanecer en las propiedades. La investigación tuvo como objetivo analizar la percepción de los agricultores sobre la gestión de la sucesión en la Agricultura Familiar en el Proyecto de Asentamiento (PA) Santa Olga, que se encuentra en Nova Andradina en Mato Grosso do Sul. La metodología utilizada en este estudio se basa en un estudio de caso, con la recopilación de datos mediante el uso de cuestionarios a los colonos visitados, con un total de 90 lotes. Los principales resultados muestran la percepción que de la sucesión de la PA de Santa Olga sentada en la preparación de los sucesores en lotes es pequeña y la gran mayoría de los productores escucharon durante esta investigación toma en la estrategia de continuidad.

Palabras clave: Continuidad y permanencia; desarrollo local; las políticas públicas en el campo.

Introdução

O êxodo rural ainda persiste, pois, muitos produtores buscam uma vida nova na cidade e/ou em outras atividades que lhes forneçam melhores condições de vida e/ou salário, fator que pode contribuir para a falta de futuras gerações na gestão das propriedades rurais, em especial no âmbito da agricultura familiar. Em decorrência disso, nos últimos anos, importantes discussões acadêmicas vêm sendo suscitadas no contexto dos empreendimentos rurais presentes no país.

Para Curioni (2009), esta migração se dá mediante a busca de melhores condições de vida e emprego, em virtude de crises socioeconômicas e da redução de vagas de trabalho no campo, intensificadas pela falta de infraestrutura e renda, fatores fundamentais para a motivação da migração campo-cidade. De acordo com Spanevello (2012), a permanência dos filhos na condição de sucessores familiares pode ser compreendida por meio de dois momentos. No primeiro, até a década de 1970, as possibilidades sucessórias eram maiores; no segundo período, no século XXI, a continuidade das propriedades passa por mudanças, especialmente em decorrência do maior fluxo migratório juvenil, podendo não haver a sucessão.

O envelhecimento da população é uma realidade na maioria dos países. Portanto, é evidente que a melhoria da qualidade de vida da população aumente as expectativas de consumo e bem-estar. Entretanto, quando se trata do meio rural, o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado de outro fator, o êxodo da juventude do campo para os centros urbanos, fenômeno que traz consigo o problema da reprodução social da Agricultura Familiar, pois, sem atrativos, o jovem migra para as cidades, fazendo com que a faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos, conforme evidenciado nos estudos de Godoy (2010).

Segundo estudos de Petinari *et al.* (2008), os motivos que levam os jovens a abandonarem o campo e, assim, não trabalharem com suas famílias, migrando para os centros urbanos, devem-se, em parte, ao tamanho das propriedades, que geralmente são pequenas, como no caso dos Projetos de Assentamentos. Entretanto, as aptidões e as índoles do próprio jovem e as atratividades das grandes cidades contribuem para que estes busquem novos horizontes e tentem construir vida nova em outro local, motivos que traduzem a importância deste estudo sobre sucessão da gestão no Assentamento Rural.

Para Lourenzani (2006), o desempenho da Agricultura Familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, seja decorrente das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais. O mesmo autor ainda explica que a elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos, a venda de produtos, o acesso aos mercados e a complexidade de funções, concomitantemente, exigem capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais.

A questão geral na elaboração do problema de pesquisa deste estudo relaciona-se à sucessão da gestão nos estabelecimentos rurais no âmbito da Agricultura Familiar. Busca-se entender como é realizado esse processo e quais são as condições que influenciam a permanência ou não dos seus sucessores. Aborda-se a questão da continuidade dos familiares, de acordo com as condições econômicas e sociais transmitidas pelos agricultores a seus filhos, e as formas de estimular a sua permanência no campo.

O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos agricultores sobre a Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, interior do estado de Mato Grosso do Sul.

Referencial bibliográfico

Esta revisão bibliográfica refere-se a uma análise dos aspectos que envolvem a temática deste artigo, abordando a gestão nas organizações rurais e seus processos sucessórios.

Gestão e Processos Sucessórios

A Sucessão nas pequenas propriedades rurais, sobretudo nos assentamentos, deve ser compreendida a partir das diretrizes de formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais - que varia entre cinco e 110 hectares, dependendo da localidade; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e, ainda, silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

A efetividade das políticas no campo, principalmente nos Assentamentos Rurais, contribui nas condições necessárias de produção e comercialização dos assentados, bem como, o envolvimento e a permanência dos membros da família na propriedade rural. De acordo com Fennell (1981), em geral, os termos “herança e sucessão” são usados alternadamente, sendo que a herança refere-se à transferência de ativos de negócios e a sucessão corresponde à entrega da gestão e controle da propriedade. Sendo questões importantes tanto para a estrutura da agricultura como para os formuladores de políticas rurais, muitas vezes, passam a serem negligenciadas em seu campo socioeconômico. A preocupação do autor é para com a comunidade européia, em virtude do envelhecimento dos proprietários e das perspectivas incertas no campo, considerando que as informações e as práticas de sucessão conduzem à formulação de novas políticas públicas rurais.

Burton e Walford (2005) destacam os estudos realizados no sudeste da Inglaterra, abordando a sucessão múltipla dos agricultores familiares, ao demonstrarem que os fatores que influenciam na sucessão estão centrados em torno da estrutura dos aspectos sociais e de negócio da unidade familiar, como o grau em que os membros da família podem trabalhar juntos como uma unidade e em que medida tal fato é previsto e planejado. Outro fator de importância, destacado pelos autores, é o tamanho da propriedade, um indicador relevante para o potencial da sucessão nas propriedades rurais.

Gasson e Errigton (1993) descreveram que a formação de futuras gerações de agricultores é composta por três partes: a sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima

geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e a aposentadoria quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos que compõe a unidade produtiva. Todas estas partes descritas pelos autores, deve ser composta de forma gradual, conduzindo as atividades e delegações na propriedade rural, juntamente com os futuros sucessores.

A presença de um sucessor pode ocorrer a partir do momento que o responsável pelo lote atribui responsabilidades e possibilidades de decisão na propriedade rural, caso contrário, esta geração futura pode ficar atraída com as oportunidades urbanas, ao invés do campo. Inwood e Sharp (2012) em pesquisa sobre a interface urbano-rural, a adaptação agrícola e a sucessão para agricultores familiares nos municípios de Midwestern, regiões metropolitanas de Columbus, Ohio e Michigan, nos Estados Unidos, destacam que a relação de existência de um sucessor na propriedade rural cria oportunidades para a reestruturação da empresa agrícola, por meio de novas diversificações e expansões, trazendo novas habilidades, conhecimentos e inovações, com o desejo de garantir a transferência intergeracional, bem como os comportamentos estratégicos de negócios. Salientam, ainda, os autores que, caso o herdeiro esteja presente na propriedade rural, visualiza-se a necessidade de maximizar a receita para acomodar os membros da família adicional, devendo explorar maneiras de expandir a capacidade produtiva da propriedade, por meio da ampliação de terras ou através do aumento da produção existente, como a expansão do gado e/ou grãos.

O responsável pela família deve buscar no futuro sucessor, aquele que mais se identifica com as atividades rurais, pois, conforme pesquisa realizada na Estônia, Grubbstrom e Soovali-Sepping (2012) ressaltam que a transferência de terras para a próxima geração inclui os ativos tangíveis e intangíveis, envolvendo as partes físicas – como terrenos e casas – e os ativos intangíveis – como os conhecimentos da exploração específicos da Agricultura Familiar – que implica nos valores emocionais e sentimentais associados a terra e que podem influenciar na sucessão da propriedade. De acordo com os autores, a questão de gênero é outro fator relevante na decisão sobre quem pode ser designado como o sucessor na propriedade, conforme a relação entre homem e mulher e seu acordo sobre diferentes tipos de atividades e áreas dentro da propriedade, criando estabilidade sobre os planos futuros e gestão da mesma, com predominância, muitas vezes, masculina.

Propriedades rurais que não possuem herdeiros e/ou sucessores entram em um estado estático em seu crescimento e desenvolvimento de estratégias dos negócios, não exercendo nenhum tipo de investimento. Porém, algumas podem até continuar a gerir o *mix* atual da empresa, permanecendo com as terras e demais estruturas. Em alguns casos, a tomada de decisão impede novas melhorias à infraestrutura, caso ocorra o encerramento

das atividades, podendo vender e/ou leiloar as propriedades, em virtude da trajetória de declínio, ligadas à falta de um sucessor/herdeiro e à estagnação do desenvolvimento das empresas, conforme afirmam os estudos de Inwood e Sharp (2012).

Pode ser evidenciada em estudos realizados em propriedades rurais na Suécia, por Hansson *et al.* (2013), a influência da família para a diversificação dos negócios, sendo ela considerada essencial para melhorar o crescimento econômico rural, o emprego e a migração dos produtores. Ressaltam, ainda, os autores que a pluriatividade do agricultor em buscar atividades geradoras de renda e em operações não agrícolas proporciona maior estabilidade e meios de subsistência para ele e sua família. São apresentados, também, estratégias de diversificação, como: desenvolvimento de novos produtos para os mercados existentes, produtos em novos mercados e servir novos mercados com novos produtos, por meio de recursos das atividades agrícolas existentes. Assim, a diversificação da exploração agrícola pode ser vista como uma resposta criativa e uma forma de inovação concebida pelo agricultor aos membros da família e ao futuro da gestão da propriedade, de acordo com suas características pessoais e satisfação de vida.

Para Schneider (2003), a pluriatividade é decorrente de fatores externos aos pequenos produtores e esta prática, de diferentes atividades, depende das decisões dos responsáveis da família. Como, por exemplo, o mercado de trabalho não agrícola, que mantém a moradia no campo, ligada à unidade produtiva e a vida no espaço rural, assumindo formas distintas de reforço de renda na unidade de produção familiar, ou até mesmo, optando pelo abandono da atividade agrícola.

Para Ricca (2007), as empresas familiares sofrem grandes problemas no que concerne à sucessão. Por isso, devem ser planejadas com muita antecedência e implementadas de forma gradual, pois, quando isso acontece, suas chances de êxito são maiores. Muitas vezes, a falta de profissionalização em nível de gestão aumenta o risco de descontinuidade, onde o sucesso e a continuidade das empresas estão pautados nos dilemas das mudanças na organização, na família e na distribuição da propriedade em que a atuação do responsável patriarcal seja mais profissional, refletindo a exatidão do mundo real. Cada produtor rural deve conduzir o processo de sucessão da propriedade, de maneira efetiva com o futuro sucessor, delegando responsabilidades e compartilhando as tomadas de decisões do lote, participando do processo produtivo e comercialização dos produtos, e ainda, criando novas formas de trabalho e ampliando a renda na propriedade.

De acordo com Costa (2006), a análise de empresa/família passa pelo processo sucessório, pela gestão empresarial determinada pela relação familiar, pela participação de esposa e filhos, seus valores e aptidões e pelo grau de envolvimento e atuação dos membros com o negócio. O planejamento da sucessão deve ser isento, o quanto possível, de emoções, pois o ponto em questão é a continuidade da atividade, devendo a escolha do

sucessor ser marcada com os mesmos objetivos da empresa. Para Motta e Vasconcelos (2010), a boa gestão e organização das empresas é condição indispensável para que os objetivos do processo produtivo e do trabalho sejam alcançados. A eficiência do trabalho se dá por meio das divisões de responsabilidades, delegações e centralização de tomada de decisão, obedecendo aos interesses comuns, de forma que o andamento da atividade deverá atender às necessidades da organização e não apenas das pessoas. A administração rural pode ser entendida como o estudo que considera a organização e a operação de uma empresa agrícola, visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos, conscientemente dirigidos.

Brumer (2007) considera que a sucessão geracional na Agricultura Familiar não é apenas para os participantes da família envolvida, mas também à reprodução dessas unidades de produção, ao meio social das áreas rurais e à estrutura do setor. Segundo a autora, alguns fatores das perspectivas de sucessão são identificados, como: a localização do estabelecimento e sua proximidade com as regiões mais desenvolvidas; a idade do pai, do qual depende a transferência do poder e da propriedade; e o tamanho do estabelecimento.

Em qualquer empreendimento familiar, neste caso, na Agricultura Familiar, as questões sucessórias exigem do negócio a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho. Por isso, na maioria dos casos, quando se possui mais de um sucessor, os conflitos geracionais aparecem de forma direta de uma geração para outra, pois, dependendo do tamanho da propriedade, não se permite a viabilidade econômica às futuras gerações (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Para Kiyota *et al.* (2012), a organização das responsabilidades e atividades em determinadas etapas da produção faz com que os sucessores conheçam mais o processo e possam aperfeiçoar continuamente suas funções, integrando os jovens na tomada de decisões e na gestão das atividades da unidade de produção, como o planejamento das responsabilidades que os preparam para a sucessão futuramente. Mas, tudo isso, de acordo com Spanevello (2012), se encontra em poder do pai, que detém o comando da gestão da propriedade. Mesmo diante de o filho estar preparado para sucedê-lo, o responsável deve agir para que aconteça a transferência da sucessão.

O interesse para a sucessão ou não está relacionado a diferentes inserções com o trabalho familiar e a propriedade, podendo acontecer de maneira veemente intensa, mas, por outro lado, existe um total desinteresse por parte dos envolvidos. Várias situações são citadas por Stropasolas (2013), dentre elas: filhos que são designados a sucessores; filhos que não demonstram e não pretendem assumir a propriedade, recusando-se a suceder aos pais e, até mesmo, seu estilo de vida; e filhos que demonstram interesse pela continuidade das atividades no campo, porém, se esbarram em outros fatores, tais como terras

insuficientes e capitais financeiros escassos, favorecendo a migração do campo para a cidade para não comprometer a reprodução familiar.

Quando se trata da questão de gênero na sucessão familiar, compartilhando os estudos de Brumer e Anjos (2012), Stropasolas (2013) comenta que o filho homem, perante o pai, se destaca entre as atividades no campo. Por outro lado, a mulher é envolvida em atividades domésticas e incentivada aos estudos, rompendo com a possibilidade de permanecer no meio rural, de forma a recebendo apenas sua parte de herança conforme a lei, mas desvinculada da unidade produtiva. A escolha do sucessor assegura a continuidade da unidade de produção e a permanência do grupo familiar no campo, diferindo-se dos sistemas de reprodução cultural, social e econômico, conforme a hierarquia interna das famílias, segundo bem evidenciou Carneiro (2001).

Abramovay *et al.* (2004) destaca que a transmissão e as perspectivas da sucessão profissional interferem nos comportamentos gerenciais e produtivos de qualquer empresa familiar. Porém, as unidades produtivas sem sucessores dificilmente contarão com novos investimentos e melhorias, pois esta situação é uma ameaça à continuidade e encontra-se inibida não só por razões econômicas, mas, também, pela natureza da relação entre as gerações e os gêneros, estimulando os jovens a buscar diferentes alternativas de vida.

Segundo Costa (2006), o processo sucessório passa por três momentos distintos. Inicia-se com o momento dos primeiros conflitos, onde o pai encara a decadência e o sucessor entra no negócio. O segundo momento é o da harmonia: o pai se sente mais tranquilo e age como gestor do sucessor e trabalha em conjunto com o filho. No terceiro momento, o pai passa a ter medo de perder o controle e a resistência de abrir mão da gestão do negócio, é a fase crítica de possuir um sucessor preparado para assumir seu lugar, mas que se esbarra na dificuldade do responsável passar o seu negócio adiante.

Segundo Abramovay *et al.* (1998, p. 66), o “[...] processo sucessório na Agricultura Familiar está articulado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração”. Dentre as diversas unidades de produção adotadas na propriedade, sejam elas de monocultura, criação de animais, entre outros, Stropasolas (2013) aponta que os sistemas de produção diversificados (combinação de duas ou mais explorações) são os que contribuem permanentemente para o envolvimento de todos os membros da família nas atividades rurais, incluindo a força de trabalho dos filhos na execução das tarefas, aumentando a participação nas decisões da unidade familiar, promovendo o interesse dos jovens, bem como a renda e as responsabilidades sobre o uso da terra.

O mesmo autor aponta, ainda, que o desejo dos agricultores em transferir a propriedade aos filhos está relacionado diretamente ao paradoxo de suas escolhas, que permite oportunizar aos jovens a tradição de seus antepassados ou a necessidade de

buscar alternativas melhores de vida na cidade. Em virtude da falta de oportunidade e autonomia financeira nas gerações atuais no campo, podem ocorrer conflitos no processo sucessório, margeando a contribuição de motivação dos filhos na não permanência, com maior ênfase entre as mulheres.

Outro fator gerencial de relevância para o processo de sucessão é a delegação de poder por parte do responsável pela propriedade, que é um dos momentos mais complexos do processo de gestão no campo. Mas, por outro lado, a única forma de avaliar e motivar o futuro sucessor dos negócios é ressaltar que, estilos de gestores conservadores e centralizadores nas tomadas de decisões corroboram para problemas de sucessão familiar, que acabam engessando a criatividade e a solução de problemas na propriedade. Caso a sucessão profissional não se concretize, devido à resistência de mudanças, a falta de comunicação adequada e os embates entre responsável e futuro sucessor podem levar a organização à falência e à morte empresarial no ciclo de vida dos negócios, conforme apontou Brumer (2007).

De acordo com Lodi (1987), a família, mais precisamente o fundador e/ou gestor da propriedade, é o principal responsável pelas futuras gerações no negócio. É nele que se concentra a sobrevivência da empresa, bem como suas relações e a maturidade de superar os desafios na fase de sucessão. A gestão familiar, para Ricca (2007), deve acontecer em longo prazo, não misturando as relações afetivas de família com a gestão da propriedade, sendo que o acesso dos membros da família para a sucessão do comando dependerá da motivação e interesse do mesmo. Porém, o tomador de decisão deverá realizar o planejamento de formação da sucessão dos líderes, de acordo com os interesses e a satisfação das necessidades pessoais de seus membros.

A sucessão na gestão das pequenas propriedades rurais, por ser um tema delicado de ser tratado, deve ser conduzida com muita habilidade pelo responsável da família, ato que deveria ocorrer na propriedade enquanto o gestor goza de condições plenas de saúde física e mental, com o controle e poder da empresa, consolidando a sucessão de forma gradual e efetiva. Com uma visão de empresa familiar descrita por Costa (2006), que envolve o controle e poder da família sobre o negócio, comenta ainda que, a exploração econômica de bens e serviços voltada à satisfação das necessidades humanas e da constituição de espaço de funcionalidade, realizada por meio das divisões das atividades, difere do contexto família, que envolve os laços afetivos e o objetivo de procriação.

O processo de sucessão é um período muito delicado dentro da organização, conforme aponta Lodi (1987), e que, para Costa (2006), deve ser conduzido adequadamente, caso contrário, em virtude de renovação ou finalização das atividades, um dos maiores desafios é saber “quando”, “para quem” e “como deve ocorrer”. Lembrando que, quanto mais cedo for a “integração do proprietário e sucessor”, melhor será a

adaptação e tempo suficiente para correções futuras no rumo dos negócios, delegando, gradualmente, as responsabilidades e o comando de forma que o fundador tenha sua saída gradativa e efetiva.

A sucessão nas propriedades deve ser preparada ainda quando os filhos são pequenos, sendo necessárias algumas medidas que antecedem as fases do processo sucessório. Logo, Lodi (1987) cita três grupos que estão ligados diretamente à formação dos futuros sucessores: a formação de base dos sucessores: inicia no berço, a base do futuro sucessor, atribuído na educação que recebe da família e na vocação despertada pelo trabalho da propriedade; o seu plano de desenvolvimento: o sucessor deve possuir total conhecimento do negócio, bem como do processo produtivo, do ambiente que está inserido, da sociedade no âmbito cultural, social e político; as medidas de caráter organizacional e jurídico: a preparação do ambiente para o futuro sucessor, no que se refere às adequações estruturais e passagem de gestão da propriedade.

Uma nova realidade de mudanças nos padrões de sucessão na Agricultura Familiar está sendo introduzida na atual conjuntura do campo. De acordo com os estudos de Carneiro (2001), são atribuídos alguns fatores para o melhor andamento deste processo, como: a falta de disponibilidade de terras suficientes à sustentação da família, a mecanização agrícola iniciada no ano de 1960, a redução da mão de obra na produção e a forte atração dos valores urbanos sobre os jovens para o trabalho assalariado. Todos esses fatores somam alternativas e mecanismos, que estimulam as futuras gerações no campo, novas fronteiras aos anseios da juventude, bem como, padrões de rendimento superiores ao meio rural, sobretudo, daqueles que não possuem aptidão no campo.

Para Lodi (1987), possuir visão empresarial em uma empresa familiar é gerir o negócio com estilo próprio, ter vocação, coragem, talento e capacidade de enfrentar os desafios de maneira gerencial. Pois, quando atingir determinada idade e/ou não estar em plenas condições para tocar a propriedade, alternativas devem ser tomadas para o andamento do processo produtivo, que poderá acontecer com a sucessão de um membro da família e/ou ter alguém de fora da família para dar continuidade, ou seja, um arrendatário, por exemplo, ou vender a propriedade, possibilidades que o responsável deverá ter em evidência em sua trajetória empresarial.

A tomada de decisão e a responsabilidade da propriedade podem ser compreendidas pelo processo de trabalho onde haja um chefe de família, um pai e/ou responsável que toma decisões sobre o uso da terra e demais atividades de emprego e comercialização dos produtos. Porém, o chefe de família vai, além disso, integrando toda a família no trabalho e a sua participação nas decisões, como bem ressaltou Almeida (1986).

Seguindo o pensamento de Almeida (1986), de acordo com Carneiro (2001, p. 24), “[...] o pai é responsável pela manutenção do grupo familiar”, com as responsabilidades de

zelar por este patrimônio coletivo, “cuidando de transmiti-lo às demais gerações”. Logo, processos de sucessão sem planejamento contribuem para o desaparecimento das empresas familiares. Por isso, a necessidade de se elaborar um planejamento estratégico de longo prazo para a gestão da sucessão é de grande importância para a continuidade da propriedade e para os negócios. E, ainda, conforme enfatiza Ricca (2007), isso deve começar no berço familiar, atribuindo os conhecimentos das atividades de operações e em seguida a sua hierarquia organizacional aos futuros sucessores.

Método de pesquisa e análise de dados

Para esta pesquisa definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com Yin (2001, p. 32 e 33) “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”, e ainda, “[...] é um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados, estabelecendo estudos exploratórios e descritivos para fins da pesquisa”.

Nos dados levantados neste estudo de caso, diante das análises qualitativas e quantitativas abordadas por Creswell (2010), Moraes (1999) apresenta uma descrição e interpretação das informações das classes de documentos e textos da pesquisa de campo, por meio da “análise de conteúdo”, a qual visa reinterpretar as mensagens das investigações sociais por meio dos questionários aplicados aos produtores, fornecendo informações complementares a todos os leitores e atingindo uma compreensão de seus significados no estudo realizado.

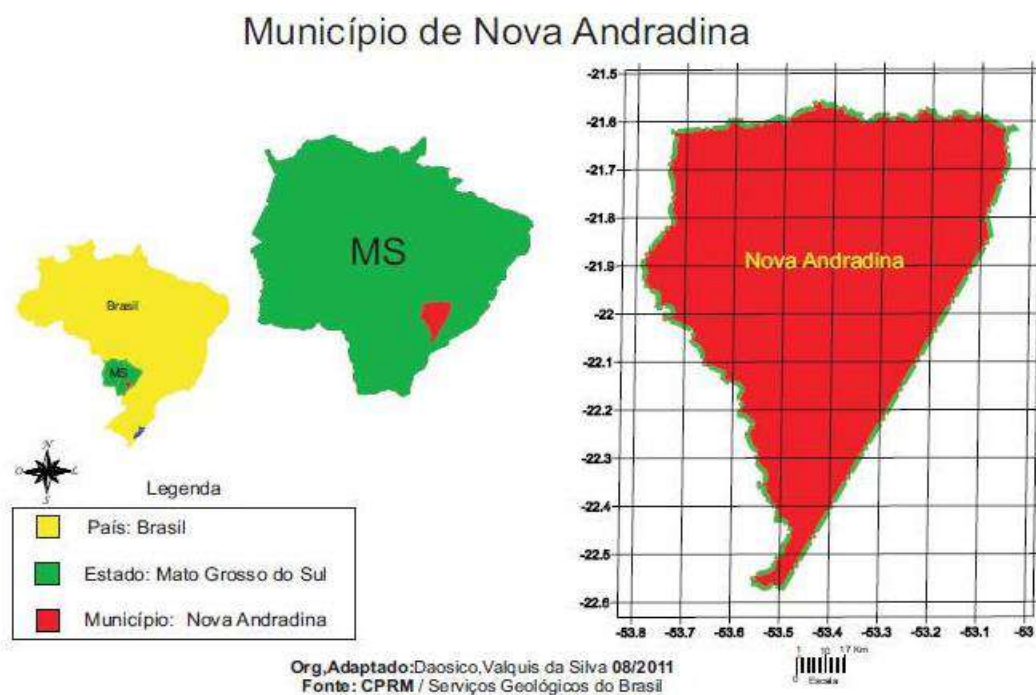
A partir disso, este estudo se dará em formato de uma pesquisa qualitativa, complementada com dados quantitativos, através de elementos secundários (pesquisa de literatura) e fenômenos primários (pesquisa de campo), mediante a aplicação de questionários e entrevistas realizados com os responsáveis das propriedades rurais do Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no Município de Nova Andradina - MS.

Área de Estudo

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná. Conta com um número populacional estimado de 50.010 habitantes (IBGE, 2014) e passou a ser reconhecido como um importante pólo de exportação pecuária da região Centro-Oeste do Brasil e para alguns países árabes como Egito, Arábia Saudita, Líbano, entre outros. Desde 2010, percebeu-se a instalação de um considerável número de Indústrias Sucroenergéticas na região. Ademais, o município de Nova Andradina tem se apresentado como umas das maiores bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul, mas pouco se tem feito para promover a permanência do produtor no

campo e o futuro da cadeia produtiva, posto que importante parcela da produção agropecuária da região tem cedido lugar às novas tecnologias e às novas formas de produção.

Figura 1: Mapa do município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: D'Alkmin Filho e Teixeira (2012, p. 03).

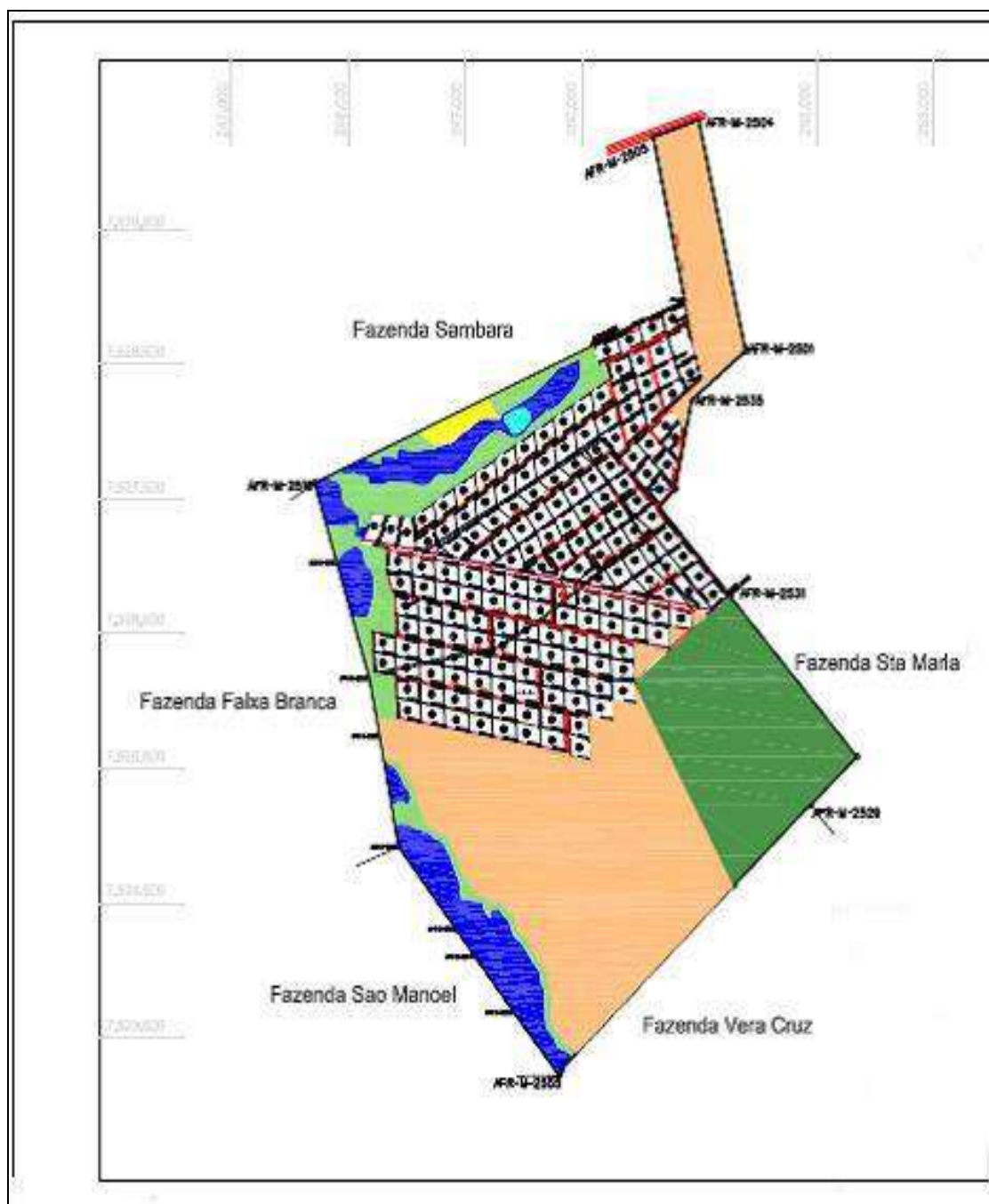
O objeto desta pesquisa, o Projeto de Assentamento Santa Olga, foi o último Assentamento a ser criado no município de Nova Andradina. Teve suas origens com a desapropriação por parte do INCRA e foi instituído em junho de 2004, num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021 hectares, estando localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Ademais, destaca-se que 90% dos assentados residentes no PA Santa Olga estão ligados ao Movimento Sindical, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral da Terra - FETAGRI/MS. A área anterior foi desapropriada e sua antiga origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2012).

O Projeto de Assentamento Santa Olga possui 2,33% de área do município de Nova Andradina e em torno de 08 ha cada lote. Atualmente, o PA Santa Olga é organizado a partir de uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Olga e da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga – COOPAOLGA. Possui trator e implementos agrícolas para a manutenção dos trabalhos no campo. Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de

fornecimento de alimentos, como: mandioca, leite e hortifrutigranjeiros, realizando a distribuição nas escolas municipais de Nova Andradina.

Na Figura 2 pode-se conhecer a amplitude do Projeto de Assentamento Santa Olga, com suas divisões de lotes, áreas de preservação legal, o societário e sua dimensão territorial e de divisas.

Figura 2: Mapa do Projeto de Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS.



Fonte: Mapa elaborado pelo INCRA (2009).

População Estudada e Análise de Dados

Segundo Gil (2002), para a realização de um experimento é fundamental selecionar os sujeitos. As características relevantes para a definição da população devem ser consideradas no número final da amostra. Para calcular o tamanho da amostra e o número de questionários que deveriam ser aplicados à população da região em análise, foi usado um método estatístico, com base na determinação do tamanho da amostra para populações finitas, que é definido como sendo populações menores que 100.000 elementos. De acordo com tal método, é necessário conhecer o tamanho total da população a ser pesquisada, o nível de confiança que se pretende obter, o erro máximo admitido e o percentual com o qual se verifica o fenômeno estudado (GIL, 2008).

Após o cálculo de amostragem, computou-se a amostra de 120 lotes a partir de uma população finita de N=170 lotes. Esse tamanho de amostra (n) foi calculado com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%, utilizando a fórmula para o cálculo amostral de populações finitas. A fórmula abaixo descreve o procedimento para o cálculo da amostra desta pesquisa:

$$n = \frac{\sigma^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + \sigma^2 * p * q} \quad (01)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar (1-p)

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Logo, os valores abaixo,

σ^2 = um grau de confiança de 95%, tem-se então o valor do desvio padrão definido por tabela como sendo igual a 02.

p e q = Não sendo conhecidos esses valores adotou-se o valor de 50% para cada elemento.

N = 170

e^2 = 5%

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 170}{5^2 \cdot (170-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} \quad n = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 170}{25 \cdot 170 + 10 \cdot 1000} \quad n = \frac{1.700.00}{14.250} \quad (02)$$

n = **120** questionários foram aplicados.

De acordo com o método de amostra de Gil (2008), seriam aplicados 120 questionários neste estudo. No entanto, somente em 90 lotes sorteados foram possíveis a aplicação de questionários e entrevistas, posto que em 29 propriedades não foi encontrado o responsável da família, que não moravam no lote, segundo vizinhos, o que corresponde a 24,16% do total da amostra. Além disso, houve 01 proprietário que não aceitou participar da pesquisa (este vive em total isolamento no lote, inclusive, não possui família e a propriedade se encontra em total abandono).

O método utilizado neste estudo possui caráter qualitativo, complementado por dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com questionários e entrevistas. Foram aplicados 90 questionários dos 120 previamente estabelecidos, conforme sugeriu o método de cálculo de amostra finita. Para efeito de sorteio da unidade amostral (lote), utilizou-se a fórmula da planilha Microsoft Excel (=aleatório entre (1;170) para gerar os números aleatórios entre o 1º e o 120º.

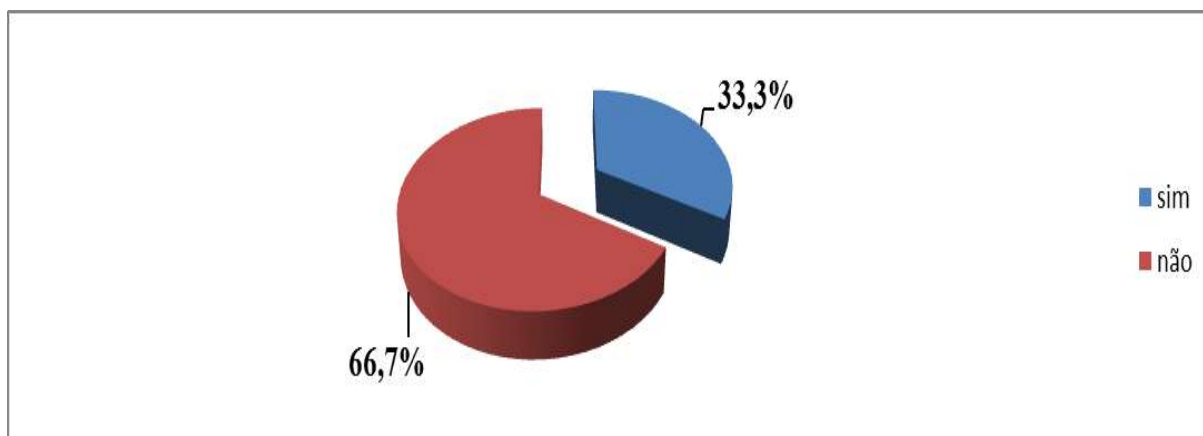
O questionário foi utilizado como base para a obtenção de informações socioeconômicas, da gestão da propriedade, do processo sucessório e de conhecimento do perfil dos entrevistados, bem como para dar suporte à construção dos demais instrumentos utilizados de maneira secundária nessa pesquisa. Com a entrevista objetivou-se analisar os fatores de ordem econômica, social e cultural presentes na estruturação e na formação da gestão no contexto pesquisado, as formas como acontece a sucessão da mesma, as relações entre os pequenos proprietários e suas famílias com a terra e a produção, entre outros aspectos.

Resultados e Discussões

A pesquisa discutirá a questão principal deste estudo, a sucessão da gestão no bojo familiar de cada lote diante das perspectivas atribuídas pelos seus responsáveis. Também serão destacadas as práticas realizadas para preparar o futuro sucessor da propriedade e, ainda, o que está sendo feito e a provisão de passar o bastão da gestão dos negócios familiares para que a continuidade da propriedade se concretize.

A Figura 3 apresenta o percentual de produtores que estão preparando, de alguma forma, seu sucessor, seja por meio de auxílio nas atividades do campo ou participando das decisões dos negócios. É possível observar que dos 90 lotes pesquisados, somente 30 produtores responsáveis pelos lotes se declaram com alguma intenção e/ou perspectiva de conduzir a propriedade às suas futuras gerações e/ou pessoas que possam dar continuidade as atividades. E, ainda, alguns produtores relatam que: “os filhos tem que dar continuidade, pois conquistamos com muita luta o pedaço de terra”, porém a aptidão de cada sucessor pode diferir da aptidão do responsável.

Figura 3: Percentual de Produtores do Assentamento Santa Olga que estão preparando um Sucessor para a Gestão da Propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Nota-se que 66,7% dos responsáveis pelos lotes, que corresponde a 60 produtores, não estão preparando nenhum sucessor, fator preocupante diante de um Assentamento com uma população acima dos 41 anos de idade, o que gera uma incerteza em relação à continuidade da propriedade como fator de produção na Agricultura Familiar. Os motivos mais frequentes da não preparação é que os filhos já estão casados, moram em outras localidades, não possuem identidade com a vida no campo, estão bem empregados, nunca pensaram nisso ou não sabem o que irão fazer e, ainda, um deles relatou que: “nem eu estou preparada para tocar o lote”. Para Lodi (1987) e Costa (2006) o responsável pela propriedade deve saber quando vai ocorrer a sucessão, quem será o sucessor e/ou sucessores e de que maneira isso vai ocorrer, lembrando que todo este processo sucessório deve acontecer de maneira gradual e com antecedência ao término da gestão do proprietário.

Dos responsáveis que estão preparando sucessores, 86,7% dos preparados é do sexo masculino, dividido entre filhos (93,3%) e netos (6,7%). Somente 13,3% são do sexo feminino, com destaque para as filhas dos responsáveis. Os dados revelam que a predominância masculina no campo, como provedor, é pertinente desde os responsáveis da família, ficando para as filhas o papel de outras atividades, como serviços domésticos e/ou até mesmo a saída da vida no campo, conforme mencionado nos estudos de Brumer e Anjos (2012) e Stropasolas (2013) em estudos referentes às questões de gênero no âmbito familiar.

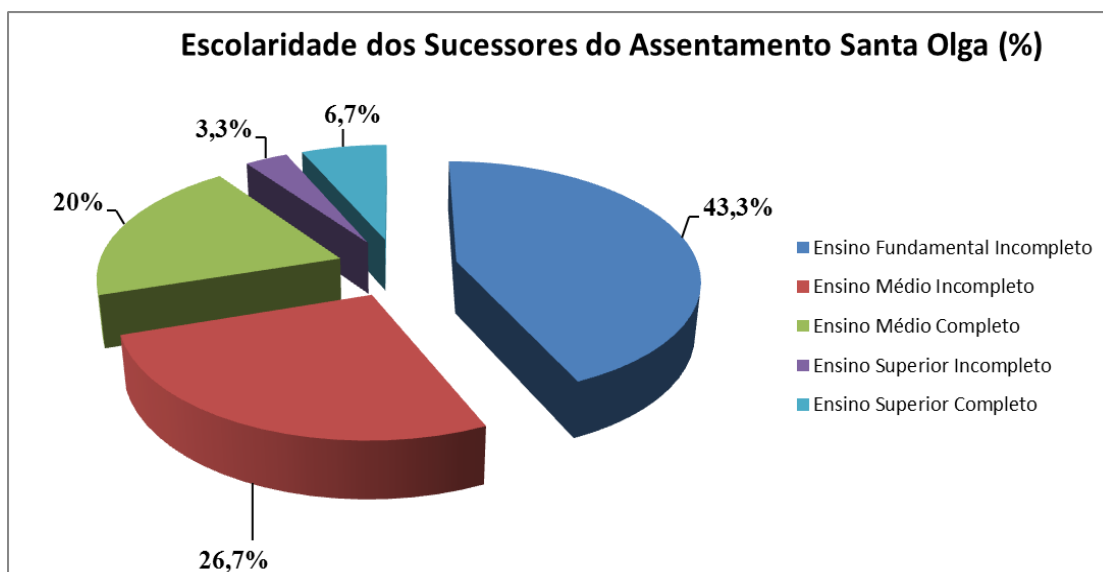
Dentre os futuros sucessores, de acordo com os responsáveis pela família que estão sendo preparados para substituí-los na gestão da propriedade, 56,7% possuem até 20 anos de idade e os outros 43,3% estão entre os 21 e os 40 anos. O fato de o maior percentual de sucessores possuir idade até 20 anos justifica, de certa forma, a questão “se o mesmo está preparado para assumir a gestão da propriedade”, pois 56,7% não estão

preparados para assumir a gestão do lote, segundo afirmam seus responsáveis: “somente depois da minha morte, irei transferir a propriedade para o meu filho”.

Carneiro (2001) comenta que são os responsáveis que devem transmitir a propriedade às futuras gerações e, ainda, Ricca (2007) ressalta que os proprietários devem envolver o sucessor nas atividades e operações do lote, para que suas aptidões e estímulos à vida do campo sejam atribuídos cotidianamente às suas habilidades com as atividades agrícolas, propiciando o processo sucessório da propriedade. Cerca de 90% dos sucessores que estão sendo preparados são compostos por apenas 01 sucessor (a), divididos em 70% de solteiros, 26,7% de casados e 3,3% de juntos. Destes sucessores, 83,3% moram com os pais na propriedade e os demais, 16,7%, residem em centros urbanos da região, são os casos dos filhos já casados que possuem atividades não agrícolas.

A Figura 4 apresenta o nível de escolaridade dos sucessores, de acordo com os responsáveis pelo lote. Ao correlacionar esses dados com a idade supracitada, é evidente que os percentuais de maior relevância sejam de ensino fundamental incompleto e médio incompleto, que representam 56,7% de possíveis sucessores que têm até 20 anos de idade.

Figura 4: Nível de Escolaridade dos possíveis Sucessores do Assentamento Santa Olga.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Destaca-se que 20% dos possíveis sucessores do Assentamento Santa Olga estão no término dos estudos de formação básica, fator que deve ser considerado como momento de transição entre a busca do jovem por qualificação profissional e as atividades do campo.

A Tabela 1 mostra a ocupação atual do possível sucessor, que além de ser estudante, exerce demais atividades agrícolas e não agrícolas, como pode ser observado.

Tabela 1: Ocupação atual dos possíveis sucessores no Assentamento Santa Olga.

Ocupação Atual	Percentuais (%)	Total de Sucessores
Estudante	6,7	02
Estudante e Auxilia no Lote	43,3	13
Auxiliar no Lote	10,0	03
Trabalha Fora (assalariado, outros)	6,7	02
Trabalha Fora e Ajuda no Lote	33,3	10
Total	100	30

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A partir dos dados da Tabela 1, têm-se a dimensão de atuação do sucessor na gestão e/ou na produção efetiva do lote. Verifica-se que somente 53,3% estão ligados diretamente à propriedade, contabilizando apenas 16 possíveis sucessores. Por outro lado, 40% destes produtores estão vinculados a atividades secundárias e/ou não agrícolas, em que a atividade no lote não corresponde como a principal renda, mas como complemento desta. Segundo Lodi (1987), Costa (2006) e Ricca (2007), a sucessão inicia-se no berço familiar. Entretanto, ao analisar esses dados, não se pode confirmar que todos os possíveis sucessores, assim designados pelos responsáveis, possam realmente representar um futuro na gestão da propriedade.

De acordo com os responsáveis pelo lote, 83,3% dos futuros sucessores participam da gestão da propriedade, sejam auxiliando diretamente nas atividades ou compartilhando das decisões da propriedade. Os proprietários relataram que a partilha do lote será realizada de forma igualitária, com 90,9% dos responsáveis. Porém, alguns ressaltaram que seguirão para a divisão, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ao serem questionados sobre a permanência dos filhos no campo, 88,8% dos respondentes gostariam que os filhos ficassem no campo. Ademais, destacaram alguns itens, como: sua luta pela terra, ser mais saudável, sempre ter morado no campo, ar puro, ser mais seguro para viver, mais sossegado, morar na cidade é mais perigoso e não tem liberdade, querem os filhos junto da família, em especial dois relatos: “a vida do campo é mais saudável”; “na cidade é escravo da profissão”, e outro: “se todo mundo for para a cidade e o campo como ficará? Pois é ele quem alimenta a cidade”. Mas, 11,2% gostariam que os filhos estudassem e buscassem uma vida melhor, menos sofrida e que tenha uma renda maior, uma vez que a propriedade é pequena e não tem como todos ficarem no mesmo espaço, segundo afirmou um dos entrevistados: “não consegue viver do lote, tem que trabalhar fora”.

No que tange ao questionamento sobre qual destino pretende dar a propriedade, caso não ocorra à sucessão, os responsáveis pelos lotes expressaram repostas distintas entre si, sendo realizada uma divisão dos itens na forma em que está apresentado na Tabela 12. Por meio destas respostas, pode-se compreender qual o destino a ser dado pelos produtores em relação ao futuro da propriedade, que vai além da sucessão, compreendendo, também, a própria a produção de alimentos.

Tabela 2: Destino das propriedades, a partir das repostas dos Responsáveis pelos lotes do Assentamento Santa Olga, caso não ocorra sucessão.

Caso não ocorra a Sucessão da Propriedade

Respostas	Percentual (%)
Vender o lote	8,8
Doação para irmão/parente	2,2
Não sabe/não pensou no futuro	21,1
Não pretende vender	56,6
Acha que alguém vai tocar (filhos, netos, esposa)	36,6
Ficar até o fim da vida	54,4
Devolução ao INCRA	2,2
Trocar em bens/arrendamento	3,3

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observa-se que o lote é uma morada eterna para os responsáveis, tanto que o mesmo percentual que não pretende vender é próximo daqueles que irão ficar até o fim da vida. Mas, o gostar do campo, relatado pelos produtores, retrata uma condição de sucessão quase que inexistente e, em alguns casos, tem-se os seguintes discursos: “vender, eu não quero; algum filho toca; não repasso pra ninguém; tem que ficar até fim, até a morte; não sei, vender jamais; enquanto eu estiver vivo, irei morar no campo; não pretendo vender; o destino fica com a família”. Relatos como esses são frequentes nesta pesquisa, em que o futuro e/ou a sucessão da gestão da propriedade está em “eu acho que alguém vai tocar” e “eu nunca pensei nisso”. Como pode ser observado na Tabela 2, trata-se de percentuais expressivos dentro de uma temática que deve ser tratada com precocidade no âmbito familiar, visando designar e preparar o futuro sucessor na propriedade.

Considerações Finais

A pesquisa traçou um panorama da sucessão da gestão na Agricultura Familiar, objetivando destacar as perspectivas de continuidade das propriedades rurais no Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina. Para tanto, ressaltou a visão do responsável pela família, que é o formador de opinião e o detentor de

condutas das atividades no campo, bem como sua subsequência aos possíveis sucessores ou a qualquer outro destino daquelas propriedades.

Foram observadas várias histórias e posturas de produtores no que concernem à transmissão da propriedade e/ou até mesmo à preparação de futuros sucessores ou não sucessores. Destacam-se relatos, como: “eu nunca pensei nisso”; “porque ele gosta e não tem outro para tocar”; “quero uma vida melhor para meus filhos”; “os filhos não tem interesse”; “não depende da terra para viver”; “acredita que o filho fica no lote, para ficar longe do perigo da cidade”; “não tem fundamento os filhos ficarem no campo, tem que estudar e ir embora, senão passam fome”; “filho quer morar no lote, mas a renda que garante a sobrevivência vem do emprego da cidade”; “utiliza o lote muitas vezes para lazer e moradia”; “enquanto aguentar trabalhar, não transfere a propriedade”; “os filhos moram em outras regiões e não tem interesse”; “não tem ideia de quando vai transferir a gestão do lote”. São relatos de produtores que interpretam o futuro da propriedade como algo incerto e sem muitas perspectivas no que se refere a um possível sucessor.

Observa-se que a sucessão da gestão na Agricultura Familiar está permeada de fatores internos e externos à propriedade, que condicionam os responsáveis dos lotes a uma sobrevivência diária, antes tida como subsistência da atividade, agora, considerada um fator de estrutura e gestão do negócio, que influencia não só na permanência do atual produtor, mas, também, o futuro da propriedade. Ao nortear a mensuração de preparação do futuro da propriedade em meio a números elevados de produtores que não estão preparando nenhum sucessor, um grande número de aposentados nos lotes se limita apenas a possuir um pedaço de terra e um lugar tranquilo para se viver em virtude da luta e o sossego do campo.

Diante das perspectivas encontradas no processo sucessório das pequenas propriedades deste Assentamento, como fatores de continuidade na gestão dos lotes, sugere-se a importância da triagem de acordo com as aptidões de cada produtor; uma assistência técnica rural que atenda efetivamente todos os assentados; a regularização dos lotes pelo INCRA e/ou órgãos competentes, atendendo a todos os produtores sem exceção. O responsável do lote deve proceder à preparação do sucessor e/ou o futuro da propriedade enquanto estiver em plena atividade no lote, porém, fatores estruturais familiares e socioeconômicos, relacionados à renda, ao tamanho do lote e a capacidade de desenvolvimento dos responsáveis, demonstram os desafios e a ineficiência da Reforma Agrária no país.

Portanto, os resultados obtidos se entrelaçam no processo sucessório da gestão na Agricultura Familiar e criam subsídios para o complexo estado de sucessão nos lotes de Assentamentos. Sugere-se nas preparações de futuros sucessores levarem em conta, o quadro de estrutura fundiária do país, onde as aptidões dos produtores, as condições

climáticas, a fertilidade do solo, as culturas agrônômicas mais apropriadas e a criação de animais de acordo com a demanda da região, impactam diretamente na permanência e continuidade da pequena propriedade rural. Todos estes fatores devem atender a multiterritorialidade de cada assentado, sobretudo as peculiaridades locais e as demandas de produção e comercialização de cada região, gerando formas sustentáveis de permanência do homem no campo e de seus sucessores, proporcionando produção e renda suficientes para a continuidade da propriedade.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. 2004.

_____. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Edições Unesco, 1998.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Presidência da República**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **REVISTA NERA**, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. **Juventude Rural em Perspectiva**, 2007.

BURTON, R. JF; WALFORD, N.. Multiple succession and land division on family farms in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 3, p. 335-347, 2005.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, A. J. D. **Sucessão e sucesso nas empresas familiares**. Curitiba: Juruá, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURIONI, A. S. **A configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz – SC**: uma análise em construção – 1986/2008. F. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

D'ALKMIN FILHO, P. S. A, TEIXEIRA, J. C. A agricultura familiar na merenda escolar da rede municipal de Nova Andradina/MS. **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária em Uberlândia/MG**, nos dias 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1182_1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2013.

FENNELL, R.. Farm succession in the European Community. **Sociologia Ruralis**, v. 21, n. 1, p. 19-42, 1981.

GASSON, R. *et al.* **The farm family business**. Cab International, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, C. M. T. *et al.*. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **48º Congresso da SOBER**, Campo Grande/MS, 25 a 28 de julho de 2010.

GRUBBSTROM, A.; SOOVÄLI-SEPPING, H.. Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. **Journal of Historical Geography**, v. 38, n. 3, p. 329-339, 2012.

HANSSON, H. *et al.* Farmers' motives for diversifying their farm business–The influence of family. **Journal of Rural Studies**, v. 32, p. 240-250, 2013.

INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: Succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Nota 1: **Estimativas da população residente no Município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul, com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=130&search=mato-grosso-do-sul|nova-andradina|estimativa-da-populacao-2014>. Acesso em: 02 set. 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT**, Rel_0227. Brasília/DF, 23/03/2012. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária**: Imóvel Projeto de Assentamento Santa Olga. Campo Grande/MS, março de 2009. Protocolo nº 278, INCRA/UAD/MS, 14/04/2014, Dourados/MS.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIERIA, J. A. N.. Estratégia de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: O Caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, nº 1, p. 192-211, 2012.

LODI, J; B.. **Sucessão e conflito na empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

MORAES, R.. Análise de conteúdo. **Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n. 2, p. 356-360, jun. 2008.

RICCA, D. **Sucessão na empresa familiar**: conflitos e soluções. Editora CLA, 2007.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2012.

STROPASOLAS, V. L.. **A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar**, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5_StropasolasV.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido para publicação em 12 de outubro de 2014

Devolvido para revisão em 09 de julho de 2015

Aceito para publicação em 24 de setembro de 2015

Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão - Paraná¹

Luciano Zanetti Pessoa Candiottto

Docente dos cursos de graduação e mestrado em Geografia da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão – PR
e-mail: lucianocandiottto@yahoo.com.br

Felipe Fontoura Grisa

Engenheiro Agrônomo pela UTFPR, campus de Pato Branco-PR
Ex-bolsista do projeto Técnico da ASSESOAR
e-mail: felipegrisa@yahoo.com.br

Luiz Antonio Schimitz

Licenciado em Geografia pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão-PR
Ex-bolsista do projeto Técnico da ASSESOAR
e-mail: luizschimitz@hotmail.com

Resumo

No contexto da conservação e do reuso da água, os sistemas para captação e armazenamento de águas pluviais, denominados cisternas, vêm se expandindo no Brasil, sobretudo por meio de políticas públicas para o semi-árido da Região Nordeste. No entanto, as cisternas são úteis para outras regiões do país, seja nas cidades, como forma de regulação do escoamento das águas pluviais, seja em unidades rurais, onde as águas pluviais podem ser utilizadas para fins diversos, principalmente em períodos de estiagem. Este artigo apresenta uma experiência de construção de cisternas em estabelecimentos rurais que cultivam produtos orgânicos no município de Francisco Beltrão – PR. Além de abordar as cisternas no contexto das chamadas ecotécnicas, apresenta-se os materiais e a metodologia utilizados, bem como as adequações realizadas pela equipe executora para otimizar o uso das águas pluviais. Por meio de um projeto financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi possível construir cinco cisternas, que têm contribuído para a disponibilidade de água nesses estabelecimentos rurais.

Palavras-chave: Águas pluviais; cisternas; reuso; agricultura orgânica; Francisco Beltrão.

Considerations about cisterns construction's experience in family life and production units (FLPU) of Francisco Beltrão County - Paraná

Abstract

In the context of water's conservation and reuse, systems for collecting and storing rainwater called cisterns are expanding in Brazil, particularly through public policies for the semi-arid, localizes in Northeast Region. However, cisterns are useful for other regions of the country, in the cities as a way of regulating the flow of rainwater and in rural areas too, where rainwater can be used for various purposes, especially during drought periods. This paper presents an

¹ Atividade ligada ao projeto "Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão – PR", financiado pelo CNPq no Edital número 27/2008. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2009 e 2012.

experience of building cisterns in rural farms that practices organic agriculture in the municipality of Francisco Beltrão, Paraná. It presents the relevance of ecologic technologies, the materials and methods used and the adjustments made to optimize the use of rainwater. Through a project funded by Brazilian Ministry of Science and Technology (MCT) in partnership with the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), it was possible to build five cisterns that are improving available water in these rural farms.

Keywords: Rainwater; cisterns; reuse; organic agriculture; Francisco Beltrão.

Consideraciones sobre la experiencia de construcción de cisternas en unidades de producción y vida familiares (UPVFs) de la municipalidad de Francisco Beltrão - Parana

Resumen

En el contexto de la conservación y reutilización del agua, los sistemas de recolección y almacenamiento de agua de lluvia llamados cisternas se están expandiendo en Brasil sobre todo a través de políticas públicas para el semiárido de la Región Nordeste. Sin embargo, las cisternas son útiles para otras regiones del país, ya sea en las ciudades, como una forma de regular el flujo de agua de lluvia, así como en las unidades rurales, donde el agua de lluvia se puede utilizar para diversos fines, especialmente durante los períodos de sequía. Este artículo presenta una experiencia de construcción de cisternas en establecimientos rurales que cultivan productos orgánicos en el municipio de Francisco Beltrão – Paraná. Son abordados elementos acerca de las tecnologías ecológicas y presentados los materiales y métodos utilizados así como los ajustes realizados para optimizar el uso de agua de lluvia. A través de un proyecto financiado por el Ministerio de Ciencia y Tecnología (MCT) en colaboración con el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) fue posible la construcción de cinco cisternas que están contribuyendo en la disponibilidad de agua en esos establecimientos rurales.

Palabras clave: Aguas de lluvia; cisternas; reutilización; agricultura orgánica; Francisco Beltrão.

Introdução

A partir do projeto denominado “Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão - PR”, financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital n. 27/2008 (MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro), foram realizadas algumas ações voltadas à melhoria quantitativa e qualitativa das águas utilizadas pelas famílias agricultoras de 12 Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVF), que praticam agricultura orgânica.

Entre essas ações destacam-se a proteção de fontes particulares de água consumidas e a recomposição florestal do entorno dessas fontes; a construção de canteiros biossépticos para destinação de dejetos humanos; a construção de círculos de bananeiras

para destinação de águas residuais; e a construção de cisternas para armazenamento de águas pluviais.

Considerando o potencial de propagação destas “ecotécnicas” para outras UPVFs e sua viabilidade em termos de execução, devido ao fato de serem sistemas simples, eficazes e de baixo custo, o presente artigo apresenta a metodologia utilizada para a construção de cisternas para armazenamento e utilização de águas pluviais e, os resultados obtidos com essa ação. O artigo tem seu foco nos materiais utilizados e nas etapas e procedimentos para a construção das cisternas.

As cisternas se apresentam como forma de reuso de águas pluviais, reduzindo efeitos negativos das chuvas como transporte de sedimentos, erosão, assoreamento devido ao rápido escoamento das águas pluviais, e também como possibilidade de suprimento de água em períodos de escassez, seja para dessedentação animal, irrigação agrícola, higienização animal e humana ou mesmo para o consumo humano. Nesse sentido, o uso de águas pluviais insere-se no contexto dos usos conservacionistas dos recursos naturais, algo bem relevante diante da chamada crise ambiental, que também envolve a crise da água.

Desta maneira, perante a crise ambiental contemporânea, marcada pelo processo de globalização da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 17), o desafio ambiental traduz-se em ações que efetivem os usos conservacionistas, bem como garantir o acesso aos recursos naturais vitais para a humanidade.

O principal objetivo com a construção das cisternas foi ampliar o suprimento de água para famílias com escassez de água para irrigação e dessedentação de animais em períodos de estiagem. Por meio das cisternas é possível armazenar e utilizar águas pluviais que geralmente não permanecem nas UPVFs, pois infiltram no solo ou escoam pela superfície.

Revisão teórica

O debate sobre tecnologias ecológicas ou alternativas teve início na década de 1970 e, desde então, tem sido incorporado em análises filosóficas, pesquisas científicas, iniciativas populares e de ONGs, ações de extensão e, mais recentemente, em políticas públicas. No Brasil, um dos exemplos de política pública centralizada em uma tecnologia ecológica (também oficialmente denominada ecotécnica), diz respeito à construção de cisternas na Região Nordeste, através do Programa Cisternas, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

No plano teórico, a proposta da Ecologia Social de Murray Bookchin, delineada a partir da década de 1970, apresenta a concepção de tecnologias alternativas como contraposição ao gigantismo e centralismo das tecnologias hegemônicas do século XX. Bookchin faz referência aos conceitos precursores de “tecnologia intermediária” ou

“apropriada”, cunhados na obra “Small is beautiful”, escrita pelo economista Ernst Schumacher em 1973. Essas tecnologias estariam fundamentadas na “descentralização e aplicação de princípios ecológicos na atividade econômica” (BOOKCHIN, 2010, p. 81).

Ao argumentar que a técnica não é um fator natural e algo meramente dado, Bookchin (2010, p. 95) ressalta a forte dimensão social da técnica. “A ‘neutralidade’ da técnica sobre as relações sociais é apenas mais um mito. Ela, a técnica, mergulha em um universo social de intenções, de necessidade, de desejos e de interações”. Assim, o autor acredita que “ela é um dos mecanismos mais maleáveis que a sociedade possui”.

Em artigo escrito no ano de 1999, Bookchin (2010, p. 97) defende as tecnologias alternativas como algo de domínio popular. “Estas técnicas são fortemente descentralizadoras, isto é, humanas na sua própria escala, de construção muito simples e de orientação compatível com a natureza”. Contudo, alerta para o risco de incorporação destas tecnologias “na lógica de uma sociedade repressiva e tecnocrática” (p. 99).

Leff (1994, p. 230) também ressalta a necessidade de tecnologias mais adequadas à dinâmica da natureza, e lança mão dos conceitos de “racionalidade ambiental” e “produtividade ecotecnológica” dos ecossistemas, como elementos fundamentais para o estabelecimento de novas relações da sociedade com a natureza.

(...) la productividad sostenible a largo plazo de los agroecosistemas dependerá de la estructura ecológica de la región en cuestión (suelos, climas y agua), de las estrategias de utilización de la tierra bajo diversos sistemas de cultivo y de conservación, y de los medios tecnológicos empleados para su transformación en bienes de consumo (LEFF, 1994, p. 231).

Com a popularização da ideia de desenvolvimento sustentável a partir da década de 1990, que adaptou a teoria do Ecodesenvolvimento, desenvolvida no início da década de 1970 por Maurice Strong e Ignacy Sachs, a concepção de tecnologias ecológicas, pautadas no aproveitamento de fontes renováveis de energia, reuso da água, conservação de solos e ecossistemas, entre outros aspectos, também foram popularizados. Essas técnicas, propostas a partir de ideais ecológicos e libertários, foram difundidas implementadas por ONGs, movimentos sociais e organizações populares de formas variadas em todo o mundo. No entanto, elas também vêm sendo apropriadas pela racionalidade econômica, através sobretudo, da atual concepção de *economia verde*, propagada na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento promovida pela ONU em 2012 (Rio+20) e incorporada em diversas empresas privadas, conforme alertado por Porto-Gonçalves (2012, p. 5).

Segundo o governo federal, as ecotécnicas correspondem um conjunto de intervenções tecnológicas no ambiente que se baseia na compreensão dos processos naturais e tem como foco a resolução de problemas com o menor custo energético possível e com uso eficiente de bens naturais (BRASIL, 2012, p. 15).

Para Gnadlinger (2000, p. 9), o armazenamento de água de chuva por meio de cisternas constitui-se numa técnica popular difundida em diversos países e implementada especialmente em regiões áridas e semiáridas.

O armazenamento de águas pluviais é uma forma simples para suprir determinadas demandas, como a dessedentação de animais e a irrigação de produtos agrícolas, sobretudo em períodos de estiagens, que variam conforme os diversos ecossistemas brasileiros. Os sistemas de coleta e armazenamento de águas pluviais com a finalidade de reutilizar essas águas são chamados de cisternas, podendo fornecer água para a dessedentação de animais, irrigação e até para o consumo humano.

A construção de cisternas tornou-se uma política pública no Brasil, sobretudo na região semiárida do Nordeste do país, com o Programa Cisternas, desenvolvido pelo MDS e a ASA.

A replicação das cisternas ocorre na Região Nordeste do Brasil. Contudo, outras regiões também desenvolvem iniciativas nesse sentido. Trata-se de ação multidisciplinar com potencial de crescimento no Brasil, seja no meio acadêmico, nas instituições de extensão rural e em órgãos governamentais federais, estaduais e municipais. Um reflexo desse processo está na realização dos Simpósios Brasileiros de Captação e Manejo de Água de Chuva, que em 2014 teve sua nona edição (www.acquacon.com.br/9sbcmac/).

Brito et al. (2009, p. 2), destacam um projeto desenvolvido na região semiárida do estado de Gansu na China, como o piloto que levou à implantação de cisternas no Nordeste Brasileiro.

[...] a China alcançou a soberania alimentar, passando de uma agricultura anual de grãos para uma agricultura de hortaliças e frutas, de alto valor comercial, potencializou a criação de pequenos animais (especialmente ovinos), além de assegurar água para o meio ambiente (BRITO et al., 2009, p. 2).

No entanto, apesar das regiões áridas e semiáridas serem as que mais necessitam armazenar águas, pois são àquelas que enfrenam os maiores períodos de estiagem e escassez, as cisternas se apresentam como importante alternativa de suprimento de água para qualquer região suscetível a algum período de estiagem, mesmo pequeno, como no caso do município de Francisco Beltrão e da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

Durante as últimas estiagens ocorridas nessa mesorregião, sobretudo a partir de 2004, os agricultores relataram períodos de escassez de água em suas UPVFs no verão, entre os meses de janeiro e fevereiro. Como o verão é um período de uso intenso de água, a estiagem durante o verão dificulta a produção agrícola e pecuária.

Essa evidência local de períodos de escassez de água justifica a construção de cisternas. Além da questão da estiagem, as cisternas contribuem para o reuso da água e para

a redução da velocidade e da quantidade de águas pluviais, seja no campo, mas principalmente nas cidades. Existem diversas formas de se reutilizar as águas das chuvas nas cidades, como limpeza de áreas externas (residenciais, comerciais e industriais), lavagem de veículos, irrigação de jardins e hortas, entre outras. Contudo, como o foco desse artigo encontra-se na construção de cisternas e no reuso das águas pluviais em unidades rurais familiares (UPVFs), discorreu-se especificamente sobre essa questão.

Antes de iniciar a construção de cisternas, deve-se fazer algumas observações:

- analisar a área do telhado (área de captação de água em metros cúbicos);
- conhecer o regime de chuvas da região (potencial de volume de água para o reservatório);
- verificar o tipo de telha existente, evitando as de amianto;
- levantar quantidade de água necessária (conforme demanda da unidade de produção e vida familiar);
- dimensionar o volume da cisterna (metros cúbicos).

A construção de cisterna traz algumas vantagens como:

- redução do consumo de água captada de forma convencional e do custo de fornecimento da mesma em época de estiagem;
- contribui com o meio ambiente, não desperdiçando água;
- disponibilidade de água em épocas de estiagem e com baixo custo;
- garante a continuidade das atividades na propriedade, mesmo em época de estiagem;
- diminui o custo para o agricultor e para o poder público do transporte de água com trator e caminhão tanque, podendo ser disponibilizada para outras obras;
- incentiva a população a fazer o aproveitamento correto da água de chuva;
- minimiza o escoamento do alto volume de água nas redes pluviais durante as chuvas fortes (BRASIL, 2006, p. 58).

Metodologia

O projeto “Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão - PR” foi financiado pelo CNPq e teve como objetivo desenvolver ações relacionadas ao uso e aproveitamento da água, evitando o desperdício e melhorando a qualidade dos recursos hídricos por meio de ações como a proteção de fontes de águas consumidas (sistemas de isolamento com rochas, solo e cimento e, quando necessário com manilhas de concreto); cercamento do entorno das nascentes e recomposição da vegetação

pelo plantio de espécies nativas nessas áreas; construção de sistemas para destinação de dejetos humanos (canteiros/fossas de evapotranspiração) e águas residuais (círculos de bananeiras); reforma e construção de sistemas de irrigação; construção de cisternas; entre outras.

Envolvendo atividades de pesquisa e extensão, o projeto teve início em julho de 2009 e seu término ocorreu em julho de 2012, no município de Francisco Beltrão. No início, onze famílias produtoras de alimentos orgânicos foram beneficiadas e participaram e, no final, como ainda havia saldo de recursos, optou-se por beneficiar mais uma família com a mesma prática agrícola. Inicialmente, as onze famílias foram convidadas para uma reunião na universidade, onde o coordenador do projeto explanou sobre os objetivos, metodologia e resultados esperados. Desta forma, as famílias foram informadas e consultadas sobre sua participação no projeto, de modo que todas o acharam relevante, concordaram em participar e assinaram os termos de consentimentos.

Num segundo momento de contato, onde a equipe do projeto foi até os estabelecimentos rurais, os agricultores relataram as dificuldades encontradas em suas UPVFs em períodos de estiagem, pois como dependem da venda dos alimentos que produzem, quando há queda na produção cai também a venda e, conseqüentemente, a renda familiar. Os alimentos produzidos são comercializados em feira livre realizada semanalmente na cidade de Francisco Beltrão; em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e em outros locais, como mercados varejistas e venda em domicílio.

Nessas atividades de campo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de traçar um diagnóstico de cada UPVF, que identificou os corpos hídricos utilizados para consumo humano e animal, irrigação, uso doméstico geral, bem como a destinação de efluentes como águas de pias, lavanderias, chuveiros e principalmente de dejetos humanos e de animais. A partir do levantamento dos pontos de coleta de águas e de destinação de efluentes, foram priorizadas as águas consumidas pelas pessoas e por animais, para a realização de análises microbiológicas e físico-químicas. Após as análises foram definidas as ações necessárias para cada UPVF.

No contexto do projeto, procurou-se trabalhar aliando pesquisa e extensão, seguindo uma característica do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais), da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, na qual busca-se atuar com uma práxis de transformação social e territorial, numa perspectiva dialética entre a teoria e a prática, a busca de conhecimentos e sua aplicação, conforme salientado por Saquet (2011, p. 91-105). O foco principal da aplicação dos conhecimentos produzidos e discutidos com as famílias beneficiárias esteve na expansão da disponibilidade de água com qualidade para o consumo humano, animal e uso agrícola,

fato que possui ampla relação com a capacidade de produção de alimentos orgânicos e com a qualidade de vida das famílias agricultoras e dos consumidores de seus produtos.

Assim, o diagnóstico realizado com as famílias (atividade de pesquisa) foi fundamental para dialogar com as próprias famílias sobre as ações prioritárias, bem como para definir e implementar as ações mais relevantes em cada caso (atividades de extensão). Contudo, antes da definição das ações a serem realizadas nas UPVFs, foram ofertados dois cursos às famílias beneficiárias, sendo um deles sobre a importância da água e seus usos em estabelecimentos rurais, e outro sobre agroecologia e conservação de solos. Esses cursos contribuíram para sensibilizar as famílias sobre a importância da conservação das águas, dos solos e das florestas, bem como para propiciar conhecimentos sobre manejo dos solos e produção orgânica. Seja com os cursos ou com as ações realizadas, procurou-se possibilitar uma apropriação de conhecimentos teóricos e aplicados por parte dos agricultores envolvidos, permitindo a eles, difundir as informações e contribuir para replicar as ações realizadas.

Como este artigo tem o objetivo principal de apresentar os procedimentos relativos à construção de cisternas, não será possível detalhar todas as ações do projeto. No entanto, elencamos na sequência, as principais ações realizadas no âmbito do projeto de conservação de recursos hídricos.

Em primeiro lugar, as fontes particulares, geralmente situadas em nascentes ou afloramentos subsuperficiais de água que apresentaram algum tipo de contaminação microbiológica foram devidamente protegidas, com seus isolamentos com solo-cimento e, de seu entorno com cercas. Em seguida, foram construídas novas fossas para a destinação de dejetos humanos, sendo nove no sistema de canteiros biossépticos – com decomposição dos dejetos por meio da ação de bactérias aeróbias e da absorção dos resíduos por plantas – e uma no sistema de fossa séptica (com três tanques de concreto). Também foram construídas duas esterqueiras para a destinação de dejetos de suínos.

Outra ação importante, tratada nesse artigo, foi a construção de cisternas para as famílias que utilizam de irrigação em seus cultivos, sobretudo hortaliças e legumes, bem como para a dessedentação de seus rebanhos animais, com destaque para o gado leiteiro. Após a realização das análises microbiológicas e de entrevistas com cada família, verificou-se a pertinência e a necessidade de construção de cisternas. Assim, constatou-se que cinco famílias (das doze beneficiadas com recursos e ações do projeto) precisavam da cisterna para aliviar a escassez de água nos períodos de estiagem. Destas cinco, quatro tinham na olericultura a principal atividade geradora de renda, enquanto a outra UPVF tinha como atividade mais importante a produção de leite.

Como é fundamental a água em quantidade e com qualidade para as atividades de olericultura e para produção leiteira, a opção das cisternas minimizou os impactos dos períodos de estiagem, pois quando a disponibilidade de água de fontes ou poços é reduzida,

os agricultores utilizam águas de rios, geralmente contaminadas, seja com organismos biológicos, como coliformes termotolerantes (de origem fecal), seja com resíduos de produtos químicos utilizados em atividades agropecuárias, como agrotóxicos e medicamentos.

Considerando as cinco famílias utilizando-se de águas de rios ou de poços tubulares comunitários para irrigação (paga-se pela água coletada e distribuída), a opção da cisterna se justificou pela maior qualidade em relação à água de rios e por economia em relação à água utilizada de poços tubulares.

Para a seleção do tipo de cisterna a ser construída, fez-se o levantamento bibliográfico, com o objetivo de conhecer os tipos de cisternas utilizados no Brasil, para encontrar-se o modelo adequado às necessidades dos agricultores, visando menor custo, durabilidade e praticidade. Dentre os tipos de cisternas levantadas em Andrade Neto (2004, p. 2); Brito et. al. (2007, p. 5); CETAP (2008, p. 12) e Filho et. al. (2009, p. 125), optou-se pelo modelo ferro-cimento desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), que utiliza ferro, cimento, areia e telas de plástico e metal. Este modelo já foi experimentado nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Através de iniciativa da ONG Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), sediada no município de Francisco Beltrão/PR, entre os anos de 2008 e 2010 foram construídas duas cisternas com capacidade de armazenamento de 30 mil litros de água, em duas escolas da Mesorregião Sudoeste do Paraná, sendo uma no município de Dois Vizinhos e outra em Salgado Filho. Para tanto, foi contratada uma assessoria da ONG gaúcha CETAP, que já possuía conhecimentos para a construção desse tipo de cisterna. Paloschi et. al. (2010, p. 12) e Cieslik et. al. (2011, p. 2-3) relataram o processo de construção de algumas cisternas na Mesorregião Sudoeste do Paraná. Paloschi et. al. (2010, p. 8-11) apresentam as fórmulas utilizadas para o cálculo das dimensões de uma cisterna com capacidade de armazenamento de 30.000 litros de água e da quantidade de cimento, areia e outros materiais necessários.

A partir da experiência adquirida por técnicos da ONG ASSESOAR na construção de algumas cisternas e a parceria estabelecida entre a universidade e a ASSESOAR para a elaboração e execução do projeto “Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão - PR”, optou-se por construir as cisternas do referido projeto com a mesma técnica de ferro-cimento, proposta pelo CETAP.

Da mesma forma que as outras tecnologias implantadas pelo projeto (proteção de fontes; construção de fossas; sistemas de irrigação, etc.), as cisternas foram integralmente custeadas com recursos do projeto financiado pelo CNPq, como materiais e mão de obra. Apesar de procurar-se envolver as famílias na construção, houve necessidade de contratação de serviços de terceiros, devido a pouca disponibilidade de mão-de-obra das famílias. O

tamanho e a capacidade de armazenamento das cisternas foram definidos por meio das demandas por água e do diálogo com as famílias beneficiárias.

Resultados

No tipo de cisterna construída utilizou-se argamassa de cimento e areia armada em trama de vergalhões finos coberta por tela de fios galvanizados e de plástico. É boa técnica para a construção de reservatórios de água, pois é possível construir grandes estruturas com pouco material. Com paredes de 7 centímetros de espessura e construída em forma circular, pode-se acumular grande quantidade de água. Ainda que utilize cimento e ferro, apesar de não serem materiais ecológicos, esse tipo de cisterna utiliza quantidade bem menor de material em relação às cisternas convencionais, construídas de forma quadrada ou retangular. Esse tipo de cisterna é mais resistente que as de fibra de vidro ou policloreto de vinila (PVC).

Nas UPVFs de Valdecir Tres, Cleuza Araújo e Sergio Kaupka, foram construídas cisternas com capacidade para armazenar 35.000 litros, pois têm na olericultura a principal fonte de renda e de alimento. As cisterna nas UPVFs de Almir Calegari e Walfrido Korb possuem capacidade de 23.000 litros, pois enquanto a produção olerícola da primeira é pequena, a segunda desenvolve a pecuária leiteira como principal atividade, de modo que em virtude do rebanho composto por 20 cabeças, a cisterna com esta capacidade foi suficiente.

Para a construção de cada cisterna, planejou-se três dias de trabalho, mas devido à falta de mão-de-obra, levou-se uma semana para concluir cada uma. Contou-se com o trabalho de dois pedreiros, dois bolsistas do projeto e de ao menos uma pessoa da família para a construção de cada cisterna.

Primeiro definiu-se o local para a construção da cisterna em cada UPVF. Para permitir que a água fosse conduzida por gravidade, do telhado de alguma construção (casa, paiol ou outra benfeitoria) para dentro do reservatório. Quanto maior a área do telhado, mais rapidamente a cisterna estará cheia. O terreno foi preparado com o objetivo de deixá-lo compactado e plano (figura 1).

Em seguida, partiu-se para a etapa de montagem da parede da cisterna com arame e ferro. As amarras da parede são montadas no chão, fazendo uso de cinco malhas de ferro com 2 metros de altura e 3 metros de comprimento, amarradas com arame fino e liso. Em seguida, foi colocada uma tela plástica de viveiro em toda a extensão, amarrada às malhas. Na sequência, amarrou-se a tela de metal de viveiro, com o auxílio de várias pessoas. Essa tela foi levantada do chão e fechada em forma de círculo, amarrando-se as duas extremidades da malha. Esta armação circular ficou com 4,5 metros de diâmetros (para a cisterna de 35.000 litros) (figura 2).

Figura 1: Preparo da base

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Figura 2: Montagem das paredes

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Após o terreno ser nivelado, foi desenhado um círculo com um diâmetro 60 cm maior que o diâmetro formado pelo círculo das paredes. Um marco de madeira foi inserido no centro da base aplainada e por meio de uma linha, delimitou-se a circunferência da cisterna. A base da cisterna deve ser maior que o corpo, para melhorar a sustentação e facilitar o trabalho de construção.

Antes de iniciar a colocação da massa de cimento, uma camada de brita foi espalhada na base. Em seguida, instalou-se um cano de PVC de 40 milímetros de largura e 3 metros de comprimento, com um joelho e uma válvula para esgotar a água de dentro da cisterna quando necessário realizar sua limpeza. Esse cano foi instalado do ponto central da base até o local de saída da água, fora do raio da cisterna. Após o encanamento estar pronto, colocou-se uma malha de ferro sobre o encanamento e a brita (figura 3). Então fez-se a massa, colocada na base da cisterna da seguinte forma: em uma betoneira foram misturados 60 litros de areia, 40 litros de brita, 20 litros de cimento e água. Os quatro componentes foram misturados formando uma massa homogênea, para evitar vazamentos na base da cisterna.

O concreto foi espalhado de modo uniforme, formando um perfil de 10 cm com uma pequena inclinação das bordas para o centro. Este procedimento ajudará no escoamento da água em futura limpeza. Com as paredes de ferro bem amarradas, o passo seguinte foi colocá-la sobre a base com a massa de cimento fresca, forçando-a para nela entrar. Após a parede ser fixada, fez-se o revestimento com argamassa de cimento e areia. No preparo desta argamassa deve-se tomar o cuidado de peneirar toda a areia, retirando as impurezas e deixando-a com granulometria bem fina, para evitar vazamentos nas paredes da cisterna. A massa foi preparada na betoneira na proporção de 2:1, ou seja, 40 litros de areia para 20 litros de cimento, acrescentando água até formar uma massa consistente de fácil manuseio. Essa fórmula foi essencial para dar viscosidade à massa, de modo a ser fixada facilmente na parede de ferro, além de resistência quando estiver seca, para evitar vazamentos. Foram colocadas

quatro demãos nas paredes com colher de pedreiro, sendo duas por dentro e duas por fora, de forma intercalada. A espessura da parede pronta variou entre 6 e 7 centímetros.

Figura 3: Montagem da malha e do cano para limpeza



Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Figura 4: Parede com massa



Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Para verificar o nível de água na cisterna, foi instalada uma válvula junto à base da parede, conectada a uma mangueira de plástico transparente com 2,30 metros de altura (figura 5). A outra extremidade foi fixada na borda da tampa. Assim, quando a água da mangueira estiver perto da base da cisterna, a mesma estará praticamente vazia.

Figura 5: Mangueira instalada para acompanhar a quantidade de água da cisterna



Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Para a construção do topo da cisterna (figura 6), utilizou-se da mesma malha de ferro usada na construção da parede e da base. O topo foi recortado em formato de círculo com raio de 20 cm maior que o raio da cisterna (figura 7) e com abertura de 50 x 50 cm no centro, usada como tampa da cisterna. Essa tampa servirá para o monitoramento, instalação de bomba e entrada para a limpeza e foi fechada com uma chapa de zinco, na fase final de

construção. Além da malha de ferro e da tela de metal, colocou-se uma tela de sombrite (tela de plástico usada para proteção de hortaliças) para evitar que a massa de cimento vazasse. A malha de ferro, a tela de metal e a tela de sombrite foram amarradas com o intuito de fixar bem a massa no topo da cisterna.

Figura 6: Construção do topo



Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Figura 7: Fixação do topo



Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Montagem do topo da cisterna

Quando as paredes laterais estavam bem secas, a parte do topo da cisterna foi colocada, com a ajuda de várias pessoas. Foi um trabalho devido ao seu tamanho e peso, e as pessoas ficaram do lado de dentro e de fora da cisterna, contribuindo para assentar o topo da maneira correta. Na parte interna, bambus mais altos que a altura normal da cisterna foram fixados dentro da mesma, na parte central, para garantir que o topo fique no formato convexo (figura 8). Após centralizar o topo, começaram as amarrações entre as malhas de ferro das extremidades do topo com as extremidades da parede (figura 10).

Concluídas as amarrações, o passo seguinte foi cortar a malha próxima à entrada de 50 x 50 cm (tampa), no topo e instalar um cano de PVC 150 mm de largura e 3,50 metros de comprimento. Esse cano serve para drenar o excesso de água quando a cisterna estiver cheia. Outro corte no topo foi necessário para instalar um cano de PVC com 150 mm que conduzirá a água das calhas do telhado para a cisterna (figura 9). Na entrada de 50 x 50 cm (tampa), foi instalado um molde de madeira com estas dimensões, para impedir que a massa de cimento vazasse para dentro da cisterna. Posteriormente, foi instalada a tampa de zinco.

Figura 8: Bambus de apoio para fixar o topo

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Figura 9: Molde da tampa e canos de entrada e saída de água

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

O próximo passo foi revestir a tampa com uma camada de massa de cimento de 7 cm espalhada com pás e colher de pedreiro (figura 11). Para melhorar a cura da massa molhou-se a cisterna 3 vezes por dia durante uma semana e a abasteceu-se com 5.000 litros de água, para a secagem lenta, evitando rachaduras e vazamentos.

Figura 10: Topo pronto para fixação da massa

Fonte: Arquivo do projeto, 2011

Figura 11: Fixação da massa

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Quando a massa da parede e do topo estava seca, fez-se o acabamento com massa fina por dentro e por fora da cisterna, seguido de polimento com espuma umedecida. O polimento foi importante para homogeneizar a massa, evitando falhas no reboco e possíveis vazamentos. Com essa etapa concluída, esperou-se, no mínimo, 15 dias para a retirada dos

bambus do interior da cisterna, que serviram de apoio para a sustentação do topo. A tampa de zinco foi colocada após a retirada dos bambus, sendo fixada com duas dobradiças.

A captação das águas da chuva ocorre pelos telhados das próprias casas. Para isso, foram contratados os serviços de uma metalúrgica, que foi até cada uma das cinco UPVFs em que foram construídas as cisternas, para fazer um levantamento da quantidade de calhas necessárias e suas instalações. Por serem cisternas de uso exclusivo para irrigação e dessedentação, nenhum sistema de tratamento e purificação foi instalado.

Silva (2006, p. 71) alerta que, mesmo quando se usa tela na entrada da cisterna, é recomendado o desvio da primeira chuva, para remover as partículas depositadas na superfície da área de captação (folhas, poeira e fezes de pássaros e de pequenos animais).

No entanto, para o descarte da primeira água da chuva do telhado, carregando impurezas, foi instalado, na saída de cada calha, um T (conexão de PVC em forma de T) de 200 mm com redução para 150 mm, apontada para baixo. Segundo Paloschi et. al. (2010, p. 13), na extremidade de 200 mm deve-se inserir um cano de PVC que leva a água para dentro da cisterna. Abaixo, na redução de 150 mm instala-se um cano de aproximadamente 2 metros de comprimento com uma bola flutuante maior do que a redução de 150 mm, de modo que a água não consiga passar pela mesma. Na extremidade do cano deve ser encaixado um tampão. Assim, quando chove, a primeira água da chuva desce pela redução do T até encher o cano de 150 mm e a bola trancar a água. Em seguida, a água começa a entrar na cisterna. Após cada chuva o tampão é aberto para retirar a água suja que ficou no cano.

Estudos realizados com a aplicação do desvio evidenciaram melhorias na qualidade da água armazenada, pela lavagem da superfície de captação das primeiras chuvas, que é descartada (ANDRADE NETO, 2004, p. 5).

Para esse procedimento, instalou-se na saída de cada calha, um cano de PVC de 100 mm de largura, conectando-se um T de 200 mm de largura, com redução para 150 mm, apontado para baixo. Na extremidade de 200 mm colocou-se um cano de PVC de 150 mm que leva a água para dentro da cisterna. Abaixo, na redução de 150 mm instalou-se uma ampliação para 200 mm e um cano de mesma bitola, com aproximadamente dois metros de comprimento, com uma bola flutuante maior do que a redução de 150 mm, de modo que não seja possível passar a primeira água das chuvas pela mesma (figura 12). Na extremidade do cano foi encaixado um joelho de 90° com um tampão (figura 13). Quando chove, a primeira água da chuva desce pela redução do T até encher o cano de 200 mm e a bola sobe bloqueando a redução de 150 mm. Depois disso, a água começa ir para dentro da cisterna.

Figura 12: Sistema de descarte

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Figura 13: Saída da água de descarte

Fonte: Arquivo do projeto, 2011.

Na base do descarte foi construída outra de concreto para evitar que o descarte vibre com a entrada da água, segurando o tampão de 200 mm (figura 13). Para retirar a água para o consumo, foi instalada uma bomba submersa e uma válvula no cano de 40 mm utilizado para a limpeza e que também pode ser usado para conduzir a água para o consumo.

Os materiais utilizados na construção foram encontrados com facilidade em lojas que comercialização de materiais para construção, veterinárias e metalúrgicas. Além dos materiais descritos na tabela 1, foram necessários colheres de pedreiro, alicates, torqueses, peneira média, baldes, enxadas, pá, picareta, andaimes de um metro de altura, três escadas grandes, esmerilhadora com discos para cortar ferro, betoneira, carrinho de mão e bambus.

Tabela 1 - Materiais utilizados na construção da cisterna de 35.000 litros

Item	Descrição	Quantidade	Valor Un. R\$*	Valor Total R\$
1	Cimento	35 sacos	28,50	997,50
2	Brita	3 m³	32,00	96,00
3	Areia	5 m³	121,00	605,00
4	Malha de ferro 4,2" Gerdau 15 x 15	78 m²	13,00	1.014,00
5	Tela de Metal Meia Polegada 1,00 metro	60 m²	9,48	568,80
6	Tela de Plástico Meia Polegada 1,00 metro.	40 m²	3,00	120,00
7	Sombrite 65%	20 m²	6,50	130,00
8	Arame fino e liso	8 kg	8,60	68,80
9	Bambus de 2,5 metros	70 un	00	00
10	Tampa de zinco	01 un	110,00	110,00
11	Bomba submersa 127 v	01 un	289,00	289,00
12	Cola para PVC	01 un	11,98	11,98
13	Válvula PVC 40 mm	01 un	17,80	17,80
14	Tubo PVC 40 mm	6 metros	9,60	57,60
15	Joelho PVC 90° / 40 mm	01 un	2,00	2,00
16	Tubo PVC 200 mm	6 metros	30,83	184,98
17	Tubo PVC 150 mm	3 metros	15,33	50,00
18	Joelho PVC 200 mm	02 un	80,00	160,00
19	Tampa PVC 200 mm	01 un	72,00	72,00
20	T 200 x150mm	01 un	15,40	15,40
21	Redução 200 x150mm	01 un	28,80	28,80
Total	R\$ 4.599,66			

*Valores atualizados em outubro de 2015. Em 2014 o valor total era de R\$ 3.477,00.

Terminado o trabalho de construção das cisternas, buscou-se monitorar a qualidade das águas armazenadas depois de algumas chuvas. Assim, foram realizadas análises microbiológicas nas águas das cisternas de duas UPVFs, sendo a de Cleusa Araújo e de Walfrido Korb. As amostras foram encaminhadas para um laboratório particular e os resultados não indicaram contaminação por coliformes termotolerantes (de origem fecal) e pela bactéria *Escherichia coli*, conforme os parâmetros da Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde.

As análises comprovaram a qualidade das águas da chuva armazenadas em cisternas é satisfatória para irrigação e dessedentação de animais, e, se necessário, até para o consumo humano. No entanto, como as UPVFs possuem outras fontes de água para consumo humano, nenhuma delas utilizou-a para esse fim. Apesar dos resultados positivos, sugere-se aos agricultores que, para o uso das águas das cisternas, são necessários cuidados como a retirada de folhas e galhos dos telhados, limpeza das calhas, abertura da tampa de 200 mm para a saída da primeira água das chuvas do cano de descarte, além da lavagem do interior da cisterna uma vez por ano.

O procedimento de construção das cisternas foi totalmente pago com recursos do projeto, porém houve envolvimento e participação dos membros durante a construção da cisterna. Isso foi importante para que essas famílias pudessem se apropriar dos conhecimentos para a construção da cisterna, podendo replicá-los para outros agricultores e interessados.

Os membros da equipe (bolsistas do projeto) que se envolveram na construção das cisternas, também foram procurados para ajudar na construção de outras cisternas. Um deles foi contratado posteriormente pela ONG ASSESOAR e pode liderar a construção de outras cisternas na região, sobretudo em escolas públicas. Isso também indica que o projeto teve uma contribuição técnica e social relevante, expandida para além do período de vigência e execução do mesmo.

Cabe ressaltar que após a construção das cisternas, houve um monitoramento da qualidade das águas, através de análises microbiológicas, que indicaram a possibilidade de uso para dessedentação de animais e irrigação de hortaliças, atividades para as quais as cisternas foram construídas.

Considerações finais

Apesar de o artigo ter um caráter descritivo da metodologia de construção da cisterna, considerando os materiais necessários e as etapas de construção, seu objetivo é divulgar a concepção do projeto sobre conservação de recursos hídricos, pautado no diagnóstico dos corpos hídricos utilizados e nas ações prioritárias a serem realizadas. No caso específico das cisternas, elas somente foram construídas em UPVFs que tinham algum problema de disponibilidade de água. Verificou-se que tal problema é recorrente em períodos de estiagem, de modo que as águas pluviais armazenadas nas cisternas podem contribuir para a irrigação e dessedentação de animais, conforme já apontado. Assim, foi possível compatibilizar ações de pesquisa e extensão.

A experiência relatada indica que as cisternas são viáveis para o reuso de águas pluviais e úteis para os agricultores beneficiários, que vivem no Sul do Brasil. Apesar da

disseminação dessa técnica ter ocorrido na Região Nordeste, sobretudo no semi-árido - de forma amplamente compreensível e justificável – a construção de cisternas ampliou-se em todo o Brasil, inclusive na Região Sul, que apesar de um clima subtropical úmido, apresenta períodos curtos de estiagem.

Além das cisternas construídas pelo projeto, na Mesorregião Sudoeste do Paraná outras iniciativas de construção de cisternas vêm ocorrendo, sobretudo em escolas públicas rurais, conforme Paloschi et. Al. (2010, p. 19) e Cleslik et. al. (2011, p. 4). Com o apoio de instituições da agricultura familiar, essa técnica tem sido difundida, contribuindo para o reuso da água na região, bem como para as atividades produtivas em UPVFs.

Acredita-se que as cisternas podem ser replicadas em outros municípios e regiões do Brasil, sobretudo em virtude do quadro grave de escassez periódica de água em vários município. Contudo, os usuários das cisternas também devem controlar a quantidade de água existente, para ter água disponível nos períodos mais críticos. Portanto, faz-se necessário um acompanhamento do nível de água da cisterna, bem como da previsão do tempo, no sentido de saber se quando haverá chuvas e qual a quantidade estimada.

Referências

ANDRADE NETO, C. O. **Proteção sanitária das cisternas rurais**. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 11, 2004. Natal-RN. **Anais...** Natal: ABES/APESB/APRH, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS nº 518 de 25 de março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.aeap.org.br/doc/portaria_518_de_25_de_marco_2004.pdf>. Acessado em 17 de março de 2014.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Manual de saneamento**. Brasília: FUNASA, 2006. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/127278463/MANUAL-DE-SANEAMENTO-FUNASA-pdf#scribd>>. Acessado em 09 de outubro de 2014.

BRASIL. Articulação do Semi-árido (ASA). **Programa Um Milhão de Cisternas**. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informações.asp?COD-MENU=1150>>. Acessado em 02 de junho de 2014.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis**: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Elaboração Teresa Moreira. MEC/MMA. Brasília: 2012.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BRITO, L. T. de L.; CAVALCANTI, N. B.; GNADLINGER, João; PEREIRA, Lúcio A. CISTERNA - alternativa hídrica para melhorar a dieta alimentar das famílias do semiárido brasileiro. In: Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, 6, 2007. **Anais...** Belo Horizonte, 2007.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES (CETAP). **Aprendendo a Construir**: cisternas em ferro-cimento. Passo Fundo: Meia Dois Comunicação, 2008.

CIESLIK, Laurês Francisco FERREIRA, Everaldo Skalinski CIESLIK, Lucas Fernando CANDIOTTO, Gilvanei BALIN, Nilson Marcos; BIANCHINI, Cristiano. Cisterna de Ferro Cimento Como Alternativa para Captação e Armazenamento da Água da Chuva na Região Sudoeste do Paraná. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 7, 2011. **Anais...** Fortaleza, 2011. Disponível em <www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/.../7731>. Acessado em 21 de maio de 2014.

FILHO, A. S. M.; LIMA, V. L. A.; NASCIMENTO, J. W. B.; SANTOS, J. S. Desenvolvimento de um modelo de captação de água de chuva para o semi-árido do Brasil. **Engenharia ambiental**, v. 6, n. 1, p. 121-136, jan/abr 2009. Espírito Santo do Pinhal, SP. Disponível em <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codarquivo=223>. Acessado em 09 de outubro de 2014.

GNADLINGER, J. **Colheita de Água de Chuva em Áreas Rurais**. Juazeiro– BA: IRPAA, 2000. 40 p.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Mexico: Siglo Veintiuno Ed., 1994.

PALOSCHI, Katia; DAMBROS, Talita; PERONDI, Miguel. Viabilidade da implantação de cisternas para a captação de água pluvial no meio rural do Sudoeste do Paraná. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 20, 2010. **Anais...** Francisco Beltrão, 2010. Disponível em <<http://assesoar.org.br/?p=12>>. Acessado em 14 de junho de 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. **Sustentando a Insustentabilidade**: comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. 2012. Disponível no site Ecodebate <www.ecodebate.com.br>. Acessado em 06 de fevereiro de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada pra a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, C. V. **Qualidade da água de chuva para consumo humano armazenada em cisternas de placa. Estudo de Caso**: Araçuaí, MG. Dissertação (Mestrado em Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

TAVARES, A. C.; SILVA, M. M. P. da; OLIVEIRA, L. A.; SOUTO, R. Q.; NÓBREGA, R. L. B.; CEBALLOS, B. S. O. **Captação e manejo de água de chuva em cisternas**: uma forma de mitigar os efeitos das secas prolongadas no Nordeste semiárido – estudo de caso: Assentamento Paus Brancos, Paraíba. In: Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, 6, 2007. **Anais...** Belo Horizonte, 2007.

Recebido para publicação em 10 de outubro de 2014

Devolvido para revisão em 15 de setembro de 2015

Aceito para publicação em 20 de novembro de 2015

Formação Continuada de Professores das Escolas do Campo no Município de Governador Valadares - MG

Cláudio Barbosa Ventura

Professor de Geografia. Pós-graduado em Gestão Educacional. Mestrando em Educação pela UFMG, na linha de pesquisa Educação do Campo do programa PROMESTRE. Atua na formação continuada de professores das escolas do campo e urbanas no Município de Governador Valadares
e-mail: claudimgv@hotmail.com

Resumo

O artigo em questão aborda a educação do campo no Brasil pautando a discussão a partir de uma realidade concreta aliada a um referencial teórico que orienta as discussões e conclusões expressas no texto. Tem como foco a reflexão sobre a importância da formação continuada de educadores do campo. Para tal, retoma, brevemente, algumas discussões em nível conceitual, buscando aclarar ao longo da história educacional do Brasil o que entendeu-se e entende-se por formação continuada, confrontando os conceitos expressos, com a prática formativa analisada. Toma, como realidade concreta analisada, o programa de formação continuada desenvolvido no Município de Governador Valadares pela Secretaria Municipal de Educação (SMED/GV). Para efeito foi usada como metodologia a revisão bibliográfica, análise de leis e de documentação local.

Palavras chave: Formação continuada; educação do campo; professores; educadores; política pública.

Continuing teacher training and the Rural Schools in the city of Governador Valadares - MG

Abstract

The article in question addresses the education field in Brazil guided the discussion from a concrete reality combined with a theoretical framework that guides the discussions and conclusions expressed in the text. Focuses on the reflection on the importance of continued training of field educators. To this end, recovery, briefly, some discussion at a conceptual level, seeking to clarify along the educational history of Brazil which is understood and is meant for continuing education, comparing the concepts expressed with the formative practices analyzed. Here, as a concrete reality analyzed, the continuing education program developed in the city of Governador Valadares by the City Department of Education (SMED / GV). To effect was used as methodology the literature review, analysis of laws and local documentation.

Keywords: Continuing education; rural education; teachers; educators; public policy.

Formación continúa del profesorado de Escuelas Rurales en la ciudad de Governador Valadares - MG

Resumen

El artículo en cuestión aborda el campo de la educación en Brasil guió la discusión de una realidad concreta se combina con un marco teórico que guía las discusiones y conclusiones expresadas en el texto. Se centra en la reflexión sobre la importancia de la formación continuada de los educadores de campo. Con este fin, la recuperación, brevemente, algunas discusiones a nivel conceptual, tratando de aclarar lo largo de la historia educativa de Brasil que fue entendido y medios para la educación continua, la comparación de los conceptos expresados con las prácticas formativas analizados. Aquí, como una realidad concreta analizada, el programa de educación continua se desarrolló en la ciudad de Governador Valadares por el Departamento de Educación de la Ciudad (SMED / GV). Para el efecto se utilizó como metodología de la revisión de la literatura, el análisis de las leyes y la documentación local.

Palabras clave: Educación continua; educación rural; profesores; educadores; de política pública.

Introdução

O Brasil tem passado por profundas mudanças e reflexões no que diz respeito a educação. Vivemos um tempo de profundas críticas aos modelos conservadores de escola. Pierre de Bourdieu (1999, p. 41) assevera que a escola *“é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”*.

Luckesi (1994) destaca que ao longo da história já se construíram 3 tipos de escola: *redentora, reprodutora e transformadora*. A redentora assume o papel de um “super-herói” oferecendo respostas prontas a todas as questões e problemas da sociedade busca formatar o indivíduo para que esse adapte-se melhor ao meio social, é não-reflexiva; a reprodutora, está preocupada em repassar os conhecimentos adquiridos a todos, é vista como um fruto da sociedade e cheia de interesses políticos, sociais e econômicos seu principal objetivo é cooperar para a perenidade do sistema social e a transformadora que compreende a educação como mediadora de um projeto social, instrumento de transformação da sociedade.

Nesse sentido a escola tem sido constantemente chamada a refletir sobre o seu papel na sociedade, tendendo a distanciar-se da posição de mera reprodutora ou transmissora de conhecimentos para aproximar-se de sua função de promover o ser humano. Saviani, (1980) afirma que promover o homem é torná-lo consciente de sua realidade para que assim ele possa “intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”. (p.52)

Peres (1998) assevera que não obstante toda a contradição envolvida no âmbito da relação homem-sociedade, a escola deve formar um cidadão capacitado para intervenção responsável na vida pública em todos os âmbitos sociais que exijam “participação ativa e

responsável de todos os cidadãos considerados por direito como iguais” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 20)

Durante muito tempo, pensou-se que somente a formação inicial supriria todas as necessidades pedagógicas do docente, capacitando-o plenamente para o exercício da sua função, porém, com o advento das novas pesquisas e das reformas educacionais, percebeu-se a necessidade de uma formação posterior à formação inicial do docente como forma de garantia da qualidade da educação e para *“responder às necessidades de formação sentidas pelo próprio[professor] e às do sistema educativo, resultantes das mudanças sociais e/ou do próprio sistema de ensino.”*(RODRIGUES e ESTEVES (1993.P.41). Sejam quais forem as mudanças advindas das reflexões sobre a escola e seu papel social, essas só terão êxito de fato no ambiente escolar se vierem acompanhadas pela formação continuada de professores. (PERRENOUD, 2000).

Apontamentos sobre formação continuada no Brasil

No Brasil, as experiências mais antigas de formação continuada datam da década de 1960, no Rio de Janeiro (ANDALÓ 1995,P.30). As experiências de formação continuada sofreram grandes mudanças advindas dos contextos nos quais se firmavam. Segundo Silva e Frade (1997) na década de 1970 com o advento da ditadura, a formação continuada foi pautada na “valorização de princípios de racionalidade técnica, da hierarquização de funções, da burocratização da escola,”. (p. 33).

Com a abertura política e democrática a partir da década de 1980, houve um aumento da participação de professores na discussão dos processos formativos, o que possibilitou que a formação continuada se afastasse do seu viés tecnicista e passasse a propor uma discussão de sociedade e a buscar a construção do perfil de um profissional mais politizado e consciente de sua prática educadora e papel social (SILVA E FRADE, 1997).

O desenvolvimento do processo de globalização, no Brasil, perceptível sobretudo a partir da década de 1990, também influenciou os projetos de formação continuada. As novas tecnologias, globalização cultural e a reestruturação das relações internacionais, passaram a exigir dos professores novos conhecimentos, habilidades e métodos que respondessem efetivamente às necessidades da época. Nesse período, os movimentos de professores tem grande papel, e passam a exigir sobretudo que tanto a formação continuada quanto a formação inicial do docente fossem feitas pelas Universidades. (SILVA E FRADE 1997).

Prada (1997) elaborou um quadro explicativo com os diferentes termos usados ao longo do tempo para designar as formações posteriores à formação inicial.

<i>Capacitação</i>	<i>Proporcionar determinada capacidade a ser adquirida pelos professores, mediante um curso; concepção mecanicista que considera os docentes incapacitados.</i>
<i>Qualificação</i>	<i>Não implica a ausência de capacidade, mas continua sendo mecanicista, pois visa melhorar apenas algumas qualidades já existentes.</i>
<i>Aperfeiçoamento</i>	<i>Implica tornar os professores perfeitos. Está associado à maioria dos outros termos.</i>
<i>Reciclagem</i>	<i>Termo próprio de processos industriais e, usualmente, referente à recuperação do lixo.</i>
<i>Atualização</i>	<i>Ação similar à do jornalismo; informar aos professores para manter nas atualidades dos acontecimentos, recebe críticas semelhantes à educação bancária.</i>
<i>Formação Continuada</i>	<i>Alcançar níveis mais elevados na educação formal ou aprofundar como continuidade dos conhecimentos que os professores já possuem</i>
<i>Formação Permanente</i>	<i>Realizada constantemente, visa à formação geral da pessoa sem se preocupar apenas com os níveis da educação formal.</i>
<i>Especialização</i>	<i>É a realização de um curso superior sobre um tema específico.</i>
<i>Aprofundamento</i>	<i>Tornar mais profundo alguns dos conhecimentos que os professores já têm.</i>
<i>Treinamento</i>	<i>Adquirir habilidades por repetição, utilizado para manipulação de máquinas em processos industriais, no caso dos professores, estes interagem com pessoas.</i>
<i>Re-treinamento</i>	<i>Voltar a treinar o que já havia sido treinado.</i>
<i>Aprimoramento</i>	<i>Melhorar a qualidade do conhecimento dos professores.</i>
<i>Superação</i>	<i>Subir a outros patamares ou níveis, por exemplo, de titulação universitária ou pós-graduação.</i>
<i>Desenvolvimento Profissional</i>	<i>Cursos de curta duração que procuram a “eficiência” do professor</i>
<i>Profissionalização</i>	<i>Tornar profissional. Conseguir, para quem não tem, um título ou diploma</i>
<i>Compensação</i>	<i>Suprir algo que falta. Atividades que pretendem subsidiar conhecimentos que faltaram na formação anterior</i>

Fonte: Prada (1997, p.88-9).

Esses projetos de formação vão recebendo diversos nomes ao longo do tempo, esses nomes, dotados de intencionalidades, traziam em si as perspectivas e objetivos dos que organizavam os projetos formativos.

Historicamente as diferentes visões da escola e do docente, foram acompanhadas por diferentes projetos de formação inicial e formação continuada docente. Ribas (2000), afirma nesse sentido que as concepções e os projetos de formação docente construídas historicamente estão permeadas pela concepção de ser humano, de escola, de educação e de ensino perceptíveis nos currículos de cada época.

Libânio (1998) defende a formação continuada como ferramenta para levar o professor a uma ação reflexiva e progressiva consciência de sua prática docente. Behrens (1996, p. 24) assevera que *“na busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”*.

Ao longo desse texto, adotaremos o termo “formação continuada”. Essa é a nomenclatura utilizada na SMED/GV, nomenclatura essa em consonância com os pressupostos de educação permanente divulgados pela UNESCO como uma política mundial para a educação de adultos. Na classe docente, esse conceito foi assimilado como uma formação que não objetiva aquisição de um diploma mas como uma necessidade de aquisição de habilidades e conhecimentos para o exercício da profissão docente (PRADA 2010, P.365), cuja coerência requer segundo Menezes (2003,) *“uma constante reflexão sobre si mesmo sob pena de transformar-se em meras práticas receitas e petrificadas.”*(p. 317). Apesar dos diferentes entendimentos a esse respeito na SMED/GV, manteremos seu uso sem aprofundar reflexões sobre seu apossamento.

Contextualização: ETI nas escolas do campo de Governado Valadares

O Município de Governador Valadares abarca uma grande diversidade de comunidades e escolas que localizam-se tanto no meio rural, composto por 23 escolas quanto no meio urbano que abarca 27 escolas além de 7 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's e 17 Instituições de Educação Infantil conveniadas, todas funcionando em tempo integral.

As escolas do campo, são agrupadas em Micropolos, todos com escolas funcionando em tempo integral, sendo eles: Micropolo Córrego dos Borges; Micropolo Brejaubinha, Micropolo Capoeirão Brejaubinha; Micropolo Chonim de Cima; Micropolo Goiabal; Micropolo São José do Itapinoã e Micropolo Melquiades.

A Escola de Tempo Integral ¹ foi implantada em Governador Valadares simultaneamente em todas as escolas, do campo e da cidade, em 2010. Configura como

¹ Nesse texto será representada pela sigla ETI

política pública educacional municipal. Tendo como diretriz norteadora o fortalecimento da identidade local para o desenvolvimento sustentável, buscando não somente a ampliação da jornada escolar, mas uma escola que possibilite a vivência democrática nas suas relações, em todos os seus tempos e espaços e oferecendo assim uma educação transformadora e comprometida com a formação humana cerca de 24.000 alunos passaram a vivenciar 8 horas diárias no Ensino Fundamental(GOVERNADOR VALADARES I,p.16)

O documento norteador do currículo nas escolas de tempo Integral são os chamados “Cadernos da Escola de Tempo Integral De Governador Valadares”. Esses cadernos, divididos em quatro volumes, pautam basicamente: a contextualização e a história da construção da ETI em governador Valadares, a organização curricular das escolas, e o agrupamento dos alunos em ciclos que consideram a faixa etária. Nesse documento, optou-se por agrupar as disciplinas escolares nos chamados “eixos” no intuito de romper “ *com o isolamento de cada disciplina*”, pois como consta nos cadernos, *esses eixos “ indicam caminho curricular que vai ao encontro da educação integral.”*(GOVERNADOR VALADARES IV,p.03). Os eixos ficaram assim nomeados e as disciplinas neles agrupadas:

Eixo Temático Identidade e Diversidade foram agrupadas as disciplinas e conteúdos: História, Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso, Educação Física.;(...) Eixo Temático Comunicação e Múltiplas Linguagens foram integradas as seguintes disciplinas e conteúdos: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes.(...) Eixo Sustentabilidade e Protagonismo encontram-se as disciplinas e conteúdos de: Ciências da Natureza e Geografia.. (GOVERNADOR VALADARES 2010, vol.IV,p.4)

Durante a construção dos “Cadernos da ETI”, não houve sucesso na elaboração de uma proposta específica para as escolas do campo, cabendo a essas apenas uma página no volume I dos “cadernos da ETI”, onde em termos de conceito consta que :

“A Educação do Campo, entendida como sinal de vida, de trabalho, de cultura e de relações sociais, deve expressar os interesses e necessidades de desenvolvimento das pessoas que vivem, trabalham e são do campo, e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano.” (GOVERNADOR VALADARES 2010, vol.I,p16)

Segundo conversas informais com funcionários que trabalharam na elaboração dos documentos da ETI, percebeu-se que a não construção de uma política de educação do campo específica para o município, deveu-se ao curto prazo estabelecido para esse processo e a escassez de pessoas que pautassem mais arraigadamente essa discussão. Porém os documentos da ETI sinalizaram uma abertura a essa construção ao explicitar a defesa de:

“uma educação integral, em escola de tempo integral, específica e diferenciada, voltada para os interesses da vida no campo, alicerçada numa concepção de educação como formação humana, que favoreça ao aluno a

construção da identidade local e regional e do sentimento de pertencimento ao lugar onde vive.” (GOVERNADOR VALADARES 2010, vol.I,p16)

No que se refere a estrutura físicas das escolas do campo de Governador Valadares, percebe-se que não foram originalmente construídas para funcionar como escolas de tempo integral, por isso tiveram que sofrer adaptações dos seus espaços para poder atender ao projeto da SMED/GV. Essa situação precarizou o uso do espaço nas escolas. Pátios, quadras, bibliotecas, salas de vídeo, salas de jogos etc, foram suprimidas para dar lugar a salas de aula, inclusive algumas salas de aula que já existiam tiveram que ser divididas com “comprensados” para atender a mais de uma turma.

Formação continuada de docentes do campo em Governador Valadares

Todas as escolas contam com pedagogos que atendem micropolos. O número varia entre um ou dois, há casos em que esse tem que dar assistência a mais de uma escola ou anexo, trabalho esse que torna-se ainda mais difícil devido a distância desses espaços em relação à sede.

Os pedagogos realizam frequentemente reuniões com os professores que acompanham, nas escolas, para planejamento, avaliação e formação. Essas reuniões são feitas tendo em vista a orientação das Pedagogas Analistas da SMED/GV, responsáveis pela formação e acompanhamento (por meio de acessórias) dos pedagogos escolares.

Todas as formações que ocorrem nas escolas e as formações oferecidas pela SMED/GV ocorrem tendo em vista as orientações dos chamados “Cadernos da ETI”, documento que orienta a organização curricular das escolas, agrupando os professores de acordo com os eixos temáticos, havendo inclusive um dia estabelecido para o estudo de cada eixo: terça: Comunicação e Múltiplas Linguagens, quarta: Identidade e diversidade e quinta: Sustentabilidade e Protagonismo

Alguns dos micropolos, possuem escolas que atendem a alunos dos anos finais² sendo essas escolas: E.M. Araripe Júnior (Micropolo Brejaubinha); E. M. João Pereira (Micropolo Córrego dos Pereiras); E.M. Antônio de Castro Pinto (Micropolo Goiabal); E. M. Bárbara Heliodora (Micropolo São José do Itapinoã) e E. M. Monteiro Lobato (Micropolo Melquíades).

Além do pedagogo da escola, as instituições, também contam com o apoio do “Técnico em conteúdo Curricular ³” que são professores dos conteúdos: português, matemática, Inglês, artes, música, educação física, história, ensino religioso, geografia e ciências; presentes no currículo da ETI, lotados na SMED/GV.

² Alunos do 5º ao 9º ano escolar, também chamado de Fundamental II

³ Nesse texto será representada pela sigla TCC

Os TCC's são os responsáveis, em termos de órgão central, município pela organização e execução da formação dos docentes de anos finais. Para tal, organizam-se em uma equipe com uma coordenação específica de formação que propõe a organização dos trabalhos, divisão de tarefas, momentos de estudo interno, reuniões avaliativas etc.

As formações seguem a organização dos eixos, apesar de os eixos proporem a interação entre as disciplinas e os conteúdos escolares, as formações ocorrem quase separadas por disciplinas, havendo interação ocasional entre professores de diferentes disciplinas escolares ou eixos.

A frequência das formações é bimestral. Os encontros são de oito horas, durante as quais os alunos são dispensados e os professores de todas as escolas do campo reúnem-se em um dos micropolos para as formações.

O ano de 2013, foi significativo para as discussões sobre a educação do campo em governador Valadares. Nesse ano a SMED/GV, a pedido sobretudo dos movimentos sociais e de educadores e gestores das escolas do campo, reabriu a discussão pautando a construção de uma política pública específica para as escolas do campo. Para tal, foi convidada para estar na coordenação desse processo a professora Marta Helena Roseno, que foi participante da I Conferência Nacional de educação do campo sendo ligada diretamente aos movimentos sociais do campo. Junto a ela constituiu-se uma equipe multidisciplinar constituída por uma pedagoga do campo: Angélica Rosa, por duas pedagogas da educação infantil: Judith e Maria dos Anjos e por dois TCC's: Jose de Assis Claudino (professor de História) e Cláudio Barbosa Ventura (professor de Geografia).

Esse grupo, ficou responsável por potencializar o diálogo entre os movimentos sociais, as escolas do campo e o órgão central da SMED/GV. Para tal foram organizadas visitas às comunidades presentes nos diversos distritos da cidade levando o debate sobre a educação do campo e foi formado um grupo de trabalho sobre a educação do campo. Como síntese do trabalho ao longo de 2013 foi feita a I Conferência Municipal de educação do campo, que objetivou a colheita e construção de preposições que comporão as diretrizes para a educação do campo no Município de Governador Valadares. O trabalho desse grupo está ainda em andamento, porém vem suscitando debates e projetos que visam dar respostas a diversos anseios dos educadores do campo.

Conquistas e desafios da formação continuada de educadores do campo

A partir da década de 1980, as Universidades reivindicaram para si a responsabilidade sobre a formação inicial e continuada dos professores. Elas tiveram incontestável importância na formação de professores, porém, as formações oferecidas como que em “pacotes” desvinculadas das realidades locais e não aberta a participação do docente na construção dos saberes levaram muitas vezes ao insucesso os intentos formativos em

termos de adesão e permanência do professorado nos programas e em termos de aumento da qualidade na educação. (SILVA E FRADE 1997)

Polimeno (2001) ao avaliar diversos programas de formação continuada destaca que o insucesso desses programas está ligado a vários fatos tais como: a falta de continuidade dos programas formativos, sujeitos às instabilidades advindas da mudança política e das mudanças de gestão dos mesmos, interrompendo a continuidade do fluxo do acúmulo de experiências e conhecimento e a falta de consideração em relação ao contexto de trabalho do professor em termos de salário, recursos didáticos, clientela etc.

Muitas Secretarias de Educação dos estaduais e municipais, optaram ao longo do tempo, por organizar programas formativos e equipes formativas locais, tendo em vista a proximidade dos formadores com a realidade local e o conhecimento das necessidades do município em termos de educação. Elas perceberam, que a formação continuada consiste em uma ferramenta eficaz para a concretização de suas políticas educacionais e sua consolidação enquanto sistema de ensino. Ao pesquisar diversas Secretarias municipais e estaduais de educação Davis et al, 2011 concluiu que:

“Muitas SEs compreendem que a FCP não pode se restringir ao domínio das disciplinas científicas ou acadêmicas e que as práticas formativas oferecidas aos docentes não podem ser apenas tentativas de suprir eventuais falhas na formação inicial, mas constituem, antes, ações que possibilitam o desenvolvimento profissional e favorecem a gestão escolar.” (DAVIS ET AL, 2011,p.36)

Nesse sentido, a constituição de uma equipe formadora, lotada na SMED/GV foi garantida legalmente, logo no início da implantação da Escola de Tempo Integral Essa equipe é na opinião de todos os professores abordados ao longo da pesquisa uma conquista que tem ajudado na consolidação da ETI em governador Valadares com seus pressupostos de formação integral do sujeito e desenvolvimento sustentável.

Os debates suscitados pelo GT Campo de Governador Valadares, foram também assimilados pela equipe de formação da SMED/GV que passou a se perceber nesse processo, lançando reflexões sobre a necessidade de um aprofundamento meio sobre a Educação do campo e a busca de técnicas e metodologias capazes de atender mais significativamente a esse nicho.

Outro aspecto positivo em relação à formação apontado na pesquisa, é o fato de essas se realizarem em território campestre. Os educadores do campo de Governador Valadares, vem seus territórios e escolas valorizados com a presença da equipe formadora, e sentem que esses territórios interpelam os formadores que a eles visitam a repensar os conteúdos da formação de forma a melhor adaptá-los às suas peculiaridades.

Nesse processo a vivência como formador e a pesquisa realizada tem apontado dois desafios principais. A formação dos formadores e a elaboração de um projeto formativo.

É sabido que nenhum profissional é pronto, que todos necessitam ser formados continuamente. Esse processo ganha visível destaque quando pensamos na “formação dos formadores”. Certamente a função de formador quer seja da formação inicial quer seja da formação continuada exigem os desenvolvimentos de habilidades e competências específicas, que vão sendo construídas ao longo da carreira docente seja por meio de cursos, na sala de aula, no contato com os pares etc. Conscientes da importância dos processos individuais formativos, destacamos ser também imprescindível a organização e a sistematização dessa formação. Aludindo ao professor universitário Cortesão (2002) refere-se ao papel que esse exerce na formação de outros docentes, argumentando que esses ensinam como foram ensinados transmitindo uma identidade de profissional docente semelhante à aquela da qual foram objeto de formação.

Ao analisar a trajetória dos formadores da SMED/GV, percebemos que em sua quase totalidade foram formados com uma visão marcadamente urbano centrada. Daí o desafio é desenvolver nesses formadores habilidades que os aproximem da perspectiva da Educação do Campo, compreendendo as linguagens, técnicas, metodologias que melhor se adaptam e mais que isso, conscientizando-os do seu papel político na formação da consciência dos educadores do campo. Por isso é necessário um projeto de formação de formadores de professores, que possa criar lideranças pedagógicas e torná-los conscientes de seu papel. Para Cardoso e Guida (2007):

“os formadores precisam se apropriar de conhecimentos, de tal modo que estes venham a se constituir em ferramentas para planejar e analisar criticamente seu trabalho. Tarefa nada simples, pois não está relacionada apenas ao domínio que o formador tem do processo de aprendizagem dos alunos e dos conteúdos que devem ser abordados no processo de formação de professores, mas à sua capacidade de criar condições para que os professores tomem a palavra e possam explicitar e explicar o que sabem de forma a ajudá-los a avançar. (CARDOSO e GUIDA, 2007, p. 328).

Outro desafio a ser enfrentado pela SMED/GV é a construção de um projeto de formação continuada coeso para as escolas do campo. Projeto esse que deixe bem claro as intencionalidades formativas bem como pressupostos pedagógicos e metodológicos sobre os quais se desenvolve que garanta um processo formativo com continuidade e associado a isso gere a valorização do profissional da educação que participa dessas formações por meio de um plano de carreira.

Conclusão

Sabemos que a formação continuada sozinha não é capaz de resolver todos os problemas do docente em relação a sua profissão, sabe-se porém, que sem essa formação tampouco esse é capaz de desenvolver satisfatoriamente sua prática em sala de aula, devido às vicissitudes advindas de sua profissão, aos movimentos de renovação pedagógica e a própria evolução da sociedade.

A formação continuada deve constituir-se num programa formativo sólido que não se desfaça ou refaça a partir de arranjos políticos garantindo assim aquilo de experiência e continuidade na formação dos saberes. Prado (2010) assevera que devemos :

“ultrapassar concepções e práticas de formação continuada que não são continuadas, pouco formam, pouco valorizam e até algumas vezes desvalorizam os professores. Dita proposta implica questões políticas e de cidadania que entendem a formação continuada dos profissionais da educação como um dever do Estado e um direito e dever dos professores e, a partir deste entendimento, se construa uma cultura de formação continuada de professores, em todas as instâncias escolares e municipais”(PRADO, 2010, p.384)

Para que a formação contribua de fato para o trabalho docente, é necessário que esse participe ativamente da construção dos projetos formativos e dos saberes advindos dela. Essa formação não deve ter caráter meramente reflexivo ou meramente conteudista; sem negar a necessidade desses saberes, deve contribuir também para a construção de um profissional ético, com a visão positiva de si mesmo e da sua profissão, reflexivo e consciente de seu papel social.

É preciso pensar a formação a partir do professor, considerando suas trajetórias formativas, suas origens, os territórios em que atua. Faz-se mister também um projeto formativo que coadune-se com as etapas da vida docente considerando de forma diferenciada os que ingressam e necessitam de um acompanhamento mais de perto e os que já estão a mais tempo na profissão.

É necessário também que o professor seja estimulado a buscar formação continuada por meio de planos de carreiras e garantindo a carga horária de estudo dentro de sua jornada de trabalho.

Por fim, não obstante a complexidade que envolve o tema, destacamos que a formação continuada de professores são fundamentais para que alcancemos a melhoria educacional que projetamos, pois é capaz de instrumentalizar os professores com o domínio teórico-prático necessário para uma ação pedagógica mais eficiente e eficaz. Ressaltamos a necessidade de que as políticas de formação articulem-se com outras políticas de modo a potencializar os resultados que almejam.

Referências

- ANDALÓ, C. S. de A. **Fala, professora!** Repensando o aperfeiçoamento docente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CARDOSO, Beatriz. Conexões entra a formação de professores e a formação de formadores. In: **30 olhares para o futuro**. São Paulo: Escola da Vila, 2012, p. 85-88.
- CORTESÃO, L. **Ser professor: um ofício em risco de extinção**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DAVIS, Cláudia Leme Ferreira et al. **Formação continuada de professores em alguns estados e municípios do Brasil**. Cadernos de pesquisa V.41 N.144 SET./DEZ. 2011.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.
- SILVA, C. S. R. da; FRADE, I. C. A. da. Formação de professores em serviço. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, n. 13, 1997.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- PRADA, Luis Eduardo Alvarada. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.
- PRADA, Luis Eduardo Alvarado. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

Recebido para publicação em 12 de novembro de 2014

Devolvido para revisão em 26 de agosto de 2015

Aceito para publicação em 10 de dezembro de 2015

COMPÊNDIO AUTORES

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91. 2015.

ACUÑA, Isafías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglho jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205. 2015.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária**. Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.
- MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.
- MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.
- MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015
- MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.
- MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.
- MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã**. Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.
- NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.
- NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.
- NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.
- NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18, n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15, n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15, n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18, n. 27. p. 113-137. 2015.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos en la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16, n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17, n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

- PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.
- PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.
- PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.
- PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.
- PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.
- PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.
- PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.
- PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.
- PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.
- PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69. 2015.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.
- PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.
- PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.
- PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185. 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300. 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoní. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

- SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.
- SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18, n. 27. p. 64-95. 2015.
- SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14, n. 19 p. 136-151, 2011.
- SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.
- SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.
- TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18, n. 26. p. 113-124, 2015.
- TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.
- THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.
- TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11.28, 2015.
- VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.
- VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16, n. 22. p. 127-137, 2013.
- VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.
- VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17, n. 24. p. 146-166.
- VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18, n. 27. p. 38-52. 2015.
- VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.
- VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14, n. 19 p. 24-43, 2011.
- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232. 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2000.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas**. Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question**. Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoní. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7– 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22–32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.